Carlos Caballero

Os Fascismos Desconhecidos

Carlos Caballero

Os Fascismos Desconhecidos, 1919-1945

Do Centro de Estudos François Duprat

À inesquecível figura de François Duprat, assassinado em 18 de março de 1978

Libro & Moschetto Fascista Perfetto

Sumário

NOTAS PREVIAS....5
OS FASCISMOS ESCANDINAVOS....17
NORUEGA....17
DINAMARCA....23
SUÉCIA....28
ISLÂNDIA....31
OS FASCISMOS DA EUROPA ORIENTAL BÁLTICA....33
FINLÂNDIA....34
LETÔNIA....47
LITUÂNIA....51
POLÔNIA....55
OS FASCISMOS DA EUROPA ORIENTAL, CENTRAL E BALCÂNICA....59
TCHECOSLOVÁQUIA....59
IUGOSLÁVIA....68
HUNGRIA....75
ROMÊNIA....96
BULGÁRIA....121
GRÉCIA....125
ALBÂNIA....130
OS FASCISMOS DA EUROPA ALPINA....132
ÁUSTRIA....132
SUÍÇA....148
OS FASCISMOS DA EUROPA OCIDENTAL....154
HOLANDA....154
REINO UNIDO....183
IRLANDA....194
FRANÇA....198
PORTUGAL....225
O FASCISMO NA UNIÃO SOVIÉTICA....235
O FASCISMO NA AMÉRICA....240
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA....240
AMÉRICA LATINA....249
O FASCISMO NA ÁSIA....265
TURQUIA....265
ORIENTE MÉDIO....269
ÍNDIA....271
CHINA....274
JAPÃO....278

O FASCISMO: DIMENSÃO ESSENCIAL DE UMA ÉPOCA

“O que significa, em resumo, ser fascista? Que características oferece esta atitude moral, política, econômica, que no mundo inteiro se qualifica hoje como atitude fascista? Que aspirações e que propósitos têm esses movimentos que o mundo conhece e aponta como movimentos fascistas?

Parece que essas perguntas podem hoje ser respondidas sem a necessidade de se dirigir exclusivamente para a Itália e para Mussolini, mas captando uma dimensão essencial de nossa época, e da qual, na realidade, é já consequência e produto o próprio fascismo italiano”. — Ramiro Ledesma, em “¿Fascismo en España?”, 1934, Madrid.

O que é fascismo, afinal de contas? O nome que toma em nosso século a eterna necessidade humana. Viver mais depressa, viver mais fortemente, a isso se chama hoje fascismo. Há cem anos a isso se chamava ser liberal; há cinquenta, ser socialista”.

Pierre Drieu la Rochelle, no jornal “L´Emancipation nationale”, 1938, Paris.

NOTAS PREVIAS

A bibliografia sobre o fascismo é abundante, e novos títulos aparecem com regularidade. Para nós, a maior parte dos livros escritos é basicamente deficiente. Insistindo em teses já tão superadas quanto as de Fascismo = Capitalismo + Ditadura, a loucura de Hitler, ou a culpabilidade do Eixo no estouro da Segunda Guerra Mundial, poucos dos livros aportam novas perspectivas, ou abrem novos campos de estudo.

Com este livro sobre os *"Fascismos Desconhecidos"* (entendendo como tal todos, exceto os da Alemanha e Itália, estudados em profundidade, e o da Espanha, porque, sendo este nosso país, tivemos a oportunidade de conhecê-lo melhor), pretendemos sair deste costume. Escolhemos um tema que costuma ser marginalizado. Para muitos historiadores parece como se o fascismo não existisse fora da Alemanha e Itália. Para além das fronteiras do Eixo só havia *"quinta-colunistas"*, um punhado, além disso, e, por suposto, assalariados das potências fascistas. Nada mais longe da realidade. O fascismo foi um movimento político importante em toda a Europa entre 1919 e 1945; em maior ou menor grau afetou a todos os países europeos.

Quando se escreve sobre o fascismo o que se escreve, e se diz o que se diz, podemos adotar duas posturas ante tal fato: Negá-lo, dizer que é mentira, expor nossa opinião contrária, geralmente, a base de argumentos ideológicos, ou dando a volta aos ataques e críticas. Assim não se consegue nada pois cada um deve permanecer fiel a suas convicções ideológicas, e rejeitar os argumentos do outro. A outra postura seria tentar demonstrar, a base do injustificado de tais opiniões, o acúmulo de provas em sentido contrário, provas que procedam de diversas fontes. Isso é o que temos pretendido fazer aqui. Não vamos expor a ideologia do Fascismo, em geral, nem a dos movimentos fascistas *"desconhecidos"*, em particular. Não vamos arguir contra as interpretações marxistas, freudianas, liberais, etc. Vamos tentar demonstrar, apenas com os fatos concretos, que estas são falsas. E é que a história dos movimentos fascistas *"desconhecidos"* pode contribuir para trazer muita luz sobre a verdadeira natureza do fascismo.

Tampouco vamos extrair as conclusões para redefinir o fascismo a partir destes estudos. Essa é tarefa do leitor. Diante do que foi dito até agora, e para que se compreenda o sentido das páginas que seguem, nos vemos na precisão de fazer várias anotações prévias.

Em primeiro lugar, está o problema da terminologia. Para melhor estudar o fenômeno fascista convém que manejemos uma série de palavras que podem nos ser de utilidade manifesta. Dado que o termo "fascismo" não tem sido utilizado como um qualificativo, mas como *"arma de arremesso"* na luta política, produziu-se uma total degradação de seu significado. Para ajudar a que novamente possamos situá-lo em seus verdadeiros limites, convirá que utilizemos, como fez Nolte, uma série de termos derivados, como semi-fascismo, pseudo-fascismo, ou fascistização. Durante o período de entre-guerras o qualificativo de *"fascista"* se empregou massivamente. E não somente dirigido para os autênticos fascistas. Para os stalinistas, por exemplo, os socialistas da II Internacional eram *"social-fascistas"*, e o qualificativo que se empregou, igualmente, para com Roosevelt (por seu *"New Deal")* e para Stalin com seus chamados à "Guerra Patriótica e seu afastamento da teoria marxista). Deixando de lado o caráter anedótico de muitas destas acusações, há que constatar que em geral se produz uma "Fascistização" da vida política, fundamentalmente no âmbito europeu: os regimes liberais se fazem autoritários e intervencionistas enquanto as ideologias marxistas se fazem ultra-nacionalistas, e significativos movimentos ideológicos (a *"Revolução conservadora"* alemã, os *"não-conformistas franceses"*, etc.) buscam uma nova síntese política que supere a direita e a esquerda. Mas são basicamente as forças da extrema-direita, isto é, da direita não liberal, as que se fascistizam. Por quê? Estas forças, e as fascistas, têm inimigos comuns, o marxismo, e o sistema liberal. Mas isso não significa que ambas tenham idênticos fins: Uns são reacionários, e os outros, revolucionários. O ideal que persegue a extrema-direita se parece mais ao "ancien régime" que a outra coisa enquanto o fascismo é indiscutivelmente uma criação do século, e não compartilha esses ideais reacionários. Por isso, e por cima da aparente *"aliança"* entre ambas as forças, encontramos em toda Europa

um enfrentamento entre os movimentos fascistas e as forças fascistizadas de direita; este fato se dá em menor grau na América e Ásia.

Por processo de *"fascistização"* entendemos a aproximação de forças que inicialmente não eram fascistas para estas posições políticas. Esta fascistização pode culminar em uma integração plena no fascismo, mas normalmente se limitava à adoção de traços externos e dos temas de propaganda, sem compreender as motivações últimas do fascismo, e inclusive, frequentemente, atuando em sentido contrário a estas motivações.

Por fenômenos *"para-fascistas"* entendemos todos os que guardam alguma relação de semelhança com o fascismo autêntico. Como se dizia mais acima, Stalin, ao transformar a Revolução soviética em autêntica revolução nacional russa, e ao implantar uma ditadura férrea que acabou de fato com a democracia de base dos sovietes, atuava em sentido similar ao fascismo. E igualmente Roosevelt, com sua política intervencionista para sair da crise, se aproximava das soluções econômicas a curto prazo que pedia o fascismo. Desde este ponto de vista se lhes podia qualificar de *"para-fascistas"* mas preferimos reservar tal termo para o conjunto de ideias, movimentos, ou partidos que guardam semelhanças com o fascismo, compartilhando elementos comuns, estando orientados em direção similar, etc. São para-fascismos, por exemplo, o antissemitismo e o racismo (que existem antes e depois do fascismo), o anticomunismo, o nacionalismo revolucionário, os cesarismos, os populismos, os socialismos nacionais... Todas estas ideias ou movimentos têm um desenvolvimento paralelo e, por tanto, não chegarão a confluir nunca plenamente com o fascismo, subsistindo, quase todos, ao naufrágio fascista em 1945, e tendo origens anteriores.

O termo *"Pseudo-fascismo"* o reservamos para aqueles movimentos ou governos que deliberadamente se fizeram passar por fascismos, precisamente para impedir o desenvolvimento do autêntico fascismo. Por *"Semi-fascismo"* entendemos aqueles movimentos que por falta de algumas condições básicas não puderam amadurecer plenamente no modelo fascista. *"Filo-fascistas"* são aquelas forças, geralmente para-

fascistas que têm demonstrado sua simpatia, ainda que não sua identificação plena, para com os fenômenos fascistas.

Convém também examinar outros conceitos nos quais não faz aparição o termo *"fascismo"*: "direita nacional", *"Forças nacionais"*, *"oposição nacional"*, *"nacional-revolucionários"*, e *"extrema direita"*. Com a denominação de forças *"nacionais"*, costuma-se conceptuar o conjunto de forças antimarxistas e antiparlamentares. *"Direita nacional"*, e *"oposição nacional"* costumam expressar a mesma ideia. Em cambio *"nacional-revolucionário"* designa as forças de inspiração *"nacional"* mas com um claro componente revolucionário. Por definição todos os fascismos são nacional-revolucionários, mas nem todos os movimentos nacional-revolucionários são fascismos. Quanto ao termo *"extrema-direita"*, ou *"ultradireita"*, costuma reservar-se para os elementos mais ativistas da *"direita nacional"*, que por seu radical antiparlamentarismo e sua atitude, às vezes muito crítica, respeito ao capitalismo, se assemelha mais ao fascismo que os elementos mais moderados aos que cabe incluir na já vista *"direita nacional"*.

Se nos vemos na situação de fazer todas estas precisões terminológicas é pela necessidade de distinguir no período de entre-guerras o que era e o que não era um autêntico fascismo. O período de 1919-45 está tão marcado pelo fascismo, que houve muitos movimentos políticos, ou ideológicos que de uma forma ou outra o copiaram, o assimilaram, se aproximaram dele. Nolte, autor de um reconhecido prestígio e muito pouco suspeito de fascismo, já tem demonstrado até a saciedade o caráter, digamos *"épocal"*, do fascismo: o período de entre-guerras é *"a época do fascismo"* o fascismo é o fenômeno-eixo da época, e a fascistização dos demais movimentos políticos, uma realidade que se impõe. Precisamente

tem sido Nolte um dos primeiros em propor um vocabulário mais exato a base de utilizar as palavras já citadas compostas com o termo original de *"fascismo"*.

Dado que Nolte já teorizou amplamente sobre este caráter *"épocal"*, e a ele nos remetemos, não nos resta mais que analisar por que a *"extrema-direita"* se sentiu tão tentada pelo fascismo. Em concreto, pelo *"modelo italiano"* de fascismo. E é que, apesar de suas origens muito mais à esquerda que o *"modelo alemão"* (o nacionalsocialismo) o fascismo italiano teve uma *"práxis"* política muito mais à direita que o germânico. Ironicamente se pode dizer que o Fascismo Italiano não foi *"fascista"*, pelo menos, que o foi menos que o alemão. Esta argumentação pode parecer ridícula mas têm sido já muitos estudiosos os que a têm constatado. Nolte assinala que o nacionalsocialismo alemão diferia do fascismo italiano porque *"sua ideologia era bastante mais sólida, e seu caráter mais radical"*; Nicos Pulantzas, em *"Fascismo e Ditadura"* diz que "*o nazismo apresenta na realidade concreta os caracteres do fascismo de maneira mais cabal e definida que o fascismo italiano"*. Em um seminário de especialistas dirigido por Stuart J. Woolf, e publicado no volume *"A natureza do fascismo"*, alguns dos citados especialistas se expressaram em termos similares. Para Kogan, *"a Alemanha se aproximou mais que Itália ao modelo fascista"*. Andreski nos expõe as razões disto, e comparando Alemanha e Itália comenta que *"os nazistas se opuseram com muito maior força às antigas classes governantes"*, e acrescenta que *"o fracasso dos fascistas italianos contrasta com o êxito dos nazistas no doutrinamento das massas"*.

Demonstrado este ponto podemos compreender por que tantos elementos conservadores se sentiram inclinados favoravelmente para o fascismo em sua manifestação italiana, e por que foram tão poucos os que admitiram o nacionalsocialismo alemão. Em cambio, os fascistas autênticos de todo o mundo saudaram no nacionalsocialismo a seu melhor modelo. A atitude ante o fascismo italiano e o nacionalsocialismo se constitui assim em um dos melhores critérios à hora de distinguir entre fascistas e fascistizados. Os conservadores não podiam sentir senão

simpatia pelo fascismo italiano, respeitoso da Coroa, e da Igreja, e que havia aplastado tão eficazmente ao marxismo. Posteriormente, a polarização de toda a vida política em dois campos, o do antifascismo e o do antimarxismo fez que muitos elementos de extrema-direita continuassem próximos ao fascismo, mas não por identidade com ele, senão, como dizia Brasillach, por "anti-antifascismo". Daqui vem a tão estendida confusão entre duas correntes políticas que no fundamental são muito distintas.

Junto ao caráter *"épocal"* outro traço do fascismo histórico é sua dimensão europeia. O fascismo se circunscreveu, quase unicamente, à Europa. Produto de uma tradição política europeia, e de uma crise europeia, o fascismo se deve definir *"como fenômeno europeu"* ao dizer de Adriano Romualdi. O fascismo não é, nem muito menos explicável somente por mimetismo, por influência a partir do triunfo do fascismo na Itália em 1922. Romualdi assinala que antes da Primeira Guerra Mundial *"no que respeita ao plano cultural, enquanto na Itália ainda não se movia ninguém neste sentido, na França e Alemanha havia avançado muito a crítica revolucionária desde posições nacionalistas da democracia e os valores mercantis e igualitários"*, e não duvida em afirmar que *"não se pode falar de uma prioridade ideológica do fascismo italiano e, em sentido estrito, tampouco pode falar-se de uma prioridade cronológica"*. A data de nascimento do movimento hitleriano, ou o de Codreanu na Romênia, dão plena confirmação a estas teses. Segundo Romualdi, *"Em 1919 a Europa era potencialmente fascista. Os que voltavam das trincheiras, nas que por longos anos tinham vivido submetidos ao fogo e à morte, não podiam voltar às escassas vivências do comprar e do vender de uma sociedade mercantilista. A geração que voltava da frente tinha se construído uma segunda existência edificada sobre os conceitos de disciplina e obediência, honra, responsabilidade e valentia"*. Sobre este *"húmus"* se desenvolveriam em toda a Europa movimentos fascistas, que contava no capítulo de predecessores com uma ampla série de ideólogos ou movimentos políticos que vinham buscando uma nova ética para viver e uma nova alternativa entre a direita liberal-capitalista e a esquerda marxista-comunista. O exemplo italiano atuou à maneira do detonador em

um explosivo: foi o iniciador da *"explosão"*. Mas em todos os países europeus existiam já os elementos necessários para que esta se produzisse.

Esta característica europeia do fascismo está de fato reconhecida pelos especialistas mais prestigiosos. Já que temos vindo a citar a Nolte, na obra deste autor, por exemplo, se demonstram as origens europeias não estritamente italianas do fascismo, e se o circunscreve à geografia europeia: nenhum movimento fascista não-europeu é objeto de atenção em nenhuma de suas obras.

Assim pois, há uma *"época do fascismo"*, e o fascismo é um *"fenômeno europeu"*. OOutro traço deve ser acrescentado na hora de descobrir o âmbito no qual nasceu o fascismo: o fascismo é um fenômeno *"da crise"*. Não se trata, como alguns autores extraordinariamente simplistas têm dito, da crise de 1929, a crise econômica que fez tambalear ao sistema capitalista. É uma crise mais profunda, mais antiga, e que abarca outros campos. Michel Schneider escreve que *"efetivamente o fascismo não pode desenvolver-se fora dos períodos de crise. Uma sociedade não se volta para os fascistas mais que quando tem chegado, ou assim o crê, ao menos, aos últimos extremos"*. Dado que *"o fascismo é uma solução heroica, ali onde não há ocasião para o heroísmo, desaparece"*.

Qual é esta crise? Nolte a assinala diretamente: a crise do sistema liberal, que ele analisa no mesmo livro, e previamente, junto aos movimentos fascistas que nós temos dado em chamar *"desconhecidos"*. Ao acabar a primeira guerra mundial, que tinha significado, ou ao menos assim o parecia, o triunfo dos sistemas liberais frente aos poderes absolutistas dos Impérios, paradoxalmente, o sistema liberal começa a afundar-se por todas as partes. Primeiro é a Revolução soviética, e todos os intentos revolucionários nela inspirados que se realizam, com maior ou menor êxito, pelo resto da Europa. Depois, o triunfo do fascismo na Itália. Pouco a pouco vão se instaurando ditaduras conservadoras: Primo de Rivera, na Espanha; ditaduras na Bulgária; os países bálticos, Polônia... O triunfo do nacionalsocialismo alemão marca o momento culminante.

Depois, com a guerra, as potências regidas por sistemas liberais se afundam rapidamente ante os embates das potências fascistas…

Não se pode explicar a origem desta crise somente pelas dificuldades econômicas de 29. Isso supõe esquecer dados óbvios da história do fascismo. Sem por isso pretender negar que a grande crise econômica de 29 foi uma grande ajuda para os movimentos fascistas: toda crise do sistema é utilizável pelas forças revolucionárias. A crise de 29 favorecia tanto aos fascistas como aos comunistas, mas foram os primeiros os que a utilizaram mais adequadamente.

A crise, na realidade, afeta à Direita Liberal, e à Esquerda. Sem a manifesta crise interna da Esquerda na Itália e Alemanha, por exemplo, jamais se teria produzido a vitória do fascismo. Esta crise da Esquerda provinha de sua incapacidade para fazer a revolução nos anos imediatamente posteriores à Revolução Soviética, e de sua incapacidade para fazer frente à Crise econômica, após 1929. De ter atuado revolucionariamente a Esquerda Europeia, as débeis forças de um fascismo nascente nada teriam podido fazer contra ela. Mas não o fez assim, e se, por exemplo, podemos constatar como na Itália o auge do fascismo começa não durante as jornadas revolucionárias da ocupação das fábricas pelos operários, como "Reação defensiva do Capital", senão, precisamente, quando as oleadas revolucionárias marxistas já têm passado e se têm demonstrado estéreis.

Não se pode explicar o fascismo pela "crise social" que supunha o "perigo vermelho". Indubitavelmente, o "perigo vermelho" favorecia o desenvolvimento das forças do fascismo, mas de igual maneira, o "perigo fascista" favorecia o desenvolvimento das forças de extrema esquerda que com o chamariz do antifascismo podiam ampliar tremendamente suas possibilidades de ação.

Mas era lógico que a Esquerda não soubesse utilizar a "crise do sistema liberal" de que fala Nolte pois, em definitiva, ela se tinha transformado em uma das forças do "Sistema". Não esqueçamos que ante o "perigo fascista" a Esquerda mais radical não duvidou em aliarse com as

forças burguesas liberais, pondo em primeiro lugar seus programas não a revolução proletária, senão a “defesa das liberdades contra o fascismo”.

✠✠✠

Como generalização, podemos falar de três “ondas fascistas” contra o “Sistema liberal”. No começo dos anos 20, a crise é fundamentalmente social: graves tensões sociais, intentonas revolucionárias. O fascismo alcança o poder na Itália. Nos primeiros anos 30, a crise tem uma motivação original econômica, o “crash” de 29. O fascismo alcança o poder na Alemanha. E na primeira parte dos anos 40 “a crise” está gerada pelas tensões internacionais e a guerra: o fascismo se faz com o poder plenamente na Croácia, parcialmente na Eslováquia, temporariamente na Romênia, tardamente na Hungria... Há uma série muito amplia de interferências neste esquema geral motivada pelas concretas circunstâncias nacionais de cada país, mas como hipótese de trabalho nos pode ser útil para entender a “época do fascismo”.

Atenção especial merece o problema do “colaboracionismo” respeito à Ocupação Militar alemã durante a segunda guerra mundial, em diversos países europeus. Para começar, não é plenamente assimilável o conceito de “colaboracionista” com o “fascista”. Houve, e assim se tem demonstrado, grupos fascistas que se integraram na “resistência”. Desde logo, a generalidade dos movimentos fascistas optaram pela política de “Colaboração” (de igual maneira que os grupos liberais ou comunistas colaboram com os Estados Unidos e a URSS, atuando às vezes como “Resistência”), mas ainda que pudesse admitir-se que “Fascista = Colaborador”, não cabe admitir o contrário: “Colaborador = Fascista”.

A maior parte dos movimentos fascistas “desconhecidos” não têm aparecido nos livros de história senão com a incômoda etiqueta de “colaboracionistas”, durante a Segunda Guerra Mundial, ignorando assim sua existência prévia, e suas raízes próprias, para ser catalogados como “agentes assalariados do estrangeiro”. Este é um dos mitos que nos temos proposto a combater com este livro.

A situação em que se encontraram os movimentos fascistas ante o fato da ocupação militar variou muito com os casos. Na Croácia, o movimento fascista local se fez plenamente com o poder, e se bem as tropas alemãs não abandonaram o território, dadas as necessidades de combate contra a guerrilha comunista, o governo teve uma autoridade total em todas as funções que lhe são próprias. Na Hungria, quando finalmente os fascistas se fizeram com o poder, apesar de que a guerra se librava já em seu próprio território e, por tanto, estavam estabelecidos fortes contingentes alemães ali, o governo teve uma autoridade reconhecida e própria.

Não ocorreu assim no resto dos países ocupados. Na Dinamarca, onde o rei e o governo não partiram para o exílio em Londres, não ocuparam os fascistas locais nenhum papel transcendente. Na Bélgica, onde o governo sim se exilou, mas o Rei permaneceu no país, os movimentos fascistas de Flandres e Valônia não viram como seus chefes eram reconhecidos como "führers" das respectivas regiões linguísticas até 1944, na ofensiva das Ardenas, e isso a título, mais que nada, honorífico. Em cambio, na Noruega e Holanda, onde tanto o governo como os monarcas partiram para o exílio ante a ocupação alemã, Quisling primeiro, na Noruega, e Mussert depois, na Holanda, foram reconhecidos como *"führers"* de seus respectivos povos, ostentando assim a chefatura "formal" do país, pois de fato o poder correspondeu às autoridades de ocupação.

A situação em que se encontraram os movimentos fascistas ante o fato da ocupação militar variou muito com os casos. Na Croácia, o movimento fascista local se fez plenamente com o poder, e se bem as tropas alemãs não abandonaram o território, dadas as necessidades de combate contra a guerrilha comunista, o governo teve uma autoridade total em todas as funções que lhe são próprias. Na Hungria, quando finalmente os fascistas assumiram o poder, apesar de que a guerra já era travada em seu próprio território e, por tanto, estavam estabelecidos fortes contingentes alemães ali, o governo teve uma autoridade reconhecida e própria.

Não ocorreu assim no resto dos países ocupados. Na Dinamarca, onde o rei e o governo não partiram para o exílio em Londres, não ocuparam os

fascistas locais nenhum papel transcendente. Na Bélgica, onde o governo sim se exilou, mas o Rei permaneceu no país, os movimentos fascistas de Flandres e Valônia não viram como seus chefes eram reconhecidos como *"führers"* das respectivas regiões linguísticas até 1944, na ofensiva das Ardenas, e isso a título, mais que nada, honorífico. Em cambio, na Noruega e Holanda, onde tanto o governo como os monarcas partiram para o exílio ante a ocupação alemã, Quisling primeiro, na Noruega, e Mussert depois, na Holanda, foram reconhecidos como *"führers"* de seus respectivos povos, ostentando assim a liderança "formal" do país, pois de fato o poder correspondeu às autoridades de ocupação.

Fatos similares ocorriam na França, e os países Bálticos. Os alemães, e disto os acusará amargamente Drieu la Rochelle em 1944, não souberam transformar a Segunda Guerra Mundial em uma guerra ideológica e revolucionária, e mantiveram os modos de ocupação militar em termos de ocupação clássica, pouco favoráveis a incitar *"aventuras revolucionárias"*. E quando dizemos alemães nos referimos à Wehrmacht, pois a SS se comprometeu em várias destas *"aventuras revolucionárias"*. Todas estas considerações devem ser tidas em conta à hora de julgar os *"colaboracionistas"*, mas do que se trata fundamentalmente é de não esquecer que os *"fascismos colaboracionistas"* não eram grupos de oportunistas, e que se limitaram, igualmente que seus inimigos políticos de cada país, a militar do bando que lhes era ideologicamente mais próximo; a sorte da guerra tem ocasionado que a estes *"colaboracionistas"* se lhes cobrisse depois de opróbrios, mas se tivesse sido distinto o final, os que teriam sido submetidos ao escárnio seriam os *"resistentes"*.

A divisão que temos feito em regiões geográficas dos fascismos europeus é uma das que podem adotar-se, e não pretendemos que seja a melhor ou mais útil. Uma vez feita esta divisão, e para determinar a ordem de exposição temos seguido um critério puramente circunstancial: descrever o movimento dos ponteiros do relógio e assim tem ficado a ordem: Escandinávia, Europa Oriental Báltica, Europa Oriental Central e Balcânica, Europa Alpina e Europa Ocidental. Temos considerado fora da Europa a URSS não porque nela existam nacionalidades não-europeias,

senão porque após a Revolução Soviética fica efetivamente isolada da Europa, conformando-se como um mundo à parte, fechado em si mesmo.

À hora de estudar os fascismos em cada nacionalidade nos atermos aos Estados que existiram ao princípio da época de entreguerras. Assim, por exemplo, Estônia, Letônia, e Lituânia, hoje integradas na URSS, eram então estados nacionais independentes, e Eslováquia ou Croácia, que foram temporalmente independentes, eram então parte integrante da Tchecoslováquia e Iugoslávia respectivamente.

Esperamos que este estudo sobre os “fascismos desconhecidos” seja útil para uma compreensão real do fascismo. Dizer que o fascismo só se deu na Itália ou Alemanha é uma evidente minimização, análoga a sustentar que os fascistas não eram mais que um “punhado de mercenários assalariados da burguesia” em vez de reconhecer que se tratou de amplos movimentos populares e de massas. A reconstrução da história dos “fascismos desconhecidos” entendemos que pode ajudar a recompor a verdadeira imagem do fascismo como fenômeno global, hoje deformada por tudo o que se tem escrito com respeito ao fascismo italiano e ao fascismo alemão.

Temos empregado, na redação, grande quantidade de citações de autores diversos. Pela autoridade reconhecida de grande número deles cremos que é a melhor forma de demonstrar o certo de nossas afirmações, dado que, ademais, a maior parte deles se confessam antifascistas. Precisamente pelo grande número de citações implicadas temos descartado numerá-las e fazer referência a sua localização exata, pois resultaria muito enfadonho. Ao final do texto, não obstante, vão relacionadas as fontes de onde se têm extraído as citações para que se possam realizar as verificações que se considerem oportunas.

CAPÍTULO I

OS FASCISMOS ESCANDINAVOS

Os países escandinavos —Dinamarca, Noruega, Suécia e Islândia— se prestavam muito pouco ao desenvolvimento de movimentos revolucionários, e por tanto não eram propícios ao fascismo. Só a ocupação militar alemã pôde permitir que Quisling chegasse ao poder ou que aumentasse a influência dos nacionais-socialistas dinamarqueses.

Os movimentos fascistas escandinavos estavam mais próximos ao modelo alemão que ao italiano, por razões óbvias, e não aportaram elementos novos ao fascismo.

NORUEGA

O fascismo norueguês é, em importância, o principal dos fascismos escandinavos. À Noruega, no entanto, faltavam quase todos os requisitos que favorecem o desenvolvimento de um movimento fascista. *"Como a Noruega não havia participado da Primeira Guerra Mundial, a crise de 29 pouco a afetara e a questão judaica tivera muito pouca relevância, o país não experimentou um grande surto na criação de grupos de tendência fascista. No entanto, apesar da sólida tradição democrática norueguesa, surgiu um homem que conseguiu implantar o fascismo, ainda que este não tenha logrado se impor à maioria do povo"*, escrevia A. Parrilla em *"CEDADE"*.

Este homem era Quisling; seu nome se associa, automaticamente, a traidor. A palavra "quisling" faz parte do vocabulário político. *"Os marxistas têm ganho - diz Sburlati- uma importantíssima batalha: a da linguagem. Quem de nós não associa a palavra 'quisling' com o conceito de governo fantasma, sem poder real, assalariado e sob a proteção de uma potência ocupante, ou pelo menos estrangeira?. A equação Quisling = Traidor, ou melhor, Quisling = Colaboracionista, é, sem dúvida, um de*

tantos reflexos condicionados, habilmente suscitados pelo serviço de propaganda aliado durante o último conflito mundial".

Este é o primeiro ponto sobre o que devemos centrar a atenção. Se o fascismo norueguês não chegou a ser muito forte, há que rejeitar a acusação, montada pelos vencedores, de *"traição"*. Quando optaram por pôr-se do lado da Alemanha, fizeram o mesmo que seus inimigos democráticos, que se puseram ao serviço da Grã-Bretanha, intentando servir a sua ideologia, e através dela a sua Nação.

"Suas qualidades intelectuais eram extraordinárias", escrevia, sobre Quisling, David Littlejohn. Tinha nascido em 1887, e levado por seu patriotismo ingressou no Exército, onde destacou por sua capacidade intelectual. Como adido militar em Leningrado teve ocasião de conhecer, de perto, a Rússia Soviética. Não voltou de novo a seu país até 1929, e como ao voltar esteve em contato com o Partido Socialista, ao parecer para organizar as milícias de *"guardas vermelhos"*, durante um tempo esteve catalogado como *"vermelho"*.

Até então na Noruega não tinham existido formações fascistas, ainda que sim de tom fascistizante. O periódico *"Tidens Teg"* adotou uma postura mais que favorável para Mussolini; mas a Itália era um país demasiado longínquo para que influísse na Noruega. Os nacionais-socialistas alemães, por sua parte, procuraram fomentar sua ideologia estabelecendo alguns contatos pessoais. Estes intentos estavam chamados a ter mais êxito já que as relações entre Alemanha e Noruega são muito estreitas. O mais importante, talvez, foi o movimento, fundado em 1925, *"Federlandslag"* ou *"Liga da Pátria"*, antimarxista. Entre os membros estava o famoso explorador Nansen, e Christian Michelsen, o Primeiro ministro que tinha rompido os laços que uniam Noruega e Suécia. O movimento marcava uma decidida inclinação para o fascismo, capitaneado pelas duas figuras assinaladas, como diz este parágrafo de T.K. Derry: *"Se Nansen e Michelsen tivessem vivido mais tempo -morreram em 1930, e 1925, respectivamente- é possível que a propaganda da nova sociedade, que exigia um governo mais forte, e uma frente unida contra o 'perigo vermelho', tivesse tido importantes resultados. Em 1930 tinha 412 grupos*

locais, cujo número total de membros excedia os 100.000, alimentados de sentimentos nacionalistas, proposições para aumentar o orçamento de defesa, e uma demanda de mais efetiva direção nacional. Mas, nos últimos anos 30 o movimento perdeu importância em parte, ao menos, porque seu semanário "A.B.C." (Anti-Bolcheviques Clubs) combinava sua defesa do estado corporativo com um entusiasmo geral pelo regime de Hitler".

Em março de 1931 Quisling, por sua parte, tinha começado seu caminhar político próprio, com a criação do movimento chamado *"Despertar do Povo Nórdico"*, de breve vida. Dois meses mais tarde passou a ser ministro da defesa no gabinete do Partido Agrário. Estas duas experiências poriam em evidência a principal falha humana de Quisling. Tinha sido um aluno brilhante, e um excelente oficial de Estado-Maior. Não cabia duvidar de sua capacidade intelectual, nem de sua honradez política. Mas estava escassamente capacitado para o jogo político, para a direção política de um movimento ou de um ministério.

O governo agrário saiu do poder em março de 1933. Dois meses mais tarde Quisling dava um passo decisivo com a criação do *"Nasjonal Samling"*. O influxo da vitória de Hitler atuou sobre a ideologia de Quisling, formada a partir de uma exaltação da raça nórdica, e do corporativismo, junto a um virulento anticomunismo, derivado de sua pessoal experiência na Rússia soviética. Em 1930 tinha publicado um livro titulado *"Rússia e nós"*, no que se podia ler: *"A Rússia soviética não é só um perigo para a civilização mundial e o porvir da Humanidade: é o perigo mais grande de todos"*.

O mais destacado dos historiadores que têm estudado a figura de Quisling e seu movimento, o professor Lynder L. Unstad, tem narrado como, desde seu posto de Ministro da Defesa, Quisling se opôs firmemente à agitação esquerdista, e chegou a ter consciência da incapacidade da democracia para opor-se ao marxismo. No Parlamento norueguês ("*Storting*") declarou que os métodos democráticos eram impotentes, e que ele mesmo estava disposto a fundar um partido que sacasse a Noruega da incompetência democrática. *"Fiel a sua palavra - escreve Lynder Unstad- Quisling organizou um partido que chamou*

“Nasjonal Samling”, União Nacional, conhecido pelas siglas N.S., e que se apresentava já como movimento, já como partido. O programa era de caráter fascista. A terminologia se referia ao Estado nacional-corporativo, o programa falava do “führerprinzip”; se reclamava a abolição dos partidos e do Parlamento, a adoção de um autêntico socialismo, a dissolução do Partido comunista, a posta fora da lei do marxismo…” O N.S. estava mais perto do modelo alemão que do modelo italiano, ainda que também existiu um diminuto partido, o N.N.S.A.P. ou Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Noruegueses. O N.S. não tardou em dotar-se de uma milícia própria, conhecida como *“Hird”*.

Os resultados eleitorais não sorriram ao movimento de Quisling. Nas eleições gerais de 1933 obteve um 2,2 %, mas nenhum assento. Ao ano seguinte, nas eleições municipais, só se obtiveram 28 postos nos conselhos locais de todo o País. O periódico do partido o *“Fritt Folk”* se lançava desde fins de 1933. Havia outras 8 publicações, quase todas semanários. Em 1935 os militantes somavam uns 15.000, pelo que se começaram a tomar medidas repressivas, como a proibição de uso de uniformidade para-militar, que afetou ao *“Hird”*. Em 1936 o partido perdeu um 0,4 % de votantes e, ao ano seguinte, nas eleições municipais os candidatos eleitos foram só sete.

A origem desta incapacidade para desenvolver-se deve ser analisada. O programa de Quisling não era nem original nem radical. O primeiro se explica porque a meados dos anos 30 poucas novidades se podiam acrescentar já ao fascismo. E o segundo, pelo caráter moderado, e aprazível que caracterizava à política Norueguesa, *“o tranquilo recanto da Europa”*. O quase atávico liberalismo e neutralismo da população prejudicava muito às possibilidades revolucionárias do N.S. Estas características são comuns ao resto da Escandinávia, pelo qual se compreende que a obra de Quisling foi realmente importante, ao compará-la com a muito escassa consistência dos movimentos fascistas na Dinamarca e Suécia.

Outro aspecto a destacar são as relações internacionais do N.S. Este partido figurou entre os participantes no Congresso Internacional Fascista de Montreux.

Mais tarde, quando a tentativa de criar a Internacional Fascista foi por água abaixo, se estabeleceram relações com a Alemanha, através do *"Escritório Rosenberg"*, que levava a cabo as relações entre o NSDAP e partidos afins. O N.S. adotou, pois, uma postura não estritamente nacionalista, mas que buscou a formação de um bloco europeu nacional-revolucionário. Durante o período da Segunda Guerra Mundial, no qual a Noruega permaneceu neutra, antes da ocupação alemã, Quisling seguiu atuando neste sentido. Sabia que ingleses e franceses estavam interessados em ocupar a Noruega, e sabia, igualmente, que gozavam de importantes cumplicidades no país. Considerou que seu dever era opor-se a isto, e a única maneira era que os alemães ocupassem o país. Ofereceu aos mandos da Wehrmacht informação militar, mas estes, em nenhum momento chegaram a fazê-lo partícipe de seus planos. O N.S. não atuou como *"quinta coluna"* dos alemães, e a melhor prova disso é que o oficial que afundou o cruzador *"Blucher"* que era o que transportava as tropas que deviam ocupar Oslo, foi um oficial que militava no N.S. Foi precisamente o atraso ocasionado por este afundamento o que permitiu ao rei e ao governo fugir.

Aproveitando o vazio de poder, e os momentos de confusão e desordem, Quisling deu uma espécie de golpe de estado, ocupando o poder. As autoridades alemãs aceitaram, em um primeiro momento, o "*Fait accompli*", mas ao ver que a pouca base social com a que contava o N.S. comprometia sua tarefa e podia ser prejudicial para a ocupação, se lhe pediu que abandonasse o poder. O país foi colocado sob a autoridade de um *"Comissário do Reich"*, sendo dissolvidos todos os partidos, salvo o *"Nasjonal Samling"*. O partido pôde ocupar com seus militantes o chamado "Conselho dos Comissários de Estado", que desempenhava funções governamentais.

O partido começou a desenvolver-se espetacularmente. A finais de 1940 contava com 30.000 afiliados; nos últimos dias de 1942 com uns

40.000. Em seu ponto mais alto em abril de 1943, contava com 43.000 afiliados adultos, mais 6.000 jovens. A situação criada pela guerra deu nova vida ao N.S., que tinha estado à beira da extinção. A estrutura interna do Partido era a típica dos movimentos fascistas. Contava com as milícias *"Hird"*, uniformadas, e organizadas em regimentos, dentro da qual existia uma rama mais seleta, a *"Forergarden"*; contava esta milícia com seções navais e aéreas. Outras organizações enquadravam as mulheres, e existia uma Frente da Juventude, um Serviço do Trabalho, e entidades corporativas. Por sua parte, Himmler estabeleceu, como rama das *"Allgemeine SS"* no país, uma *"SS Germânica Norueguesa"*, formada a partir de voluntários do *"Hird"*.

A "Waffen SS" também mostrou muito interesse pelos voluntários germânicos da Noruega. Muitos deles se alistaram no regimento "Nordland", criado em 1940, e integrado na divisão "Wiking". Quando estourou a guerra contra a URSS, se criou, além disso, uma "legião Norueguesa", também integrada nas "Waffen SS". Mais tarde, ambos os contingentes foram reagrupados na divisão "Nordland". Outros noruegueses serviram em outros ramos das Forças Armadas alemãs.

Em fevereiro de 1942 Quisling voltou a assumir o poder, como Ministro-Presidente, apesar do qual os alemães não retiraram a seu Comissário, ficando assim as funções de Quisling limitadas. Como já vimos, Quisling não era um hábil político, ou um governante de talento; alguns de seus intentos de impor-se às massas norueguesas, uma vez no poder, prejudicaram à popularidade do N.S. mais que outra coisa.

Se desencadeou uma repressão feroz. Sobre três milhões de habitantes, nem mais nem menos que 90.000 foram acusados de *"colaboracionismo"*. *"Em nenhuma nação marcharam as coisas tão severamente como na Noruega"*, diz Littlejohn. Houve que criar 15 campos de concentração e se reinstaurou a pena de morte. Um caso especialmente escandaloso foi o do prêmio Nobel de literatura Knut Hamsun, que tinha feito propaganda a favor do recrutamento de voluntários nas S.S., e tinha elogiado a Hitler no rádio, ao conhecer-se sua

morte. Apesar de sua idade e prestígio foi encarcerado em um sanatório psiquiátrico. Daquela época nos tem falado em seu livro *"Eu, traidor"*.

Vidkun Quisling foi assassinado em 24 de outubro de 1945, acusado de traição. Só muitos anos depois, a obra de historiadores objetivos, como Bjornson, Hayes, Hewins, Lock, Unstad, e Rallo, tem conseguido restabelecer a verdadeira personalidade de um homem que se entregou apaixonadamente a seu país, e que pagou seu "crime" de não ter estado ao serviço dos vencedores da guerra, com a mais dura das penas: que seu nome vá associado à palavra *"traidor"*.

O fascismo norueguês é o mais típico dos que poderíamos chamar *"fascismos de guerra"*, isto é, dos que se desenvolveram especialmente durante o conflito. Sem dúvida, suas aportações ideológicas não eram notáveis, mas Degrelle não é em absoluto justo quando diz que Quisling se apoiava em umas milícias cujas botas brilhavam mais que suas ideias. A Quisling faltava essa capacidade de conduzir massas que demonstraram Hitler, Mussolini, e o mesmo Degrelle, de acordo. Mas também foi o mais capaz dos líderes fascistas dos países escandinavos.

É de domínio público que para que um movimento fascista possa se fazer cargo do poder é necessária uma grave crise política. Assim ocorreu na Itália, e na Alemanha. Na Noruega a estabilidade política do regime não se viu alterada pelos sucessos da década dos 30, e só a ocupação alemã do país criou esta situação de *"crise"*.

DINAMARCA

Dentro do conjunto escandinavo, à Dinamarca lhe corresponde um segundo lugar, após a Noruega, no relativo à importância que chegaram a alcançar os movimentos fascistas; e dizemos movimentos fascistas porque na Dinamarca houve um grande número deles, extraordinariamente atomizados. É possível que, em caso de terem estado unidos, seu papel fosse mais importante. *"A Dinamarca nos ensina -se lia em "CEDADE"-*

que a subdivisão em grupos demasiado pequenos, dentro da mesma linha nacional-socialista, leva à ruína do movimento”.

O historiador neofascista M. Rallo escreve que “dos movimentos fascistas e nacional-socialistas europeus, o dinamarquês é, sem dúvida, o que menos se conhece. Inclusive, os maiores estudiosos do fenômeno fascista não lhe têm dedicado mais que umas poucas linhas, enquadrando-o na pouco cômoda denominação de colaboracionista”. Em efeito, o principal historiador sobre os fascismos europeus, Nolte, tem escrito sobre o Partido Nacional-Socialista de Clausen -o mais importante dos dinamarqueses- só umas poucas linhas: “Até o grotesco chegou a imitação no caso dos nacional-socialistas dinamarqueses”, acrescentando que: “Não é surpreendente que se desenvolvessem, no seio do partido de Clausen, abundantes cisões, e que se criticasse, até chegar à separação, a imitação de métodos e modelos alemães”.

Ambas as citações nos dão já a pista do que vai ser o fascismo dinamarquês. Por um lado, e ao igual que na Noruega, se trata do que poderíamos chamar *“fascismo de guerra”*, pois seu papel se viu incrementado pela aparição de tropas alemãs no território, se bem que nunca chegaram a ocupar o poder. Por outro lado, nos encontramos com uma ausência quase total de líderes de talento, e uma tática inadequada, baseada na imitação. Estas duas circunstâncias conduziram a que o *“potencial fascista”* da Dinamarca, patente pela quantidade de grupos existentes, se malograsse com a falta de unidade. O mimetismo o fazia aparecer como simples imitação do estrangeiro, o que não lhe beneficiava em um país no que, por acréscimo, faltavam elementos favoráveis ao desenvolvimento do fascismo. A Dinamarca era uma das democracias mais antigas e mais estáveis da Europa, e a vida política se desenvolvia dentro de um ambiente de moderação geral. Nem a situação econômica chegou a ser crítica, nem havia *“perigo judaico”* ou *“perigo vermelho”*.

O fascismo apareceu na Dinamarca sob a forma concreta de nacional-socialismo, e teve seus primeiros seguidores entre a minoria étnica alemã *(“volksdeutsche”)* de Schleswig do Norte, região incorporada à Dinamarca só ao fim da 1ª Guerra Mundial. Se criou o *“N.S.D.A.P. - Nordschleswig”*

dirigido por Jens Moller que, em 1939, conseguiu entrar no Parlamento. O Partido seguiu existindo com a ocupação alemã, mas não conseguiu sua aspiração de que a região fosse de novo vinculada ao Reich. A Alemanha, que ao ocupar a Dinamarca tinha respeitado as tradições democráticas do país; o Parlamento, e o governo, não quis anexar esta região para demonstrar ao povo dinamarquês que a ocupação não se devia a motivos de imperialismo, senão ao desejo de impedir a instalação de bases dos Aliados.

Entre os dinamarqueses propriamente ditos tampouco tardou em aparecer o nacional-socialismo. Em 1930 se fundou o *"Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores da Dinamarca"*. Um ano depois ingressou o que seria seu líder, Frits Clausen, que procedia do Partido Camponês. Até 1939 o Partido não conseguiu representação parlamentar, entrando então no Parlamento com três deputados. Littlejohn assinala, a propósito disto, que: *"O incremento de votos do Partido Nacional-Socialista Dinamarquês resulta interessante se o comparamos em relação com a tendência daqueles anos. O fascismo, em outros países, chegava a seu cume a meados dos anos 30, declinando marcadamente depois"*. A estruturação do partido de Clausen, conhecido pelas siglas DNSAP, era cópia do modelo alemão. Sua organização juvenil, N S U, tinha por líder a Von Schalburg, quem morreria na Frente do Leste, e se converteria no *"Horst Wessel"* dinamarquês. Contava, assim mesmo, com uma Frente do Trabalho, várias corporações profissionais e uma organização universitária.

A quantidade de pequenos grupos, mais ou menos fascistas ou nacional-socialistas, tinha, em conjunto, muito poucos efetivos, mas restava força ao movimento de Clausen. Os que utilizavam a denominação de *"nacional-socialistas"*, como o DNSP, fundado em 1930; ou o NSAP, que se criou em 1935. Outros se separaram do DNSAP de Clausen, como o *"Danske Front"* (fundado em 1941), o *"Dansk Enhedspartiet"*, o *"Dansk-Nordisk Front"* (em 1940), o *"Arbejdsfællesskabet"* (em 1941) ou o *"Stelsing bevagelsun"* (em 1942). Não é extraño que se produzam estas cisões uma vez ocupado o país pela Wehrmacht. A presença destas tropas fez sonhar aos nacional-socialistas que podiam alcançar o poder, e de fato

intentaram um golpe de estado que foi facilmente desarticulado pelas autoridades dinamarquesas com o apoio das forças alemãs. Devemos recordar a respeito que o governo dinamarquês seguiu sendo o mesmo que antes da ocupação, e que os ocupantes alemães não buscavam *"exportar"* a ideologia nacional-socialista, nem muito menos. Apesar de que não conseguissem, como Quisling na Noruega, fazer-se com o poder, ainda tendo relativamente mais força que aquele em seu país, não cabe dúvida de que a importância política dos seguidores de Clausen aumentou com a presença do Exército Alemão, e com este fato chegaram as inevitáveis cisões e divisões.

Os dinamarqueses tiveram opção de alistar-se nas SS desde que o país foi ocupado, englobando-se no regimento *"Nordland"* da *"Wiking"*. E com o início da campanha contra a União Soviética se criou, além disso, uma *"Legião de Voluntários"*, organizada pelo governo, mas automaticamente apoiada pelo DNSAP. A direção da Legião correu a cargo de Von Schalburg, proveniente da Divisão SS *"Wiking"*, onde já tinha lutado, e que haveria de cair em combate em junho de 1942. Como líder da juventude nacional-socialista, e combatente voluntário no batalhão dinamarquês durante a guerra de inverno russo-finlandesa, na *"Wiking"*, e depois na Legião, poucos homens podiam encarnar como ele a figura de mártir do movimento. Seu nome se converteu em um dos mais míticos dentro da lista de jovens *"heróis caídos"* dos fascismos europeus.

Certos processos de reunificação se produziram no seio dos grupúsculos antes citados. Sob a etiqueta de *"Ação Nacional"* se agruparam, em 1942, quatro partidos nacionalistas. A maior concentração de elementos se produziu, no entanto, em torno do *"Corpo Schalburg"*. Este tinha sido formado não como partido, senão como milícia, pois seus membros alegavam, e com razão, que ao fascismo dinamarquês sobravam políticos. Tinha sido fundado como ramo dinamarquês da *"SS Germânica"*. Seguiram existindo, não obstante, outros muitos grupos, como o *"Landbrugernes Sammlestuttnig"*, partido de camponeses, que se bem não era "nazi" se aliou a Clausen, ou o *"Dansk Samling og*

Korporationsparti”, um dos mais antigos, já que tinha sido fundado em 1926, e mais parecido ao modelo italiano.

Em 1943 se celebraram eleições -era o único país da Europa ocupada pelos alemães em que isto ocorria- e nelas o Partido de Clausen não conseguiu aumentar seu número de deputados, embora sim incrementasse seu porcentual de votos. A mesma tônica de avanço moderado manteve nas eleições municipais de 1944, nas que obteve, por exemplo, em Copenhague, cinco vezes mais votos que nas anteriores consultas municipais. Seguia sendo, no entanto, pouco.

Apesar destes êxitos relativos, o centro de importância do fascismo dinamarquês foi passando de ser o partido de Clausen a ser o *“Corpo Schalburg”*. Isto guardava relação com o incremento das tropas dinamarquesas das Waffen SS, que, após a dissolução da Legião de voluntários, se tinham integrado na divisão *“Nordland”*. O Corpo Schalburg gozava do apoio de todos os ex-combatentes da frente do leste, e das autoridades da SS. Conseguiu muitos adeptos ao abrir-se aos membros de todos os partidos e milícias fascistas dinamarquesas. O *“Schalburgkorps”* acabou criando seu próprio partido, *“Unidade Nacional Dinamarquesa”*, ou D.N.S, que desbancou finalmente ao grupo de Clausen.

O movimento de *“resistência”* dinamarquês, integramente formado pelos comunistas locais, passou ao ataque para finais da guerra, quando se evidenciada a derrota alemã, o qual provocou uma militarização dos elementos fascistas dinamarqueses, ficando em melhor posição o Corpo Schalburg, como milícia, que o DNSAP, que era um partido político.

O fim da guerra supôs para todos estes grupos uma repressão extraordinariamente dura, dadas as dimensões do país, e sua escassa participação na guerra. *“A purga na Dinamarca -escreve Littlejohn- foi quase tão severa como na Holanda, e comparativamente, dada a diferença de habitantes, muito mais séria que na França”*. Não faltaram casos de execuções sumárias, e assim morreu o escritor e dramaturgo islandês Kamban, ou os de crueldade, e assim por exemplo, o escritor francês Céline foi encarcerado em uma jaula. As leis repressivas tiveram a

característica de ser retroativas, restabelecendo a pena de morte, e proibiam a liberdade condicional. Para a reduzida população do país, as 14.000 condenações de cárcere, as 112 de morte, e muitas mais de perdas de direitos, supunham um porcentual elevadíssimo.

O estudo do fascismo dinamarquês mostra as consequências nefastas que tinha, para o próprio movimento fascista, a extrema atomização; mostra também a capacidade do fascismo para penetrar, inclusive, em países como a Dinamarca, aos que em lógica era muito difícil que chegasse o fascismo, dadas a história e condições do país. E, finalmente, evidência que a ocupação alemã não supunha, automaticamente, a ascensão ao poder do fascismo local, pois na Dinamarca só o *"Corpo Schalburg"*, formado pelos ex-combatentes que tinham lutado junto aos alemães na Rússia, e empregado depois em lutar contra as atividades terroristas dos comunistas, tinha mantido relações estreitas com os alemães.

SUÉCIA

"A aprazível e muito conformista Suécia conheceu, também, vários movimentos fascistas e nacional-socialistas, ainda que estes não chegaram jamais a um desenvolvimento importante" escrevia Philippe Solliers.

De fato, a história do fascismo sueco tem bastante interesse. Houve inclusive grupos pré-fascistas, como o *"Sveriges Nationella Ungdom Forbund"*, criado em 1915, a partir de organizações conservadoras. Seus ideólogos, e chefes, ao Dr. Molin, sobretudo o professor Kjellen, pediam um *"conservadorismo progressista"*, falaram do *"lebensraum"* e empregaram o termo "nacional-socialismo" bastante antes que existisse o partido de Hitler. O S.N.U.F. falava de um *"novo nacionalismo"* e se estendeu rapidamente entre os universitários. Em 1928 contava com 25.000 membros e dominava a Universidade. Apesar de suas origens conservadoras o grupo tomava uma orientação cada vez mais fascista,

adotando em 1933 o uso de uniforme e criando milícias paramilitares (que sem embargo logo serão proibidas pela lei).

Até então, o S.N.U.F. tinha funcionado como organização juvenil, mas em 1934 passou a ser partido político, acrescentando, a seu nome, o de *"Nationalia Forbund"*, ou *"Liga nacional"*. Seu programa social e econômico evidenciava fortes influências nacional-socialistas: se pedia uma economia corporativa, a defesa da raça, e o estabelecimento da *"Volksgemeinschaft"*, ou comunidade popular, tema chave da ideologia do movimento de Hitler. Três membros da organização, eleitos deputados nas listas conservadoras, formaram um grupo parlamentar próprio, sublinhando assim o afastamento da direita.

Existiam, além disso, outras forças que se denominavam explicitamente fascistas. Em 1926 se criou o *"Partido Popular Fascista Sueco"* (S F F P), transformado pouco depois em *"Organização de Combate Fascista Sueca"* (S F K O). Em 1929 viu a luz o *"Partido Popular Nacional Socialista"* (S N S P). Estas organizações não conseguiram resultados notáveis, e se debatiam em problemas internos. Em 1932 se criou outro novo partido nacional-socialista, *"Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores"*, e os dissidentes do inicial NSFP-SNSP, criaram outra organização: *"Partido de União Nacional-Socialista"*.

Esta atomização comportou a ineficácia de todos eles. Em sua data de máxima expansão, em 1941, não superaram a cifra dos 20.000 afiliados entre todos eles. Serviram, no entanto, para debilitar as forças da S.N.U.-Liga Nacional, que nas eleições antecipadas de 1936 perdeu seus três deputados. De fato, como tem sublinhado Rallo, as autoridades alemãs do NSDAP mostraram mais interesse pela S.N.U.-Liga Nacional, que pelos pequenos movimentos que se autodenominavam nacional-socialistas ou fascistas.

Per Engdahl criava a finais dos anos 30 uma nova organização: *"Oposição sueca"* (S.O.), que reprochava aos grupos *"Nacional-Socialistas"* e *"fascistas"* sua imitação dos modelos estrangeiros, e à SNU-Liga Nacional, sua posição conservadora. O movimento se

desenvolveu progressivamente e em 1941 pôde criar o *"Nysvenska Rörelsen"*, ou Movimento da Nova Suécia.

A guerra supôs o renascimento da atividade dos movimentos fascistas ou profascistas. Quando os soviéticos atacaram a Finlândia se formou uma Brigada de Voluntários suecos que acudiu a lutar ali. E ao atacar a Alemanha à U.R.S.S. vários centos de homens se alistaram nas Waffen SS, enquanto outros se voltavam a alistar no exército finlandês. No entanto, os grupos que ostentavam o nome de nacional-socialistas e fascistas foram dissolvidos pelas autoridades que, após a criação do mito da *"quinta coluna nazi"*, via neles um perigo. Acabada a guerra, tanto o grupo de Engdahl, como a S.N.U.-Liga Nacional, continuaram existindo. Conseguiriam pôr a salvo a numerosos nacional-socialistas alemães e a bálticos que fugiam das perseguições; a polícia sueca, no entanto, conseguiu deter a uma parte destes bálticos, (sobreviventes em sua maioria das divisões SS bálticas) e entregá-los aos soviéticos. Depois têm permanecido vinculados às correntes neofascistas europeias, e têm aproveitado a falta de uma legislação antifascista na Suécia, análoga à que se impôs em toda Europa após 1945, para atuar frequentemente como coordenadores dos movimentos europeus (como o congresso de Malmo, em 1951, no que nasceu o Movimento Social Europeu).

"Como em todos os países europeus -tem escrito Solliers- a incapacidade das democracias para fazer frente às crises econômicas e sociais fez nascer movimentos de tipo fascista na Suécia. Mas a total inexistência de 'perigo comunista', fez mais débil o impacto político destes movimentos, reforçando esta debilidade a atitude muito moderada do partido social-democrata, no poder, que satisfez às massas operárias, mas não inquietou às classes médias, pelo que estas não se sentiram atraídas pelo fascismo". Como o país não foi ocupado pelos alemães, estes grupos não puderam jogar o papel que desempenharam na Noruega e, em menor medida, na Dinamarca, de forma que para a historiografia posterior apenas têm existido, ainda que na realidade tivessem uma importância quantitativa e qualitativa análoga à dos dois países citados.

ISLÂNDIA

A Islândia tinha alcançado sua Independência a finais da Primeira Guerra Mundial, embora compartilhasse, junto à antiga metrópole, Dinamarca, um mesmo e único rei. Como quer que o soberano dinamarquês não abandonou a seu povo para ir-se junto às panelinhas políticas antialemãs, a Londres, como fizera, por exemplo, o rei Haakon da Noruega, se lhe *"castigou"* por parte dos Aliados, separando à Islândia de sua coroa. A Islândia tinha sido *"democraticamente"* invadida pelas tropas anglo-americanas em 1940, e sob esta ocupação a situação dos grupos favoráveis à Nova Ordem Europeia não podia ser outra que a de clandestinidade e repressão.

O primeiro movimento político islandês de tipo fascista foi o *"Movimento Nacional"*, dirigido por Gisli Sigurgjornsson, líder ativo e dinâmico que fez progredir a seu partido, formado por uma base de militantes jovem e interclassista. Outro jovem, Helgi S. Johsson, criou o *"Partido Nacional"*, mais inspirado no modelo alemão. Existiu, também, uma *"Liga da Juventude"* de clara orientação nacional-socialista, e dirigida por Arnason, o qual tinha sido representante da Islândia em várias publicações nacionalistas alemãs. Há que ter em conta que a Islândia, habitada em sua maior parte por descendentes de noruegueses, era muito sensível à influência alemã, ao igual que o resto dos países germânicos.

Estas organizações políticas contaram com certos órgãos de expressão de interesse, como *"Islanda"*, do *"Partido Nacional"*, e *"Mjolnir"*, independente, dirigida por Bjarni Jonsson.

Nenhuma destas organizações chegou a representar uma *"ameaça para a democracia"*, mas evidenciam a capacidade de expansão do pensamento e o estilo fascista, até uns pontos tão longínquos como a Islândia. Estas organizações manifestaram seu total apoio e solidariedade à causa do Eixo, da Nova Ordem Europeia. Durante a guerra os homens, os partidos, e as publicações, foram perseguidos pelos ocupantes, e se iniciou um processo de confluência que daria lugar à formação, no pós-guerra, do "Partido da Independência". *"Pensai –escrevia um neofascista italiano–*

naquele movimento de jovens, que nos limites do Círculo Polar Ártico declaravam sua solidariedade com os combatentes italianos das areias líbias, e com os soldados alemães no coração do Cáucaso.(…) Tinham em casa aos americanos, mas não duvidaram em 'comprometer-se', em desafiar as perseguições e as cadeias, para afirmar sua concepção do mundo: a mesma que animava aos voluntários europeus na Cruzada da Frente do Leste".

CAPÍTULO II

OS FASCISMOS DA EUROPA ORIENTAL BÁLTICA

Na bacia báltica da Europa Oriental, desde a Finlândia até a Polônia, se pode qualificar como *"época fascista"* a do período entre-guerras, e com muitas razões para isso. Finlândia, Estônia, Letônia, Lituânia e Polônia tinham reconquistado sua Independência, ao final da guerra mundial, lutando contra o Exército Vermelho. Pilsudski o tinha derrotado nas mesmas portas de Varsóvia, em 1920, e Mannerheim tinha avançado com suas tropas até os subúrbios da então Petrogrado, berço da revolução bolchevique, enquanto os estonianos, letões e lituanos os tinham rechaçado em seu território. O nacionalismo, consequência da longa situação de ocupação por uma potência estrangeira, era um sentimento massivo nestes países, e a ele se acrescentou o mais violento anticomunismo. O *"Perigo vermelho"* e o *"perigo russo"* eram uma só coisa. O nacionalismo se dirigia também contra as minorias burguesas adictas estabelecidas nestes países: os suecos, os alemães, e sobretudo, os judeus.

O fascismo e os grupos semi-fascistas ou pseudo-fascistas surgiram entre os grupos de ex-combatentes, e frequentemente estavam dirigidos pelos mesmos generais que os tinham levado ao campo de batalha. O fascismo mais original foi o finlandês, e o mais potente o estoniano. Na Polônia, em cambio, os fascistas tiveram uma escassa força, mas a *"fascistização"* da vida política do país foi praticamente total. Em todos os países citados se produziram enfrentamentos diretos entre as forças nacionalistas conservadoras e os fascistas ou semi-fascistas; para impor-se as primeiras acudiram a instaurar regimes pseudo-fascistas (*"Na Letônia e Estônia o trânsito a formas autoritárias se realizou, não tanto como reação contra a esquerda, senão como medida de defesa contra os movimentos fascistas"* escreve Nolte).

O modelo alemão estava chamado a influir mais que o italiano, dada a proximidade, mas o sentimento profundamente antialemão de poloneses e lituanos não se viu alterado e os fascistas desses dois países sempre foram

inimigos declarados da Alemanha, ainda que esta fosse dirigida por um governo fascista.

Em poucas regiões da Europa se fez tão patente a quebra do sistema liberal, e a vida política chegou a estar tão dominada pelos fascistas ou os fascistizados. Para a Internacional Comunista, tanto na Polônia de Pilsudski, como Lituânia, desde 1926, e Estônia e Letônia desde 1934, eram claros *"regimes fascistas"*, e Finlândia, apesar de que conservou sempre a democracia formal, ao ter proibido o P.C. foi também merecedora de parecida qualificação.

FINLÂNDIA

"A Finlândia foi um dos países europeus nos que o fascismo esteve a ponto de conseguir o triunfo total a princípios dos anos trinta", diz A.F. Upton, acrescentando que é provável que as grandes possibilidades de êxito do fascismo na Finlândia estivessem intimamente relacionadas com o fato de que *"em seus princípios, fosse um desenvolvimento natural da tradição nacionalista do país, sem dever pouco, ou nada ao fascismo internacional"*. O desenvolvimento deste nacionalismo se devia à situação em que se achava a Finlândia respeito ao Império russo; dependia do Czar, como Grão-Ducado autônomo, mas desde 1890 se tinha acabado esta autonomia e tinha começado uma política de russificação. Outro elemento que favorecia o nacionalismo era a presença de uma ampla minoria de população sueca, que era maioritariamente burguesa. Snellman foi o criador do nacionalismo romântico finlandês; era um filósofo muito influenciado pelo idealismo alemão e se inspirava no conjunto de correntes nacionalistas que se davam na Alemanha. Dois elementos ficam para acabar de descobrir a tradição nacionalista finlandesa. O primeiro era o descobrimento arqueológico de que a cultura finlandesa se tinha estendido por todo o norte da Rússia até os Urais, e que havia grupos étnicos finlandeses no território citado, ainda (como os chamados finlandeses do Volga) Desde este descobrimento, foi uma aspiração constante dos

nacionalistas o criar a *"Grande Finlândia"* que se estendesse até os Urais. Por outra parte, o nacionalismo finlandês teve desde o princípio o caráter de ativista, pois se respondeu à política de russificação com a ação direta. Os nacionalistas finlandeses desenharam assim qual era o papel da Finlândia na Europa; se tratava de defender, em sua fronteira nororiental, a civilização europeia, dos eslavos *"bárbaros"*.

Estes ativistas nacionalistas viram na 1ª Guerra Mundial a oportunidade de livrar-se do domínio russo, se o Império czarista fosse derrotado. Aportaram seu grão de areia formando, na Alemanha, uma pequena força militar que combateu ao Exército czarista. Estes voluntários, *"Jägers"*, como se lhes costumava chamar, representaram o início de uma estendida germanofilia no nacionalismo finlandês. Ao acabar a guerra mundial, na Finlândia estourou a guerra civil, entre os *"vermelhos"* socialistas e comunistas, muito impressionados pelas experiências bolcheviques no vizinho Petrogrado, e os *"brancos"* nacionalistas. Os primeiros foram auxiliados pelos russos, e os segundos pelos alemães. Swinhufvud, conservador e então no poder, encomendou a direção do *"exército branco"* a um militar de grande prestígio, Gustav Mannerheim, o qual intentou, inclusive, ocupar a Península de Kola e a Carélia. Mas a paz oficial firmada com a Rússia soviética em Tartu em 1920 não conseguiu a incorporação à Finlândia destes territórios etnicamente finlandeses. Desde então, o nacionalismo finlandês será irreconciliável com a democracia: *"A Finlândia se viu dotada -escreve Upton- de um dos mais prometedores ingredientes para um movimento fascista, uma 'terra irredenta' na Carélia, cuja perda podia ser imputada à debilidade do regime democrático que tinha negociado o 'vergonhoso' Tratado de Tartu"*. Além disso, apesar de que os *"vermelhos"* tinham sido derrotados no curso da breve, mas duríssima guerra civil, a nova Constituição, plenamente liberal, dava liberdade de ação a socialistas e comunistas, o que molestou profundamente aos nacionalistas que viam assim traicionado o sangue dos que caíram na guerra civil.

Existiam todos os elementos necessários para o desenvolvimento de um potente movimento de tipo fascista, inclusive um importante *"perigo*

vermelho” representado pelos comunistas, aos que se associava automaticamente ao *“Perigo imperialista russo”*, e pelos social-democratas. Os primeiros, oficialmente proibidos, se reorganizaram com outros nomes e controlavam sindicatos, organizações juvenis e periódicos; além disso absorveram a uma grande parte do partido social-democrata.

A reação a este estado de coisas não se fez esperar, e logo se organizou um potente movimento nacionalista. À primeira geração de nacionalistas conservadores, que se deram por satisfeitos com o Tratado com a Rússia que consagrava a Independência, sucedeu uma geração de jovens nacionalistas forjados na guerra civil, alheios ao compromisso e partidários da ação. As forças da *“Direita Nacional”* se agrupavam no partido *“Kokoomus”*, que aspirava a um *“governo forte”* apoiado pelo líder conservador Svinhufvud. Estava, por outra parte, a *“Guarda Nacional”* armada e equipada pelo governo, mas autônoma em sua organização e direção; esta espécie de *“somaten”* não fazia nenhum segredo de seu virulento anticomunismo e provia aos nacionalistas de homens e armas; dado seu nome, *“Suojeluskunta”*, se a costumava denominar com as siglas S.K. Muito importante era o grupo universitário denominado *“Associação Acadêmica da Carélia”* (ou A.K.S.) Grupo este formado por estudantes ex-combatentes cujo mesmo nome já indica até que ponto se achava impregnada de irredentismo sua ideologia. Atuando à maneira de uma *“maçonaria branca”*, com um estrito controle de seus afiliados, e um longo processo de acesso a suas fileiras, a AKS conseguiu reunir o mais granado da juventude universitária finlandesa.

A AKS pregava a realização da *“Grande Finlândia”*, e além disso seus seguidores *“Defendiam a tese do deslocamento do poderio mundial para o norte -explica Marvin Rintala—. Desde o fértil solo do Egito e Babilônia tinham ido deslocando-se para as terras onde a luta pela vida era mais dura e o solo menos rico. Primeiro desde o Mediterrâneo Oriental até a Península Ibérica, e o norte da Itália; desde ali aos países centro-europeus e Inglaterra. Finalmente, no período de entreguerras, tinha subido mais ao norte, e estava decidindo-se entre Alemanha e Rússia. Mas o definitivo domínio da Europa, e por conseguinte da história mundial,*

renasceria nas raças mais nórdicas, entre os escandinavos, os finlandeses ou os russos". Este espírito irredentista e imperialista achava, além disso, seu caldo de cultivo nas reflexões que os ex-combatentes das tropas *"brancas"* se faziam. Um deles escreveu então: *"Imponentes e deixados de um lado, amargados e desconfiados, os homens de 1918 se retiraram a suas tocas. Tinham a amarga convicção de que o que tinham ganho era malgastado agora e tirado pela borda por uma espécie de traição. Não tinham fé na política de compromisso"*. Este espírito animava aos estudantes que tinham combatido na guerra, aos *"Jäger"*, aos membros da S.K., e também o campesinato finlandês. E foi precisamente no seio deste onde nasceu o primeiro grande movimento que se tem chamado fascista na história finlandesa. Na região de Pohjanmaa tinha surgido o movimento *"branco"*, e nos anos seguintes à guerra civil seus habitantes tinham formado parte de uma organização especializada em atacar o *"terrorismo sindical vermelho"*; analogamente aos *"gruppi di competenza"* organizados na Itália pelo fascismo, os membros do grupo *"Vientirauha"* se enfrentavam aos piquetes vermelhos, e rompiam as greves políticas revolucionárias. No verão de 1929 a organização juvenil comunista organizou um ato claramente provocador, convocando uma concentração na cidade de Lapua, no seio desta região campesina. Era mais do que se podia suportar. Os campesinos boicotearam a reunião, atacaram aos participantes e os expulsaram. Por todo o país se organizaram comícios de protesto contra a provocação e em um deles, em 1º de Dezembro, nasceu o *"Movimento Lapua"*; seu dirigente, Kossola, afirmava que *"É uma perda de tempo enviar delegações, é melhor enviar homens armados a Helsinque...É possível que toda a forma atual de governo, e todo o sistema parlamentar tenham que ser sacrificados"*. O movimento, surgido espontaneamente, não tinha uma ideologia ainda precisada, embora sim uns inimigos concretos: *"Nenhum dos movimentos fascistas se tinha proposto, já desde seus começos, tão exclusivamente a luta contra o comunismo como objetivo"* -diz Nolte-. Realmente não se tratava ainda de um movimento fascista e o mesmo Nolte afirmava que seria melhor qualificá-lo como *"semi-fascista"*, e isto se deve a que de fato o *"movimento Lapua"*, espontâneo e falto de políticos de grande estilo, se

achava controlado e dirigido *"por baixo do pano"* pelo Partido Conservador, que achava este movimento de campesinos útil para impor sua autoridade ao poderoso partido social-democrata, e conseguir assim a estabilidade governamental, impossível dada a força das esquerdas, com as que não cabia pensar em nenhuma forma de coalizão. Alheios a estes obscuros assuntos políticos os membros de *"Lapua"* retomaram a tradição ativista do nacionalismo finlandês: *"O movimento passou à ação, atacando aos dirigentes do Partido Comunista -escrevia Duprat- realizando a la vez uma intensa campanha para pedir a dissolução do partido comunista, e uma estrita legislação antimarxista que alcançaria também ao partido social-democrata. Esta proposição de lei anticomunista foi também rejeitada pela oposição de esquerda, e então os "lapuanos"* passaram à ação: se assaltou o periódico socialista *"Työn Ääni"* e os participantes se apresentaram à polícia; ao intentar detê-los a pressão dos campesinos foi tão grande que tiveram que ser soltos; os *"lapuanos"* fecharam por si mesmos vários órgãos de imprensa de esquerda e prepararam uma grande *"marcha sobre Helsinque"* em um congresso celebrado em abril de 1930. Os políticos conservadores conseguiram manipular ao movimento camponês. Svinhufvud viajou a Lapua e os convenceu para que o apoiassem, e o presidente Relander não pôde senão assignar a Svinhufvud a formação de gabinete. Se formou uma *"frente nacional"*, o *"Suomen Lukko"*, com a participação de *"Lapua"*, a AKS, e a *"Vientirauha"*, e quando 12.000 campesinos de todo o país, armados, convergiram sobre Helsinque a princípios de julho, já não se tratava de uma *"marcha sobre Helsinque"*, pois o gabinete de Svinhufvud tinha acedido de antemão a suas reclamações dissolvendo as organizações-fachada do P.C. Conseguido este êxito, o *"Movimento Lapua"* se oficializou como organização, se bem que não tinha caráter de partido político. Os conservadores queriam agora que os campesinos se voltassem a casa e lhes deixassem governar em paz, *"mas logo ficou claro que o movimento Lapua não estava contente com este êxito e não se conformava com o simples anticomunismo"*, descreve E. Nolte. Não só não se dissolveram, senão que seguiram adiante com seu ativismo. No verão e outono de 1930 mais de mil dirigentes esquerdistas foram vítimas de uns

curiosos sequestros: os militantes *"lapuanos"* os raptavam e tras dar-lhes uma surra os lançavam à outra parte da fronteira soviética, para que desfrutassem do *"paraíso soviético"*; paradoxalmente bastantes deles seriam fuzilados por "espiões" por seus camaradas soviéticos. Em outros casos, se recorreu ao mais expedito método da execução. Se chegou a raptar ao que fora primeiro presidente da República, Stahlberg. Se descobriu que seu rapto tinha sido realizado por um dos mais veteranos dirigentes anticomunistas, o general Wallenius.

Svinhufvud conseguiu, por sua parte, a presidência da República nas eleições de 1931. Reforçado assim seu poder se propôs a limitar as *"façanhas"* do *"Movimento Lapua"* que cada vez mais se lhes escapava das mãos. Além disso, seu órgão de imprensa, que significativamente ostentava o título de *"Aktivist!"*, mostrava cada vez mais inclinação pelos fascismos europeus, e *"em suas páginas podemos seguir a evolução de um completo programa fascista"* diz Upton. Anteriormente, a AKS tinha posto de modelo de regeneração nacional a Itália de Mussolini, e outras forças nacionalistas, incluídos os conservadores de *"Kokoomus"*, não tinham ocultado suas simpatias por ele. O triunfo do nacional-socialismo na Alemanha foi igualmente saudado, e os veteranos *"jägers"* recuperaram a fé na Alemanha, que tinham perdido durante a democrática República de Weimar …

O choque entre Svinhufvud e seus antigos simpatizantes do *"Lapua"* se fez inevitável, pois enquanto este se contentava com deter o poder, os *"lapuanos"* queriam transformar o sistema político estabelecido. O general Wallenius, expulso de seu cargo no Exército pelo citado sequestro, como Secretário Geral do *"Movimento Lapua"* se pôs a organizar um golpe de Estado. Os rumores relativos a este golpe se estenderam rapidamente, e inclusive, se debateram no Parlamento, onde o Governo disse conhecer os preparativos… Wallenius intentou frear a operação, desprovida já do elemento de surpresa. O S.K., controlada por militantes do *"Lapua"* devia ter um papel capital, já que estava abundantemente armado, e os elementos do S.K. da população de Mäntsälä desencadearam o golpe de Estado em 11 de fevereiro de 1932, com motivo de um comício

de esquerda, desobedecendo as indicações de Wallenius. Faltos de coordenação os *"putschistas"* só levaram a cabo uma parte das operações previstas, e boa parte das províncias não se levantou em armas. O presidente Svinhufvud aproveitou esta desorganização e desconcierto, assim como o prestígio de que tinha gozado entre os *"lapuanos"* e o S.K. para incitá-los a depor sua atitude, oferecendo-lhes o perdão. O exército, por outra parte, permaneceu fiel às autoridades e o apoio que esperavam do herói nacional Mannerheim não se materializou. A revolta acabou sem derramamento de sangue, mas o *"Movimento Lapua"* foi proibido e seus dirigentes processados. *"Em 24 de março —escreve Duprat— o Movimento, decapitado, dividido, e em plena crise, foi dissolvido pelo Governo, em virtude da Legislação que reprimia as atividades anticonstitucionais, legislação que o 'Lapua' tinha feito adotar em outubro de 1930 por meio de sua constante pressão…"*

Acabava *"Lapua"*, mas não o fascismo finlandês, que era, precisamente agora, quando compreendeu a manipulação de que tinha sido vítima pelos conservadores, quando nasceu plenamente. Em 5 de junho se formou o *"Isänmaallinen Kansan Liike"* (IKL), ou *"Movimento Patriótico do Povo"*. A seu nascimento não era alheio o maquiavélico Svinhufvud, que pretendia seguir aproveitando-se politicamente dos militantes nacionalistas. Afirma Rintala que *"A intenção de Svinhufvud ao apoiar a criação do novo grupo era o estabelecimento de uma frente burguesa independente, capaz de opor-se legalmente aos social-democratas e comunistas"*. Esta vez os cálculos lhe saíram mal ao veterano político, e *"o IKL em seguida chegou a ser mais radical do que seus respeitáveis fundadores tinham desejado, e assim, rejeitando qualquer nexo com a reação, os conservadores ou o capital, se declarou contrário aos comunistas, seus inimigos mais acérrimos; seu desejo era estabelecer uma 'alternativa radical criadora' respeito ao comunismo"*, escreve Eugen Weber.

Se respeito ao caráter fascista do *"Lapua"* existem polêmicas, não ocorre tal com respeito ao IKL, e todos os autores especialistas subscreveriam estas palavras de Francis Carsten: *"O programa era muito*

similar ao da Associação Acadêmica da Carélia, especialmente na ideia de 'Grande Finlândia' e mais claramente profascista que o 'Movimento Lapua'. O novo movimento admirava aos dois grandes ditadores europeus e adotou o princípio de liderança. Seus membros, frequentemente o eram também da Associação da Carélia; um membro proeminente desta foi nomeado chefe da organização juvenil (…) A diferença do Lapua o novo partido se compunha de estudantes e gente com instrução universitária". Com a aparição do IKL aparecia a terceira geração do nacionalismo finlandês, conforme tem explicado Rintala em um célebre estudo. Aos conservadores de antes da Independência, e aos ex-combatentes da guerra civil, sucedia agora a geração formada pela Associação da Carélia. A AKS tinha enquadrado e organizado o melhor dos universitários finlandeses e dominava nitidamente nas aulas; tinha desenvolvido uma ideologia nacionalista completa e própria, e através dos graduados que ocupavam a direção do país, influiu notavelmente na política finlandesa.

O IKL não estava disposto a repetir os erros do *"Lapua"*. *"Os grandes –escreve Upton– tinham utilizado o movimento de Lapua quando servia a seus propósitos e os ajudava a restabelecer sua autoridade, em 1930. E o destrozaram em 1932 quando o movimento desafiou o modo em que eles vinham exercendo-a"*. Mas, por desgraça para ele, as condições políticas e sociais já não eram tão favoráveis como tinham sido para o *"Lapua"*. Em 1932, e pela primeira vez, se instaurou um gabinete longo e forte, dirigido por Kivimäki; sob sua direção se recuperou a economia, até o ponto que a Finlândia se fez famosa porque era dos poucos países que pagavam suas dívidas exteriores. Os social-democratas abandonaram suas simpatias pelos bolcheviques e os centristas se aventuraram a coaligar-se com eles. Desaparecia a crise econômica e a instabilidade política, e com elas as possibilidades revolucionárias.

Também se rompeu a unidade dos nacionalistas. Do *"Movimento Lapua"* se tinha escindido, nos últimos tempos, uma denominada Organização do Povo Finlandês, muito inspirada no nacional-socialismo alemão, utilizando, inclusive, a suástica como emblema, e seus membros não se incorporaram ao IKL. A grande massa campesina de *"lapuanos"* se

decepcionou da política após a traição de que tinha sido objeto. O uniforme do partido não era outro que a camisa negra… Em 1934 o governo começou a adotar medidas contra o extremismo político: se proibiu o uso de uniformes, e os ataques à Constituição; mas os jovens ativistas das milícias chamadas *"Sinnmustat"* desafiariam estas leis. O IKL apoiou, com a participação de ativistas próprios, o intento de golpe de Estado na Estônia em 1935, sublinhando assim sua irmandade com os estonianos, que eles consideravam parte da Grande Finlândia.

As eleições de 1936 foram um triunfo total para a esquerda. O IKL manteve seus 14 assentos, mas com a maioria no Parlamento, e a Presidência da República em suas mãos, a esquerda se lançou sobre o movimento fascista. Tentou dissolver o IKL, se bem que o Tribunal Supremo se opôs. De todas as formas, o IKL tinha entrado em um período de decadência, como consequência das já vistas melhoras da situação política e econômica, e coetaneamente com a prática desaparição do Partido Comunista. A guerra com a URSS no inverno de 1939-40 só favoreceu relativamente ao IKL, pois durante a *"guerra de inverno"*, e depois ao reiniciar-se a guerra após o ataque alemão, morreram muitos militantes: *"As necessidades e as perdas da guerra dizimaram o Movimento Patriótico do Povo, escreve Rintala, em especial, entre seus dirigentes mais jovens e ativos"*.

Conforme aumenta a estabilidade do país, o IKL perdia assentos. Em 1939 só obteve 8. O pacto germano-soviético o prejudicou muito, e só o esfriamento das relações germano-russas e a impressão, cada vez mais generalizada, de que se preparava a guerra contra a URSS, deu nova vida ao movimento. No outono de 1940, o IKL convocou a todos os *"grupos simpatizantes da Nova Ordem Europeia"*, para tentar oferecer uma alternativa ao país, mas o êxito foi escasso. Havia, em efeito, outros grupos impregnados da ideologia fascista. A minoria sueca (algo mais do 10% da população) se fez eco do nacionalismo através do periódico *"Svensk Botten"*, de Gadolin, abertamente favorável a Hitler e ao Eixo. Entre a população finlandesa se criou inclusive um pequeno *"Partido Nacionalista Finlandês"*, e houve dois pequenos grupos mais, formados

por intelectuais: o *"Vappa Suomi"* (*"Finlândia Livre"*), dirigido pelo *"pai"* do nacionalismo finlandês, Snellman, e o *"Gustav Vasa"*, que apresentou ao grande rei sueco-finlandês como um claro exemplo de *"pré-fascismo"*.

Sangrados na guerra, e sem chefes nem quadros, os partidos fascistas não puderam opor-se à *"mudança de casaca"* que realizou o governo em 1944, firmando a paz com a Rússia e declarando a guerra à Alemanha. As cláusulas do armistício exigiam a *"desarticulação das organizações fascistas"*, o que foi levado a cabo pelas autoridades finlandesas; desde então, os soviéticos se têm acostumado tanto a ditar a política a Helsinque que no vocabulário político se tem criado a *"finlandização"*, para designar como um país pode ser dirigido por outro, sem que tenha sido invadido e ocupado.

A história do fascismo finlandês acaba pouco gloriosamente, como fim de uma longa agonia. Tinha estado a ponto de alcançar o poder, mas progressivamente se viu diminuído em suas forças e acabou integrando-se na coalizão governamental durante a guerra, pois seu patriotismo lhe exigia apoiar o gabinete de concentração nacional. Ao fascismo finlandês faltou sempre um grande líder político. Em vez de revolucionários com carisma, só contou com camponeses facilmente manipuláveis, como Kossola, militares profissionais, como Wallenius, e com intelectuais universitários, como Annala. E quando pôde ter conquistado o poder sua falta de direção firme e adequada o afastaram dele. Sua organização definitiva, com o estabelecimento do IKL, coincidiu com a estabilização da situação sociopolítica, e isso comportou a desaparição das possibilidades revolucionárias; depois vieram as medidas repressivas, a desunião, a desilusão de muitos militantes, a guerra… Apesar disso, a importância do fascismo finlandês está clara e a melhor prova disso é o grande número de autores que o têm estudado e julgado. Por sua originalidade, e seu caráter puramente finlandês destaca tanto como pela importância quantitativa que chegou a representar em seu país.

ESTÔNIA

O fascismo nasceu na Estônia vinculado aos grupos de ex-combatentes da guerra de libertação nacional contra a Rússia. Desde 1918 a 1920 os estonianos tinham lutado por reconquistar sua independência, fazendo frente ao Exército Vermelho, e derrotando-o. Não só se enfrentaram ao comunismo russo, senão também ao comunismo local, relativamente forte, pois ainda em 1924 se intentou um golpe de Estado comunista.

O sentimento anticomunista era geral no país. Os comunistas locais, como todos os vinculados à III Internacional, não eram senão uma *"quinta coluna"* soviética, e a isto era muito sensível este pequeno país, que tinha em sua mesma fronteira ao gigante soviético. Por isso, ainda que a Constituição do país fosse oficialmente de tipo liberal-parlamentar *"a influência decisiva seguia estando nas mãos dos dirigentes do movimento anticomunista de 1919, e principalmente do velho homem de Estado Konstantin Pats, e do antigo comandante supremo, general Laidoner"*, diz Nolte. A maior parte dos ex-combatientes anticomunistas confiavam nestes dois dirigentes e não puseram demasiado interesse em auto-organizar-se.

Em 1930, no entanto, se criou a *"Associação de Combatentes pela Liberdade da Estônia"*, conhecida por suas siglas *"WABSE"*. Suas origens foram apolíticas, centrando-se em reivindicações econômicas para os ex-combatentes. E é que na realidade a vida da Estônia estava falta de grandes tensões que motivassem esta politização. A população judaica, tão abundante na Europa Oriental, só era muito escassa ali; igualmente, era de escassa importância o problema agrário, e a casta de *"baltenritter"* (barões bálticos), de origem alemão, não tinha nem muito menos a importância que na Letônia ou Lituânia. Sem grandes problemas sociais, nem problemas com nacionalidades, era lógico que os ex-combatentes não se tivessem mobilizado politicamente.

Mas isto mudou radicalmente em 1931, devido à obra de dois homens; o general Larka, herói da luta nacional contra os soviéticos, e o advogado

Sirk. O *"WABSE"* estava concebido como associação nacionalista, conservadora e paramilitar, disposta a reforçar ao exército em caso de *"perigo comunista"*. Mas Larka e Sirk o transformaram em um movimento fascista. Criaram um grupo radical, o *"Frente Nacional do Trabalho"*, e situaram a seus seguidores nos postos chave do *"WABSE"*, conseguindo que Larka substituísse em sua presidência a Laidoner. Sirk introduziu na Associação todos os temas da ideologia fascista, preconizando o Estado Corporativo, e a aliança com os nacionalistas da Lituânia e Finlândia, e inclusive com a Alemanha, uma vez que Hitler tivesse conquistado o poder. Se tratava de organizar as forças que deviam levar a cabo uma Cruzada Anticomunista. Esta política chocava com a preconizada por Pats e Laidoner, que tratavam em todo momento de evitar *"dar motivos de desgosto"* aos soviéticos.

Por outra parte, o *"WABSE"* adotou uma organização totalmente militarizada. Seus homens se dividiam em companhias e contavam com uma série de grupos de choque. O Partido Social-Democrata, ao que se acusava de ser favorável a Moscou, foi a primeira vítima de seus ataques, após ter criado este um *"Frente Antifascista"*. À vez, se conseguiram importantes êxitos políticos. Em 1933 o *"WABSE"* propugnou a reforma da Constituição, em sentido autoritário. Suas propostas foram aprovadas em referendo pela grande maioria do povo estoniano, e os fascistas estonianos se apressaram a dar o seguinte passo: colocar no poder a seu líder, o general Larka.

Pats e Laidoner estavam decididos a impedir que isto ocorresse. Argumentando a organização militar do partido, e seus choques com os socialistas, a organização foi dissolvida em março de 1934. Os motivos, na realidade, eram distintos. As eleições então em curso, estavam mostrando que o *"WABSE"* se ia a alçar com o poder, (*"Teria sido o primeiro movimento fascista que alcançasse o poder com a maioria absoluta nas eleições livres"* escreve Nolte) e havia que impedi-lo a toda a custa. Pats e Laidoner, como chefe do governo e chefe do exército, respectivamente, estabeleceram seu poder pessoal. Dissolveram os demais partidos e estabeleceram uma organização política única, se reforçou a autoridade do

governo, e se multiplicaram as declarações anticomunistas. Sob a aparência fascistizante, Pats e Laidoner o que tratavam de salvar era uma forma moderada e *"dirigida"* de democracia, e erradicar o *"perigo fascista"*.

Os membros do *"WABSE"* não se resignaram, e em 1935 intentaram um golpe de Estado. Sua organização defeituosa, permitiu a reação da polícia e do exército, e os *"golpistas"* tiveram que capitular, marchando muitos ao exílio na Finlândia e Alemanha. Pats, sem inimigos interiores já, fez votar uma nova Constituição de tipo fascistizante, e foi *"reeleito"*, mantendo à vez a repressão contra os militantes clandestinos do *"WABSE"*. Estes conseguiram, no entanto, organizar células de simpatizantes, no Exército, onde contavam com o coronel Koern, o tenente coronel Rabanne, e o major Hirvellaan, e na organização administrativa, onde atuava Hjalmar Mäe.

A política amigável de Pats para com a URSS não lhe serviu para nada. Após a partição da parte oriental da Polônia, o exército soviético impôs aos estonianos, como aos demais estados bálticos, a presença de tropas soviéticas em seu território. Em julho de 1940, após eleições manipuladas, a Estônia *"aceitou"* reincorporar-se ao Estado soviético. Pats pagou sua política sendo deportado à Sibéria, e a polícia comunista se fez com as listas de militantes do *"WABSE"* que tinha a polícia estoniana, desencadeando sobre eles a mais brutal repressão. Não ficou outra possibilidade senão passar à guerrilha. Koern, Rebanne e Hirvellaan, organizaram em agosto o movimento dos *"Irmãos da Floresta"*, que atuou militarmente contra o Exército Vermelho. Se estabeleceu contato com a Finlândia e Alemanha, e foi possível coordenar as ações dos guerrilheiros com as forças alemãs, uma vez estas invadiram o território da URSS. Os membros dos grupos de *"Irmãos da Floresta"* entraram em Tallinn, a capital da Estônia, sendo aclamados como vencedores.

A ambígua política de ocupação alemã, que se bem permitiu um governo autônomo, dirigido por Mäe, limitou suas atribuições, acabou rompendo a unidade do movimento *"WABSE"*. Koern decidiu reempreender a luta guerrilheira, agora contra os alemães e os partisanos

comunistas, enquanto que Rebanne se pôs do lado da Alemanha, organizando tropas estonianas que haveriam de lutar nas Waffen SS, onde chegaram a constituir uma Divisão inteira, e onde Rebanne recebeu a Cruz de Cavaleiro por seus feitos de armas. Em 1944 Mäe, muito moderado, foi substituído por Tlee, ex-responsável do *"WABSE"* em Tallinn, quem preparou a mobilização geral do país para fazer frente à invasão soviética, que parecia aproximar-se conforme se multiplicavam as derrotas das tropas alemãs no Leste. Apesar de seus intentos, e apesar de que os mesmos seguidores de Pats prestaram seu apoio, foi impossível deter o avanço do Exército Vermelho, que ocupou a Estônia a finais de setembro de 1944. Os homens do *"WABSE"* voltaram à guerrilha, reunificando-se os seguidores de Koern e os de Rebanne. O primeiro caiu em 1948, e o segundo um ano depois.

O fascismo estoniano foi o principal dos países bálticos, pois esteve à beira do poder. Sua repressão, por parte de elementos reacionários como Pats, mostra as profundas diferenças existentes entre o fascismo e a simples direita anticomunista. As adversas condições nas que pôde assumir o poder -com a ocupação alemã- tampouco permitem emitir um juízo sobre como teria sido sua forma de governar o país.

LETÔNIA

A história do fascismo letão é tão parecida com a do fascismo estoniano que quase parece uma cópia. A única diferença é que alcançou um nível de desenvolvimento um pouco menor, não chegando nunca a estar, como na Estônia, à beira mesma da conquista do poder.

Pelos mesmos anos que a Estônia lutava por sua independência, os nacionalistas letões mantinham uma múltipla luta, tanto contra os exércitos vermelhos soviéticos, como contra os *"russos brancos"* que intentavam incorporar o país ao *"Império russo"* pelo que lutavam, e inclusive contra os membros dos *"corpos francos"* alemães de Von der Goltz, aliados antes, mas que se voltaram inimigos ao intentar criar um governo alemão,

apoiando-se na ampla minoria de origem alemã estabelecida no país. Graças ao apoio das potências ocidentais, Ulmanis, chefe da *"Liga Camponesa"* e presidente do governo, tinha conseguido vencer a todos os invasores e reafirmar a independência, gozando desde então de um amplo prestígio no país, o que o levou repetidas ocasiões, ao poder.

Ao contrário da Estônia, na Letônia havia um forte problema com as nacionalidades. Os judeus, por uma parte, e a minoria alemã descendente dos colonos teutônicos, por outra, controlavam em boa parte a economia do país. E contra ambos os grupos *"estrangeiros"* irá se dirigir grande parte da atividade dos nacionalistas. A jovem república tinha adotado uma Constituição liberal e as forças de esquerda tinham uma sólida posição.

O fascismo aparecerá vinculado aos ex-combatentes da guerra de independência e às organizações estudantis nacionalistas. O influxo do fascismo italiano foi relativamente escasso, dada a distância do país latino, se bem que, já em 1926, uma reunião de organizações nacionalistas acabou manifestando suas mais claras simpatias por Mussolini. Em cambio, o Nacional-Socialismo alemão era um fenômeno mais próximo e influente. Não é uma casualidade que fosse o ano 1933 quando se fundava o movimento *"Ugunkrust"* ou *"Cruzes de Fogo"*. Tampouco é uma casualidade que seu fundador fosse um estudante que tinha formado parte das tropas voluntárias que se opuseram ao Exército Vermelho, Gustavs Celmiņš.

O grupo, de fato, se nutria dessas duas fontes, basicamente: os ex-combatentes e os estudantes. O eco do nacional-socialismo alemão ressoava com força na Letônia, mas de forma ambivalente. Como diz Nolte: *"A tomada do poder por Hitler deu um grande impulso aos grupos nacionalistas, mas de uma maneira peculiar. Desde o ponto de vista nacionalista, provocou grande inquietação e levou a uma virada mais profunda contra a influência alemã, e contra o grupo étnico alemão; mas desde o ponto de vista social, a vitoriosa luta nacional-socialista contra o 'marxismo' despertou muitas simpatias"*. Este fenômeno se deu também na Lituânia e na Polônia, e em menor medida na Tchecoslováquia e Iugoslávia e durante a guerra mundial daria lugar ao fato de que na Europa

Oriental muitos dos que se opunham às tropas da Alemanha nacional-socialista não eram comunistas ou democratas, senão nacionalistas e inclusive fascistas.

O fascismo aparecerá vinculado aos ex-combatentes da guerra de independência e às organizações estudantis nacionalistas. O influxo do fascismo italiano foi relativamente escasso, dada a distância do país latino, se bem que, já em 1926, uma reunião de organizações nacionalistas acabou manifestando suas mais claras simpatias por Mussolini. Em cambio, o Nacional-Socialismo alemão era um fenômeno mais próximo e influente. Não é uma casualidade que fosse o ano 1933 quando se fundava o movimento *"Ugunkrust"* ou *"Cruzes de Fogo"*. Tampouco é uma casualidade que seu fundador fosse um estudante que tinha formado parte das tropas voluntárias que se opuseram ao Exército Vermelho, Gustavs Celmiņš.

O grupo, de fato, se nutria dessas duas fontes, basicamente: os ex-combatentes e os estudantes. O eco do nacional-socialismo alemão ressoava com força na Letônia, mas de forma ambivalente. Como diz Nolte: *"A tomada do poder por Hitler deu um grande impulso aos grupos nacionalistas, mas de uma maneira peculiar. Desde o ponto de vista nacionalista, provocou grande inquietação e levou a uma virada mais profunda contra a influência alemã, e contra o grupo étnico alemão; mas desde o ponto de vista social, a vitoriosa luta nacional-socialista contra o 'marxismo' despertou muitas simpatias"*. Este fenômeno se deu também na Lituânia e na Polônia, e em menor medida na Tchecoslováquia e Iugoslávia e durante a guerra mundial daria lugar ao fato de que na Europa Oriental muitos dos que se opunham às tropas da Alemanha nacional-socialista não eram comunistas ou democratas, senão nacionalistas e inclusive fascistas.

O grupo de Zelmin, rebatizado de *"Perkonkrust"* (*"Cruz do Trovão"*) após a primeira proibição que sofreu, desenvolveu-se rapidamente. Adotou como uniforme a camisa cinza com braçadeiras com a Cruz Suástica, e impôs-se na Universidade, contando com fortes apoios entre a oficialidade jovem e o campesinato. Seus inimigos declarados eram os judeus e a

minoria alemã; e na política externa mostrava-se hostil à Alemanha de Hitler e à Rússia de Stalin. Sua agitação logo preocupou seriamente os socialdemocratas (que criaram o correspondente *"Frente Antifascista"*), e a *"Liga Camponesa"* de Ulmanis. Este antigo herói nacional havia se desacreditado progressivamente por seus métodos arbitrários de poder e a corrupção de seus colaboradores; por outro lado, a estabilidade política do país era muito precária, e entre 1918 e 1934 dezoito gabinetes tentaram, em vão, dirigir o país de forma coerente.

Zelmin decidiu apoderar-se do governo pela força. Um projetado golpe de Estado não chegaria, no entanto, a vingar pois, como medida preventiva, Ulmanis, então no poder, dissolveu o *"Perkonkrust"*, decretou estado de sítio e dissolveu depois o resto dos partidos e o Parlamento. Desde maio de 1934, um regime autoritário, de grande semelhança com o de Pildsuki na Polônia, dirigiu o país. Em 1936, ao finalizar o mandato do Presidente da República, Ulmanis fez-se proclamar *"Vadonis"* (Caudillo) da Letônia. Os militantes do partido de Zelmin foram para a cadeia ou o exílio, sendo suas redes clandestinas constantemente perseguidas pela polícia.

Ulmanis, como Pats, sem ser fascista, lançava mão de métodos *"fascistas"* para alcançar e manter-se no poder; no entanto, contra quem se dirigia sua ação era precisamente contra os movimentos fascistas locais. Ulmanis, como Pats, não soube opor-se tampouco à imposição soviética de estacionar tropas em seu território. E estas acabaram fazendo o mesmo que na Estônia. Eleições fraudulentas deram o poder à Frente Popular, a qual solicitava o ingresso na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o que ocorreu em 5 de agosto de 1940.

Logo apareceu a resistência letã. Um militar do *"Perkonkrust"*, Voldemar Veiss, e o antigo ministro do exército de Ulmanis, aproximado das posições fascistas, o general Bangerski, estabeleceram a ligação entre a resistência e os alemães, e quando as tropas alemãs penetraram na Rússia eclodiu a sublevação na Letônia. Os guerrilheiros liberaram Libau e Mitau. Organizou-se um governo autônomo, presidido pelo general Dankers, e as milícias do *"Perkonkrust"*, os *"Aiisargi"*, dirigidas por Soodla, limpavam

o país de filo-soviéticos. Veíss e outro militar, membro do *"Perkonkrust"*, Aperats, organizaram as primeiras forças letãs que se uniram ao Exército alemão, para continuar a luta contra o Exército Vermelho. Próximo do final do conflito, em julho de 1944, as forças letãs somavam um Corpo de Exército das Waffen SS. Na luta pela defesa do solo pátrio contra as tropas soviéticas cairão o *"Standartenführer"* (coronel) Veiss, o também *"Standartenführer"* Aperats, e por último, aquele que fora chefe das milícias paramilitares do *"Perkonkrust"*, Janums, igualmente *"Standartenführer"* das SS letãs. Outros letões recuaram para a Alemanha e continuaram a luta até na própria batalha de Berlim.

O "Perkonkrust" foi um movimento muito importante, que se não chegou ao poder possivelmente seja devido a que Ulmanis, vista a experiência estônia, lhe fechou o caminho mediante a instauração de uma ditadura fascistizante em suas formas exteriores. O movimento, por outra parte, soube assumir plenamente a luta de liberação nacional letona, contra a URSS, e foi o que deu vida às unidades que lutaram junto aos alemães pela defesa da independência.

LITUÂNIA

Se os letões haviam conseguido conquistar a independência do país, garantindo ao mesmo tempo sua integridade territorial, os lituanos tiveram mais problemas neste sentido. Sua velha capital histórica, Vilna, reclamada pelos nacionalistas polacos, havia sido ocupada pelo Exército polonês de Pildsuki, que não muito antes era aliado contra o Exército Vermelho. O exacerbado nacionalismo lituano, só comparável ao polonês, sofreu sempre por esta perda que tentou compensar.

E a forma de compensá-la foi a conquista da cidade alemã de Memel. Situada na desembocadura do Niemen, esta cidade da Prússia Oriental constituía a saída natural da Lituânia para o mar, e jogaria, no nacionalismo lituano, um papel simbólico, análogo ao desempenhado por Fiume na Itália. Desde finais de 1920 os nacionalistas lituanos exigiam a

conquista de Memel, e para organizar os diferentes grupos que lutavam por este fim, o professor Voldemaras criou o movimento dos *"Lobos de Aço"*. Voldemaras, professor de História, era um apaixonado profundo de seu país, até os limites do chauvinismo. Em seus discursos costumava parangonar a Lituânia com o Éden, e recordava a seus compatriotas constantemente os tempos em que —federados com os polacos— o império lituano havia se estendido até as margens do mar Negro.

Os *"Lobos de Aço"* de Voldemaras exigiram a conquista de Memel e a conquista de Vilna, e na política interior pronunciaram-se fortemente contra a relação judaica, contra as minorias alemãs, e pela reforma agrária, necessária para dar um potentado campesinado lituano, base da nação. Seus afiliados provinham da ordem da oficialidade, os ex-combatentes da guerra de libertação contra os russos, o impesinado, e a pequena burguesia. As milícias do partido estavam dirigidas pelo coronel Glowackas, e foram elas as que, copiando a D'Annunzio, ocuparam Memel no ano de 1923. Esta vitória fez subir tremendamente o prestígio dos *"Lobos de Aço"* que rapidamente conceberam a ideia de derrubar o regime liberal de Kaunas (capital do país). O movimento apresentava notabilíssimas analogias com o fascismo, mas seu componente nacionalista era tão importante, que devemos duvidar ao qualificá-lo, pois enquadra-se também no conceito de nacionalismo radical. Sem dúvida, se em vez de ter por líder um velho professor, como Voldemaras, o movimento houvesse sido dirigido por algum jovem revolucionário, as analogias seriam já definidoras.

Para assaltar o poder e deixar sem base política o regime liberal, Voldemaras mencionou aliar-se com as forças conservadoras dirigidas por Smetona, e de fato chegou a um pacto com ele. As autoridades, que pressentiam o golpe de Estado, dissolveram o movimento dos *"Lobos de Aço"* e encarceraram Glowackas, o que não serviu para nada, pois os projetos *"golpistas"* estavam já muito adiantados e contava-se com a cumplicidade do Exército. No dia 7 de dezembro de 1926, afinal, o Exército, secundado por grupos de *"Lobos de Aço"* ocuparam os edifícios públicos de Kaunas; ao cabo de tão somente uma hora, todos os objetivos golpistas haviam sido cumpridos. Os conservadores de Smetona e os

semifascistas de Voldemaras chegaram a um acordo respecto à repartição do poder. Smetona encarregou-se da presidência da República, enquanto Voldemaras dirigia o governo. O general Kubiliunas, seguidor de Smetona, encarregou-se do exército, ainda que Glowackas dirigisse a *"Guarda Nacional"*, reserva do Exército constituída por milícias. O mando da Komintern (Internacional Comunista) fez rapidamente um chamado *"para a defesa das massas operárias da Lituânia contra a ditadura fascista"*. Não se tratava de tal fascismo, nem muito menos. O golpe o havia dado o Exército, e eram os conservadores do *"Partido Nacional Cristão Democrata"* os que se haviam feito com as principais rédeas do poder. Era a mesma inviabilidade do regime liberal, então em crise em toda a Europa, e a difícil situação internacional, as que motivaram o golpe de Estado. *"Era natural —escreve Nolte— uma forma constitucional de 'democracia dirigida', e de fato tanto sob Voldemaras como sob seus sucessores esta forma seguiu estando vigente"*. Não era um fascismo o que se implantava, senão um governo autoritário que tinha vocação de transitoriedade, e que se propunha salvar a crise em que se debatia o país.

Smetona e Voldemaras não tardaram em enfrentar-se violentamente. Enquanto este se aproximava cada vez mais ao modelo fascista, o primeiro mantinha uma posição conservadora clássica. Voldemaras e seus *"Lobos de Aço"* tentaram organizar um novo *"putsch"* mas Smetona, que controlava em definitiva o aparato do Estado, dissolveu o governo de Voldemaras e instaurou em setembro de 1929 um novo governo livre de todo "contágio fascista". Aos seguidores de Voldemaras não lhes restou outra possibilidade senão tentar um assalto frontal ao poder. Em junho de 1934, formações da *"Guarda Nacional"* —que seguia sendo fiel a seu antigo chefe Glowackas—, e os homens dos *"Lobos de Aço"* convergiram sobre Kaunas, mas a polícia e o exército responderam com rapidez, e a *"marcha sobre Kaunas"* foi repelida com artilharia e metralhadoras, que obrigaram a dissolver-se os seguidores de Glowackas e Voldemaras. Milhares de integrantes foram presos e muitos outros exilados, o que decapitou e desarticulou o movimento dos "Lobos de Aço". Para acabar com a influência que Voldemaras tinha entre a intelectualidade do país, muita dela sua aluna, Smetona procedeu a assumir parte dos pontos de seu

programa: ditou medidas antijudaicas, estabeleceu o *"numerus clausus"*, e lançou campanhas de propaganda antirrussas e antipolacas. Quando a Polônia se desfez, atacada pelos alemães e pelos russos, chegou inclusive a proceder à ocupação da antiga capital, Vilna. Smetona não havia duvidado inclusive, em enviar um observador às reuniões da Internacional Fascista de Montreux, e em aproximar-se da Alemanha, devolvendo Memel.

Como suas duas irmãs, Estônia e Letônia, a república da Lituânia teve que aceitar o estabelecimento de tropas soviéticas, e pouco depois passou a incorporar-se *"voluntariamente"* à URSS segundo o processo já conhecido. Smetona conseguiu fugir e exilou-se nos Estados Unidos, mas Voldemaras figurou entre os deportados à Sibéria. A resistência articulou-se em duas organizações: os seguidores de Voldemaras criaram a *"Frente de Ativistas Lituanos"* e os de Smetona, o *"Comitê de Salvação Nacional"*. Manteve-se em atividade uma série de grupos guerrilheiros, e no dia 22 de junho, pouco depois de começar o ataque alemão, o Corpo de Exército Lituano amotinou-se, facilitando enormemente o avanço da Wehrmacht. Os lituanos constituíram um governo autônomo provisório, no qual eram maioria membros dos "Lobos de Aço". Mas os alemães não permitiram este governo. Com a lembrança demasiado viva da ocupação de Memel por parte dos lituanos, os alemães não se encontravam de modo algum predispostos para com os lituanos. Se bem que se organizaram batalhões de segurança e polícia antipartidária, dirigidos pelo general Kubiliunas, muitos outros nacionalistas lituanos passaram à guerrilha, enfrentando-se ao mesmo tempo ao Exército alemão, aos guerrilheiros soviéticos e aos guerrilheiros poloneses. A diferença da Letônia e da Estônia, na Lituânia não foram recrutadas importantes quantidades de forças voluntárias contra o comunismo. As inimizades hereditárias tinham mais papel a esse respeito que a ideologia *"democrática"* ou *"esquerdista"*.

No outono de 1944, quando os soviéticos haviam ocupado novamente o país, nasceu o *"Exército de Liberação Lituano"*, disposto a manter a luta pela independência. De fato, no entanto, foram varridos antes que os guerrilheiros anticomunistas da Estônia e da Letônia.

Os *"Lobos de Aço"* gozaram de uma ideologia bastante elaborada, devida à figura de Voldemaras, e oferecia soluções originais em matéria agrária a um país como a Lituânia, basicamente agrícola. Militavam no mais intransigente dos nacionalismos, aspirando a refazer as glórias medievais do Império Lituano. Não chegaram a ser propriamente um movimento fascista, mas semifascista, ainda que uma ampla massa de seus seguidores deva ser considerada como fascista. A figura de Voldemaras atuou aqui como moderadora, mantendo o movimento dentro dos limites do nacionalismo. Junto ao semifascismo dos *"Lobos de Aço"* esteve o pseudofascismo de Smetona e seus seguidores, que não aspiravam senão a "corrigir" alguns falhos da democracia, e que, apesar de suas aproximações ao fascismo, não passou de ser um grupo político conservador e reacionário. A Lituânia foi um dos primeiros países a evidenciar a crise do regime liberal no período de entreguerras, já que desde 1926 a ditadura de Smetona sucedeu às formas liberais.

POLÔNIA

Poucos países apresentam, como a Polônia, uma fascistização tão grande da vida política. Esta fascistização vai acompanhada de um escasso desenvolvimento de forças propriamente fascistas.

Como no caso do regime de Franco, do regime de Pétain, etc., o regime do marechal Pilsudski tem sido chamado de "fascista". Erro colossal, pois o governo de Pilsudski nem tinha inclinações totalitárias, nem ideologia, apenas umas gerais e vagas chamadas à Ordem e à Unidade. O marechal, que havia dado um golpe de Estado —ao que logo se chamou a "Marcha sobre Varsóvia"— era apoiado pelos socialistas, pois o próprio Pilsudski havia sido militante socialista. Aureolado de seu prestígio militar e do de "haver salvo o país do caos" a única semelhança que tinha Pilsudski com um Mussolini ou um Hitler era a de gozar de carisma entre as massas. Quando ele morreu seus colaboradores —a maior parte com posto de coronel— substituíram esse carisma com a adoção de

medidas próprias de países fascistas, mas o "regime dos coronéis" não era senão um simples regime conservador.

Em vez de um partido de massas revolucionário, Pilsudski criou, e já no poder, o *"Bloco Não Partidário de Colaboração com o Governo"*, sem nenhuma ideologia coerente e com o único fim de repartir cargos. Uma espécie de "União Patriótica" polonesa. Outra medida "fascistizante" foi a adoção em 1934, pouco antes da morte de Pilsudski, de uma Constituição presidencialista. Apesar de tudo isto, a oposição seguiu existindo legalmente, havia liberdade de crítica na imprensa e de manifestação.

Sua morte, como dissemos mais acima, obrigou "os coronéis" a substituir seu carisma com a imitação de modelos fascistas. Assim, por exemplo, a autoridade do governo foi reforçada e se criou um campo de concentração onde, como diz Andreski, *"os opositores políticos encarcerados procediam de diversos estratos: nacionalistas ucranianos, fascistas poloneses, líderes campesinos, comunistas, socialistas, sindicalistas e inclusive jornalistas conservadores"*. Se tentou conferir ao presidente da República, Moscicki, e ao marechal Rydz-Śmigły, o mesmo carisma de que gozara Pilsudski. Fizeram-se tentativas para criar organizações juvenis estatais, mas, como também sublinha Andreski, *"As únicas analogias com a Hitlerjugend ou a Guarda de Ferro romena puderam ser achadas entre os movimentos juvenis de oposição"*. Apesar de tudo isto, seguiam existindo os partidos de oposição e os sindicatos, e os grupos juvenis fascistas podiam permitir-se o luxo de apoderar-se dos campi universitários, expulsando a professores pró-governamentais e enfrentando-se à polícia em batalhas que duravam vários dias frequentemente.

"O regime dos coronéis" não era fascista nem semifascista. Sem ideologia, sem movimento de massas que o apoiasse, tratava-se simplesmente de uma burocracia autoritária, militarista, pseudofascista ou fascistizante.

A principal força da oposição era o Partido Nacional, de Roman Dmowski. Radicalmente antialemão, dados os ancestrais ódios que abrigavam os poloneses para com seus vizinhos ocidentais, e com uma

importante *"ala fascista"* em seu seio; só este partido representava um problema para o governo. Antissemita, *"poujadista"* no económico-social, o partido clamava ao mesmo tempo pelas liberdades democráticas, enquanto seu movimento juvenil caía, cada vez mais, no *"encontro do fascismo"*. Os jovens propugnavam, por exemplo, uma teoria imperialista: reagrupar todas as terras submetidas outrora ao governo dos reis poloneses, desde o Oder até o Mar Negro. Frente a Hitler e à Alemanha se dava uma curiosa atitude: admiravam a Hitler pelo que estava fazendo no Reich, e esperavam fazer o mesmo precisamente para que a Polônia estivesse em capacidade de derrotá-lo. O Partido Nacional foi passando de ser típico *"partido de notáveis"* a ser um movimento filofascista. A influente ala juvenil introduziu como uniforme a camisa marrom, as botas militares, o saludo braço estendido e inclusive *"o passo de ganso!"*.

Mas ainda havia extremistas que consideravam o Partido Nacional como moderado. Os mais radicais cindiram-se e formaram o *"Campo Nacional Radical"*, que abogava pela ação direta e violenta. Um grupo mais intelectualizado foi a *"Falanga"*, movimento político que, curiosamente, estava inspirado no Nacional-Sindicalismo español. Ambos grupos foram responsáveis por grandes lutas na universidade e pelo assalto a entidades judaicas. Existiu, inclusive, um denominado *"Partido Nacionalsocialista dos Trabalhadores"*, fundado em 1933 por Josef Gralla, transformado em 1937 em *"Partido Nacional-Social"*, que usou a suástica.

Esses grupos radicais, no entanto, tinham escasso peso político, e de fato, a luta política na Polônia se realizava entre *"uma burocracia pseudofascista e militarizada e um partido semifascista de chauvinistas antissemitas e ultracatólicos"*, como diz Andreski.

A esquerda costumava catalogar a Polônia entre os Estados *"fascistas"* da Europa do entreguerras. E não deixa de ser curioso que as democracias ocidentais começaram uma guerra contra a Alemanha por defender um Estado que, se não era fascista, desde logo tampouco era democrático. Duprat tem sido quem sublinhou esta paradoxo de como os Aliados ocidentais entregaram a Alemanha à democrática e maçônica

Tchecoslováquia, e bateram-se em guerra em defesa da *"fascista"* Polônia, de um regime *"pseudofascista"*, ao qual a única oposição eram movimentos *"semifascistas"*.

Quando os alemães ocuparam o país encontraram algumas propostas *"colaboracionistas"*. Mas na realidade, a oposição entre poloneses e alemães, não se obrigou a ser uma maior ação das condições que se considera senão nacional, ou melhor ainda, chauvinistas, impossibilitaram o acordo. Estabeleceu-se um *"Governo Geral"*, sobre as zonas não anexadas ao Reich. A resistência estava animada, não pelos comunistas, mas pelos *"pseudofascistas"*, *"semifascistas"*, e inclusive por autênticos fascistas. Quando os russos tiveram que desfazer-se dela, em sua ocupação da Polônia, não tiveram problemas para acusá-la de *"antissemita"*, o que supunha ser *"companheiro de viagem"* do Nacionalsocialismo, e em nome disto, liquidá-la.

Capítulo III

OS FASCISMOS DA EUROPA ORIENTAL, CENTRAL E BALCÂNICA

Esta ampla região deve ser dividida em vários subgrupos ao estudar seus movimentos fascistas. Por uma parte, os Estados multinacionais, Tchecoslováquia e Iugoslávia, nos quais pelo menos em uma das nacionalidades, surgiu um fascismo forte e que alcançou o poder: Eslováquia e Croácia chegaram à independência pelas mãos de políticos e de movimentos fascistas.

O segundo subgrupo o constitui a Europa Danubiana, com Hungria e Romênia, onde se deram movimentos fascistas muito fortes, que, no entanto, não alcançaram o poder senão por breve tempo ou parcialmente e que dentro da história do fascismo destacaram-se por ser os fascismos que contaram com mais base popular operária e campesina, e por haver mantido uma luta aberta com a oligarquia, a qual, para frear seu ascenso, não duvidou em utilizar métodos plenamente *"fascistas"*. Ao igual que na região báltica há uma luta entre os fascismos revolucionários e a extrema direita fascistizada, assim como contra os regimes pseudofascistas.

Finalmente, na Europa Balcânica, com Bulgária, Grécia e Albânia, o fascismo não teve um desenvolvimento importante, diminuindo sua transcendência na política, de acordo com a ordem com que estão citados.

TCHECOSLOVÁQUIA

Poucos países mereciam como a Tchecoslováquia a denominação de *"cozinhado geopolítico"*. Aos dois grupos étnicos que davam nome ao país, tchecos e eslovacos, havia que acrescentar fortíssimas minorias de alemães, húngaros, poloneses, ucranianos… Os conflitos entre nacionalidades explicam por que não surgiu um "*fascismo tchecoslovaco"*, mas sim vários fascismos "*nacionais"*.

De todos eles, o mais antigo era o movimento fascista dos alemães sudetas. Já durante o Império Austro-Húngaro, os alemães dos Sudetos e da Boêmia haviam destacado por seu nacionalismo pangermanista, e foi precisamente nos Sudetos onde nasceria a denominação *"nacionalsocialista"*. Os operários alemães da zona, socialistas, estavam também muito impregnados de nacionalismo, devido à competência que para eles supunha a presença de mão de obra tcheca, mais barata. Nasceu assim a ideia de combinar seus postulados socialistas com outros nacionalistas, e em 1904, em Trautenau, Boêmia, fundou-se o denominado *"Partido Operário Alemão"* – ou DAP, o mesmo nome que depois elegeriam Drexler e Harrer para fundar seu partido. Um de seus dirigentes, Jung, escreveu o livro *"Der National-Sozialismus"*. A maior parte dos temas próprios do fascismo alemão aparecerá aqui, e nos órgãos de imprensa do Partido: o antissemitismo, a oposição ao capitalismo e ao socialismo marxista… Em 1918 o partido reorganizou-se como *"Deutsche National-Sozialistische Arbeiter Partei"*, ou DNSAP, e atuou ativamente entre a minoria alemã dos Sudetos, incorporados à Tchecoslováquia por virtude dos tratados que punham fim à Primeira Guerra Mundial. Havia, além disso, uma porção importante de população alemã na mesma Boêmia e também atuou um *"Partido Nacional-Socialista Alemão da Boêmia"*. Ambos grupos dependiam, de fato, desde 1923, da direção do Partido Nacionalsocialista em Munique, ao igual que ocorreu com o movimento nacionalsocialista na Áustria. Ambos grupos mantiveram uma política de defesa das minorias alemãs, de forma continuada, até que em 1933 o governo tcheco, alarmado pela conquista do poder por Hitler, e tentando frear a expansão de ambos grupos, os dissolveu.

Entre a população tcheca, propriamente dita, o fascismo nunca alcançará tal grau de importância. A longa luta pela independência, se bem não havia deixado de criar um forte sentimento nacionalista, inclinou para a esquerda a massa da população tcheca, por outro lado, composta em sua maior parte por operários da indústria. O primeiro fascismo tcheco surgiu inspirado no modelo italiano, e com um nítido componente antialemão. Em 1926 começou sua atuação o grupo *"Comunidade Nacional Fascista"*, dirigido pelo general Gajda (expulso do exército por suas opiniões

políticas) e pelo doutor Červinka. Exigiam a repressão dos autonomistas alemães, a expulsão dos alemães e dos judeus da economia tcheca, e boicotavam ativamente tudo o que era alemão, atacando cinemas que projetavam filmes alemães, etc. Gajda ameaçou em 1926 com um golpe de Estado se os Sudetos participassem no governo, e atacou Beneš, por sua orientação maçônica, exigindo um *"Estado forte"*. O elemento mimético era tão grande que inclusive se utilizavam as camisas negras.

Mas esta agitação fascista não vingou, e ao mesmo tempo, o comunismo, muito forte na vida tchecoslovaca em seus primeiros anos, perdeu aceleradamente sua influência. Se em 1926 se chegou a pensar, seriamente, em uma *"marcha sobre Praga"*, por parte das autoridades, logo se viu que este perigo passava. Ficou, no entanto, uma relativa fascistização da ala direita do Partido Camponês e de certos setores do Exército.

Entre os eslovacos, a penetração do fascismo estava chamada a ter mais influência. Frente aos tchecos, povo industrial e *"livre-pensador"*, os eslovacos eram um povo camponês e religioso, onde a influência dos sacerdotes se fazia notar. Para livrar os eslovacos da influência dos tchecos, que além disso eram majoritariamente protestantes, os sacerdotes católicos organizaram o Partido Popular Eslovaco, que se converteu no porta-voz das aspirações nacionalistas e autonomistas. *"Nem Andrej Hlinka – o fundador –, nem seu sucessor Josef Tiso eram fascistas (...) Podiam sentir simpatia por Mussolini, ou imitar algum de seus métodos, sem dúvida, coincidiam com ele na crítica ao sistema democrático; mas do primeiro podia resultar quando muito um filofascismo, e no segundo se tratava de uma comunidade paradoxal, por proceder de pontos de vista distintos: do conservadorismo e do fascismo (...) Só quando no sentimento básico conservador se destaca uma veemente vontade de transformação, só então pode falar-se de fascismo (...) O catolicismo pode ser pai do fascismo, mas nunca pode ser ele mesmo fascista. Daqui que não haja um clérico-fascismo, mas, em todo caso um 'pseudofascismo católico'"*. Este longo e muito interessante parágrafo de Nolte deve ser retido na memória

pois, adiante, ao estudar os fascismos balcânicos, estas considerações respecto à religião e ao fascismo nos podem ser muito úteis.

Mas no nacionalismo eslovaco nem tudo ia ser clericalismo, e muito logo a influência do fascismo se fará patente nele. Um dos dirigentes nacionalistas, Tuka, tomou contato com os nacionalsocialistas alemães desde 1923. O professor Tuka ocupava o cargo de secretário geral do Partido Popular Eslovaco, e era redator chefe de seu periódico, *"Slovák"*. Durante sua estadia em Viena, que durou até 1926, *"havia dirigido o periódico 'Correspondência Eslovaca', no qual escreveria: 'A Itália nos mostra o caminho. Seu exemplo nos chama à ação. Nós, os eslovacos, estamos também em pé... Os fascistas eslovacos estão inflamados pelo entusiasmo, animados pela intransigência, a resolução e a coragem do fascismo.'"* Para seguir sua linha política logo contou com colaboradores importantes: Šaňo Mach, Ferdinand Ďurčanský e Karol Murgas, que continuam representando a tendência fascista quando Tuka, em 1929, é encarcerado acusado de *"alta traição"* pelo governo tcheco. Dois anos antes, o mesmo governo havia proibido e dissolvido a milícia *"Rodobrana"*, (Defesa da Pátria), que utilizava a camisa negra e havia prestado juramento de fidelidade a seu chefe, o professor Tuka.

As possibilidades desses movimentos fascistas, tchecos, alemães e eslovacos, viram-se deterioradas pela estabilização política do país a partir da metade dos anos 20. A *"crise"* necessária para que progredissem de novo se abrirá com a ascensão de Hitler ao poder; isto comportou um aumento das atividades separatistas dos Sudetos e a dissolução dos movimentos alemães. O enfrentamento entre a Alemanha e a Tchecoslováquia que se seguiu acabou liquidando a existência do Estado tcheco, permitindo o reintegro no Reich dos Sudetos e a aquisição da independência pelos eslovacos, enquanto os fascistas tchecos, que nunca alcançaram demasiada importância, não conseguiram sequer se apoderar do poder no Protetorado estabelecido pelos alemães sobre a Boêmia-Morávia.

Em outubro de 1933 o governo de Praga proibia e dissolvia o Partido Nacionalsocialista dos alemães Sudetos, assim como o uso da suástica e da

camisa parda. Por suposto, isto não significou o fim da luta dos autonomistas, que se reorganizaram em sociedades desportivas, agrupaciones culturais, etc. Alguma destas, como a *"Kameradschaftbund"*, estava mais inspirada nas ideias de Spann, corporativista católico austríaco, que no nacionalsocialismo. Precisamente, deste grupo saiu o convite para criar, em 1934, a *"Frente Patriótica dos Alemães Sudetos"*, dirigida por Konrad Henlein, e que exigia a autonomia para os alemães sudetos no marco de um Estado Federal. Progressivamente, as oposições do grupo foram-se radicalizando, exigindo-se a integração no Reich alemão. Em 1935, como *"Partido Alemão dos Sudetos"* (SdP), obteve 44 cadeiras no Parlamento de Praga. Conforme as autoridades tchecas aumentavam sua repressão sobre a minoria étnica, os laços que se estabeleciam com o Reich eram cada vez mais estreitos, e, na Alemanha, os abundantes exilados organizaram-se em um grupo *"paramilitar"* disposto à intervenção, o *"Corpo Franco dos Alemães Sudetos"*. A realização do *"Anschluss"* com a Áustria encheu de esperanças os seguidores de Henlein e de temores o governo tcheco. No dia 24 de abril de 1938 o SdP solicitava uma autonomia tão ampla que equivalia à independência. No dia 7 de junho esta política foi referendada pela população, que concedeu ao SdP 90% dos votos. No dia 13 de setembro tentou-se conseguir, por meio de um *"putsch"*, estes objetivos. Com a bandeira da cruz suástica içada, Henlein proclamou a anexação ao Reich, mas as autoridades tchecas decretaram a lei marcial, esmagaram a rebelião e dissolveram o SdP; milhares de sudetas exilaram-se no Reich, e o *"Corpo Franco"* preparou-se para lançar-se ao assalto. A situação era quase de guerra, e a tensão internacional só pôde ser solucionada por meio de uma Conferência Internacional celebrada, com toda urgência, em Munique.

O maçom e belicoso Presidente Beneš foi substituído em Praga pelo filo-alemão Hacha. Os sudetas reintegraram-se ao Reich, e reformou-se a Constituição em sentido federal, reconhecendo-se as regiões da Boêmia-Morávia, Eslováquia e Rutênia (região ucraniana). Os fascistas tchecos, por sua parte, haviam despertado de seu letargo com a crise política aberta pelo assunto dos sudetas. Haviam abandonado seu antigermanismo

militante e buscavam um entendimento com o Reich nacionalsocialista. Após a queda de Beneš, havia-se procedido a realizar uma experiência semitotalitária, criando um partido governamental, *"União Nacional"*. Beran, chefe do Partido Camponês, e então chefe de governo, solicitou a Gajda, líder da *"Comunidade Nacional Fascista"*, que ingressasse no citado partido governamental, ao que ele acedeu. Os extremistas não aceitaram e criaram um grupo de efêmera vida, conhecido como A.N.O.; a fins de 1938, integraram-se também no bloco governamental, se bem que mantendo seu programa de *"luta contra os judeus, o marxismo, o capitalismo e a democracia"*. Um terceiro grupo, de tendência fascista, *"Vlajka"* (a bandeira), seguiu uma evolução similar à da *"Comunidade Nacional Fascista"*, passando de uma posição nacionalista antialemã à afirmação da vontade de colaborar com o Reich, escreve Francis Bertin. Só *"Vlajka"*, que aspirava, segundo dizia, a instaurar o nacionalsocialismo entre os tchecos, não se dispôs a entrar no novo partido oficial, e seus dirigentes foram encarcerados.

O seguinte golpe para o Estado tchecoslovaco proviria da parte dos nacionalistas eslovacos. A Eslováquia havia proclamado sua autonomia no dia 6 de outubro e Tuka havia sido posto em liberdade; à frente dos extremistas, Tuka começou a atuar para conseguir a independência. Confiavam no apoio alemão, pois, entretanto, a inicial admiração pelo fascismo italiano havia sido substituída por idêntico sentimento respecto ao movimento e ao regime de Hitler. Tuka e seu lugarteniente Mach viajaram ao Reich para pedir apoio, ao mesmo tempo que se reforçava a agitação nacionalsocialista na Eslováquia, fundamentalmente, através da recém-criada *"Guarda de Hlinka"* (Hlinka, que havia morrido já, havendo-lhe sucedido Tiso). O governo de Praga voltou a reagir violentamente: o governo autônomo da Eslováquia e o da Rutênia foram dissolvidos; o exército ocupou o país, enquanto a *"Guarda Hlinka"* tomava as armas e convocava à resistência. Desesperados chamados de auxílio foram feitos ao Reich, enquanto o mesmo Tiso acudia a Berlim, e à sua volta proclamava a Independência, no dia 15 de março de 1939. Os dirigentes tchecos, Hacha e Chvalkovský, acudiram a Berlim, onde se encontraram com que o governo do Reich não estava disposto a permitir o

emprego da violência contra os eslovacos, que se haviam colocado sob sua proteção. Não lhes restou outra opção a fim de devolver ao país a estabilidade política, senão solicitar que a Boêmia-Morávia passasse a ser um Protetorado do Reich. O estado tchecoslovaco deixava de existir.

A nova nação, Eslováquia, começou a ser dirigida por monsenhor Tiso. Mas os fascistas eslovacos ocuparam parcelas importantes do Poder. Tuka foi vice-primeiro-ministro do governo, e Mach ocupou o cargo de Ministro da Propaganda. A *"Guarda Hlinka"* ficou sob controle dos fascistas, e esta organização, de caráter oficial e semimilital, educou a juventude eslovaca segundo os princípios políticos de Tuka. A *"Rodobrana"* foi reorganizada e posta como corpo de elite dentro da *"Guarda"*. A partir de 1940 a posição dos fascistas reforçou-se, pois Tuka passou a ser Primeiro-Ministro, e Mach ocupou o ministério do Interior e a chefatura da *"Guarda"*. Tiso, no entanto, continuou à frente do Estado, *"e toda a breve história da 'Eslováquia independente' – escreve Ernst Nolte – pode ser descrita como uma luta, que não se decidiu até o final, entre a ala conservadora-moderada e a ala extremista fascista do Partido Popular"*. Em honra a Tiso há que dizer que permaneceu fiel até o final à aliança com o Reich; ao igual que a Croácia, que devia também sua independência à intervenção alemã, enquanto os aliados europeios do Eixo mudavam ou tentavam mudar de campo, manteve-se com fidelidade à palavra dada. Mas as reformas sociais, as medidas antissemitas e inclusive a participação militar ao lado da Alemanha se deveram a Tuka, não a Tiso. Se este não pôde ser deslocado do poder deve-se a que, como Hlinka, contava com o apoio da igreja e com um notável prestígio entre as massas, que inclusive em 1947, quando foi executado, amotinaram-se e protagonizaram sérios distúrbios.

O fascismo tcheco seguiu sem alcançar nenhum êxito com a instauração do Protetorado. Ao estabelecer-se este, o governo de Beran havia dimitido e havia-se aberto uma nova crise política. Os fascistas lançaram uma campanha de agitação esperando aproveitar o *"vácuo de poder"* para tentar apoderar-se dele. No dia 13 de março, os dirigentes fascistas reuniram-se para preparar uma tentativa de *"putsch"*, enquanto

militantes da *"Comunidade Nacional Fascista"* manifestavam-se aclamando a Gajda, e membros da *"Vlajka"* visitavam a Hacha solicitando que se formasse governo contando com eles. No dia 15, Gajda chegou a difundir comunicados anunciando que assumia o poder, mas uma manifestação de apoio convocada não reuniu senão vários centenares de pessoas. Os grupos rivais, o A.N.O. e a Vlajka criaram então um *"Comitê Nacional Tcheco"* (ANV), ao qual se uniram os dois partidos que haviam sido estabelecidos durante a experiência semitotalitária de Beran, o governamental ou *"União Nacional"* e o de oposição, o *"Partido Nacional Laborista"*. Convidou-se a Gajda a integrar-se nele, e conferiu-se-lhe o cargo de presidente do citado comitê, o qual se dirigiu às autoridades alemãs afirmando estar disposto a uma política de colaboração sincera.

No entanto, era evidente que essas forças não tinham apoio popular algum, e seria insensato confiar-lhes o comando do país. O poder foi entregue a Hacha, como presidente do Estado, e a Beran, como chefe de governo. O parlamento e os partidos, incluindo os grupos fascistas, foram dissolvidos, e a experiência semitotalitária continuou, embora desta vez não fossem tolerados dois partidos, mas apenas um: a *"Národní Souručenství"* (União Nacional). Qualquer semelhança desta *"União Nacional"* com um partido fascista era mera coincidência, mesmo que os enfraquecidos e escassos movimentos fascistas tivessem de ser integrados à nova organização. Contudo, ela reunia desde maçons até sociais-democratas, e os fascistas só podiam pressionar, na esperança de ver alguns pontos de seu programa atendidos: o fim da maçonaria (muitos dos próprios dirigentes da *"N.S."* eram maçons), medidas antissemitas, etc. Para reforçar suas reivindicações, recorreram a algumas mobilizações. Em Brno, capital da Morávia, por exemplo, houve confrontos de rua entre militantes do antigo grupo de Gajda e membros da *"N.S."*. Para aumentar suas chances de ação, criaram a *"Associação para a Colaboração com os Alemães"* e exigiram que um fascista fosse nomeado para o ministério do interior, o que Hacha recusou.

Esses repetidos fracassos levaram à dissolução final da *"Comunidade Nacional Fascista"*, que até então mantinha sua coesão na clandestinidade. A *"Vlajka"* assumiu então a dianteira do fascismo tcheco, tentando reunir os seguidores dispersos de Gajda e criando uma nova organização à margem da *"N.S."* para viabilizar sua ação: o *"Český Národně Sociální Tábor Vlajka"* (*Campo Tcheco Nacional-Social da Vlajka*). Este grupo chegou a ter cerca de 15.000 filiados, uma milícia (a *"Garde Svatopluk"*) e um sindicato (a *"Česká Pracovní Fronta"*). O apoio velado de certas autoridades alemãs impedia o governo tcheco do Protetorado de dissolver essas organizações, mas algumas tentativas golpistas lhes infligiriam duros golpes. Nos últimos dias de julho de 1940, os líderes fascistas da Morávia tentaram uma *"Marcha sobre Brno"* para assumir o poder na região. A tentativa fracassou, assim como o assalto de membros da *"Vlajka"* à sede nacional da *"N.S."* em Praga, em 9 de agosto do mesmo ano, que terminou com 250 prisões. O governo tcheco proibiu o uso da suástica por cidadãos tchecos e o uso de uniformes por milícias políticas. O Protetor alemão não apoiou a *"Vlajka"*, que rapidamente perdeu sua relevância, seguindo o mesmo caminho de Gajda antes dela.

Os alemães não pretendiam exportar o nacionalsocialismo para os povos vizinhos e, em especial, alguns deles, como lituanos, poloneses e tchecos, não gozavam precisamente de suas simpatias, pois durante muito tempo haviam mantido sob seu poder, por vezes tirânico, minorias alemãs. Não é de estranhar, pois, que quando membros da *"Vlajka"* se apresentaram como voluntários para servir nas forças armadas alemãs, contra o comunismo, tenham sido rejeitados.

No final, o *"colaboracionismo ativo"* não será representado pelos grupos fascistas, embora o tentassem, mas por um germanófilo convicto, o coronel Moravec, que sustentava que todas as épocas de esplendor dos tchecos haviam coincidido com sua dependência do Império Alemão. Foi Moravec, e não o governo tcheco – que praticava um *"colaboracionismo passivo"* –, quem mobilizou as massas tchecas para protestar pelo assassinato do *"Reichsprotektor"* Heydrich, quem purgou a *"N.S."* de elementos maçons e judeus, e quem organizou forças de polícia auxiliares.

Em 1942, Moravec passou a ser Ministro da Propaganda no gabinete tcheco e continuou o processo de *"fascistização"* do governo tcheco, apesar do que, este nunca pôde ser considerado um governo fascista.

Na Tchecoslováquia, existiram vários fascismos, representativos das diversas comunidades nacionais. Sudetos e eslovacos eram aliados contra o inimigo comum tcheco, e, por sua vez, o fascismo tcheco, que nunca chegou a representar uma força verdadeira, foi evoluindo de um nacionalismo feroz para uma política aberta à colaboração com o Reich. Se o fascismo sudeto é importante por suas origens, hoje não chama tanto nossa atenção, porque a partir de 1923 passou a depender da direção nacionalsocialista de Munique. Mais interessante, em contrapartida, é a trajetória do fascismo eslovaco, que conseguiu apoderar-se quase totalmente do poder e conformou um Estado semifascista, em luta contra a influência reacionária de Tiso.

IUGOSLÁVIA

Assim como a Tchecoslováquia, o Estado iugoslavo era multinacional e havia surgido após a Primeira Guerra Mundial. Eslovenos, croatas e sérvios eram as três etnias principais, mas havia igualmente bósnio-herzegovinos, albaneses, macedônios, húngaros, romenos, alemães *"Volksdeutsche"* e montenegrinos. Outra similaridade com o caso tchecoslovaco era que, de fato, a constituição do novo Estado devia-se à ação de um grupo étnico, neste caso os sérvios, que mantinham uma posição dominante. Existiam fortes tendências separatistas, em contrapartida, nas demais etnias, tendências que o governo central, nas mãos dos sérvios, não duvidava em reprimir severamente.

Não existirá um fascismo iugoslavo, mas vários fascismos nacionais, porém só um deles, o croata, estava destinado a ter importância. Entre os sérvios, o fascismo sempre foi visto como representação de uma potência alheia aos interesses de seu país, a Itália, e as tentativas de imitação foram bastante tardias, precisamente quando os nacionalistas croatas haviam

adotado como ideologia política o fascismo, motivo pelo qual era ainda mais difícil que fosse adotado pelos sérvios.

Apesar de sua oposição de princípio à Iugoslávia, os políticos croatas compareciam ao Parlamento de Belgrado. O forte Partido Camponês Croata, dirigido por Radić, tinha representação parlamentar e inclusive este chegou a participar em algum governo. Também comparecia ao Parlamento o chamado *"Partido do Direito Croata"*, que reivindicava a mais completa autonomia. Um dos deputados era Ante Pavelić, que tinha já uma longa trajetória nacionalista.

As provocações anticroatas chegaram ao extremo de assassinar, em pleno parlamento, a Radić (20 de junho de 1928). Violentas manifestações de protesto estenderam-se por toda a Croácia e o exército e a polícia reagiram com extrema dureza; o rei Alexandre solucionou a aguda crise instaurando sua ditadura pessoal: o sistema liberal recebia um novo golpe. Todos estes fatos, por outra parte, provocaram um endurecimento da posição croata. Antes de morrer, Radić havia sussurrado: *"Nunca mais a Belgrado!"*. Aquilo converteu-se num mandamento para os políticos croatas. Pavelić, que ocupava o importante cargo de Secretário Geral do Partido do Direito, decidiu que era o momento de passar à ação direta. Criou, no outono de 1928, a organização *"Milícia Croata"*, que realizou alguns atos *"terroristas"*. Mas foi o estabelecimento da ditadura real o que reforçou a determinação de Pavelić. *"De maneira simbólica – escreve Bertin – Pavelić cria sua organização terrorista revolucionária croata um dia depois da proclamação da ditadura real: a 'Ustaša Hrvatska Revolucionarna Organizacija' (UHRO), hoje mundialmente conhecida como 'Ustaša'"*. Não faltará quem veja em Pavelić um aventureiro, um vulgar terrorista. Nada mais longe da realidade. Pavelić, doutor em Direito, era um homem respeitoso da legalidade, mas seu profundo nacionalismo forçou-o a adotar uma postura de força para defender os direitos de seu povo. *"Não era um terrorista, mas uma vítima do terrorismo policial sérvio"*, diz dele Michele Rallo.

"À primeira vista – escreve Nolte – não é óbvio que se possa qualificar a 'Ustaša' como fascista... corresponde, sem dúvida, ao grupo

de associações secretas terroristas e nacional-revolucionárias dos Bálcãs, como a 'Mão Negra' sérvia, ou a VMRO macedônia". De fato, o grupo *"Ustaša"* não estava inicialmente inclinado ao fascismo. Organizada de maneira inteiramente militar (*"A 'Ustaša' nunca foi uma organização política do tipo de um partido. Foi uma organização militar"*, dizia Pavelić em 1950), a *"Ustaša"* buscou estabelecer contato com uma legendária formação, a *"VMRO"* (Organização Revolucionária Interna Macedônia), que lutava pela reunificação de todas as regiões macedônias e estava enfrentada, portanto, ao governo de Belgrado. Fundada em 1893... a VMRO estava estruturada por toda a Macedônia. *"Organização sólida, ramificada, diversificada, controlava o conjunto da população... Esta máquina de guerra, que tinha a intenção de treinar na luta uma população escravizada, possuía agentes de ligação, códigos secretos, imprensa clandestina, polícia, tribunais que sancionavam com rigor as traições ou debilidades"*, segundo Nolte. A *"VMRO"* havia ligado com os seguidores de Gömbös na Hungria e também com grupos nacionalistas alemães, buscando apoio exterior. Após a *"Revolução de Outubro"*, o então chefe da organização, Protogerov, tentou orientá-la em sentido marxista, aproximando-a da III Internacional. Encontrou muita oposição no seio da organização e foi *"executado"*. Seu novo chefe, Mihailov, sentia-se mais atraído pelo fascismo de Mussolini, e a organização estabeleceu logo sólidos laços com os meios fascistas italianos, inclinando-se decididamente para essa ideologia.

No dia 20 de abril de 1929, em Sófia, Pavelić e Mihailov assinaram um acordo de apoio mútuo. *"A Ustaša caiu, ainda mais que a VMRO, na zona de influência do clima histórico que era já fascista"*, diz Nolte. Pavelić conseguiu, graças a Mihailov, boas relações com as autoridades italianas, estabeleceu seu Quartel-General em Bolonha e centros de treinamento para seus homens. Os croatas que seguiam Pavelić começaram a sofrer uma evolução ideológica. Rejeitavam a democracia, pois era a França republicana o país que apoiava a ditadura real do monarca sérvio Alexandre I, e inclinavam-se para o fascismo, que não só não era incompatível com sua postura nacionalista original, como também lhes

prestava seu apoio e simpatia. *"Pavelić é muito sensível ao carisma de Mussolini, 'cuja personalidade o fascinava'"*, diz Lespart.

Pavelić, condenado à morte pelo regime de Belgrado, decide lançar-se a um assalto frontal ao Estado. Em 1932 produzem-se movimentos insurrecionais, com a criação de guerrilhas, na região da Dalmácia; o mesmo Pavelić participa na luta, na qual finalmente são derrotados pelas forças armadas. Desde 1933 a *"Ustaša"* conta com um novo aliado: a Alemanha. A *"Oficina Rosenberg"*, que dirige as relações do NSDAP com partidos afins, apoia Pavelić, que cria na Alemanha uma editora e um jornal. Em 1934 os *"ustachas"* realizarão o atentado que os tornará mundialmente famosos. O rei Alexandre ia a França pedir mais apoio para sua cambaleante ditadura e em Marselha seria recebido pelo Ministro das Relações Exteriores francês. Um macedônio *"cedido"* pela VMRO e um grupo de croatas atentaram contra ambos os personagens, ocasionando-lhes a morte. O nome de *"Ustaša"*, assim como o de Pavelić, saltou para as manchetes dos jornais. Em consequência das repercussões internacionais do fato, tanto os italianos como os alemães tiveram que moderar e dissimular seu apoio aos homens de Pavelić. Mais grave, no entanto, foi que o atentado não havia ocasionado os resultados políticos que se esperavam. Pensava-se que com a morte do rei-ditador seria possível desencadear uma ampla revolta na Iugoslávia, que conduzisse à tão almejada independência. Mas isto não ocorreu. Pavelić deu-se conta de que a falha estava em que a *"Ustaša"* não contava com redes suficientemente amplas no interior da Croácia; carentes deste aparato político, não poderiam conseguir um movimento insurrecional massivo da população croata. Para sanar esta falta, Pavelić entrou em contato com as organizações operárias croatas e, sobretudo, com o clero croata, que, assim como o eslovaco, era fortemente nacionalista.

Na Sérvia, entretanto, haviam começado a aparecer brotos fascistas. O fascismo italiano não influiu em nada, mas os êxitos de Hitler na Alemanha despertaram muito mais interesse e em 1933, após a ocupação da Chancelaria por Hitler, *"publicaram-se relatos entusiastas sobre a 'revolução nacional' em toda a imprensa iugoslava"*, escreve Nolte. É de

destacar que estes inícios de *"fascistização"* sérvia se deram diretamente nas mesmas esferas governamentais iugoslavas. A política nacionalista de Hitler, impondo a *"Gleichschaltung"* (unificação) aos *"Länder"* autônomos, não podia senão motivar a mais viva admiração e as esperanças de poder aplicar um dia esta política ao conjunto de regiões *"iugoslavas"*.

As organizações sérvias nacionalistas começaram a mostrar interesse por uma posição fascista; assim se revela, por exemplo, na trajetória do grupo *"Jugoslovenska Akcija"*, que editava *"Novi Put"* e propugnava um regime corporativo-autoritário. Segundo Bertin, o grupo chegou *"à simples cópia do programa do NSDAP"*. Mas desapareceu em 1934 para integrar-se no *"Zbor"*, grupo que pretendia aglutinar as correntes nacionalistas profascistas sérvias e que se assemelhava mais aos modelos húngaro e romeno de fascismo, pelo que alguns autores, mais que como político, o apresentam como uma *"seita místico-política"*. Significativamente, seu líder era um ex-ministro sérvio, Dimitrije Ljotić. O *"Zbor"* entabulou contatos com o NSDAP alemão, mas as autoridades iugoslavas obrigaram a interrompê-los.

Em junho de 1935, acedeu ao poder um novo presidente do Conselho de governo, Stojadinović; o novo governante não padecia da *"francofilia"* de seus antecessores e, ao contrário, tinha uma atitude muito favorável para com os regimes fascistas, com os quais tentou uma aproximação diplomática. Isto, unido ao fato de que o Partido Camponês, dirigido agora por Maček, havia voltado ao Parlamento Iugoslavo, limitou muito as possibilidades políticas da *"Ustaša"*. Em 1939, o regente Paulo acedeu às propostas autonômicas do Partido Camponês, e no dia 25 de março de 1941 a Iugoslávia aderiu ao *"Pacto Tripartite"*. Os sonhos de Pavelić pareciam esfumar-se... Menos de 24 horas depois da assinatura por parte dos representantes iugoslavos, tudo mudou de imediato. Um grupo de militares chauvinistas sérvios, dirigidos pelo coronel americano Donovan, deu um golpe de Estado, depôs o regente e colocou a Iugoslávia no bando aliado. Em represália por tal traição, no dia 6 de abril tropas alemãs e italianas invadiam o país. Junto aos *panzers* alemães entraram em Zagreb

colunas de milicianos *"ustachas"* que acompanhavam as tropas libertadoras. No dia 10 de abril, o Comitê Revolucionário Ustacha declara a independência.

Quem vai ocupar o poder no novo Estado? Sem dúvida, o Partido Camponês de Maček é a organização de massas por excelência entre a população croata. Mas Pavelić reage com rapidez e se apodera de todos os mecanismos do poder. *"O Estado foi concebido e construído desde o princípio como Estado-Ustaša"*, escreveu Nolte. Isto supôs desde o princípio que o Estado não contaria com o apoio massivo de todo o povo, parte do qual permaneceu fiel a Maček, enquanto os elementos comunistas manifestaram, desde o primeiro momento, sua oposição. Durante os primeiros meses estas tensões não se explicitaram violentamente. O novo regime procedeu a realizar importantes obras políticas. Lespart conta que *"se realizam importantes reformas: reforma agrária, incluindo a divisão dos latifúndios, nacionalizações industriais, reforma escolar, restauração do Parlamento croata e criação do Exército Nacional"*. Ciano, por sua parte, deixou-nos em seu famoso *"Diário"* uma anotação segundo a qual o *"Poglavnik"* (Caudilho, nome com o que se denominava a Pavelić) era muito radical em matéria social, mostrando-se partidário da entrega das terras aos campesinos e da *"corporação proprietária"*, conceito com que se designava no corporativismo italiano às empresas que eram propriedade dos trabalhadores.

O novo Estado organizou-se mais sobre o modelo alemão que sobre o modelo italiano. À admiração inicial pela Itália, havia seguido um interesse ainda maior pelo nacionalsocialismo. Nolte chega a dizer, por exemplo, que a concepção do Estado de Pavelić *"não era muito distinta da das SS"*. No plano internacional, a nova nação independente aderirá ao *"Pacto Tripartite"* e participará na *"Cruzada contra o bolchevismo"*, destacando pequenos contingentes para a campanha da Rússia.

Quando começam a produzir-se as derrotas do Eixo, começam também as dificuldades do jovem Estado. Para começar, devia fazer frente à verdadeira guerra civil que havia estourado, movida pelos partisans comunistas e pelos guerrilheiros nacionalistas sérvios (*"Chetniks"*). A

guerra alcançará nos Bálcãs uma crueza superior a tudo o imaginável. Os seguidores de Maček, por sua parte, não apoiaram o novo regime, baseado exclusivamente sobre o movimento *"Ustaša"*. E Pavelić viu-se desacreditado entre os mesmos meios nacionalistas por ter que permitir o estabelecimento de um Protetorado italiano sobre a costa dálmata.

Na Sérvia, paralelamente, havia-se constituído um Conselho de Comissários, disposto a dirigir e administrar o país, reduzido a suas mais pequenas dimensões. Estava presidido pelo general Nedić, figura comparável à de Pétain, já que dizia apoiar a *"Nova Ordem"* europeia, mas apoiava, igualmente, em segredo, os guerrilheiros *"chetniks"*. Ljotić e seus seguidores do *"Zbor"* ocuparam alguns cargos no governo e na administração, mas eram demasiado fracos para tentar ocupar o poder. Mais tarde, para lutar contra a guerrilha de Tito, Ljotić criaria milícias armadas.

A Iugoslávia mostra um evidente paralelismo com a Tchecoslováquia. A principal *"nacionalidade oprimida"*, no caso iugoslavo os croatas, no caso tchecoslovaco os eslovacos, é a que desenvolve um movimento fascista mais importante e que consegue alcançar o poder em consequência da crise na estrutura estatal, provocadas pela evolução política internacional. Paralelamente, entre tchecos e sérvios desenvolve-se uma tentativa de fascismo unitarista e centralista, que não chegará a alcançar importância decisiva. A diferença entre a Croácia e a Eslováquia é que, enquanto no caso da primeira o movimento fascista *"Ustaša"* apodera-se do controle do Estado e o dirige plenamente, na Eslováquia os setores do Partido Popular devem compartilhar seu poder com o conservador Tiso. E a similaridade entre ambas as nações é o processo evolutivo que conduz o movimento nacionalista, inicialmente de inspiração católica, a aproximar-se primeiro do fascismo italiano, e mais adiante do nacionalsocialismo alemão. Croácia e Eslováquia, por outra parte, foram os únicos Estados europeus, aliados do Reich, cujos governos não tentaram (em 1943-44) romper sua aliança e passar-se para o bando dos Aliados.

HUNGRIA

Para a esquerda, a Hungria foi, entre 1919 e 1945, uma nação *"fascista"*, anterior inclusive à Itália. A *"razão"* desta desrazão está no fato de que desde a primeira data a Hungria foi governada por um regime anticomunista, surgido da contrarrevolução que acabou com o governo comunista de Béla Kun.

A Hungria estava entre os perdedores da I Guerra Mundial. O Tratado de Trianon, com o qual se havia firmado a paz, supôs para o país terríveis mutilações territoriais e a perda da maioria da população. O trauma nacional foi de tal envergadura que as bandeiras ondulavam permanentemente a meio mastro, em espera do dia em que se conseguisse reunificar os territórios perdidos. O nacionalismo irredentista que se derivava desta situação contribuiu, como caldo de cultivo, para a ascensão do fascismo. Igualmente, foi um auxílio para o desenvolvimento deste a tremenda importância do *"problema judaico"*; os judeus formavam uma grande parte da população de Budapeste e das cidades, e eram majoritários na banca, no comércio e nas profissões liberais. Quanto ao anticomunismo, este era um sentimento massivo no país, como consequência da breve, porém brutal experiência bolchevique de Béla Kun, da qual diz o antifascista István Deák que: *"destruiu o pouco entusiasmo do país por um regime esquerdista"*.

O irredentismo, o antissemitismo e o anticomunismo, que deveriam ter sido os elementos que propiciassem diretamente a ascensão fascista, não o foram na realidade, pois todos estes temas eram assumidos também por outras formações políticas húngaras de extrema direita. A situação opressiva do campesinato e a ausência de uma esquerda eficaz e capaz foram, em contrapartida, os elementos de que se valeu o fascismo húngaro para atuar politicamente. O fascismo húngaro tem sido definido frequentemente como *"fascismo de esquerda"*, precisamente por este fato.

O estudo do fascismo húngaro deve começar analisando a origem e o desenvolvimento do regime de Horthy, ao qual tão frequentemente se tem qualificado de fascista, sem sê-lo, em absoluto. Continuar com o estudo da extrema direita fascistizante, surgida do nacionalismo mais intransigente.

E acabar com a análise dos movimentos autentica e especificamente fascistas, enfrentados diretamente com o regime do almirante Horthy.

Além do aparato estatal de Horthy, também se fala da existência de um *"fascismo de direita"* na Hungria, agrupado em diversas organizações, e que no período de Gömbös e Imrédy teria chegado efetivamente ao poder. De fato, nem Gömbös nem Imrédy romperam com o sistema parlamentar, nem acabaram com os partidos, e se trataram de implantar algo foi sua ditadura pessoal, tomando emprestados elementos fascistas. Quanto à série de pequenos grupos *"fascistas de direita"*, nenhum deles teve um desenvolvimento importante e sempre estiveram *"na órbita"* de Imrédy.

"De 1919 a 1944", escreve Deák, *"a Hungria foi sempre uma nação direitista. Nascida de uma herança contrarrevolucionária, seus governos apoiaram uma política de 'nacionalismo cristão', exaltaram a fé, o heroísmo e a unidade, desprezaram a Revolução Francesa e as ideologias socialistas e liberais do século XIX. Estes governos viram na Hungria um baluarte contra o bolchevismo e seus instrumentos, o socialismo, o cosmopolitismo e a franco-maçonaria"*.

A origem deste regime estava, de fato, na luta contra a revolução. Em 1918, os Habsburgos haviam sido depostos. Formou-se um governo liberal, presidido por Károlyi, que proclamou a República e que veio a interpretar o papel de *"Kerensky"* húngaro, já que foi rapidamente substituído pelo gabinete social-comunista de Béla Kun. *"Seus métodos de governo, doutrinários e terroristas, lograram converter a grande maioria dos húngaros em anticomunistas decididos"*, escreveu, a propósito, Carsten. Durante este período de *"terror vermelho"*, os elementos anticomunistas haviam criado diversos comitês; um deles, dirigido por Bethlen, atuava entre os exilados em Viena, enquanto em Szeged, cidade protegida por tropas francesas, o almirante Horthy havia criado outro. No entanto, quem acabou com o governo comunista não foram nem um nem outro, mas o exército romeno, comissionado para tal missão pela *"Pequena Entente"*. Horthy, político hábil e manobrador, soube apoderar-se do poder, embora o campo contrarrevolucionário estivesse dividido em

numerosas facções e tendências, unidas ocasionalmente pelo enfrentamento contra a esquerda. Ao *"terror vermelho"* seguiu-se o *"terror branco"*, que aniquilou a força da esquerda húngara por muitos anos.

Os contrarrevolucionários conservadores agrupavam-se em torno de Bethlen e Teleki. Os contrarrevolucionários extremistas tinham por chefe mais destacado o general Gömbös. A ambos os grupos uniam-nos os princípios *"nacional-cristãos"*, opostos ao *"ateísmo"* e *"internacionalismo"* marxista; unia-os seu ódio ao comunismo e ao socialismo, sua desconfiança em relação à democracia, ao pacifismo, ao antimilitarismo, assim como uma atitude de rejeição, mais ou menos radical, frente aos judeus. Mas diferenciava-os o modelo político que propunham, já que, como diz J. Eros: *"Os conservadores queriam defender o regime mediante uma legislação drástica, uma polícia firme e burocratas eficientes, mais do que por alvoroçadores, uniformizados ou não, que os haviam ajudado a suprimir socialistas e democratas"*. Os conservadores estavam dispostos a voltar ao parlamentarismo e ao regime liberal, e de fato, como sublinha igualmente Eros: *"O regime de Horthy começou e funcionou até seu término como um sistema pluralista de grupos competidores e de organizações que formavam uma inquieta coalizão"*. Apesar disto, existiam traços análogos ao fascismo, desde o fervoroso anticomunismo até a existência de um partido governamental (que conseguia sempre a maioria parlamentar), desde o poder carismático de Horthy até os tons antissemitas. *"A Hungria podia considerar-se como o modelo de um Estado corporativo autoritário"*, diz Nolte, acrescentando que *"Pode-se colocar a pergunta de até que ponto era possível, em uma estrutura tão firmemente articulada, qualquer forma de tendência fascista"*.

A primeira fase do regime de Horthy esteve marcada pelo predomínio dos contrarrevolucionários extremistas, que se esforçavam por liquidar os restos do regime comunista. Em janeiro de 1919, com Károlyi no poder, o general Gömbös criou a *"MOVE"* (Associação de Defesa Nacional Húngara), proibida pelo governo pouco depois e reorganizada em Szeged.

Gömbös animou também a criação de várias sociedades secretas e a federação de todas estas numa organização aglutinadora. Gömbös, por outra parte, ligou-se aos círculos nacionalistas e *"völkisch"* de Viena e Munique, e seu grupo, também conhecido como *"Despertar da Hungria"*, enviou delegações à Itália já desde 1921. Em todos estes países lutava-se então contra o comunismo, e era lógica uma solidariedade e apoio entre os que mantinham uma luta comum. Vários destacados ativistas alemães, perseguidos por assassinatos de esquerdistas, estiveram refugiados na Hungria, protegidos por Gömbös.

Gömbös era então um importante colaborador de Horthy. Seus *"comandos"* de oficiais, apoiados por civis anticomunistas, esmagaram toda posição de esquerda e conseguiram a maioria parlamentar para Horthy, mediante os métodos que se podem supor... Uma vez consolidada sua posição, Horthy deixou de apoiar-se em Gömbös, mas este manteve seu controle sobre várias organizações parlamentares e sociedades secretas, que, no momento oportuno, lhe serviram de apoio político para alcançar o poder.

Os gabinetes de Teleki, e sobretudo o de Bethlen, conseguiram acabar com o predomínio dos ativistas, dos *"comandos de oficiais"* e das sociedades secretas, restaurando o predomínio do Estado e do governo. Os *"ativistas"* que haviam erradicado o perigo comunista logo se viram marginalizados e relegados. Os seguidores de Gömbös, e ele mesmo, não duvidaram em apoiar inicialmente a Bethlen; o próprio Gömbös era deputado de seu partido *"Cristão Nacional"*, mas cada vez se foi tornando mais patente que se retornava a um regime de tipo liberal. Em 1923, Gömbös rompeu com Bethlen. *"Só então compreendeu que Bethlen, a quem havia ajudado a ganhar as eleições de 1922, era demasiado liberal e demasiado conservador para ele"*, escreve Eros. A retirada de Gömbös e seus seguidores não preocupou demasiado a Bethlen, que contava com o firme apoio de Horthy, nomeado Regente, e com uma ampla formação política, o Partido Governamental, chamado *"Partido da Unidade"*, surgido a partir dos dois grandes vencedores das eleições de 1922, o Partido *"Cristão Nacional"* e o dos Pequenos Proprietários; dada a

reacionária legislação eleitoral introduzida em 1922, o Partido no poder tinha assegurada a maioria parlamentar, e de fato, Gömbös, que havia criado seu grupo parlamentar com sete deputados dissidentes e seu partido de *"Defensores da Raça"*, sofreu, na seguinte consulta eleitoral, uma derrota. Diante da inviabilidade de suas aspirações, Gömbös reconciliou-se com Bethlen, voltando ao partido governamental e sendo nomeado ministro da guerra em 1928. Havia caído, entretanto, sob a influência do fascismo italiano; admirava a Mussolini e esperava poder imitá-lo, tendo estabelecido, além disso, relações com a Itália, onde Mussolini havia assegurado aos irredentistas o apoio italiano para as reivindicações húngaras.

A estabilidade alcançada por Bethlen será desfeita pela crise económica de 1929, que repercutiu gravemente na Hungria. O gabinete de Bethlen caiu e foi substituído por Károlyi (não era o *"Kerensky"* húngaro, mas outro aristocrata do mesmo apelido) e, por sua vez, deu passagem, em outubro de 1932, a Gömbös. Previamente, em 1931, este havia obtido um importante apoio eleitoral. Começava o fascismo na Hungria? Há muitos autores que assim o creem. Bertin denomina a Gömbös *"fundador do fascismo húngaro"*, enquanto Carsten sublinha que já em 1919 se havia apresentado a si mesmo como *"nacionalsocialista húngaro"*, quando o termo ainda não se empregava na Alemanha (embora sim na Boêmia e Áustria, que haviam pertencido ao Império Austro-Húngaro). Posteriormente, Gömbös havia mantido estreitos contatos com os nascentes fascismos da Alemanha e Itália, e posturas fascistas foram impregnando tanto seu primitivo grupo, *"MOVE"*, como a mais ampla *"Federação de Sociedades Patrióticas"* (TESZ). Estes grupos tinham um caráter e uma ideologia análogas às organizações italianas e alemãs de ex-combatentes, em cujo calor se havia desenvolvido o fascismo. Mas, por outra parte, Gömbös, ao contrário de Mussolini ou Hitler, havia aceitado participar no poder e integrar-se na coalizão governamental. Esta contradição fundamental está presente em toda a etapa de Gömbös. Afirmou que realizaria a reforma agrária e que tomaria medidas contra os judeus, mas a primeira não se realizou, e as segundas não se aplicaram. Adotou um estilo ditatorial, modos mais totalitários, e gostava de

apresentar-se como o *"Mussolini húngaro"*, mas jamais rompeu com o Regente Horthy, não dissolveu os partidos e tolerou a oposição parlamentar. O facto de que na política exterior se alinhasse junto à Itália e Áustria (a Áustria de Dollfuss, satélite italiano) não aporta mais rasgos fascistas, pois já Bethlen havia buscado o apoio do Duce. Era lógico que as nações que aspiravam a subverter o *"status quo"* surgido dos tratados de Paz de 1918-1920 se aliassem e apoiassem mutuamente.

Gömbös tentou imprimir um ar mais fascista à política húngara. *"Em vez de banquetes de notáveis havia agora concentrações de massas"*, escreve Nolte, acrescentando que *"em vez das prosaicas palavras do conde Bethlen ouvia-se falar de 'astro da nação' e da 'finalidade autônoma da nação', em substituição de planos financeiros bem calculados apareceram as altissonantes '95 teses', que atacavam marxismo, liberalismo, feudalismo, capitalismo e latifúndios, e que eram um bom programa fascista"*.

Esta primeira impressão de regime fascista desfaz-se ao submeter Gömbös a uma análise mais detalhada. *"Uma vez no poder mostrou-se surpreendentemente débil"*, escreve Deák, quem também diz: *"Os quatro anos de Governo de Gömbös não trouxeram nenhuma reforma importante"*. Por sua parte, Nolte sublinhou que *"esta 'Revolução Nacional' não devia sua existência ao surgimento de um novo partido, senão à confiança do Regente"*, e poderíamos concluir, com Carsten, que *"Embora Gömbös tenha tido uma forte inclinação profascista, careceu de um partido fascista que o alçasse ao poder total, de um movimento de massas distinto já de uma sociedade secreta"*. Em todo caso, o potencial fascista do experimento de Gömbös ficou inédito por causa de sua morte, ocorrida em 1936. Antes dela, e no curso de uma viagem à Alemanha, Gömbös firmou com Göring um acordo secreto no qual, em troca da ajuda alemã, prometia estabelecer um regime análogo ao nacionalsocialista alemão.

Durante seu mandato, Gömbös não se apoiou nos grupos fascistas que começavam a surgir, mas no partido governamental, reformado como *"Partido da Unidade Nacional"*. Aquele que haveria de ser o mais

destacado dirigente fascista húngaro, Ferenc Szálasi, recusou entrar em seu partido e rejeitou um cargo de deputado. E o primeiro partido nacionalsocialista húngaro surgiria de um dissidente do *"Partido de Defensores da Raça"* de Gömbös. Aplicando o mesmo critério *"geracional"* que Rintala utilizou para estudar o fascismo finlandês, poderíamos distinguir uma primeira geração, de lutadores anticomunistas, que ocupa o período da contrarrevolução; uma segunda geração, de elementos *"fascistizados"*, na época de Gömbös, que previamente se haviam manifestado contra a *"traição ao sangue vertido"* que supunha o regime liberal instaurado sobre o sangue dos combatentes contra o comunismo; e finalmente, uma terceira geração expressamente fascista, que criticará aos *"fascistizados"* sua incapacidade revolucionária e sua política de compromisso, e, no caso de Gömbös, em concreto, seu respeito às formas parlamentares, sua ambígua reforma agrária e suas débeis medidas antissemitas.

Para fazer frente ao *"perigo fascista"*, a esquerda e os liberais não duvidarão em aliar-se aos elementos mais reacionários, puramente feudais, da sociedade húngara, numa aliança não explicitamente formulada, mas sim real, que incluía, como assinala Deák, *"tanto aos grupos mais reacionários do país, como aos mais progressivos"*, dando assim a curiosa situação de que *"quando a esquerda falava de paz interior, de ordem e de valores históricos, a direita (refere-se ao fascismo, N.d.A.) falava, pelo contrário, de reformas sociais, de acabar com o feudalismo e o capitalismo"*. Desde o aparecimento dos primeiros grupos ativos fascistas, a grande maioria dos quais utilizou expressamente a denominação de *"nacionalsocialistas"*, a principal preocupação dos governantes vai ser combatê-lo, ainda que ao mesmo tempo a Hungria comece a entrar na órbita alemã.

Zoltán Böszörmény, antigo seguidor de Gömbös, criou em 1931 seu próprio partido. Jornalista e poeta, havia desempenhado vários empregos e dirigido uma agrupação nacionalista de estudantes; era um veterano da contrarrevolução. Ao regressar de uma viagem à Alemanha, lançou seu movimento *"Cruz de Foices"*, que logo recebeu o nome de *"Partido*

Operário Nacionalsocialista Húngaro”. O movimento desenvolveu-se sob o governo de Gömbös, contando com milícias. Tentou Böszörmény ser eleito deputado, mas a ultrarreacionária legislação eleitoral o impediu. Seus seguidores procediam das camadas mais pobres do campesinato do leste da Hungria, cheias de ódio contra os judeus das cidades, contra o comunismo e contra os nobres latifundiários, que os mantinham num estado semifeudal. O partido foi rapidamente vítima da repressão policial. O forte aparato policial da Hungria de Horthy (regime *“fascista”*, segundo a esquerda) impedia a ação violenta da conquista do poder, a qual, no entanto, iniciou-se. Tentou-se uma *“marcha sobre Budapeste”* para o dia 1 de maio de 1936, mas esteve pobremente organizada. Em várias cidades do interior, os milhares de camponeses reunidos foram dispersados brutalmente, enquanto Böszörmény e outros dirigentes eram condenados à prisão; Böszörmény conseguiu escapar em 1938 e exilar-se na Alemanha.

Mais de 700 camponeses foram detidos, e um *“processo-monstro”* contra 113 implicados foi organizado. Assim descreveu um literato húngaro contemporâneo os fatos: *“De uns 100 demandados, 98 não tinham nem casa nem terras; vestiam rotos andrajos, curtas e miseráveis jaquetas, e velhos coletes de pele de ovelha; nenhum tinha camisa”*. O primeiro broto de fascismo húngaro *“de esquerda”* se saldou com a repressão e as condenações; o eficaz sistema policial impediu a Böszörmény voltar a agitar o país.

Quase contemporaneamente nasceu o fascismo *“de direita”*, pois em junho de 1932 um deputado independente do Parlamento Húngaro, Zoltán Meskó, criou seu próprio partido nacionalsocialista, depois de haver estado durante algum tempo vinculado a Böszörmény. O *“Partido Nacionalista Húngaro de Operários e Camponeses”*, que assim se chamava o grupo de Meskó, começou utilizando a camisa parda e a cruz suástica, símbolos ambos proibidos pelo governo, uma vez que Hitler alcançou o poder na Alemanha, já que passaram a ser *“símbolos de uma potência estrangeira”*. Como alternativa, recorreu-se ao uso da camisa verde e da Cruz Flechada, que desde então seriam típicos do fascismo húngaro. Apesar do nome do grupo, por outra parte, sua tendência era bastante direitista. Carsten

escreve que *"o partido era menos revolucionário que o movimento de Böszörmény, sempre se manteve fiel a Horthy. Nunca teve influência entre as massas"*. Como em outros pontos da Europa, foram muitos os conservadores que não viram no nacionalsocialismo mais que uma forma nova e radical do conservadorismo. Os nobres latifundiários, que formavam uma boa parte da classe política da nação, começaram a aparecer nos âmbitos NS. Os condes de Pálffy e Festetics (ex-ministro da guerra *"cristão-nacional"*, o partido de Bethlen) uniram-se a Meskó e controlaram seu partido, pelo qual este cindiu-se e criou uma nova agrupação. Nasceram inumeráveis grupúsculos representantes deste *"fascismo de direita"*. Nolte chega a falar de 100 agrupações.

O grupo de Festetics e Pálffy, como *"Partido Nacionalsocialista Unificado"*, obteve somente dois assentos nas eleições de 1935. Apesar da denominação de *"unificado"*, existiam outros grupos, como a *"Frente Cristã Nacionalsocialista"*, criada pelo dissidente Meskó, que obteve outros dois assentos. Sem representação parlamentar ficaram o *"Movimento Cristão Nacionalsocialista"*, a *"Frente Cristã"* e a *"Agrupação Racista Nacionalsocialista"*. A denominação de *"cristão"* fazia referência ao antissemitismo destas organizações, que opunham o conceito *"cristão"* ao de *"judeu"*.

Também não obteria representação parlamentar o grupo recém-criado por Szálasi, o *"Partido da Vontade Nacional"*. Szálasi também havia militado desde os primeiros momentos na contrarrevolução. Como militar de carreira e ex-combatente da Grande Guerra, opunha-se firmemente ao comunismo e o combateu durante a primeira fase do regime de Horthy. Depois havia abandonado as tarefas políticas para concentrar-se em seus estudos militares e científicos. Havia passado ao Estado-Maior do Exército e distinguiu-se por vários estudos de tipo social, na realização dos quais tomou contato com a espantosa situação do proletariado e do campesinato húngaro. Publicou vários livros, com êxito. Em 1930 escreveu *"O Estado-Maior"*, e no mesmo ano outro volume, destinado ao estudo da administração pública: *"Racionalização"*. Seguiu-se em 1931 *"As Bases Principais do Desarmamento"* e mais tarde *"Os Fundamentos*

Psicológicos da Mobilização”, livros de tema militar, e que encontraram eco, inclusive, fora da Hungria, entre os especialistas de Estado-Maior. Em 1935 foi autor de um *“Plano de Reestruturação do Estado Magiar”*, livro que lhe ocasionou numerosos incômodos, pelas opiniões nele vertidas. Para então, Szálasi já havia se dado conta de que sua vocação era a política e que a ela devia dedicar-se. Abandonou o Exército para criar o já citado *“Partido da Vontade Nacional”*, ao qual dotou de um programa concreto e elaborado com um novo livro: *“Metas e Fins”*. O novo partido, apesar do fracasso eleitoral, tomou rapidamente auge, recolhendo a tocha do fascismo *“de esquerda”* do Partido de Böszörmény, desfeito pela repressão. A diferença, respecto a Böszörmény, será que o componente popular não procederá só das mais humildes camadas campesinas, mas também do proletariado urbano. A propaganda de Szálasi criticava abertamente o sistema parlamentar e o conservadorismo do regime e pedia uma eficaz reforma agrária. O partido falava do *“hungarismo”*, no qual se resumiam as aspirações nacionais húngaras e as aspirações sociais das classes populares. Em abril de 1937 Szálasi sofreu sua primeira detenção e o partido foi dissolvido, para recriar-se, pouco depois, como *“Partido Nacionalsocialista”*, seguindo adiante com todos os seus temas de propaganda, alcançando no verão de 1937 os 20.000 afiliados. No outono houve uma aliança de poucas semanas de duração, de todos os grupos nacionais-socialistas, e várias concentrações de massas destas organizações; o governo compreendeu claramente o perigo que se avizinhava, e contra o qual tinha que atuar.

O movimento de Szálasi contava com mais de 50% de seus efetivos recrutados entre o proletariado (*“os subúrbios ‘vermelhos’ de Budapeste converteram-se em cidadelas do movimento”*, diz Nolte), alinhando também 8% de camponeses e 12% de empregados. Era muito importante a presença de militares de carreira, que chegavam a representar 17%. Não cabia dúvida de suas firmes convicções respecto à justiça social, e as camadas dirigentes húngaras tremiam ante o êxito daqueles *“bolcheviques”*, pelo qual, desde o poder, iniciou-se uma política sistemática de repressão, baseando-se, por uma parte, nas medidas

policiais e por outra na adoção de elementos das reivindicações fascistas, para assim fechar o passo ao avanço do fascismo.

O sucessor de Gombos, Daranyi, introduziu novas medidas antissemitas, e como vimos, perseguiu Szalassi e seus seguidores. Esta tendência se reforçou com o próximo chefe de governo, Bela Imredy, que continuará esta política. "*Desde então, e até a ocupação alemã em março de 1944, os seguidores de Szalassi foram submetidos a uma perseguição praticamente contínua: se proibiram os jornais e comícios, 'alguns de seus dirigentes foram encarcerados, e centenas de seguidores foram enviados a campos de concentração'*", diz Deak. Imredy, banqueiro que havia formado parte do gabinete de Gombos, tentou emulá-lo e criar um partido pseudofascista no qual se apoiar para conseguir o poder ditatorial. O *Partido da Vida Húngara*, segundo Nolte, *tomou emprestado o estilo fascista* dotando-lhe de estandartes e uniformes, e ao mesmo tempo que sobre esta nova formação, Imredy se apoiou no setor mais extremista do partido governamental, e nos setores fascistizados do Exército. Imredy prendeu Szalassi, e acusando-o de subversão e agitação, conseguiu que ele fosse condenado, em julgamento de duvidosa confiabilidade, a três anos de trabalhos forçados. A campanha *Szalassi 1938* que fazia referência às possibilidades de conquistar o poder naquele ano para o movimento *hungarista*, foi freada e desfeita por esta medida repressiva, mas não por isso o movimento se desfez. Muito pelo contrário, a figura do Szalassi encarcerado se tornou um mito e uma poderosa arma propagandística.

Imredy foi demitido do governo pelo regente Horthy, que temia uma repetição da época de Gombos. Teleky, seu sucessor, integrou no partido governamental a pequena formação fascistizante de Imredy, e não tentou novas aventuras deste tipo, afiançando simplesmente a repressão policial. "*A incapacidade do Partido de União Nacional 'partido governamental' para lutar politicamente contra os grupos fascistas, o conduziu a enfrentar-se no plano puramente policial contra o movimento revolucionário, o Partido de Szalassi, pois os outros grupos extremistas eram, no máximo, nacional-conservadores*", declara Cazenave.

Ante os êxitos eleitorais obtidos em 1938, que supuseram dois deputados de Szalassi, eleitos em eleições parciais, e aos que se acrescentaram no Parlamento dissidentes do Partido de Unidade Nacional, e do Partido dos Pequenos Proprietários, Teleky quis evitar que as eleições de 1939, as primeiras que se celebravam por sufrágio secreto desde 1922, supusessem um afiançamento do fascismo. Dissolveu o *movimento Hungarista*, nome com o que se agrupavam então os seguidores de Szalassi, capitaneados por Kalman Hubay. Hubay reagiu com rapidez reorganizando o movimento como *Partido da Cruz Flechada*.

"*As pressões governamentais* — dizia Duprat, a respeito — *eram extraordinariamente fortes contra os que queriam votar na 'Cruz Flechada' (C.F.). A gendarmaria, instituição todopoderosa na Hungria de Horthy, prendeu na véspera do escrutínio milhares de 'camisas verdes' szalassistas, para impedi-los de votar. Os camponeses foram ameaçados com serem expulsos das terras que tinham como colonos se votassem na C.F.*". O sucesso eleitoral, apesar de tudo, foi clamoroso. 29 cadeiras corresponderam à C.F. A eles se uniram, em seguida, o único deputado do partido *Vontade do povo*, que era uma dissidência direitista da C.F., e dois deputados do antigo grupo de Gombos *Defensores da Raça*. O grupo parlamentar ficou com 32 deputados, aos quais se acrescentavam as diversas forças nacional-socialistas *de direita* que haviam obtido cadeiras. A *Frente Nacional* criada por Palffy e Festetics conseguiu um sucesso reduzido, com apenas 9 cadeiras, embora sua *frente* agrupasse numerosas organizações: *Frente Cristã, Agrupamento Nacional, Movimento Cristão Nacional-Socialista, Movimento Popular Nacional-Socialista, Agrupamento Racista Nacional-Socialista, Organização de defesa dos Cristãos de Raça*, e, por supuesto, o *Partido Nacional-Socialista Unificado*, a formação capitaneada por dois condes, e que era a única da *frente* com alguma transcendência. O grupo de Merko, *Frente Cristã Nacional-Socialista*, obteve três cadeiras, enquanto um grupo que se havia formado entre a minoria húngara da Tchecoslováquia, recentemente incorporada, em virtude dos pactos de Munique, à Hungria, a *Frente Unida Nacional-Socialista*, de Jaross, obteve 5 cadeiras. As 32 cadeiras da C.F. e as 27 dos nacional-socialistas *de direita* revelavam a existência de

uma forte oposição nacional-socialista. Apesar da repressão e das *fraudes eleitorais*, o sucesso da C.F. era óbvio. A oposição de esquerda e os partidos de centro se viram eclipsados.

"*O Partido da Cruz Flechada, em seu primeiro combate eleitoral, travado em condições precárias, obteve um sucesso retumbante*", escrevia Duprat. Junto aos fascistas de *direita* representavam mais de 25% da população húngara. O que oferecia o *Partido da Cruz Flechada* aos húngaros? Antes de tudo, a impressão mesma da honestidade de seu líder: "*Não era um bom orador, nem um bom organizador,* mas sua sinceridade e sua honestidade atraíam a admiração, quizás porque tais virtudes eram bastante raras nos políticos húngaros da época", diz Deak. Em segundo lugar, oferecia uma alternativa popular, de defesa das classes despossuídas, frente a uma esquerda ineficaz e aliada aos elementos mais reacionários da sociedade húngara; como diz Nolte: *"O traço diferencial dos movimentos nacional-socialistas húngaros (era) que não só apresentavam um programa de reforma social, inclusive de revolução, orientado à esquerda, por competência contra uma esquerda forte"*, senão que na ausência de uma esquerda semelhante se converteram, de fato, nos principais defensores de tal programa".

Não se tratava, no entanto, de um simples programa radical. Da mesma maneira que Codreanu na Romênia, "*Szalassi desejava construir uma Ordem militar* mística mais que um partido político clássico", afirma Cazenave. Os dois elementos chaves da ideologia *cruz flechada* eram o socialismo e o nacionalismo, acerca dos quais Szalassi teorizou longamente, dotando o movimento de uma ideologia original, coerente e completa. A respeito do socialismo, é muito significativo o parágrafo que segue: "*Enquanto o socialismo agrário é egocêntrico, e a maior satisfação que pode dar-se a ele é a socialização da terra, o socialismo operário abarca tudo, contém a população inteira, e beneficia a nação inteira. O socialismo operário é o nacionalsocialismo (...) No* combate do movimento hungarista, em nome da Pátria e da Nação, o operário obterá seu verdadeiro lugar na sociedade (...) a principal força do movimento hungarista nacionalsocialista está em que tem por iguais a todos os que

trabalham pela nação, com suas mãos ou com seus cérebros (...) Nós, por suposto, extraímos o socialismo do estreito 'socialismo de classe', e o transplantamos a todas as camadas da população, à Nação inteira". No que respeita ao co-nacionalismo, Szalassi não caía na típica postura fascista de solicitar a *Grande Hungria*, e pregava a solidariedade das nações nacional *socialistas, que deviam tender a uma federação. Quando os elementos reacionários do país faziam campanha para conseguir a restauração territorial húngara por meio de aventuras militares, o líder da Cruz Flechada solicitava a criação de uma grande nação federal cárpato-danubiana, como único modo de acabar com o longo passado de enfrentamentos motivados pelas fronteiras; em um país dominado pelo ódio aos vizinhos rumanos, aos que se acusava do espólio da Transilvânia,* "o antichauvinismo da C. F. era tal — escrevia François Duprat — *que os jornais de Szalassi escreviam artigos favoráveis a Codreanu e a Guarda de Ferro romena, com grande cólera dos fanáticos antitumanos da direita húngara*".

Uma similaridade com a *Guarda de Ferro* fundamental era a atitude religiosa do Partido. Szalassi era um devoto católico, e a mística católica influiu muito nele, mas como sublinha muito adequadamente Deak, tratava-se de um cristianismo nacionalizado, afirmado enquanto constituinte da nação, e não era uma religião *universalista*. Esta é uma constante que se mantém em todos os fascismos, e que já vem herdada de Maurrás e do nacionalismo francês. Por outra parte, Szalassi propugnava uma separação total de Igreja e Estado, rejeitava o monopólio clerical da educação e as ingerências das hierarquias religiosas. "*A política do clericalismo não teria cabida na ordem hungarista*", conclui Deak. A coerente postura do partido a respeito destes problemas motivou que conseguisse contar com o apoio dos católicos do país. Eros o descreve assim: "*Não é surpreendente que quando a luta entre os conservadores e o nacionalsocialismo se fez mais aguda, a maior parte dos chefes católicos apoiaram a frente conservadora, enquanto a massa era minada pela propaganda nacionalsocialista*".

No que respeita à organização do partido *cruz flechada*, estava concebido em forma piramidal. Szalassi reservava para si a direção suprema e *espiritual*, por assim dizer, do movimento, enquanto Kalman Hubay dirigia a organização e a política. Existiam vários departamentos centrais: Conselho de Reconstrução do País, Formação do Partido, Recrutamento, Recrutamento Operário, Propaganda, Problema Social e Ideologia. Os distintos grupos sociais estavam representados através de *Grandes Conselhos*, fundamentalmente, o Grande Conselho Operário e o Grande Conselho Campesino. Através destas organizações, o Partido estendia seu âmbito de atuação. Ao Conselho de Reconstrução do País, por exemplo, além dos elementos do partido *CF* estavam vinculados uns dois mil intelectuais e técnicos superiores: oficiais, engenheiros, advogados, dispostos a colaborar com a *CF* se ela chegasse ao poder. Dado que desde Imredy se havia proibido aos funcionários do Estado e aos militares pertencer à organização de Szalassi, existiam organizações secretas (*Organizações de Clã*, se lhes chamava) onde os membros do corpo diplomático, da administração, do exército, estavam enquadrados, com fichas que registravam não seu nome, mas um número chave; segundo Deak, estes ramos clandestinos deviam contar em 1944, quando Szalassi acedeu ao poder, com 50.000 membros.

Não se contava com milícias organizadas. Após a experiência de Bosrozmeny e a de Mesko, os quais haviam contado com milícias organizadas, o governo havia proibido a existência de *exércitos particulares*. Em troca, os sindicatos nacional-socialistas tiveram um importante desenvolvimento. "*Os sindicatos* — afirma Cazenave — *não eram de modo algum 'sindicatos amarelos'. Muito ao contrário, organizaram grandes greves reivindicativas, e eram infinitamente mais ativos que os sindicatos marxistas*".

Retomemos novamente o fio dos acontecimentos, após esta explicação, do clamoroso sucesso eleitoral do partido *CF*. As forças nacional-socialistas formaram um agrupamento parlamentar, o *Frente da Cruz Flechada* e Hubay, animador da *ala direita* da C. F., começou a tentar uma efetiva fusão de todos os elementos nacional-socialistas húngaros, à qual

se opunha a *ala esquerda* e os sindicatos, mas que não tinham o apoio de Szalassi, ainda encarcerado. Se bem que o partido se achava em seu zênite, também existiam nele sérias tensões, que se tentava fomentar desde fora.

O governo, por outra parte, havia alcançado novamente um certo grau de estabilidade, uma vez superada a crise econômica. Sua aproximação à política exterior alemã lhe havia reportado grandes êxitos. Com o desmembramento da Tchecoslováquia, os húngaros haviam recuperado extensos territórios. Graças à arbitragem alemã, os romenos haviam entregado à Hungria uma grande parte da Transilvânia. Quando mais tarde, as democracias ocidentais foram derrotadas na *blitzkrieg* de 1940, os Estados balcânicos se incorporaram quase todos ao Pacto Tripartite, e a Hungria conseguiu desta forma, após a campanha da Iugoslávia, a anexão de novos territórios. Os defensores desta política pró-alemã não eram os *szalassistas*, que viam nas pretensões hegemônicas alemãs uma contradição com as pretensões hungaristas, mas os elementos da ala direita do partido governamental e os elementos pró-germanos do Exército, e também os grupos *fascistas de direita*. Esta presença entre as potências do Eixo não supunha, nem de longe, que a Hungria se houvesse convertido em uma potência fascista. A Hungria havia prestado seu apoio a milhares de exilados polacos, que cruzaram a Hungria a caminho da França e da Inglaterra; era o *santuario* onde se asilavam todos os antifascistas europeus, e os judeus, especialmente. Apesar de que certos traços *fascistoides* se mantiveram ou reforçaram (como a organização juvenil estatal, *Levente*), e as medidas antissemitas foram reafirmadas em diversas ocasiões, a Hungria continuava sendo constante e eficaz para evitar o avanço do fascismo. Quando depois das eleições de 1939 se descobriu uma conspiração para derrubar Horthy e libertar Szalassi, a tentativa foi rapidamente liquidada, e 23 participantes foram julgados. Kerestzes-Fischer, homem de confiança do Regente, e ministro do Interior, se distinguiu pela brutalidade de suas medidas antifascistas.

O ano de 1940 será decisivo para a história do fascismo húngaro. No governo estavam os liberais Teleky e Kallay, dispostos a frear a ascensão do nacional-socialismo acudindo a todos os meios, inclusive, criando

organizações de aspecto fascista, mas netamente antialemãs e antisszalassistas, como a *Ordem dos Bravos* e a *Associação de Caçadores Turânios*. Estas organizações estavam controladas diretamente pelo governo, armadas e financiadas: "*As autoridades esperavam que os 'turânios' utilizassem suas armas contra os nazistas húngaros, ou contra os vermelhos, ou inclusive contra o exército alemão invasor*". Diz Eros. Estas organizações direitistas *antinazistas*, no entanto, não atuaram eficazmente jamais, e só se mantiveram graças ao empenho do governo, que mediante a criação de grupos mimeticamente *fascistas* esperava restar força a Szalassi. Por outra parte, Bela Imredy, após conseguir para seus fiéis trinta cadeiras nas listas do Partido Governamental — o qual, como já dissemos, tinha assegurada a maioria, dada a legislação húngara — se retirou com eles, para recriar seu partido, como *Partido da Renovação Nacional*. Imredy começou a atuar soterradamente para conseguir a fusão da *C.F.*, o P.N.S. Unificado, e seu partido, formando um grande bloco que lhe permitiria voltar ao poder. Szalassi se opôs, desde a prisão, totalmente a uma fusão com Imredy. Mas Hubay sim chegou a realizar uma fusão com os seguidores de Palffy e Festetics, nascendo, no outono de 1940, o *Movimento NS Hungarista da Cruz Flechada*. A nova formação contava com 40 deputados, e um quarto de milhão de afiliados. Mas a ala esquerda *CF* não estava satisfeita com a *virada à direita* que isto supunha, e se propôs mostrar sua fidelidade à linha revolucionária mediante a organização de uma grande greve. O motivo desta, que começou em outubro de 1940, foi a situação dos mineiros. Tem sido qualificada como *a mais potente ação reivindicativa do proletariado húngaro desde suas origens* e Cazenave nos a descreve assim: "*Ocasionou que milhares de militantes C.F. fossem à prisão, e centenas de mineiros fossem despedidos. (...) Houve incidentes sangrentos entre os mineiros e as forças da ordem (...) Finalmente, o impacto da greve foi tal — os correios se puseram em greve, assim como os sindicatos CF de bondes e ferrovias, estourando greves de operários agrícolas — que os proprietários, obrigados por Teleki, que temia uma tentativa revolucionária, deveram ceder*".

A tensão entre a ala direita do partido e a ala esquerda foi em aumento, e Bela Imredy, que viu como suas possibilidades de controlar a

nova formação se eclipsavam, assim que Szalassi saía da prisão, tentou atrair a Festetics e Palffy. Já que não podia se pôr à frente da nova formação tratava, ao menos, de estraçalhá-la ou anulá-la. O cansaço e a desilusão de veteranos militantes, que viam como a consolidação do regime anulava as possibilidades de aceder ao poder, e como o partido se mostrava incapaz de um assalto frontal, atuaram como pano de fundo. Festetics e Palffy tentaram que Szalassi abandonasse o mando, a fim de aportar o *apoio popular* do partido, a um *ministrável* como Imredy, com possibilidades políticas. Szalassi reagiu rompendo a fusão com os *fascistas de direita* e se ocasionou uma profunda crise. No outono de 1941, um ano depois da fusão, o *Movimento NS Hungarista da Cruz Flechada* deixou de existir. Os elementos mais reacionários se passaram diretamente ao partido de Imredy (dois deputados entre eles), se reconstruiu o *Partido Nacionalsocialista Unificado* (com 13 deputados) e a massa popular e 19 deputados ficaram junto a Szalassi. O mais grave foi que *o movimento nacionalsocialista foi terrivelmente afetado pela cisão e perdeu todo dinamismo*, como diz Cazenave; mais da metade dos afiliados abandonaram a militância política.

Imredy e o *PNS Unificado* formaram um bloco político que pedia a radicalização das medidas antissemitas e o estreitamento da cooperação com a Alemanha. Logo, no entanto, ficou manifesto que não contavam com as massas populares que os seguissem. E o governo não se preocupou por eles, enquanto mantinha *a Cruz Flechada sob severo controle*, diz Deak. O gabinete de Kallay, conforme viu que a vitória começava a mudar de campo, começou a romper os laços que o uniam ao Eixo. A distância que separava o país das tropas dos anglo-saxões e dos soviéticos era a única causa pela qual o governo não se atreveu a romper formalmente sua aliança. As débeis forças *fascistas de direita*, junto às de Imredy, e a recentemente criada *Associação de Ex-combatentes da Frente do Leste*, que agrupava elementos anticomunistas que haviam participado da Campanha da Rússia não podiam impedir a guinada impressa à política exterior pelo governo, enquanto que a C.F. não desenvolvia uma política pró-alemã, magoada pela preferência que haviam mostrado sempre os representantes alemães pelos *fascistas de direita* e por Imredy, aos que,

como se pode supor, consideravam menos perigosos para os interesses alemães na Hungria, que a um revolucionário sincero e nacionalista radical como Szalassi.

A experiência de Badoglio na Itália e a da Romênia induziram os alemães a ocupar militarmente o país. Obrigaram Horthy a formar um gabinete disposto a continuar a luta. Sztajay, ex-colaborador de Gombos e ex-embaixador na Alemanha NS, recebeu o encargo de formar governo, o que fez com elementos da ala direita do partido governamental, então denominado *Partido da Vida Húngara*, e com seguidores do *Partido de Renovação* de Imredy. Militantes do PNS Unificado ocuparam cargos secundários. Nenhuma pasta foi entregue ao Partido da C.F., a respeito do qual Sztajay não tinha um *bom conceito*.

Horthy, apesar das dificuldades, estava disposto a passar-se para o lado vencedor, aproveitando que as tropas soviéticas apareciam já nos confins da Hungria. Novamente, a traição pôde ser evitada. E foi então, no dia 15 de outubro de 1944, quando a crise do regime era evidente, quando finalmente lhes foi possível aos *fascistas de esquerda* ocupar o poder. Para contrarrestar as ordens de Horthy às tropas húngaras de que se rendessem, elementos da SS alemã assaltaram a residência do regente, enquanto que sobre a capital confluíam duas divisões de SS húngaros, formadas sob o governo de Sztajay, nas quais era majoritária a presença de elementos *cruz flechados*, e os pontos estratégicos de Budapeste e das províncias eram ocupados por militantes da milícia *Nyilas* (*Cruz flechada*) constituída apressuradamente. O governo foi obrigado a retratar-se publicamente de suas ordens de rendição, e o exército, onde numerosos oficiais eram seguidores de Szalassi, manteve-se fiel. Algumas tentativas dos grupos de esquerda, que novamente acudiam em ajuda da ditadura reacionária de Horthy, foram rapidamente sufocadas. Szalassi se apoderou do poder, evitando as manobras de Imredy, dissolveu os partidos antifascistas e obrigou a fundir-se com o seu aos ideologicamente próximos. Fez-se proclamar *Dirigente da Nação*, e formou governo com membros da *Cruz Flechada* e outras *forças nacionais*, incluindo a militares húngaros e oficiais húngaros da SS. Dispôs-se o reforçamento do Exército, para

defender a Pátria do ataque do Exército Vermelho, que já avançava sobre o solo húngaro, proclamou-se a criação de novas unidades SS húngaras, e mobilizaram-se os militantes em formações de milícias dependentes do Partido. Szalassi mostrou-se disposto a levar a cabo o programa social do movimento, apesar das desfavoráveis circunstâncias, pelo qual começou automaticamente a reforma agrária. Os ideais *conacionalistas* também se viram plasmados com pactos com o governo fascista croata de Ante Pavelic e o governo no exílio da *Guarda de Ferro* romena, radicado em Viena, nos quais se tentava pôr fim para sempre às disputas territoriais da região danubiana. Inclusive o Parlamento seguiu reunindo-se até o final do *Estado Hungarista*.

As possibilidades reais de plasmá-lo na Hungria foram escassas, já que o avanço incontível do Exército Vermelho russo foi limitando progressivamente o terreno sobre o que podia atuar o governo de Szalassi, o qual, finalmente, teve que exilar-se a território alemão. Em Budapeste, a guarnição germano-húngara foi reforçada por milhares de milicianos *nyilas*, e se resistiu heroicamente, apesar do cerco a que foi submetida a cidade, em uma das batalhas mais duras da Segunda Guerra Mundial.

A derrota trouxe consigo a repressão mais brutal; repressão que não era nova para os *szalassistas*, vítimas durante tantos anos dos atropelos dos governos de Horthy, mas que desta vez foi extremadamente brutal e expedita. "*Durante meses* — conta Cazenave — *se viveu uma feroz repressão, e em abril de 1946 todos os chefes fascistas 'inclusive Szalassi, (N.d.A.)' foram enforcados às margens do Danúbio. Haviam obtido o direito a voltar a vestir suas camisas verdes, e morreram bravamente, fazendo a saudação fascista*".

A história do fascismo húngaro é altamente reveladora da verdadeira natureza dos movimentos fascistas. Segundo Cazenave tratava-se de "*um fascismo de esquerda* potente e original, cuja simples existência contradiz de maneira eficaz a maior parte das definições clássicas, e especialmente as marxistas, do fascismo".

Esta opinião é ratificada pelos mais importantes especialistas no estudo do fascismo, e assim, Eugen Weber escreve que "*Na Hungria Szalassi*

mostrava uma maior aproximação aos trabalhadores e aos campesinos, que à classe média, à corrompida aristocracia ou à burguesia", enquanto Ernst Nolte assinala como "*o nacionalsocialismo húngaro não surgiu tanto do fermento anticomunista como da inquietação social dos camponeses sem terras e dos operários das concentrações urbanas*".

Por seu carácter revolucionário foi vítima da constante perseguição da polícia, dirigida por um governo social e politicamente reacionário. O enfrentamento entre os governos reacionários e os movimentos fascistas revolucionários tem uma nova plasmación na Hungria, análoga aos casos que vimos na área báltica. A propósito disto, é muito significativo o parágrafo de Nolte, no qual escreve que: "*O governo perseguiu o movimento (de Szalassi, N.d.A.) muito mais duramente do que teriam feito governos liberais em circunstâncias semelhantes em outros países da Europa*". O autêntico fascismo húngaro esteve sempre na oposição. O regime reacionário e semifeudal de Horthy jamais foi fascista, apesar de que reprimisse brutalmente qualquer broto comunista, e se apoiasse nas potências do Eixo. O chamado *fascismo parlamentar* de Bethlen, não foi tal, pois ainda que se aproximasse da Itália mussoliniana em política exterior, sempre combateu eficazmente qualquer tentativa dos que queriam imitar a Mussolini na Hungria, como tem assinalado Nolte. Gombos, por sua parte, foi incapaz de impor-se ao Regente, que conservava um eficaz controle sobre a política húngara, e ao amplo partido governamental. Segundo Eros, a tentativa de Gombos falhou pelo "*fato de que Gombos, que estava em seu elemento nos pequenos grupos de conspiradores, falhou notavelmente quando tentou atuar como guia carismático de um movimento de massas de índole nacional*". Além disto, há muitas objeções que pôr ao carácter fascista de Gombos. Imredy que intentou seguir seus passos, foi uma figura nefasta para a história do fascismo húngaro. Era um ultraconservador que odiava os *bolcheviques* de Szalassi, e cujas armações e conspirações romperam a unidade do fascismo húngaro em seu momento de zênite. Szalassi, por sua parte, tem uma categoria humana e moral muito por cima de todos os citados, mas como assinala Carsten "*não possuía as qualidades dinâmicas de outros líderes fascistas, nem seu sentido tático*", não soube "*fazer política*", e talvez, por isso, seu partido só

ocupou muito tardiamente o poder. Em troca, seu inimigo político, o almirante Horthy, político hábil entre os hábeis, soube controlar eficazmente o país, fazer-se passar por herói nacional contra o comunismo, e conseguir que sua pessoa fosse respeitável até para os mesmos nacional-socialistas, como encarnação da soberania e independência. "*O mesmo Hitler, falou do 'mito Horthy' que ele, Hitler, queria preservar*", diz Eros.

Durante a época de antifascismo furioso que se seguiu ao fim da Segunda Guerra Mundial, e ainda hoje, se acusou o regime de Horthy de fascista. Para muitos, "*o período de Horthy se considera o primeiro regime fascista e racista da Europa Central, cujos fundadores 'o Almirante Horthy, e seus oficiais jornalistas, propagandistas do terrorismo branco' inventaram o nazismo, ou foram, ao menos, os pioneiros do fascismo e da nova ordem europeia que Hitler e Mussolini haviam de estabelecer mais tarde*", por dizê-lo com palavras de Eros. A análise histórica nos demonstra, não só a absoluta falsidade destas teses, senão também, o radicalmente inexato que tem sido e é ainda a interpretação do fascismo.

ROMÊNIA

O fascismo romeno é um dos mais interessantes da Europa. Por sua originalidade, por sua história, por seu radicalismo e pela figura de seu chefe, o *Capitão* Corneliu Zelea Codreanu. Se bem que existiram outros movimentos fascistas ou semifascistas de menor importância, será o movimento de Codreanu, primeiro a *Legião do Arcanjo*, e depois a *Guarda de Ferro* o que alcançará a personificar, por antonomásia, o fascismo da Romênia. Marco Tarchi tem escrito que: "*A Guarda de Ferro* — e há que sublinhá-lo — *não pertence às tentativas mais ou menos nobres e acertadas de imitar aos dois grandes movimentos fascistas do entreguerras, o italiano e o alemão. A prova está na data de nascimento do movimento nacional romeno, que encarna, nos homens e nas ideias, a primeira expressão do credo 'legionário', é a princípios de 1919, quando*

o suboficial Hitler e o cabo Mussolini apenas têm acabado sua vinculação com o Exército, quando Codreanu e um grupo de estudantes, no bosque de Dubrina, se juramentam para resistir a uma possível invasão soviética".

Com efeito, o fascismo na Romênia tem profundas raízes e motivações muito claras. O país foi integrado em vários impérios; havia sofrido numerosas dominações estrangeiras, criando-se um forte sentimento nacionalista. A lembrança do Império criado por Miguel, o Bravo, estimulava este nacionalismo, que pedia o nascimento de uma *Grande Romênia*. Desde que o país alcançou sua independência, entrou na órbita cultural francesa, e foi ali onde recebeu suas influências ideológicas principais o nacionalismo. Logo se tingiu de fortes sentimentos antissemitas, diante da escandalosa situação que provocavam os judeus, os quais, sendo uma minoria urbana, acaparavam quase totalmente o comércio, as profissões liberais e as escolas superiores, além de se apoderarem de extensos territórios agrícolas mediante práticas usurárias. Igualmente, se tingiu de antidemocratismo, dada a incapacidade de um regime liberal, ao qual se considerava alheio ao país, importado da França, mas sem responder aos desejos e às realidades do país; e de populismo, dada a situação de penúria, escassez e abandono em que se encontravam os *autênticos romenos*, ou seja, as massas camponesas do país, que representavam, frente à corrupta classe alta e aos judeus, a cultura puramente romena e os valores nacionais.

Eminescu foi o grande profeta do nacionalismo romeno, antes da guerra mundial de 1914-18. "*Embora Eminescu apareça como o nacionalista mais grande de sua época, estava muito longe de encontrar-se sozinho. Toda uma série de nacionalistas, intelectuais, poetas, jornalistas* faziam causa comum com ele", escreve Weber. Entre seus discípulos há que destacar três: um professor de economia política, Cuza; um historiador, Iorga; e um poeta, Goga; que estavam chamados a ter um papel ambivalente na história do fascismo romeno.

A este fermento nacionalista há que unir outro de tipo social. O descontento da massa camponesa estourou em fevereiro de 1907, quando os operários agrícolas de uma grande propriedade agrícola judia se

amotinaram, e a revolta se estendeu como pólvora por todo o país. Foi necessária a intervenção do Exército, e a morte de mais de 10.000 campesinos para sufocar a rebelião, que havia sido apoiada pelos elementos nacionalistas, que viam com simpatia o antissemitismo dos camponeses. Em troca, o socialismo jogaria um pobre e pequeno papel. Ao aliar-se à força política dominante no país — isto é, aos liberais — ficou desacreditado pelo uso massivo de métodos caciquistas que faziam estes. Weber sublinha que "*seu fracasso em proporcionar uma direção radical à política abriu o caminho ao nacionalismo idealista e social de uns homens cuja solução aos problemas residia nas medidas nacionalistas*". Mais tarde, após a Primeira Guerra Mundial, os comunistas fracassariam, igualmente, em sua tentativa de implantar-se no país. Se bem que agitaram o país no imediato pós-guerra, ante a influência da Revolução Russa, logo foram erradicados pelo governo, e desprezados pela massa dos romenos, população camponesa, que via com desconfiança instintiva o fato de que a maior parte dos dirigentes comunistas fossem judeus das cidades.

A conquista, depois de 1918 de extensos territórios, graças a que a Romênia figurava no campo dos vencedores, não restou vigência ao nacionalismo. Ao contrário. Importantes minorias étnicas: búlgaros, húngaros, ucranianos, alemães da Transilvânia, incorporaram-se ao país, enquanto a população judaica aumentava ao anexar-se a Bessarábia e Bucovina, onde o número de judeus era muito elevado. O nacionalismo tinha agora um motivo para existir: conseguir a *"rumanização"* de tão amplas minorias nacionais, manter a coesão do novo Estado.

Nas origens do fascismo romeno não há nem um *"perigo vermelho"*, nem a posição *"chauvinista revisionista"*. Zoltán Barbu escreve: *"o fascismo romeno não foi o resultado da derrota nacional"*, como costuma afirmar-se que foi o fascismo alemão, e que na vida política romena, na esquerda: *"(havia) um pequeno Partido Socialdemocrata, e outro, ainda mais pequeno, o Comunista (...), não havia sinais de radicalização política"*.

O regime político era liberal. Havia eleições, partidos e parlamentos. A Internacional Comunista, uma vez proibido o P.C., acusou reiteradamente

a Romênia de ser um novo Estado Fascista, pelo qual aparecia ao lado da Itália, Bulgária, a Polônia de Pilsudski, Lituânia, etc., na lista de *"ditaduras fascistas"*. Nem preciso dizer que este era outro dos grandes erros tão típicos da *"Internacional Comunista"*.

Ora bem, era um regime liberal especialmente corrupto. *"A receita romena"*, escreve Nolte, *"era a influência das eleições pelo Governo. O Governo em exercício 'fazia' as eleições mediante o aparato administrativo: a não aceitação de propostas antigovernamentais, a troca de urnas eleitorais, o aterrorizar da população, pertenciam aos fatos cotidianos das votações na Romênia"*. O partido que controlava o governo tradicionalmente era o Partido Liberal, o qual se desacreditou amplamente por suas práticas antipopulares.

O Partido Nacional Camponês, que chegou ao poder pela primeira vez imediatamente após o término da Grande Guerra, decepcionou todas as esperanças que haviam sido depositadas nele, de que saneasse a política romena, e demonstrou-se tão corruptível quanto os liberais. Um novo partido, o *"Partido do Povo"*, do general Averescu, formou-se com um programa que fazia referência explícita à necessidade de maior honestidade, contra a corrupção, e por reformas sociais. Após gozar por algum tempo das simpatias camponesas, o jovem partido desacreditou-se tão logo acedeu ao poder, pois não se mostrou muito mais moral que seus predecessores. A política romena padecia, como a húngara, de um elevadíssimo grau de corrupção. As massas do país desconfiavam instintivamente de qualquer novo partido, estavam fartas de programas, de políticos, e só viam sua angustiante situação econômica, que piorava constantemente com a influência crescente dos judeus. Este descrédito geral dos partidos e do sistema democrático foi uma grande ajuda para o fascismo romeno.

O pré-fascismo romeno está vinculado à figura de A.C. Cuza; professor de Economia Política em Iași, que tem sido frequentemente definido como o *"Drumont romeno"*, colaborou desde 1906 em *"O Povo Romeno"*, a influente revista nacionalista criada pelo apóstolo do expansionismo romeno, o historiador Iorga. Ambos nacionalistas criaram em 1909 o

“Partido Nacional Democrata”. O partido fez campanhas contra o liberalismo, pela reforma agrária e pela concessão de direitos políticos às classes baixas. Destaca o curioso fato de que utilizou a cruz suástica como símbolo. *“A suástica”*, escreve Weber, *“adotou-se como símbolo com anterioridade à Primeira Guerra Mundial na Romênia; muito antes de que fosse a representação de um partido alemão”*. Entre os seguidores de Cuza, destacou-se um professor, Ion Zelea Codreanu, que transmitiu a seu filho o espírito nacionalista e popular daquela geração de nacionalistas.

Corneliu Zelea Codreanu educou-se na Escola Militar e num ambiente familiar fanaticamente nacionalista. Apesar de sua escassa idade, seguiu o regimento em que servia seu pai, durante semanas, na Grande Guerra. Sua fanática determinação ficou, igualmente, manifesta quando, junto a um grupo de amigos tão jovens como ele, jurou lutar contra os comunistas se o Exército Vermelho invadisse a Romênia, como, pelas mesmas datas, fazia com os Estados bálticos e a Polônia. Desde aquele juramento sua vida foi constante militância.

Em 1919, Corneliu Codreanu foi para Iași estudiar, ficando sob a influência direta de Cuza. Desde sua entrada nas salas de aula, converteu-se num agitador político excepcionalmente eficaz. Lutou contra a influência esquerdista, muito grande devido ao elevadíssimo percentual de universitários judeus nas aulas, mas também nas ruas e nas fábricas. Entrou em contato com um reduzido grupo anticomunista, a *“Guarda da Consciência Nacional”*, dirigido por um operário fabril, Constantin Pancu. Neste grupo, Codreanu pôde experimentar todas as táticas que depois aplicaria em níveis superiores: o uso *“cirúrgico”* ou *“seletivo”* da violência, a fim de vencer a resistência inimiga, a necessidade de uma constante agitação e a convicção de que qualquer revolução que quisesse triunfar deveria levar um importante componente de reforma social, ser uma revolução a favor das camadas exploradas do povo romeno. A Pancu, Codreaniu descobriu que não se tratava só de combater o comunismo; havia que dar novas soluções aos problemas sociais e arrancar à oligarquia seu disfarce nacionalista. Fruto desta convicção foi o grupo *“Socialismo Nacional Cristão”* que ambos criaram, mas que não alcançou um

desenvolvimento importante, entre outras causas, porque a agitação esquerdista desapareceu praticamente a partir de 1920.

Mais êxito teria Codreanu na Faculdade de Direito, da qual era aluno. Em 1921, após um ataque ao jornal *"A Opinião"*, o Senado universitário expulsou Codreanu das aulas, mas a própria Faculdade de Direito recusou-se a admitir esta expulsão, e seus condiscípulos mostraram-lhe apoio elegendo-o presidente da Associação de Estudantes de Direito. A influência de Codreanu estendeu-se às outras três universidades do país, Cernăuți, Cluj e Bucareste, e não apenas entre os estudantes de Direito. Como a organização oficial do estudantado não podia ser dirigida por eles, pois dependia das autoridades acadêmicas, criou-se, em 1922, a *"Associação de Estudantes Cristãos"*. A denominação de *"cristãos"* excluía automaticamente os universitários judeus. Também em 1922, Codreanu viajou para Berlim, onde não estabelecerá contatos importantes com os círculos antissemitas, mas onde sim ouviu falar já de Hitler. Ali chegou-lhe a notícia da *"marcha sobre Roma"*, da qual *"me alegrei como de uma vitória de minha Pátria"*, disse ele mesmo. Desde o primeiro momento, Codreanu e seus seguidores manifestaram sua total solidariedade e apoio ao fascismo italiano, e depois ao nacionalsocialismo alemão.

Em 1923, Codreanu voltou ao seu país, pois as lutas universitárias o reclamavam. Manteve-se uma Greve Geral universitária de seis meses de duração, para protestar pela derrogação do artigo 7 da Constituição, o que permitia conceder a cidadania romena inclusive aos judeus recém-imigrados. Houve enfrentamentos com o Exército e todo tipo de pressões oficiais, mas os estudantes nacionalistas e antissemitas mantiveram as faculdades fechadas durante meio ano, quase todo o curso. Finalmente, a supressão das residências para universitários e das bolsas fez com que os estudantes tivessem de voltar às aulas. Antes destas lutas universitárias, Codreanu havia sido o principal inspirador da criação de um grupo político capaz de transferir as aspirações dos estudantes a toda a sociedade romena: a *"Liga de Defesa Nacional Cristã"*. Sendo demasiado jovem para capitaneá-la – *"só 24 anos tinha então"* –, a direção do movimento passou

a Cuza. No ano de 1923, criaram-se também outras organizações, como a *"Fascia Națională Română"* (ou *"Fáscio Nacional Romeno"*) e a *"Acțiunea Românească"* (*"Ação Romena"*). As influências italianas e francesas, respectivamente, eram patentes. Na segunda destas organizações militava Ion Moța, que acabava de traduzir para o romeno *"Os Protocolos dos Sábios de Sião"* e que chegaria a ser um dos lugartenientes de Codreanu.

Após o fracasso da greve estudantil, Codreanu, com um grupo de fiéis seguidores, decidiu formar *"comandos"* que executariam os políticos e jornalistas que haviam tornado possível a nova legislação pró-judaica. O plano foi descoberto pela traição de um implicado, e seus potenciais executores foram detidos e encarcerados. Os acusados foram absolvidos, embora não se tenham molestado em negar os fatos, mas sim os reivindicaram como manifestação de seu espírito patriótico, e isto se explica porque o júri, como a maioria da população romena, era violentamente antissemita. Por outra parte, o traidor foi morto, antes que terminasse o julgamento, por um dos conspiradores, precisamente Ion Moța, e isto lhe custará uma condenação à prisão.

Na prisão, Codreanu havia tomado importantes decisões. Dado que a resistência dos universitários foi vencida ao fechar as residências universitárias, decidiu que devia criar uma própria, a fim de eliminar essa forma de chantagem governamental. Nasceu assim o primeiro *"campo de trabalho"*, instituição esta que se tornará típica do fascismo romeno. Os estudantes trabalhavam ali com total gratuidade, para fabricar os tijolos necessários para a nova residência. O prefeito de polícia de Iași, um indivíduo chamado Manciu, recebeu ordens de impedir esta nova empresa de Codreanu. Em Ungheni, onde estava estabelecido o campo, deteve os estudantes com total arbitrariedade e de forma especialmente vexatória e humilhante, aplicando-lhes um tratamento tão indigno que ninguém bem-nascido poderia perdoar. No julgamento que seguiu aos fatos, os estudantes foram absolvidos das absurdas acusações. A este julgamento seguiu-se outro, pois um dos estudantes maltratados havia golpeado Manciu. Seu advogado defensor era o próprio Codreanu, que nesta data,

outubro de 1924, havia acabado já sua carreira. Manciu manteve uma atitude provocadora, sabedor de que tinha as costas quentes pelo governo, e quando tentou golpear o mesmo Codreanu, este defendeu-se com uma pistola, matando o oficial de polícia. Um novo julgamento começa então, tendo desta vez por acusado Codreanu.

O julgamento despertou o interesse de todo o país. Codreanu era enaltecido como o herói da resistência camponesa contra o poder judaico. Mais de nove mil advogados ofereceram-se para defendê-lo. Para impedir que o apoio popular massivo fizesse com que o veredicto do júri fosse novamente favorável, o processo foi transferido de Iaşi para Focşani, e depois para outro lugar ainda mais afastado. O empenho do governo foi vão. Um júri que ostentava em suas lapelas a cruz suástica, símbolo da *"Liga de Defensa Nacional Cristã"*, absolveu-o, já que havia atuado em legítima defesa.

O regresso à sua terra natal foi apoteótico: *"O trem no qual voltou a Iaşi estava decorado com flores, e foi recebido em cada estação por alegres multidões festivas. Em Bucareste foi recebido por uma grande multidão e carregado nos ombros para fora da estação. Em sua opinião (a de Codreanu, N.d.A.) esta onda de entusiasmo poderia ter levado a Liga ao poder, mas Cuza não se mostrou à altura da situação"*, narra Carsten.

As diferenças de critério entre os nacionalistas veteranos e os jovens fascistas vinham-se gestando desde 1923. *"A conspiração de 1923, e como coroamento o assassinato de Manciu, endureceram as relações entre os antigos nacionalistas, como Cuza, que desaprovavam todo gênero de violências e ilegalidades, e os jovens profetas da Revolução Nacional, dispostos a colocar-se onde conviesse, dentro ou fora da legalidade"*, escreve Weber. Cuza e os demais nacionalistas da velha escola, apesar de seus ataques à democracia, eram respeitosíssimos com ela e mostravam mais interesse pelo jogo parlamentar que pela conquista das massas. Quando depois Iorga, e mais tarde Cuza e Goga, chegarem ao poder, demonstrarão, ademais, ser tão escassos de escrúpulos quanto os liberais, e os antigos apóstolos do nacionalismo e antissemitismo perseguirão Codreanu e seus seguidores e favorecerão, objetivamente, aos judeus.

Codreanu era plenamente consciente de que esta situação acabaria por produzir-se. Já em 1924, após o primeiro processo, havia criado uma organização própria, as *"Irmandades da Cruz"*, para manter agrupados seus seguidores estudantis, mas sem romper a disciplina da *"Liga"*. Em 1926, após suas diferenças de critério com Cuza, e para não romper a unidade da organização, marchou para a França para ampliar estudos. A direção da *"Liga"* por Cuza revelou-se um estrondoso fracasso, pois nas eleições celebradas no mesmo 1926 só obteve 5% dos votos e dez assentos. O pequeno grupo parlamentar bem logo conheceu cisões, e embora a *"Liga"* houvesse-se visto reforçada em 1925 pela absorção do *"Fáscio Romeno"* e da *"Ação Romena"*, começaram a produzir-se abandonos no próprio corpo da *"Liga"*. Só então decidiu-se Codreanu a romper com Cuza, após haver ficado manifesto que haviam atolado a *"Liga"* no estéril jogo parlamentar.

No dia 27 de junho de 1927, Codreanu e apenas um punhado dos mais fiéis seguidores criaram a *"Legião do Arcanjo São Miguel"*, *"uma das formações políticas mais singulares que se deram na Europa no período de entreguerras"*, diz Nolte.

Quais eram essas peculiaridades? Segundo Barbu, *"Era o protótipo de uma organização fascista"*, mas ainda assim tinha inúmeros traços específicos, peculiares, que a diferenciavam do NSDAP ou do PNF. Mais que uma organização política, podia aparecer como uma seita mística. Em primeiro lugar, por seu rigoroso caráter elitista. A *"Legião"* nunca foi uma organização de massas, e quando atuou na política, posteriormente, criou partidos de massas dirigidos por seus chefes, mas sem que chegasse a dissolver-se o tronco original. Em segundo lugar, por seus planteamentos. Codreanu, *"Capitão"* da *"Legião"*, ensinou a seus seguidores a desprezar todo tipo de riqueza terrenal, a valorar acima de tudo o próprio sacrifício, a não temer a morte se esta fosse em ato de serviço. A organização distinguiu-se sempre por uma forte camaradagem, por seu *"estilo"* de vida e por sua peculiar ética. Codreanu dizia que o que a Romênia necessitava não eram novos partidos, com novos programas, mas um Homem Novo, a partir do qual criar a Nova Sociedade. A *"Legião"* devia ser onde se

forjassem os novos homens que o futuro exigia. A *"Legião"* tinha complicados rituais de admissão e seleção. Nesta busca da comunidade espiritual, não é de estranhar a importância que se concedia às canções. Através das canções conseguia-se criar um estado de ânimo comum, motivar em idêntico sentido aos membros. As canções também foram um elemento propagandístico: frequentemente, em vez de lançar discursos aos camponeses, os propagandistas legionários limitavam-se a cantar junto a eles as velhas canções do país. Através do processo de formação que seguiam os *"legionários"*, adquiririam uma força mística capaz de vencer todos os obstáculos que se opusessem à sua ação.

Em vez de *"seções locais"*, *"grupos provinciais"*, etc., a organização da *"Legião"* baseava-se no *"cuib"* (ninho ou covil), pequena unidade de não mais de 12 militantes, que não era uma simples *"squadra"* para a luta de rua, mas sim uma família espiritual intensamente coesa. Os *"cuib"* eram particularmente eficazes e resistiam muito bem à repressão policial. As grandes organizações locais ou provinciais, de fato, são facilmente desarticuláveis, pois os membros só são conhecidos através dos fichários, e estes são facilmente apreendidos. O *"cuib"*, em contrapartida, era uma unidade estanque; podia desarticular-se um ou dois, mas os demais não se viam diretamente afetados por isto, pelo qual era impossível desmontar inteiramente a organização.

"Seu ethos", escreve Nolte, *"encontrou sua máxima expressão nos campos de trabalho, em que estudantes, acadêmicos e licenciados davam uma mão aos campesinos, em qualquer parte do país, abriam caminhos, melhoravam pontes..."*. Codreanu e seus *"legionários"* não falavam aos camponeses em linguagem política, mas com os fatos, demonstrando, desta vez sim, que se tratava de realizar uma renovação moral da vida política romena. Nos *"campos de trabalho"* que se estabeleceram por todo o país, Codreanu continuou a experiência de Ungheni, com resultados altamente satisfatórios. *"Quando as autoridades deram-se conta da influência propagandística que representava tudo isso, os proibiram"*, diz Weber. De fato, a existência dos campos foi objeto de constantes enfrentamentos com as autoridades, que assustavam-se ante a nova

experiência, pois a contradição entre sua atividade, que se resumia no máximo a comparecer alguma vez a uma aldeia para pedir seus votos, e a atividade dos legionários, não escapava nem à mais simples mente campesina.

Outra atividade original foi a criação do *"comércio legionário"*. Por todo o país abriram-se comércios e restaurantes, que romperam o monopólio comercial dos judeus, oferecendo preços muito mais baixos, atraindo automaticamente as simpatias das classes mais desfavorecidas economicamente.

Na base de toda esta organização encontrava-se a peculiar ética da organização (*"Não conheço de outro movimento fascista que inculcasse a seus membros um sentido mais profundo de dedicação e sacrifício pessoal"*, dirá Barbu), e a organização com base nos *"cuib"* (o citado autor os descreverá assim: *"O ninho tinha uma organização interna monolítica, e todas as decisões se tomavam por unanimidade"*). Codreanu, ao contrário dos chefes pseudofascistas, não acreditava que bastasse, em pleno auge dos fascismos, saudar com o braço estendido e proclamar-se fascista para atrair as massas. Ao contrário, desde a fundação da *"Legião"*, e pelo espaço de dois anos, quase não realizou atividade política propriamente dita, limitando-se a formar seus quadros e sua sólida estrutura. Junto ao *"Capitão"*, havia vários lugartenientes destacados, como Moța e Marin, o primeiro dos quais era um dos ideólogos principais do movimento, cuja ideologia se plasmava, dito seja de passagem, desde a revista *"Tămârul Strămoșesc"*.

Em 1929 a *"Legião"* se lança na arena política, disposta a conquistar o apoio das massas. Se *"desde seu próprio nascimento a 'Legião' encheu de alarme os diversos centros de poder"*, como diz Sburlati, ao iniciar-se a nova fase, e seguindo com o mesmo autor, *"todos os grupos políticos, desde a chamada direita valaquista, iorguista, liberal, até a extrema esquerda operária e campesina se aliam e passam por cima de suas diferenças para afogar o movimento legionário"*. Não se tratava apenas das forças políticas em seu conjunto, o próprio Estado lhe declara guerra aberta, *"O Estado liberal não disfarçava" diz Weber "sua hostilidade*

contra a Guarda de Ferro ‘nome da primeira organização de massas da ‘Legião’, N. d. A.”, e como o Estado era expressão da alta burguesia de Bucareste, o movimento legionário não poupou contra o mesmo uma série de medidas abertamente revolucionárias, e de inegável transcendência popular. Nenhum dos outros movimentos fascistas era tão inequivocamente popular.

No final do ano, Codreanu começou suas viagens pelo campo. Acompanhado por um reduzido número de camaradas, ia até os povoados mais afastados, a cavalo, falando com os campesinos em sua linguagem. O reduzido número de jovens trajando as camisas de cor verde *“uniforme do movimento”*, que atravessavam os povoados entoando a canção “Romênia, desperta!” era seguido com crescente interesse, e muitos jovens se uniam aos grupos. O *“Capitão”*, direto em seus discursos, repetia: *“Não vos abandonaremos. Nunca esqueceremos a escravidão judaica opressora em que definhais. Mas sereis livres!, Sereis os senhores do trabalho de vossas mãos, de vossa colheita e de vossa terra!...”*. Os primeiros dias de 1930 foram empregados em viagens similares: colunas de legionários atravessaram o Pruth, para se dirigir à Bessarábia e Bucovina, onde a população judaica era numerosíssima, numa operação planejada à maneira militar. O secretário de Estado, Angelescu, que arbitrariamente quis proibir esta marcha, foi assassinado.

Após os surpreendentes êxitos obtidos durante as viagens pelo campo, Codreanu decidiu criar a *“Guarda de Ferro”* (em romeno *“Garda de Fier”*). *“Enquanto a Legião havia atraído principalmente estudantes e membros da intelectualidade”* diz Carsten, *“a Guarda de Ferro se converteria também em movimento das classes baixas”*. Os camponeses e os operários lhe prestariam um apoio maciço.

A primeira dissolução da organização ocorreu em janeiro de 1931, dando-se como motivo que um simpatizante da *“Legião”* havia atacado o diretor de um jornal violentamente anti-Codreanu. Na realidade, tratava-se de impedir a participação da *“Guarda”* nas eleições. A medida foi inútil, pois com grande rapidez se formou, com fins unicamente eleitorais, o *“Grupo C.Z. Codreanu”*, que obteve 2% dos votos, mas nenhuma

representação parlamentar. A *"Liga Nacional Cristiana"* obteve 4,1%. Nesse mesmo ano, em uma eleição parcial, Corneliu Codreanu impôs-se ao candidato liberal, e seu pai, em outra eleição parcial, conquistou outra cadeira. Após as eleições gerais, os tribunais haviam reconhecido a ilegalidade da proibição da *"Guarda"*, por isso ela havia sido legalizada novamente. Mas após o sucesso de Corneliu Codreanu, o veterano nacionalista e antissemita Iorga, proibiu-a novamente de forma arbitrária. *"A Legião"* diz Weber *"estava em marcha"*.

No ano de 1932 a expansão continuaria, e aceleradamente. Contava-se com 7 publicações periódicas, e a "Guarda" estava estruturada em mais da metade do território nacional. As constantes crises políticas, que suponham outras tantas convocações eleitorais, ajudaram eficazmente a "Guarda" a ampliar seus êxitos eleitorais. Em julho, de novo reconhecida a legalidade da organização, obtiveram-se cinco cadeiras no Parlamento, enquanto a "Liga" obtinha os mesmos percentuais que em 31. *"Após ter conseguido nas eleições de 1932 seu primeiro êxito patente, a repressão do Estado não pôde interromper sua trajetória"* diz Nolte. Mas houve um homem que creu que podia fazê-lo. Duca, líder do partido liberal, a casta política-caciquil que dominava havia anos a política do país, declarou, em um tom muito liberal, por certo em Paris, que *"A Guarda é um sujo exército de mercenários à soldo e sob a direção de Hitler. O atual governo de Valda, ao não tomar medidas drásticas contra ela, faz-se responsável de um grave delito ante toda a nação. Eu me comprometo, assim que chegar ao poder, a liquidá-la para sempre"*. De fato, nada mais chegar ao poder, Duca dissolveu a "Guarda de Ferro". Meia dúzia de "legionários" foram assassinados pela polícia, e muitos centenas foram detidos. Duca convocou novas eleições para assegurar-se a maioria parlamentar, valendo-se dos métodos caciquis clássicos. Pouco antes de que se celebrassem foi abatido por um "comando" de três legionários, no platforma de uma estação. Os autores materiais do fato entregaram-se pessoalmente à polícia, mas *"o governo não se contentou com fazer acusar os três autores materiais do delito, senão que, sustentando a responsabilidade moral dos chefes da 'Legião', pretendeu montar um processo extraordinário e espetacular. Dado que um dos incriminados era o general Cantacuzina*

(um dos principais lugartenientes de Codreanu, N.A.A.), e que se havia decretado o estado de sítio, a competência jurídica foi adjudicada a um Tribunal militar formado por generais", escreve Paul Guiraud. Aos centenas de detidos houve que acrescentar dezenas de exilados. O mesmo Codreanu deveu esconder-se para evitar ser assassinado pela polícia. Reapareceu por motivo do julgamento, que se celebrou na primavera de 1934, e que ele transformou em um verdadeiro processo ao regime liberal. Os principais políticos rumanos, fartos do monopólio liberal do poder, e de seus abusos, testemunharam a favor da "Guarda de Ferro". Ao final, o Tribunal absolveu a todos os implicados, exceto aos autores materiais do fato, declarou a legalidade da "Guarda de Ferro" (pela quarta vez os tribunais reconheciam a ilegalidade e a arbitrariedade das dissoluções do partido), e os cerca de 18.000 detidos durante todo o período de repressão começaram a voltar a seus lares. Dos 31 acusados, somente os que voluntariamente se haviam apresentado à polícia reconhecendo-se autores do atentado, puderam ser condenados. Um novo e espetacular êxito contra as sujas manobras do regime. *"O veredicto promoveu"* sublinha Carsten *"uma onda de simpatia em todo o país a favor da Legião"*.

À "época do Terror", como a denominaram os "legionários", seguiu-se uma fase de distensão, pois o novo governante, Tatarescu, não era tão furibundamente antifascista como Duca. Codreanu aproveitou para reorganizar sua organização de massas.

O general Cantacuzina, em novembro de 1934, criou o partido *"Totulpentru Tzara" ("Tudo pela Pátria")* colocando-o diretamente sob a autoridade de Codreanu, embora ele fosse o chefe formal. Os afiliados e simpatizantes de Codreanu aumentaram constantemente, graças sobretudo, à magnífica propaganda que supunham os *"campos de trabalho"* e o *"comércio legionário"*.

Em política exterior, a *"Guarda de Ferro"* situou-se decididamente junto aos países e aos movimentos fascistas. Em 1934, uma delegação dirigida por Ion Mota, compareceu ao Congresso da Internacional Fascista, em Montreux. Em 1936, ao estourar a guerra civil espanhola, mais de 10.000 legionários solicitaram partir como voluntários para lutar na

Espanha. O *"Capitão"* não podia permitir essa marcha massiva de militantes, mas para sublinhar o total apoio, e a profunda solidaridade para com os anticomunistas espanhóis, permitiu que um grupo reduzido, de menos de 20, mas altamente representativo, já que incluía a dois de seus lugartenientes, Ion Mota e Vasile de Marin, se alistasse no *"Tercio"*. Ambos morreriam em 1937, em Majadahonda.

Em política interior, a situação da *"Guarda"* não podia evoluir melhor. O ex-diretor do Banco Nacional, e várias vezes ministro, Mihail Manoliescu, elaborou uma doutrina de tipo corporativista, para ser usada pelo partido; se bem que depois se distanciasse da *"Guarda"*, por considerá-la demasiado revolucionária, o fato sublinha o grau de prestígio que gozava a organização de Codreanu. *"Um grande número de intelectuais"* escreve Francis Bertin *"se uniram à Guarda de Ferro ou a defenderam dos ataques de seus adversários, como o poeta Radu Gyr, o historiador Vasili Christescu, o professor Vladimir Mumitescu, o filósofo hegeliano Nichifor Crainic diretor de 'Calendarul', o filósofo Nae Ionesco, animador de 'Cuvântul'"*. Também o povo simples era sensível ao encanto da *"Guarda"*; deixemos falar a Eugen Weber: *"A criação do 'Corpo Legionário de Trabalhadores' antes de finalizar 1936, demonstra a influência que possuía o movimento entre os artesãos e os operários. O fracasso das greves de 1920 havia deixado os trabalhadores desorganizados e sem dirigentes (...). O apelo de Codreanu, e sua hostilidade para com o capital e a burguesia, para com o Banco e o Sistema, junto a sua proteção e revalorização do trabalho, atraíam os trabalhadores e os pobres das cidades (...). Pouco depois de fundar-se o 'Corpo Legionário de Trabalhadores', só em Bucareste contava já com 6.000 membros"*. Estes êxitos eclipsaram outras organizações de tom fascista. A *"Liga Nacional e Cristã"* de Cuza, para sobreviver, aumentou seus traços fascistas. Desde 1933 se criou sua própria milícia, os *"lanceiros"*, uniformizados com camisas azuis e braçadeiras com a suástica, apesar do que não foram uma competição séria para os *"camisas verdes legionários"*. Em 1935 Cuza fundiu sua organização com outra pequena agrupação nacionalista e antissemita, dirigida por Goga, para criar o *"Partido Nacional Cristão"*. *"O 8 de novembro de 1936 o Congresso do*

Partido Nacional Cristão teve lugar em Bucareste" escrevia Duprat *"Celebrou-se uma gigantesca parada de 200.000 pessoas das quais 30.000 eram 'lanceiros' em uniforme. Estavam içadas as bandeiras do movimento, com a Cruz Suástica, símbolo do partido, junto às bandeiras da Itália, Alemanha, e a dos nacionalistas espanhóis. Esta impressão de força não impedia que ao partido faltasse todo dinamismo. Goga e Cuza eram incapazes de organizar uma verdadeira agitação"*.

Muito menor importância tiveram o *"Nacionalsocialista"* fundado em 1932 pelo coronel Stefan Tatarescu, que imitava mimeticamente ao NSDAP, e o grupo *"Svastica de foc" ("Suástica de Fogo")* criado em 1935, pelo advogado V. Emilian, como cisão da "Liga" de Cuza. Existiu também uma organização nitidamente provocadora denominada *"Cruzada do Rumanismo"*, fundada em 1936 por um antigo dirigente legionário, Stelescu. Como sublinha Guiraud *"não era apenas uma cisão, mas um ataque"*. Stelescu, adotando um tom muito radical, pretendia confundir o militante de base legionário, e destacou-se por múltiplos ataques que ofendiam a moralidade à toda prova dos chefes legionários, e em especial do mesmo "Capitão". Um grupo de legionários, a que por serem 10 se lhes chamou os *"Decênviros"*, abateu a tiros a Stelescu, e apresentou-se imediatamente depois à polícia. Este fato não danificou em absoluto o prestígio de Codreanu, e seus seguidores, e o povo romeno viu nele um homem disposto a defender seu próprio honor. O livro *"Pentru Legionari" ("Para os Legionários")*, de Codreanu, foi um autêntico *"best-seller"* do ano na Romênia.

A prova do auge do partido *"Tudo pela Pátria"* foi o enterro dos corpos de Mota e Marin, repatriados da Espanha. Mais de 200.000 pessoas compareceram às cerimônias em Bucareste, incluindo altos prelados, diplomatas, generais e massas de camponeses e trabalhadores. *"A Guarda teve naquele dia sua apoteose. O sacrifício de Mota, mal consumado, demonstrava que não era vão"*, sublinha Guiraud. O poderio e a popularidade da "Guarda" ficaram demonstrados pouco depois, quando no final convocaram eleições. Nestas eleições de dezembro de 1937 *"falhou pela primeira vez na história da Romênia, a preparação eleitoral de um*

governo liberal”, diz Nolte. Segundo a lei eleitoral romena o partido que obtivesse 40% dos votos não só tinha esse percentual das cadeiras, mas além disso ficava com a metade do resto, a fim de dar “estabilidade” ao governo. Obter 40% não era demasiado difícil, se se tinha as rédeas do poder, e a oposição estava dividida. Mas em 1937, todos os partidos *“exceto o liberal, claro está”* se comprometeram em uma frente comum antiliberal, a fim de impedir as irregularidades eleitorais.

Como resultado, o montagem dos liberais veio abaixo. A “Guarda”, com 16% dos votos e 66 cadeiras, passou a ser a segunda formação política do país, em termos de cadeiras, após o Partido Nacional Campesino. Na lógica liberal, os partidos majoritários deveriam ter sido chamados pelo rei para formar governo. Mas o rei Carol II detestava Codreanu, precisamente por não ser um político manipulável, e Codreanu detestava o corrupto rei, cuja amante judia, a senhora Lupescu, era na realidade quem fazia e desfazia os gabinetes. Falto de poder apoiar-se em seus velhos amigos, companheiros de corrupção, os liberais, desconfiando dos nacional-campesinos, que se haviam aliado a Codreanu contra os liberais, o rei chamou para governar a dupla Goga-Cuza, que apenas havia obtido 39 cadeiras. A jogada do rei estava muito clara, e que por outra parte, se repete em muitos outros pontos da geografia europeia: os *“pseudofascistas”* do Partido Nacional Cristão se enfrentariam ao fascismo revolucionário por meio da repressão, e também atacando seus objetivos, a fim de deixá-lo sem temas de agitação política. *“O governo”* escreve Nolte, corroborando esta interpretação, *“foi formado indubitavelmente contra Codreanu, mas significou também o início de uma forte política antijudaica”*. A primeira tarefa dos *“nacionais cristãos”* foi a de *“organizar”* uma nova consulta eleitoral. Dissolveu-se o Parlamento, um decreto proibiu as coalizões e alianças eleitorais, impôs-se a censura de imprensa, e proibiram-se as organizações de milícias. As medidas legislativas antijudaicas provocaram que estes paralisassem a vida econômica, e protestos dos governos dos Estados Unidos, França e Inglaterra. Como além disso, falava-se de certos contatos entre Goga e Codreanu, o rei Carol decidiu impor sua ditadura pessoal, à qual dotaria de um amplio cenário de tipo fascista.

Goga foi demitido pelo rei, que convocou, para formar gabinete, ao Patriarca da Igreja Ortodoxa, Miron Cristea. Dois personagens chaves da história romena destes anos, continuavam no novo gabinete. Um deles, um destacado general, Antonescu, que seguia no ministério da Defesa, e ao que se conceptualizava como simpatizante da "Guarda" e Calinescu, ministro do Interior, o autêntico braço direito do rei, que havia tido contatos com a "Legião" durante algum tempo. Calinescu foi o verdadeiro motor da ditadura real que se estabeleceria no mês de fevereiro de 1938. O rei dissolveu o Parlamento, aboliu a Constituição, impôs outra, proibiu os partidos políticos, obrigando-os a integrar-se em um Partido Único governamental, chamado "Frente de Renovação Nacional". Só o rei nomearia os Ministros, e o sufrágio universal foi suprimido. *"No dia seguinte à promulgação da Constituição que convertia a Romênia em um Estado semifascista"* conta Carsten, *"o próprio Codreanu dissolveu a 'Guarda de Ferro' para evitar, segundo suas palavras, um derramamento desnecessário de sangue, e o estouro da guerra civil"*. Isto não evitaria que começasse uma nova fase de "Terror". Mas antes de estudá-la analisemos brevemente o intento pseudofascista de Carol e Calinescu. Segundo Nolte, *"A Guarda foi agora perseguida de verdade pelo enérgico ministro do interior, Calinescu"*, acrescentando, mais adiante, que *"era um sinal da época que não o pudesse fazer sem recolher muitas características do estilo fascista: uniformes, bandeira, desfiles"*. As experiências pseudofascistas do rei haviam começado antes, em 1934, quando criou a *"Straja Țării" ("Guarda da Pátria")* como organização juvenil estatal, dissolvendo todas as juventudes dos partidos, e agrupando a juventude, desde os 7 aos 18 anos. O intento, dirigido contra o "Movimento Legionário", que englobava as mais ativas camadas juvenis, revelou-se como um erro absoluto: *"o fracasso foi patente, e a 'Straja Țării' foi incapaz de insuflar na juventude um novo espírito"* dizia Duprat.

O passo seguinte da *"pseudofascistização"* do rei Carol, foi o *"Frente de Renovação Nacional"*, criado em dezembro de 1938, único partido capacitado para apresentar candidatos às eleições, e no seio do qual se devia desenvolver toda atividade política, sob pena de perder os direitos civis e políticos. Como a adesão era obrigatória para os funcionários e

determinados grupos sociais, em poucos dias teve milhares de membros. Integraram-se obrigatoriamente no "Frente" também as organizações das minorias nacionais (inclusive os judeus). A saudação romana e os uniformes tampouco faltavam. As fotos da época nos mostram aos ministros romenos com uns uniformes rutilantes, que para si haviam querido os membros do *"Politische Leitung"* do NSDAP. Criou-se um *"Grande Conselho"*, e no Parlamento só o "Frente" estava representado. Para impedir que os jovens, influenciados massivamente pela "Legião" votassem, aumentou-se a idade aos 30 anos. Tão amplo montagem revelou-se infrutífero, e quando o rei, mais tarde, teve que abdicar, nem um só dedo se moveu em sua defesa: *"Carol havia intentado copiar o fascismo para instaurar sua ditadura pessoal; teve ocasião de dar-se conta de que o fascismo não consistia nos oropéis e na saudação braço em alto; deveu fazer a triste experiência de ver que os Partidos Únicos dos regimes fascistas eram o fruto da vontade popular, que amplas faixas da população os apoiavam com entusiasmo antes da conquista do poder. O F.R.N. de Carol é o melhor exemplo do que não é o fascismo,"* é a prova de que o fascismo não reside em traços exteriores *"ditadura, princípio da liderança, partido único, uniformes, saudações, formações paramilitares, enquadramento da juventude"*, dizia Duprat. Não é de estranhar que o F.R.N. contasse com o apoio de muitos *"nacionalistas"* e *"antissemitas"* da geração anterior a Codreanu, como Iorga ou Vaida, e com o assentimento do que o mesmo Duprat qualificou de *"caricaturas do fascismo"*, a saber, o movimento de Cuza e Goga.

Apesar de que Codreanu havia dissolvido sua organização, e havia ordenado especificamente não responder às provocações policiais, sabedor de que o engendro político que havia erigido o rei não podia durar, a polícia política, a temível *"Siguranța"*, recebeu ordens para agir contundentemente. Em abril de 1938 Codreanu foi detido, com a desculpa de que havia ameaçado Iorga em uma carta (havia-se limitado a assinalar-lhe a decepção que sua trajetória política havia significado para os jovens nacionalistas e antissemitas romenos). A "Legião" não respondeu, pois tinha essas ordens. Montou-se um novo processo fraudulento, mas os novos tribunais da ditadura já não tinham nenhuma imparcialidade.

Codreanu estava condenado de antemão. No julgamento acusou-se a Codreanu de inúmeras falsidades, entre elas, a de estar à soldo da Alemanha; na realidade e como assinala Weber: *"Grande parte das acusações (...) não puderam ser provadas perante o tribunal nunca (...) A acusação mais interessante que lhe formularam, a das relações com potências estrangeiras, nem então nem agora foram provadas"*. Outra acusação foi a de terrorismo, notável acusação, dito seja de passagem, pois o balanço que nos oferece Barbu até 1937 é este: *"Entre 1924 e 1937 cometeram 11 assassinatos, contra importantes personalidades políticas especialmente. Durante este período, no entanto, mais de 500 legionários resultaram mortos, em especial, às mãos da polícia"*. Na realidade, os "legionários" não praticavam senão uma violência seletiva, destinada apenas a defender-se, e dirigida contra os responsáveis diretos dos atropelos que sofriam.

Conta Guiraud que *"o processo foi apaixonante. Codreanu provará, sem refutação possível, sua inocência, em um discurso que durará 10 horas. A emoção chegará ao máximo quando o general Antonescu, simples testemunha, se dirigirá publicamente para apertar a mão de Codreanu (...) responderá ao Presidente, que lhe perguntava se julgava a Codreanu culpado de traição: 'Eu não aperto a mão de um traidor'"*. Ao final, Codreanu é condenado a 10 anos de cadeia. Calinescu havia cumprido com seu papel. O principal inimigo do rei estava na cadeia, e ele podia seguir intentando enganar o povo com seu pseudofascismo: *"Os discursos de Calinescu"* diz Weber *"fascinavam por sua imitação dos tópicos e o estilo legionários (...) Por fim o antigo regime havia descoberto um homem com suficiente determinação, imaginação e oportunismo"*. A situação da "Legião" não podia ser mais difícil: centenas de militantes e chefes em campos de concentração, outros tantos escondidos, outros muitos exilados. Só os elementos *"não queimados"* politicamente puderam organizar na clandestinidade as redes "legionárias". Horia Sima, um dirigente provincial do Banato, desconhecido pela *"Siguranța"*, fez-se cargo da direção, organizando a propaganda clandestina e as ações armadas, cujo êxito mais sonado foi a morte do reitor da Universidade de Bucareste, fanático antilegionário.

Enquanto estes fatos ocorriam na Romênia o rei Carol viajou à Alemanha, buscando apoio para seu regime ditatorial. Hitler foi taxativo com ele: devia confiar o poder a Codreanu se desejava contar com seu apoio. Segundo vários autores foi isto o que decidiu ao rei Carol a assassinar Codreanu, para evitar ter que cumprir o conselho de Hitler. Outros autores dizem que foi por temor a que a "Legião", cujas redes clandestinas mostravam-se crescentemente ativas, libertasse o "Capitão". Seja como for, o caso é que se montou uma sinistra farsa: o "Capitão", os "Decênviros", e os três legionários que haviam dado morte a Duca, foram tirados da prisão, e estrangulados; afirmou-se que haviam tentado fugir; para evitar que seus corpos fossem recuperados por seus seguidores, o que mostraria o estrangulamento, e daria lugar a grandes manifestações por motivo do enterro, os cadáveres foram queimados com vitríolo em uma fossa comum. Era a noite de 29 a 30 de novembro de 1938. A notícia comoveu a Romênia, e a todos os fascistas europeus, pois o movimento de Codreanu havia alcançado notoriedade internacional.

A "Legião" fixou um objetivo: vingar o "Capitão". Em março do ano seguinte, uma explosão ocasional descobriu um arsenal de armas e explosivos preparados para um *"Putsch"*. Numerosos legionários foram detidos ou se exilaram, mas descobriram-se ainda mais intentos e conspirações. Ao final, no dia 21 de setembro de 1939, Calinescu foi executado por um grupo de 7 legionários. As represálias a este fato foram espantosas. Entre novembro de 1938 e esta data calculam-se em 200 o número de "legionários" assassinados pela polícia e pelos homens de Calinescu, agora as represálias oficiais foram terríveis: *"Em todas as regiões"* conta Weber *"os magistrados receberam ordens de executar aos três legionários mais destacados de cada localidade; penduraram seus corpos nos postes de telefone, ou os expuseram na praça pública, como fizeram em Bucareste. Enquanto isso, nos campos de concentração matavam diariamente a sessenta e oito dos membros mais destacados, a noventa e dois segundo outros (...) o banho de sangue de 1939 foi algo horrível"*. Estimativas modestas calculam que como mínimo morreram 1.200 legionários. Só as vitórias alemãs induzirão ao rei Carol a acabar com a repressão, que se refreou muito a partir de dezembro. Os fatos

posteriores demonstrarão que aquelas matanças não haviam aniquilado a "Legião". Em abril de 1940 o rei Carol decretou uma anistia, graça à qual centenas de legionários saíram dos campos de concentração, ou voltaram do exílio. Incapaz de aniquilá-los, Carol intentava agora ganhá-los, para poder seguir no poder. *"Sima, detido quando tratava de entrar no país, foi tratado com especial consideração; a vitória alemã no Oeste convertia ao antigo 'terrorista' em um útil colaborador"*, escreve Weber. Sima mostrou-se, ao menos em aparência, disposto a superar os passados enfrentamentos. O F.R.N. foi transformado em "Partido da Nação" e aberto aos "legionários", aos quais Sima convidou a entrar na nova formação, em um manifesto de data 23 de junho. O mesmo Sima foi nomeado Secretário de Estado de Educação, e outros "legionários" ocuparam postos no poder. Qual era o motivo que fazia esquecer a estes homens as passadas ofensas? Simplesmente: estava ameaçada a integridade da "Grande Romênia". Três dias depois do manifesto de Sima, a URSS reivindicou oficialmente a Bessarábia e a Bucovina. No dia 28 ocuparam ambas as províncias as tropas russas. Houve crise governamental, e Sima e outros dois legionários foram nomeados ministros, se bem que demitiram-se muito pouco depois. Em agosto a Romênia deveu ceder a Transilvânia aos húngaros, e a Dobruja aos búlgaros. O regime de Carol, desacreditado interiormente, foi fácil vítima das potências estrangeiras, aumentando sua impopularidade. Os legionários decidiram que havia chegado o momento: *"O 3 de Agosto os legionários levantaram-se em Bucareste e em duas grandes capitais de províncias, Braşov e Constanţa. Intentaram ocupar postos estratégicos: a emissora de rádio, telefones, quartéis de polícia, mas o 'putsch' que parecia haver triunfado nas capitais de província fracassou em Bucareste, e logo foram reduzidos mediante a intervenção do Exército"* conta Weber. Carol não tinha já outra saída política que chamar ao poder a um homem que sempre havia eludido, o general Antonescu. Antonescu aceitou fazer frente à caótica situação em que se hallava o país, mas exigiu que Carol abdicasse, e este não teve forma de evitá-lo. O 6 de setembro o rei e sua amante judia abandonavam o país... Seu filho Miguel começava a reinar, se bem que a figura chave da nova situação era o próprio general

Antonescu. *“O abortado ‘putsch’ - julga Weber - havia logrado seu objetivo”*.

Antonescu, proclamado *“Conducător”* do país (caudilho), criou o *“Estado Nacional Legionário”*, chamando ao governo a Sima, novo primeiro-ministro, e a outros destacados legionários, como o príncipe Sturdza, que ocupou o Ministério de Assuntos Exteriores. Militares e funcionários fizeram-se cargo do resto das pastas. As relações entre os dois grandes blocos que integravam o regime, os legionários, e os militares e funcionários, foram piorando progressivamente. Os segundos acusavam a “Legião” de excessos e violências. Evidentemente que os “legionários”, que haviam sofrido mais de 2.500 assassinatos, dezenas de milhares de detidos, torturados e exilados (contra menos de duas dezenas imputáveis aos “legionários” em uma desproporção de mais de 200 a 1), tomaram vingança. Iorga, por exemplo, foi assassinado, assim como os autores materiais da morte de Codreanu e outros legionários. Não faltaram, inevitavelmente, oportunistas. E tampouco falta razão a Harald Meuen quando assinala que a composição do Movimento Legionário *“havia variado sensivelmente por causa das matanças dos dirigentes, restando em 1940 um movimento mais heterogêneo, e menos disciplinado”*. Mas o que disgustava a estes elementos governamentais não eram estas violências, nem os excessos. Sburlati diz: *“Em oposição a Horia Sima (...) o general Antonescu, nomeando-se a si mesmo ‘Conducător’ do país, queria desenvolver uma política substancialmente imobilista e conservadora, tratando de frear os impulsos revolucionários dos legionários com a inserção destes nos vértices do Estado. Os legionários não se prestaram a este intento de neutralizar seu programa revolucionário: ‘A Guarda de Ferro’”* escreve Andreski que, *“como movimento, foi totalmente antirregime estabelecido, nos poucos meses que esteve no poder, atuou contra os interesses da antiga instituição”*.

Os sentimentos dos legionários para com Antonescu foram inicialmente de respeito e afeto. Os protestos não se dirigiam contra ele, mas contra aqueles militares e burocratas que já haviam servido ao Antigo Regime. Para erradicá-los totalmente do poder, a “Legião” preparou um

novo *“putsch”*; a “Polícia Legionária”, que se havia criado, foi treinada e armada, assim como o “Corpo Legionário de Trabalhadores”. Antonescu, em vez de tomar partido junto aos legionários, o fez contra eles. Buscou o apoio dos alemães, já que o novo regime havia aderido ao Pacto Tripartite, e tropas alemãs haviam sido estacionadas no país para defender Ploieşti e seus poços petrolíferos, e também com vistas ao futuro ataque à URSS. A intervenção alemã foi ambivalente. As SS apoiaram decididamente a “Legião”, enquanto as autoridades estatais alemãs preferiam Antonescu. *“Enquanto as SS lhes interessava o aspecto ideológico, Hitler e as autoridades estatais consideravam o problema desde um ponto de vista estritamente pragmático”* diz Weber *“que o fator decisivo eram os alemães, e que estes cuidavam menos da ideologia de seus aliados, que da ordem de seu regime e de assegurar sua paz interna e os suprimentos de petróleo, trigo, potencial humano...”*

Podemos continuar o raciocínio com palavras de outro autor, Carsten: *“e por esta razão (...) se escolheu ao general Antonescu, do mesmo modo que na França se apoiou ao marechal Pétain, e na Hungria ao regime Horthy, pois estes ofereciam as condições que necessitavam”*.

Após uma viagem à Alemanha, Antonescu depôs todos os hierarcas legionários que ocupavam postos nas províncias. Dizia que *“os bolcheviques se apoderaram do movimento legionário”*, ao *“qual respondia o jornal legionário ‘Buna Vestire’ que havia que lançar a nova fase da Revolução legionária”*. Houve enfrentamentos entre as multidões e o exército, e no dia 21 de janeiro Sima exigiu a Antonescu que lhe cedesse o poder, e colocasse à frente de todos os ministérios a legionários. No dia seguinte os legionários ocuparam edifícios públicos e centros nevrálgicos. As barricadas apareceram nas ruas. O exército interveio e os combates duraram dois dias, ao final dos quais o exército regular havia se imposto. *“Uma vez mais se demonstrou que as massas meio treinadas e mal armadas não são inimigo para um exército moderno”*, diz Carsten. Houve dezenas de mortos *“só em Bucareste contaram-se quase 400”* e uma nova onda de repressão sobre os legionários. Muitos dirigentes legionários foram tirados do país pelas SS alemãs, que os puseram a bom recado na

Alemanha, se bem que, dadas as pressões de Antonescu, houve que interná-los no campo de concentração de Buchenwald. No dia 15 de fevereiro foi dissolvido, oficialmente, o *"Estado Nacional Legionário"*, enquanto Antonescu proclamava o *"Estado Nacional e Social"*, do qual diz Weber, que *"A despeito do aspecto fascista (...) foi eminentemente conservador"*.

Quatro meses mais tarde, em junho de 1941, Antonescu entrava em guerra contra a Rússia, junto a seu aliado alemão. Antonescu viu nisso uma nova forma para desfazer-se dos legionários, mandando-os à frente nos lugares mais expostos. Os legionários, por sua parte, frente ao inimigo principal, o comunismo, estavam dispostos a deixar para trás passados enfrentamentos: *"O exército romeno partiu para a conquista das terras arrebatadas pela União Soviética"* conta Duprat; *"para os chefes da Guarda o dever de todos é ajudá-lo nesta tarefa, mesmo se a guardia continuava sendo hostil a Antonescu"*.

Na Alemanha, enquanto os tanques de combate russos ocupavam rapidamente a Romênia, os legionários *"encarcerados"* em Buchenwald foram libertados, e convidados a formar um governo no exílio, o que fizeram, estabelecendo-se em Viena, e procurando organizar os elementos romenos que desejavam continuar o combate contra o comunismo. Os poucos legionários que restavam na Romênia foram massacrados, junto aos seguidores e colaboradores de Antonescu. Uma nova fase de terror e o estabelecimento da férrea ditadura acabaram por fim com a Legião, que só pôde sobreviver no exílio.

Desde os primeiros enfrentamentos universitários de 1923, até o *"putsch"* contra Antonescu, a "Legião", e suas organizações de massas foram dissolvidas repetidamente, e seus membros perseguidos e assassinados. Épocas de "terror", como as de Duca e Calinescu, repetiram-se com Antonescu e com a ditadura comunista. O fascismo romeno enfrentou-se não contra uma esquerda forte, nem contra um sólido movimento operário, mas contra a oligarquia política romena, contra o Estado (um Estado que a Internacional Comunista não duvidava em qualificar de fascista) e contra os velhos nacionalistas e antissemitas.

Como na Hungria, também na Romênia o fascismo revolucionário dos legionários opôs-se aos elementos fascistizados da direita extremista, e a regimes como os de Carol e Antonescu, pseudofascistas. As interpretações que veem no fascismo um movimento reacionário e antipopular ficam totalmente descartadas uma vez se analisa o fascismo romeno. Até tal ponto rompe os moldes clássicos que Nolte pergunta: *"Não era a Guarda de Ferro uma seita cristã antes que um movimento fascista?"*. Esta tese é sugerida por alguns autores dado o primordial papel que jogava a espiritualidade, e os ritos na "Legião". O próprio Nolte responde a essa questão afirmando que *"a Mística da Guarda de Ferro não pode ser chamada de cristã, por mais repleta que estivesse de expressões cristãs, porque o seu centro não era o Deus universal, mas sim o próprio povo romeno"*. Esta é uma característica típica que surge em todos os fascismos genuínos, servindo assim como um indicador crucial para classificar um movimento como fascista. No entanto, este critério não pode ser usado de forma isolada, devendo ser aplicado em conjunto com outros parâmetros de classificação. Para concluir, vale retomar as palavras de Nolte: *"A Guarda de Ferro não apenas deve ser chamada de fascista, como é talvez o mais interessante e multifacetado dos movimentos fascistas, pois reúne em sua essência tanto traços pré-fascistas quanto radicais-fascistas"*.

BULGÁRIA

Nunca existiu na Bulgária uma organização nitidamente fascista que alcançasse certa importância. E, no entanto, desde 1923 os comunicados da Internacional Comunista não deixavam de denunciar o *"fascismo búlgaro no poder"*. Para compreender esta incongruência, assim como o fato de este país ter sido uma das potências vinculadas ao Pacto Tripartite, devemos voltar atrás na história.

Ao final da Grande Guerra, na qual a Bulgária havia combatido ao lado das Potências Centrais, o país havia devido firmar a paz em condições humilhantes (Tratado de Neuilly). A aspiração revisionista contra este

tratado será uma constante na política búlgara, e permitirá que as forças nacionalistas e fascistas tenham mais força, por exemplo, que na Grécia ou Albânia, assim como explicará, mais tarde, a identidade de interesse com a Alemanha, pois ambos países estavam interessados em subverter a ordem política internacional criada como consequência dos tratados de paz de 1918.

Duas forças políticas de esquerda, o Partido Camponês e o Partido Comunista, haviam conseguido, nesses anos, alcançar sólidas situações políticas. O primeiro deles, levou a cabo uma série de reformas sociais, e soube também opor-se aos comunistas; apesar do que, para os meios conservadores búlgaros, não deixava de ser um partido *"bolchevique"*. Nas eleições de maio de 1923 os "camponeses" obtiveram uma ampla maioria, o que *"provocou"* a reação: em junho produziu-se um golpe de Estado militar, apoiado pelos conservadores, o rei, a *"Liga de Oficiais da Reserva"*, e a *"VMRO"* (devido às inclinações pró-iugoslavas do P. Camponês). Confiou-se o poder a Zankoff, que desencadeou a repressão sobre os comunistas e o P. Camponês. Não se instaurou um regime autoritário, de partido único, mas sim mediante o sistema de *"pucherazos"* conseguia-se a maioria parlamentar para dar base ao governo. O P.C. não só resistiu à repressão, como provocou uma cadeia de atentados, alguns deles brutais, como o da Catedral de Sofia, que ocasionou uns 200 mortos.

O partido governamental, *"União Democrática"*, não era nem fascista, nem fascistizado, mas *"nos bordos do partido governamental, houve associações de caráter fascista"*, segundo informa Nolte. Estas nunca encontraram grande eco, e não se desenvolveram notavelmente. A mais importante era a *"Rodna Zashtita" (Defesa Patriótica)*, fundada na clandestinidade antes do golpe de Estado de 1923, ativista, corporativista, antissemita e antiliberal", que apresentava além disso todos os traços exteriores típicos do fascismo: uniformes paramilitares, saudações braço em alto, métodos *"escuadristas"*. Zankoff procurava afiançar seu poder pessoal, e neste sentido aproximava-se deste movimento filofascista.

Mas o monarca búlgaro, o rei Boris, inquieto por estas *"veleidades ditatoriais"* de Zankoff, destituiu-o, colocando em seu lugar um homem de palha, Liaptchev, através do qual ditava a política do país.

Zankoff, já fora do poder, seguiu buscando o apoio de grupos fascistizantes. Para princípios dos anos 30, criaram-se na Bulgária o *"Natsionalna Zadruga Fascisti" (Partido Nacional Fascista Búlgaro)* e algo mais tarde o *"Partido Nacionalsocialista Operário Búlgaro"*, dirigidos, respectivamente, por Stalyski e Kuristchef. Mas nem um nem outro grupo alcançaram importância. Também pelos mesmos anos, em 1931 concretamente, Zankoff criou seu *"Movimento Nacional Social"*, sobre o qual Nolte escreveu que *"é duvidoso seu caráter fascista, apesar das acostumadas expressões autoritárias, e de uma visita de Zankoff a Hitler"*.

O conjunto dos movimentos mais ou menos inclinados para o fascismo na Bulgária, encontrava seu valedor intelectual no coronel Durvingoff, cientista, historiador e sociólogo; autor da obra *"O Espírito da História da Nação Búlgara"*, (publicada em 1932) onde busca a *"essência nacional búlgara"* e prega o expansionismo. Mas Durvingoff também prestava atenção aos problemas sociais e pronunciava-se pela distribuição das terras aos campesinos. *"Seu fascismo"* corrobora Solfiers *"era sobretudo uma tentativa de resolver a 'fome de terras' do pequeno campesinato"*. Esta vocação populista não conseguiria impor-se inteiramente nos grupos fascistizantes, a maior parte dos quais se nutriam da burguesia média de Sofia. Não em vão, era Zankoff, e não Durvingoff, o que capitaneava a *"oposição nacional"* búlgara, e o que havia conseguido agrupar em torno de si as forças fascistizantes, com as quais se preparava para aceder novamente ao poder, e não fazia segredo disso. Logo estendeu-se o fantasma de uma *"marcha sobre Sofia"*.

"É provável" escreve Nolte *"que o temor ante o 'golpe fascista de Zankoff' contribuísse para a organização, aprovada pelo rei, do regime autoritário do general Georgieff, em 1934"*, o qual procedeu a dissolver as organizações fascistas e fascistizantes. Georgieff procedia de *"Zveno"*, círculo político-militar, que pedia um regime autoritário. A ideologia deste

círculo parecia oscilar entre o bolchevismo e o fascismo, e alguns autores o consideraram como *"fascista de esquerda"*, o que tampouco é certo. Em todo caso, o *"Zveno"* formou um *"governo de regeneração nacional"*, dissolveu as organizações já citadas, esmagou a VMRO, e depurou o exército de oficiais pró-alemães, sem por isso conseguir o apoio dos comunistas, *"que o acusavam de fascista"*, e dos "camponeses". Georgieff foi substituído por outro general, Lukov, pró-alemão, que reatou cordiais relações com a Alemanha Nacionalsocialista, e que fez conceber esperanças a Zankoff novamente. O rei Boris voltou a intervir substituindo a Lukov, por um homem de sua confiança, Kioselvanoff. O rei Boris buscava um equilíbrio entre as correntes *"fascistizantes"* e as esquerdistas, no interior do país, para poder manter também sua liberdade política exterior. De fato, esta política ambígua manteve-se depois do estouro da segunda guerra mundial, uma vez o regime búlgaro encontrou novamente estabilidade, e assim ocorreu que a Bulgária permitiu a passagem de tropas alemãs para as campanhas da Grécia e Iugoslávia, mas não participou delas, recebendo em troca compensações territoriais; também sabemos como depois de subscrever o governo búlgaro o *"Pacto Tripartite"* não participou na campanha contra a URSS alegando a russofilia do país; como chegou a criar organizações estatais de afiliação obrigatória para a juventude, a *"Bramik"*, mas se considerava o regime a si mesmo *"não mais que uma solução transitória prévia a uma restauração melhorada da velha e democrática Constituição de Tirnovo"*, segundo Nolte.

Os governantes búlgaros estavam dispostos a manter sua fidelidade ao Eixo, mas só enquanto durasse a época das vitórias. A misteriosa morte do rei Boris em 1943 tem sido interpretada em dois sentidos. Uns a atribuem aos alemães, e outros aos soviéticos. Em ambos os casos, aportam-se teses bastante válidas, e isto já é uma boa prova da ambiguidade em que se movia a política oficial búlgara. As possíveis dúvidas do governo búlgaro sobre seguir lutando junto ao Reich dissiparam-se quando as vanguardias soviéticas precipitaram-se sobre os Bálcãs. A oposição assaltou o poder, e o já citado general Georgieff, do *"Zveno"*, ocupou o poder, para firmar nesse mesmo dia a declaração de armistício com a União Soviética, que havia invadido o país dois dias

antes, no dia 8 de setembro de 1944. Zankoff, ao qual a estabilização política havia deixado sem possibilidades de ação, e a aliança com o Eixo lhe havia deixado sem alternativa política para formular, pôde exilar-se em Viena, onde criou um *"governo no exílio"*, e intentou criar um exército búlgaro anticomunista, enquanto Mihailoff, o ativo chefe da VMRO, tentava organizar a *"resistência interior"* no país, o que demonstrou-se impossível pela atividade das tropas soviéticas, e a *"caça ao fascista"* que havia se desencadeado.

O fascismo búlgaro não foi, como se vê, nada brilhante. Deveu-se mais à ação de um político conservador que a um impulso popular. Zankoff aspirava a fazer dele seu instrumento de poder, primeiro para manter-se nele, mais tarde para conquistá-lo. Os débeis brotos fascistas foram facilmente sufocados pelo governo, que não duvidou, para isso, em utilizar métodos fascistizantes, e o rei Boris pôde instaurar sua ditadura de forma velada.

GRÉCIA

Como na Bulgária, na Grécia, o desenvolvimento das forças fascistas foi muito escasso. Pode-se falar de *"fascistização"* no regime, e de uma série de movimentos, aos quais Nolte qualifica, antes, de semifascistas, que de fascistas plenos.

O primeiro governante grego no qual se podem detectar traços similares ao fascismo é Venizelos, que havia levado o país à guerra, junto aos Aliados, e que em 1918 intentou prosseguir uma política de expansionismo helênico. *"Era uma posição"* anota Nolte *"que tinha similaridades inegáveis com a postura de Mussolini, entre irredentismo, intervencionismo, e imperialismo nacionalista"*.

Mas Venizelos estava no poder, e não precisou criar um movimento popular organizado. Os sonhos de Venizelos vieram abaixo, com a derrota que lhe infligiram, a suas tropas, os turcos, o que, além disso, lançou sobre a Grécia uma massa de gregos refugiados, que vinham da Ásia Menor. Em

sua queda política, Venizelos arrastrou também a monarquia, e a República foi instaurada em 1924.

A situação do país seguiu sendo instável, e a República foi espectadora, em janeiro de 1926, da proclamação da ditadura do general Pangalos, que ocupava a presidência do governo desde junho anterior; seu regime reacionário durou só até agosto de 1926, em que foi derrocado. Mas em 1935, a República estava já tão desacreditada que o país voltou ao regime monárquico, e com ele aos governos ditatoriais militares. O primeiro general que se fará cargo do poder será Kondylis, o qual não vacilará em afirmar que: *"Todo conflito e todo desacordo devem desaparecer no futuro, e nosso programa de política interna não se diferenciará muito do programa do grande criador da nova Alemanha, Adolf Hitler"*.

Mas Kondylis estará pouco tempo no poder, já que em abril de 1936 ocorrerá sua morte; substituí-lo-á o general Ioannis Metaxas. Era um oficial formado nas academias militares alemãs, que havia sido chefe do Estado-Maior, e oposto às aventuras militares de Venizelos; como monárquico convencido havia conspirado ativamente contra a República, o que lhe valeu condenações à morte e o exílio.

"Durante o regime republicano" escreve Michelle Rallo *"havia estado exilado na Itália, onde havia concebido uma grande simpatia e admiração pelas instituições fascistas"*. De fato, Metaxas era, ao mesmo tempo, e segundo Bertin *"um incondicional da monarquia e um simpatizante das potências do Eixo"*.

Metaxas, presidente do Conselho de Ministros desde a morte de Kondylis, assumirá poderes ditatoriais em agosto do mesmo ano, graças a um golpe de Estado.

Dissolveu a Câmara, e suspendeu a Constituição, iniciando ao mesmo tempo a perseguição dos comunistas. Em seu regime não faltavam os traços fascistas: dissolução dos partidos, enquadramento da juventude, lançamento de um vasto programa de obras públicas, projetos de expansão pan-helênicos (a *"Grande Grécia"* devia estender-se até a Ásia Menor).

Metaxas preocupou-se também de ligar seu regime com a história grega, arguindo que, após a Grécia Clássica e Helênica, e após o Império Bizantino, ia começar agora a *"III Civilização Helênica"*. O conceito tinha, claramente, grandes analogias com o do *"III Reich"*. *"Por sua 'decoração' exterior, o regime de Metaxas"* escreve Bertin *"se podia alinhar junto às potências fascistas, mas de fato não ultrapassou jamais sua natureza de ditadura militar clássica"*.

Quanto aos movimentos políticos fascistas, como já dissemos, seu desenvolvimento foi escasso. Nolte argumenta que *"o individualismo do povo, as tensões com a Itália, e a tradicional tendência pro-ocidental (ao Ocidente devia a Grécia sua Independência, N.d.A.) desempenharam seu papel em não deixar que surgisse um movimento de tipo fascista"*. Ainda assim, é possível citar vários grupos. A *"Aliança Nacional Grega" (E.E.E.)* tinha forças em Salônica, graça aos refugiados que vinham da Turquia, e uma ideologia centrada no pan-helenismo. Existia um *"Partido Nacionalsocialista Grego"*, dirigido pelo Dr. Georges Mercouris. Este político tinha já uma ampla carreira política, vinculado ao Partido Popular (apoio parlamentar de Metaxas até que este implantou a ditadura). Havia sido deputado, ministro de Abastecimentos, ministro da Educação, delegado na Sociedade das Nações, e na conferência internacional do trabalho, além de ocupar um papel diretivo no Partido Popular. *"Até 1932, tratava-se de uma carreira política clássica"* diz Bertin. *"Mas como a outros muitos homens políticos, a ascensão do fascismo na Europa o convenceu da decadência das democracias ocidentais"*, e por isso, após enfrentar-se com o principal dirigente populista, decidiu criar, em fevereiro de 1933, apenas poucos dias depois da entrada de Hitler na Chancelaria, o Partido Nacionalsocialista Grego. Suas esperanças de rápido êxito ver-se-ão, no entanto, frustradas, pois o número de adeptos nunca será importante. O pequeno partido, que participou no congresso fascista de Montreux, não gozou das simpatias alemãs que só viram nele *"uma má imitação"*.

Havia outros grupos, de menor importância ainda. O *"Sidera Ireni"* agrupava os seguidores do general Pangalos. O grupo *"Philiki Eteria*

Ellinon" (Defensores da Raça Helena), por sua parte, havia se posto em contato com o *"Escritório Rosenberg"* propondo planos fantásticos de aliança greco-alemã, dirigidos contra a Itália... Mais importância tinha a *"União Geral de Estudantes"*, que se enfrentava na Universidade aos comunistas e que mantinha posições parafascistas.

"Os movimentos fascistas prestavam um apoio não isento de crítica ao regime de Metaxas, incitando-o a que chegasse mais longe em suas posições pan-helênicas", diz Bertin, mas suas afirmações devem ser matizadas no sentido apontado por Nolte, quem afirma que as citadas organizações eram, quando muito, catalogáveis como *"semifascistas"*.

Paradoxalmente, o regime de Metaxas será vítima dos regimes fascistas. A tradicional influência britânica no país não havia sido vencida inteiramente por Metaxas, e por outra parte, as aspirações expansionistas italianas haviam-se visto incitadas pela entrada de tropas alemãs na Romênia. Considerando, muito erroneamente, que aquilo era uma nova aventura militar alemã (tratava-se do desdobramento prévio ao ataque da Rússia), os italianos quiseram imitá-los atacando a Grécia. Trágica decisão, já que forçou os gregos a porem-se decididamente do lado inglês. O exército grego fez sofrer sérias derrotas aos italianos, e isto, unido à situação criada na Iugoslávia com o golpe de Estado, preparado pelo coronel norte-americano Donovan, forçou a Alemanha a atuar na zona. Metaxas morreu precisamente no espaço que houve entre as vitórias contra os italianos, e o ataque alemão, em condições misteriosas, que fizeram nascer a teoria de um envenenamento a cargo dos ingleses, para poder assim aumentar sua presença no país.

À ocupação pelas tropas do Eixo, seguiu-se a instauração de um regime *"colaboracionista"* dirigido pelo general Tsolakoglou. *"O governo do general Tsolakoglou"* escreve Mavrocordatis,*"era de orientação conservadora, como conservadores eram seu chefe e seu ministro da defesa, Bakos. Mas outros elementos do governo, que após a destituição de Tsolakoglou, iam tomar em suas mãos os destinos do país (o professor Loghetopoulos, em 1943, e sobretudo Rallis, último chefe do 'Governo Nacional Heleno'), estavam muito mais decididos a apoiar-se sobre os*

elementos dos grupos fascistas". Apesar disso, as organizações fascistas (ou semifascistas) não chegaram a desenvolver-se notavelmente na nova etapa, sendo em troca as vítimas prediletas da potente guerrilha comunista. Estes grupos e organizações voltaram-se para a luta contra os comunistas, e também contra os búlgaros, aliados da Alemanha, que haviam ocupado a região grega da Macedônia, provocando as iras dos pan-helenistas.

A organização que mais prometia era a *"Ethniki Sosialistiki Politiki Organosis" (Organização Política Nacional Socialista, ou ESPO)*, dissidência do partido de Mercouris, que intentou criar, em 1942, uma *"Legião Grega"* para ir lutar na frente do Leste. Quando já se haviam reunido centenas de voluntários, um brutal atentado voou o quartel-general da organização, em Atenas, no mês de setembro de 1942, matando 72 pessoas, incluindo oficiais recrutadores das SS, e o líder do movimento, o Dr. Sterodinos. A já citada EEE, desenvolvia um intenso labor em Salônica, contra os comunistas e os búlgaros, com bastante apoio popular, mas também foi decapitada por uma ofensiva dos partisans comunistas, que exterminaram seus chefes. Idêntico fim teve outro grupo de Salônica, os *"Defensores da Grécia do Norte"*, e mais tarde outro grupo implantado na Tessália: a *"Liga Nacional Agrária de Ação Anticomunista"*. Os débeis grupos semifascistas e anticomunistas acabaram integrando-se nos *"batalhões de segurança"* formados pelo governo de Rallis, e que contaram inclusive com o apoio de forças partisanas não comunistas, dado o ameaçador avanço que haviam registrado as forças marxistas.

Uma boa prova de que a maior parte destes elementos não eram plenamente fascistas, é que não duvidaram em pôr-se também em contato com as autoridades inglesas e gregas exiladas no Cairo, para buscar apoio para sua luta. De tal forma, que quando os alemães se retiraram do país os homens das forças armadas de Rallis continuaram lutando, agora ao lado dos ingleses, contra os comunistas, em uma guerra civil que se prolongará até 1949.

A Grécia não conheceu, pois, movimentos fascistas plenos, senão regimes com elementos miméticos fascistizantes e movimentos semifascistas.

ALBÂNIA

Se a Bulgária e a Grécia não eram países *"maduros"* para o fascismo, dada sua situação social e cultural, ainda mais claro era que não podia progredir na Albânia. *"Se havia um Estado europeu do qual se podia dizer que suas relações sociais não estavam maduras para empresas fascistas, este era a Albânia"*, diz Nolte, acrescentando que *"a Albânia teria estado madura, em todo caso, para uma ditadura progressista e modernizante ao estilo da de Kemal Atatürk na Turquía"*.

A Albânia vivia uma vida política organizada, mais bem, em base às tribos e clãs que aos partidos, e os dirigentes políticos não eram outros que os grandes proprietários terratenentes, com poderes semifeudais. Dois bandos haviam-se enfrentado antes da ocupação italiana do país, em 1939, o de Zogu, e o de Noli. Ambos apoiaram-se em algum momento na Itália fascista, e igualmente, ambos fizeram profissão de fé antifascista se, chegando o caso, isso lhes convinha. Quando os italianos ocuparam o país, acabaram com estas lutas, e consagraram na realidade política, o que já existia na prática econômica, ou seja, a Albânia era *"de facto"* protetorado italiano já antes de que os italianos desembarcassem em Tirana, e ocupassem o país sem nenhuma oposição. O país ficou como *"Reino independente vinculado ao 'Império' pelos laços do Protetorado"*, e a vida política interior organizou-se segundo o modelo italiano, inclusive com um *"Partido Nacional Fascista Albanês"* (que nunca foi mais que uma superestrutura vazia de conteúdo), uma *"Central de Economia Corporativa"* e um *"Conselho Superior Fascista Corporativo"*.

Os nacionalistas albaneses enfrentaram-se à Itália a partir do momento em que esteve claro que só sofriam derrotas em suas campanhas militares. Criou-se o *"Balli Kombëtar"*, como frente nacional das forças conservadoras e republicanas, enquanto na região do Kosovo, pertencente até 1941 à Iugoslávia, e vinculada depois da desarticulação deste país ao Protetorado da Albânia, atuava a *"Liga de Prizren"*, que agrupava fanáticos nacionalistas albaneses. Sobre ambas forças apoiaram-se os alemães quando ocuparam o país para substituir os italianos, após o

“putsch” de Badoglio. Mas estes elementos não puderam impedir o triunfo final das guerrilhas comunistas de Enver Hoxha, uma vez que os alemães abandonaram o país.

CAPÍTULO IV

OS FASCISMOS DA EUROPA ALPINA

A característica mais peculiar dos fascismos da Áustria e Suíça é a de atuar como *"pontes"* entre as diversas modalidades de fascismo europeias.

Na Suíça e Áustria há uma superposição de influências italianas (na *"Heimwehr"* austríaca, e nos movimentos nacionalistas da Suíça romanda) e alemãs (no nacionalsocialismo austríaco e nos movimentos nacionalistas da Suíça germanófona), como assinalou Michelle Rallo.

Por sua parte, George L. Mosse definiu a diferença entre os fascismos centro-europeus e europeus-orientais (com alto componente antissemita, enfrentados às forças de extrema direita e de amplo arraigamento popular) e os europeus-ocidentais (que punham o acento no corporativismo, cujos limites com a extrema direita eram mais difusos, e vinculados fundamentalmente a uma ideologia maurrasiano-mussoliniana, contando com menos apoio popular, além disso), e situou a Áustria *"com um pé em cada campo"* destes dois grandes modelos de fascismo. Esta qualificação é igualmente extensível, se bem que em menor medida, à Suíça, *"mais ocidental"* que a Áustria no sentido de que nesta o fascismo alcançou uma importância muito maior que na Suíça.

ÁUSTRIA

A Áustria resultou tremendamente afetada pela derrota de 1918. De ser a nação diretora de um grande Império, passou a ser uma pequena república empobrecida e sem futuro. Como na vizinha Alemanha, os primeiros anos do pós-guerra estiveram cheios de tensão interna, por causa das intentonas revolucionárias da poderosa esquerda austríaca, agrupada no Partido Social-Democrata, e a tensão externa, por causa dos choques fronteiriços com os iugoslavos e húngaros, com os alemães da marxista República dos Conselhos de Munique, e inclusive com os italianos pelo

problema do Tirol do Sul. De forma análoga a como haviam nascido os *"Freikorps"* alemães, que lutaram na Silésia e no Báltico, na Áustria haviam nascido grupos paramilitares de defesa das fronteiras. Denominadas *"Heimatschutz"* e *"Heimatwehr"*, estas agrupaciones não tinham uma direção centralizada, ou uma implantação nacional; tratava-se de grupos regionais, de ideologia confusa e dispar, formados por ex-combatentes. Mais adiante, estes grupos federaram-se, sem por isso unificar-se plenamente, conhecendo-se a partir de então como *"Heimwehr" ("Defesa Interior")*. Segundo Nolte, eram *"um típico produto do ano 1919"*, o ano que inaugurava a paz após a Primeira Grande Guerra, mas também o ano que presenciou, em toda a Europa Oriental e Central, intentos revolucionários da esquerda, e lutas fronteiriças.

A *"Heimwehr"* seria, por bastante tempo, a principal força do nacionalismo austríaco, e a partir de 1927 começou um processo de *"fascistização"*, pelo qual muitos têm visto nela a personificação do fascismo austríaco. A realidade é distinta, e para compreendê-la melhor devemos remontar-nos à pré-guerra, para estudar as correntes em que se inspiraria. O nascimento de um nacionalismo revolucionário na Áustria é anterior a 1914, quando entre os grupos estudantis e intelectuais partidários da união com a Alemanha – pangermanistas – prosperaram também ideais de reforma social e antiparlamentares. Estes grupos juvenis acharam seu líder e porta-voz em Georg von Schönerer, homem de ação e brilhante orador. Também em torno de Schönerer agruparam-se operários nacionalistas, fundamentalmente na Boêmia e nos Sudetos, que haviam dado vida a um *"Partido Operário Alemão"* que depois passaria a chamar-se *"nacionalsocialista"* (Ver o capítulo da Tchecoslováquia). O movimento capitaneado por Schönerer manifestou-se como racista e antissemita, inimigo do socialismo marxista e da democracia parlamentar; constitui, sem dúvida, um dos melhores exemplos de movimento pré-fascista. Hitler, em *"Minha Luta"*, sublinha a importância que teve, em sua formação ideológica, o movimento de Schönerer, mas lhe faz a reprovação de não haver sabido captar as massas, organizá-las e enquadrá-las. Quem sim logrou isto foi o líder dos social-cristãos Karl Lueger, exemplo de moderno chefe de partidos de massas, hábil orador, que pregava

igualmente o antissemitismo e o reformismo social de inspiração católica. Estas duas correntes ideológicas, a pangermanista e a social-cristã, apareceram também no seio da *"Heimwehr"*. Enquanto na Caríntia, as formações *"Heimwehr"* foram apolíticas e apartidárias, no Tirol estavam na linha católica-tradicionalista, e na Estíria na corrente pangermanista, derivando rapidamente para o nacionalsocialismo. A *"Heimwehr"* era partidária do *"Anschluss"*, ideia que também compartia o Partido Social-Democrata, dada a impossibilidade de subsistir que tinha a pequena república, que só podia desenvolver-se sob a condição de estar inscrita em um marco estatal mais amplo; a mesma perda do Império forçava esta união com a Alemanha. As potências vencedoras de 1918 impediram a consumação desta aspiração nacional: uma mostra a mais de seu respeito à *"autodeterminação"*. A partir da campanha que realizou em prol do *"Anschluss"*, a *"Heimwehr"* começou também a atuar em política interior, como pode imaginar-se, em sentido antimarxista; as forças da *"Heimwehr"* estabeleceram sólidos contatos com os grupos antimarxistas alemães, especialmente os bávaros; com o governo contrarrevolucionário e revisionista da Hungria e, através deste, com o governo fascista italiano. De todas estas fontes conseguiu-se apoio econômico e armas.

Os social-cristãos e os social-democratas enfrentaram-se pelo poder ao longo de todos os anos 20. Os últimos tinham sua base principal em Viena *"A Vermelha"*, e em uma série de cidades industriais, enquanto os primeiros dominavam nitidamente nas províncias camponesas. Os social-democratas contavam com uma forte milícia, disciplinada e armada, a *"Republikanischer Schutzbund"*, que semeava o terror nos elementos conservadores, que viam naquela *"guarda vermelha"* o exército que qualquer dia intentaria um assalto revolucionário às instituições. Para compensar sua presença, os social-cristãos intentaram pôr sob seu controle a *"Heimwehr"*. Os enfrentamentos entre homens da *"Schutzbund"* e da *"Heimwehr"* eram constantes.

Os mais graves ocorreram em julho de 1927; dois membros da *"Heimwehr"* haviam sido absolvidos de uma acusação de assassinato, reconhecendo-se que haviam atuado em legítima defesa. Os marxistas não

quiseram aceitar o veredicto, e assaltaram e incendiaram o Palácio da Justiça, continuando vários dias os enfrentamentos, que deixaram um saldo de 100 mortos. Com estes fatos, inicia-se o processo de fascistização da *"Heimwehr"*. *"De fato"* escreve Nolte, *"a Heimwehr evolucionava agora inconfundivelmente para o fascismo. Seu antimarxismo tradicional transformou-se, sob a impressão do exemplo do fascismo italiano, em vontade de aniquilação total, e ao mesmo tempo ia-se acentuando cada vez mais sua aversão aos partidos burgueses"*. A transformação dos fins do movimento, que havia passado de ser uma milícia defensora das fronteiras, a militar contra o marxismo, e depois contra a democracia liberal, é típica de alguns movimentos fascistas europeus.

Além da *"Heimwehr"*, existia na Áustria outra força nacionalista: o nacionalsocialismo. Os círculos operários nacionalistas que haviam apoiado Schönerer, haviam continuado atuando como *"Deutsche Arbeiter Partei" (DAP)*; nos primeiros anos do pós-guerra, as relações com os grupos nacionalsocialistas dos Sudetos e Boêmia, e com os de Munique, haviam sido algo tensas, pois todas estas ramas aspiravam a dirigir o incipiente movimento. Finalmente, Hitler impôs-se, tanto aos austríacos, como aos alemães da Tchecoslováquia. Desde 1925, o movimento era dirigido desde a Alemanha, por Hitler, que nomeava o chefe territorial (*"Landesleiter"*), de quem dependiam os oito *"Gau"* austríacos. A primeira milícia com a qual contou o nacionalsocialismo austríaco denominou-se *"Vaterländischer Schutzbund"*, mas mais tarde introduziram-se as formações que existiam na Alemanha: SA, SS e HJ. A rama austríaca do NSDAP sempre gozou da fama de ativismo e violência. Enquanto na Alemanha, desde o *"putsch"* de Munique, abandonou-se a ideia do golpe de Estado, ou da revolta revolucionária, na Áustria nunca se esqueceram estas ideias. Como consequência disto, e da competência que supunha a *"Heimwehr"*, o NSDAP austríaco nunca alcançou a ser o gigantesco partido de massas que era seu irmão alemão, e só começou a representar um papel político em 1930. *"O período de 1926 a 1930"* escreve Whiteside, *"só é importante na história do movimento político austríaco porque então o partido estabeleceu a estrutura disciplinada*

capaz de resistir a todos os esforços do governo austríaco que tratassem de destruí-lo”.

“A crise de julho de 1927” diz K. R. Stadler, *“marcou o ponto crucial no qual o Partido Social-Cristão ‘adotou’ a ‘Heimwehr’, decisão que levou inexoravelmente à ‘guerra civil’ de 1934 e à extinção da democracia parlamentar”*. Ao mesmo tempo que se acelerava a fascistização da *“Heimwehr”*, estreitavam-se os laços que a uniam ao Partido Social-Cristão, de quem dependia cada vez mais. Este duplo processo criará uma ambiguidade política que marcará toda a vida da *“Heimwehr”*. Por uma parte, denunciará e criticará o regime de partidos e a democracia. Por outra, defenderá uma força *“do Sistema”*, como era o Partido Social-Cristão, e se deixará empregar por este para lutar contra uma força fascista, o NSDAP austríaco. A *“Heimwehr”*, surgida de forma espontânea, sem ideologia precisa, levava em si mesma, desde sua origem, estas contradições ideológicas e táticas. Apesar de toda a aparência fascista que chegou a ter, não rompeu nunca com as forças políticas clássicas. Esta debilidade básica nos explica sua trajetória posterior.

A *“Heimwehr”* disputou à esquerda o domínio das ruas. Todos os fins de semana, suas unidades desfilavam pelas ruas de povoados e cidades, e não se detinha ante as cidades *“vermelhas”*, como Wiener Neustadt, onde só a massiva intervenção da polícia evitou que se enfrentassem a manifestação da *“Heimwehr”*, e a contramanifestação da *“Schutzbund”*. Era o cénit da popularidade da *“Heimwehr”*, que após vencer as greves e motins de 1927, havia conquistado as ruas à esquerda. Em 1929 conseguiu que o chanceler eleito para ocupar a presidência do governo, fosse um simpatizante do movimento: Schober. No entanto, *“ainda era um movimento amorfo, sem outro propósito claro que seu antimarxismo, que atraía a uma incongruente massa de social-cristãos, monárquicos conservadores, pangermanistas, nacionalsocialistas, antissemitas, burgueses, grandes negociantes, artesãos, veteranos de guerra, estudantes e aventureiros”*, segundo Whiteside.

Era o momento de impor ao movimento ativista e descentralizado uma ideologia concreta. Tratou-se de fazê-lo lançando mão das teorias do

professor de sociologia de Viena, Othmar Spann. *"Este católico neorromântico"* diz Stadler, *"quis opor-se aos ensinamentos de Adam Smith e Ricardo, com sua própria visão do verdadeiro Estado"*, no qual o indivíduo só contava como parte do conjunto, e no qual a *"Formal Demokratie"* seria substituída pela democracia corporativa (*"ständische"*). Este ataque aos liberais e socialistas atraiu tanto aos nacionalistas como aos conservadores, sendo aceito como justificação ideológica do antimarxismo. Os nazistas, no entanto, logo perderam interesse pelas ideias de Spann, mas o *"Ständestaat"* converteu-se em meta política da *"Heimwehr"* e, mais tarde, da Frente da Pátria. *"Deu nome à patética estrutura constitucional que Dollfuss estabeleceu em 1934"*. Os mandos da *"Heimwehr"* não duvidavam em apresentar-se como fascistas. Quando em 1929 se dirigiram a Schober para formular-lhe seu programa, pediram a criação de um *"Estado autoritário baseado em estamentos, e nos princípios do fascismo"*. Em 1930, em um grande comício em Korneuburg, os grandes chefes da *"Heimwehr"*, Steidle, Pabst, Starhemberg e Pfriemer, *"tornaram público seu acordo com o fascismo, denunciando a atividade parlamentar, e declararam que a 'Heimwehr' alcançaria o poder por seus próprios meios"*, diz Whiteside. O fantasma de uma *"marcha sobre Viena"* aparecia ameaçador. Os políticos conservadores compreenderam que ali havia um perigo para eles no momento em que a crise econômica fazia tambalear o regime. Os simpatizantes e militantes mais conservadores, em consequência, abandonaram o movimento, ao qual o *"intento de introduzir a ideologia e o programa fascistas lhe privou das simpatias coletivas de todos os antimarxistas"* (Whiteside). O mesmo governo não duvidou em atuar, desterrando um dos líderes mais radicais, Pabst, que era súdito alemão. A *"Heimwehr"* evidenciou toda sua debilidade interna, quando não reagiu contra este fato.

O chanceler que sucedeu a Schober, o ultraclerical Vaugoin, intentou fazer que desaparecesse para sempre o *"perigo Heimwehr"*, concedendo a alguns de seus dirigentes pastas no governo. Os dirigentes compreenderam que se tratava de uma manobra dirigida contra a organização, e responderam organizando um partido político, o *"Heimatblock"*, que

pretendia ocupar o governo para impor o *"Estado Heimwehr"*. O partido organizado por Starhemberg foi um fracasso, como consequência da mesma estrutura da *"Heimwehr"*: muitos conservadores haviam abandonado o movimento ao inclinar-se para o fascismo; os social-cristãos o abandonaram agora para manter-se fiéis a seu partido, assim como muitos nacionalsocialistas. Alguns líderes regionais não apoiaram a iniciativa de Starhemberg e mantiveram-se à margem. Os resultados eleitorais foram decepcionantes: só oito deputados, em um parlamento no qual pela primeira vez os socialistas formavam o grupo parlamentar mais importante. O novo governo que saiu das urnas despediu os ministros que pertenciam à *"Heimwehr"*, cuja força política havia-se revelado tão escassa. Significativamente, o NSDAP austríaco havia obtido quase a metade de votos que o *"Heimatblock"*, 110.000, embora não tivessem assento algum. O ciclo político do *"semifascismo"* da *"Heimwehr"* esgotava-se rapidamente, e paralelamente, cresciam as possibilidades de um fascismo autêntico: o nacionalsocialismo austríaco. Desde 1931, dirigentes do NSDAP e da *"Heimwehr"* discutiam as possibilidades de fusão de ambos os movimentos. De fato, grandes quantidades de militantes do último passavam às fileiras nacionalsocialistas.

Em setembro de 1931, a *"Heimwehr"* intentou um *"putsch"* na Estíria, que fracassou após um êxito inicial, dada a falta de coordenação com as demais regiões. O fracasso fez que praticamente toda a organização da Estíria da *"Heimwehr"* se passasse ao NSDAP, muito mais eficaz na luta, mais disciplinado e melhor dirigido. Desde então, a ruptura entre o NSDAP e a *"Heimwehr"* foi total, e esta *"se converteu em uma organização de orientação católica (...) Os nazistas absorveram aos antissemitas radicais, aos mais violentos oponentes da democracia, e àqueles para os quais o 'Anschluss' era o objetivo mais importante"*, escreve Whiteside. Coincidindo com os grandes êxitos eleitorais do NSDAP na Alemanha em 1932, na Áustria conseguiram-se resultados espetaculares nas eleições provinciais do mesmo ano: 16 por cento dos votos foram para as listas do NSDAP. Em Viena, 15 vereadores nacionalsocialistas sentaram-se junto aos social-cristãos, a força política do governo, que não tinha mais que 19 vereadores. Os dirigentes

nacionalsocialistas, Proksch e Habicht, encabeçavam com energia um movimento que não se detinha ante o uso da violência, e que encontrou amplo eco entre as massas.

Diante do avanço dos socialistas nas eleições gerais *"as últimas que se celebraram no país até depois da segunda guerra mundial"*, de 1930, e dos nacionalsocialistas nas eleições municipais e provinciais de 1932 *"também nas últimas"* os social-cristãos deveram apoiar-se de novo na já muito debilitada *"Heimwehr"*. Por parte dos social-cristãos apareciam novos políticos como Engelbert Dollfuss e Kurt Schuschnigg, influenciados pela ideologia de Spann.

Capitaneavam a débil coalizão dos social-cristãos, com o *"Heimatblock"*, e os restos da *"Landbund" (Liga Agrária)* e o partido *"Grossdeutsche"*, cujos elementos passavam-se em massa ao nacionalsocialismo. Para compensar sua debilidade interior, Dollfuss, o novo chanceler, acudiu a solicitar apoio exterior, encontrando-o em Mussolini. A política exterior italiana era então muito ativa na Europa Danubiana, e de fato, transformou a Hungria de Gömbös e a Áustria de Dollfuss em seus *"satélites"*.

Desde tempo atrás, a *"Heimwehr"* vinha tendo apoio italiano, e desde Roma se lhe aconselhava que ocupasse o poder pela força, e esmagasse os socialistas. Ao mesmo tempo, havia recebido influências ideológicas. A *"Heimwehr"* e Dollfuss tinham como circunstância comum a de serem apoiados pela Itália. Em umas conversações sustentadas em Riccione entre Mussolini e Dollfuss em agosto de 1933, o *"Duce"* pediu ao chanceler que imprimisse um giro profascista a sua política, e se apoiasse na *"Heimwehr"*, para tratar de salvaguardar a independência nacional austríaca, ameaçada pela conquista do poder por Hitler na Alemanha, e os crescentes êxitos do partido nacionalsocialista austríaco. Recordemos que durante os primeiros anos de governo nacionalsocialista na Alemanha, a política italiana havia sido oposta a seus interesses revisionistas, e aliada das demais potências vencedoras da Primeira Guerra Mundial.

Desde que em janeiro de 1933 Hitler havia entrado na Chancelaria, milhares de austríacos haviam-se unido ao NSDAP. As forças com as quais

contava Dollfuss eram tão escassas que, segundo Nolte, *"mal lhe restava outra solução que governar autoritariamente"*. No dia 4 de março de 1933 dissolveu o Parlamento e cortou as liberdades democráticas. O NSDAP respondeu organizando grandes manifestações públicas e obtendo um êxito quase total nas eleições municipais de Innsbruck, onde alcançou 40%, percentual superior ao que havia alcançado nas eleições provinciais, que haviam colocado numerosos *"nazistas"* nas Dietas provinciais da Baixa Áustria, Salzburgo, Caríntia e Estíria, e no município de Viena. Dollfuss reagiu suspendendo as eleições municipais.

O NSDAP estava tentado por um *"putsch"*, pois a escassa base popular do regime o fazia muito vulnerável. Não podia aliar-se aos socialistas, pois apoiava-se na *"Heimwehr"* e em Mussolini. Não podia contar plenamente com a *"Heimwehr"* pois esta pedia a instauração do *"Estado corporativo autoritário"*, e desde logo, tampouco podia aliar-se com os nacionalsocialistas. As demais forças políticas do país haviam desaparecido. Apesar de tudo isto, os nacionalsocialistas ofereceram sua colaboração a Dollfuss, o qual rejeitou, por considerar impossíveis de aceitar os termos em que deveria concretizar-se esta colaboração. Desde este momento, começou a *"guerra"* entre o NSDAP e Dollfuss. Em maio de 1933 proibiu o uso de camisas pardas e da suástica, expulsou vários líderes do NSDAP, e inclusive, a representantes alemães. Os choques entre os social-cristãos e os nacionalsocialistas foram diários, e pretextando a morte de um jovem social-cristão, em junho, o NSDAP e suas organizações foram proibidas e dissolvidas. *"Prenderam-se tantos nazistas que foi necessário criar campos de concentração para acolhê-los; Dollfuss fez uma purga dos cargos oficiais, e em muitos setores da indústria, perseguindo energicamente todas as suas organizações. Os próximos cinco anos foram "anos ilegais" para os nazistas", conta Whiteside. A sólida estrutura do partido, montada entre 1926 e 1930, deu agora seus frutos, pois apesar das duras perseguições, o movimento não só não desapareceu, como mal diminuiu sua atividade. A repressão não se mostrou útil para eliminar o nacionalsocialismo. Seus grupos armados puseram bombas e efetuaram atentados por todo o país, enquanto seus grupos propagandísticos seguiam colocando propaganda nas ruas, e*

buscavam inclusive métodos originais, pintando gigantescas suásticas nas paredes rochosas das montanhas próximas às cidades, ou nas chaminés das fábricas. O governo deveu moderar suas medidas policiais, pois "temia que uma repressão demasiado severa chegasse a provocar um levantamento que pudesse arrastrar todo o País", segundo Whiteside, quem conclui que "lhe resultou impossível ao Governo, apoiado somente por um terço da população, resistir à pressão dos nazistas e de Hitler".

Para restar força ao nacionalsocialismo, e contar com o apoio mais decidido da "Heimwehr", Dollfuss deveu recorrer a "fascistizar" seu regime, proclamando em setembro o "Ständestaat", ou "Estado Corporativo Cristão", baseado teoricamente nas ideias de Spann. Dissolveram-se os partidos políticos, e criou-se o "Vaterländische Front" ou "Frente Patriótico", como único partido reconhecido, formado basicamente pelos social-cristãos e elementos da "Heimwehr". O modelo em que se inspirava era, desde logo, o italiano, mas não resultava mais que uma desfigurada cópia: "O Frente Patriótico" – diz Carsten – "era pouco mais que o partido cristão-social com novo nome, e nunca se converteu em um partido fascista dinâmico. A Áustria não chegou a ser um Estado fascista e totalitário, apesar dos esforços de Mussolini".

Os socialistas, formalmente proibidos, continuaram atuando, pois Dollfuss não queria esmagá-los, já que eram um potencial aliado contra "o nazismo". A "Heimwehr" não era dessa opinião, e começou a "limpar" de elementos social-democratas as províncias em que era mais forte, para assaltar, em fevereiro de 1934, a "Cidade Karl Marx", "santuário" dos social-democratas, violentamente, utilizando, inclusive, a artilharia (esta é a "Guerra Civil" de que falava Stadler). Os dirigentes social-democratas e sindicais foram detidos, e suas organizações efetivamente desmanteladas. Muito mais difícil resultava extirpar os nacionalsocialistas, aos que se intentou, por outra parte, dividir, oferecendo a seus elementos mais moderados e "legalistas", já em 1933, a possibilidade de ingressar no "Frente Patriótico".

Os socialistas, formalmente proibidos, continuaram atuando, pois Dollfuss não queria esmagá-los, já que eram um potencial aliado contra

"o nazismo". A "Heimwehr" não era dessa opinião, e começou a "limpar" de elementos social-democratas as províncias em que era mais forte, para assaltar, em fevereiro de 1934, a "Cidade Karl Marx", "santuário" dos social-democratas, violentamente, utilizando, inclusive, a artilharia (esta é a "Guerra Civil" de que falava Stadler). Os dirigentes social-democratas e sindicais foram detidos, e suas organizações efetivamente desmanteladas. Muito mais difícil resultava extirpar os nacionalsocialistas, aos quais, por outro lado, se tentou dividir, oferecendo a seus elementos mais moderados e "legalistas", já em 1933, a possibilidade de ingressar no "Frente Patriótico".

O "Estado Corporativo" nunca foi mais que um disfarce da ditadura reacionária de Dollfuss. Elisabeth Wiskemann escreve que "escassas haviam sido as medidas para promover uma representação autêntica dos interesses corporativos". Em maio de 1934, foi proclamada a nova Constituição corporativa, que se limitou às boas intenções e à palavrório. Ao mesmo tempo, Starhemberg, líder da "Heimwehr", foi proclamado vice-chanceler.

Os nacionalsocialistas continuaram as conversações com o governo, e empreenderam outras com os diversos setores da "Heimwehr". Seyss-Inquart foi o elemento que levou a cabo tão complexas negociações. Ao mesmo tempo, os elementos ativistas aumentaram sua agitação, implantando-se solidamente no exército, nas classes operárias (em especial entre os mineiros e trabalhadores da indústria pesada da Estíria), e ameaçando com uma greve geral. Intensificou-se a propaganda clandestina, realizada não só desde os "refúgios" da Alemanha, mas também desde a Suíça e Tchecoslováquia. Finalmente, no dia 25 de julho um regimento das SS austríacas (o "89 Standarte") assaltou a chancelaria e a emissora de rádio de Viena; no curso dos acontecimentos, foi morto Dollfuss. O Exército e a "Heimwehr" cercaram os "golpistas" e ocuparam os lugares estratégicos de todo o país; os levantes nacionalsocialistas da Estíria, Caríntia e Alta Áustria também triunfaram inicialmente, mas a enérgica atitude do governo e de suas forças de segurança acabaram com o "putsch". Havia-se produzido uma

verdadeira crise internacional; a Itália havia mandado suas tropas à fronteira de Brennero, dispostas a impedir a consumação do "Anschluss". Também se produziu uma crise interna no partido austríaco, entre a linha "dura" de ativistas dispostos a ocupar o poder pela força, e os "legalistas" que confiavam nas medidas políticas.

Schuschnigg sucedeu a Dollfuss à frente do governo reacionário-clerical. Estava ainda mais disposto que seu antecessor a implantar sua ditadura antinacionalsocialista. Fez-se nomear chefe das forças armadas, destituiu Starhemberg de seu cargo de vice-chanceler e vice-presidente do "Frente Patriótico", com o que, segundo Stadler, "parecia que a ala simplesmente autoritária do campo conservador havia ganho a luta contra a ala 'fascista' da 'Heimwehr'". Para sublinhar esta vitória, dissolveu a "Heimwehr" e obrigou seus membros a entrar nas "milícias" do Partido Único, a "Frontmiliz". A "Heimwehr" desapareceu da política austríaca como entidade autônoma, sem pena nem glória, desfeita por suas próprias contradições.

"Os nacionalsocialistas austríacos continuavam crescendo apesar da perseguição do governo", diz Carsten. Intentaram-se então outras medidas. Diversos contatos entre Schuschnigg e os "moderados" do NSDAP não conseguiram romper a unidade do movimento, e as medidas de graça, como a libertação de 2.500 nacionalsocialistas, detidos no campo de concentração de Wöllersdorf, no Natal de 1934, não diminuíram a animosidade que contra ele existia no seio do NSDAP. O "Frontführer" – assim se fazia chamar Schuschnigg – não conseguiu desarmar o NSDAP utilizando os métodos que lhe haviam sido úteis com a "Heimwehr", e não conseguiu implantar um regime que tivesse sequer a aparência do "fascista". O que ocupou o poder na Áustria desde 1936 não foi um "fascismo clerical" que não existe – diz Nolte –, mas sim "um catolicismo autoritário".

A ação clandestina do NSDAP era extremamente eficaz. E, quanto aos efeitos, combinava-se com a crescente penetração econômica da Alemanha nacionalsocialista. Apesar da repressão, a estrutura clandestina do Partido mantinha-se. Pelas fronteiras da Alemanha,

Hungria e Tchecoslováquia penetravam os elos de ligação e as armas. Graças ao controle sobre o corpo de Correios, as comunicações eram seguras e constantes, e turistas alemães atuavam apoiando seus camaradas austríacos. As organizações nacionalsocialistas, SA, SS, HJ, NSBO, infiltravam-se nas organizações oficiais do "Frente Patriótico", e também no Exército e na Polícia. As publicações nacionalsocialistas circulavam abundantemente. Em uma impressora clandestina de Viena editava-se o "Österreichischer Beobachter"; desde a Hungria chegava o boletim "Illkor", e desde Munique "Deutsch-Österreichische Nachrichten". Publicações menores chegavam desde os Sudetos e Suíça. Os exilados na Alemanha constituíram uma formação militar, a "Legião Austríaca", que se preparava para atuar no país. No interior da Áustria, os ativistas trabalhavam constantemente, e as ações armadas sucediam-se sem trégua. Em fevereiro de 1935, descobriu-se e abortou-se um novo "putsch" dos nacionalsocialistas.

O único sólido apoio do gabinete de Schuschnigg era a Itália. Por isso, as sanções ditadas, por causa do conflito etíope contra a Itália pela Sociedade das Nações, foram o princípio do fim do regime reacionário e clerical de Schuschnigg. A Alemanha não só se opôs a estas sanções, como apoiou decididamente a Itália, iniciando-se uma aproximação entre as duas potências fascistas. Depois, Alemanha e Itália combateram juntas o comunismo na Espanha, ajudando os "nacionais". Privado do incondicional apoio italiano, Schuschnigg deveu acomodar-se a pactuar com a Alemanha e com os nacionalsocialistas. Firmaram-se os "Acordos de Julho" em 1936, entre Alemanha e Áustria, nos quais junto a aspectos econômicos incluíam-se cláusulas políticas: devia amnistiar-se os nacionalsocialistas encarcerados, e relaxar-se a perseguição de que eram vítimas. Permitir-se-ia, além disso, que na Áustria entrasse a imprensa nacionalsocialista alemã.

Uma nova fase abria-se para os nacionalistas austríacos, à frente dos quais colocou-se agora um grupo de dirigentes radicais: Tavs, Leopold, Fraunfeld... O grupo moderado de Seyss-Inquart passou a um segundo lugar. Sob eles prosseguiu ativamente a infiltração no "Frente Patriótico"

e nas organizações corporativas, assim como nas empresas estatais e municipais. As células nacionalsocialistas impuseram-se entre os juízes e os professores, entre os oficiais e entre os soldados, e no campesinato. Como além disso, os alemães controlavam boa parte da atividade econômica austríaca, o cerco dos reacionários clericais era quase completo: sua pretensão de impedir que a Áustria se unisse ao III Reich da revolução nacionalsocialista tinha cada vez menos futuro. "Por volta de 1937" – assinala Whiteside –, "o processo de infiltração havia chegado até o último recanto importante da Áustria".

Quando o Ministro das Relações Exteriores alemão visitou Viena, foi recebido por uma impressionante manifestação nacionalsocialista. No outono, a Schuschnigg não lhe restou outro remédio que autorizar o denominado "Comitê dos 7", dirigido por Leopold, e que em aparência respeitava o "Estado Corporativo", e estava encarregado de melhorar as relações com a Alemanha, e de promover a cooperação entre o "Frente Patriótico" e os elementos nacionalsocialistas. Na realidade atuou como dirigente das atividades clandestinas; uma busca praticada nos princípios de 1938 achou os planos de um novo "putsch". O Governo, cada vez mais isolado, deveu permitir a formação de um denominado "Partido Nacional Provisório", graças ao qual o NSDAP voltou a sair à luz pública. O confusionismo era total, pois ao mesmo tempo que Seyss-Inquart era chamado ao gabinete, celebrava-se um processo contra 31 membros da SS acusados de "terrorismo"... Ao mesmo tempo que Leopold tramava um novo "putsch", acudia a dialogar presidindo o "Comitê dos 7" com Schuschnigg... Debilitado interior e exteriormente, a Schuschnigg só lhe restava intentar negociar com Hitler, líder do nacionalsocialismo e chanceler da Alemanha. O chanceler austríaco prometeu libertar os detidos, admitir os nacionalsocialistas no "Frente Patriótico", e outra série de "vantagens". A resposta do NSDAP foi aumentar as mobilizações de massas e os atos de violência. No último intento por fazer-se com o controle da situação, Schuschnigg anunciou a convocação de um plebiscito sobre a independência da Áustria. Tratava-se de um peculiar plebiscito, já que só se imprimiriam cédulas com o SIM da independência; o que desejasse votar NÃO, ou seja, um SIM ao "Anschluss", devia

aportar sua própria cédula!. Tão tremenda provocação motivou um estado geral de subversão no país, e Schuschnigg, que já não pôde fazer-se com o controle da situação, não pôde fazer outra coisa que chamar a Seyss-Inquart, e nomeá-lo chanceler no dia 11 de março de 1938. As tropas alemãs, que haviam começado a mover-se para a fronteira, dado o estado geral de subversão no qual se hallava o país, foram chamadas pelo novo chanceler, para que consumassem a vontade popular. O dia 13 proclamou-se oficialmente a fusão com o III Reich. Um dia mais tarde Hitler entrava em Viena. Milhares e milhares de austríacos receberam com bandeiras com a suástica às "tropas invasoras". Segundo a historiografia dos vencedores, aquela havia sido a primeira "agressão internacional" do Regime Nacionalsocialista, e havia respondido tudo a um bem pensado plano hitleriano. Na realidade, e como diz A. J. P. Taylor: "Havia sido o próprio Schuschnigg e não Hitler quem provocara a crise de março de 1938. Os alemães não levaram a cabo preparativos de nenhuma classe, nem militares nem políticos. Improvisou-se tudo em um par de dias".

O fascismo havia tido na Áustria uma importância decisiva, desde 1927. O nacionalsocialismo tinha na Áustria suas próprias raízes, e estava chamado a desempenhar um papel decisivo em sua história. Mas a principal originalidade do fascismo austríaco nunca esteve na "Heimwehr", e suas relações com o Partido Social-Cristão, e depois com o "Frente Patriótico". Tem-se querido ver nestas forças reacionárias, e na "Heimwehr" as plasmaciones de uma variante austríaca específica do fascismo.

Eichstadt fala de um "*austrofascismo*", como modelo autônomo, e Gulick de um "*clerico-fascismo*", impossível de existir por serem incompatíveis o fascismo com o clericalismo, e respeito ao "*austrofascismo*" escreve: "*O que se tem chamado austro-fascismo baseava-se em um equilíbrio precário entre os políticos provenientes do Partido Social-Cristão (...) e os chefes da 'Heimwehr', os quais frequentemente apelavam ao fascismo e a Mussolini (...) aliança entre um catolicismo autoritário, e um fascismo de milícia patriótica, que em seu*

conjunto não pode ser chamado fascismo, já que a ideologia corporativa e os uniformes não bastam para satisfazer o conceito".

Admitindo a *"boa intenção"* dos comandos e membros da *"Heimwehr"*, o máximo que pode falar-se sobre ela é de um semifascismo; a dissolução desta força política, entre os seguidores de Schuschnigg e os nacionalsocialistas, evidencia que, apesar de durante muitos anos ter-se apresentado como encarnação austríaca do fascismo, não foi tal. Quanto ao *"Frente Patriótico"*, é também Nolte quem escreve que *"se parecia muito mais aos partidos governamentais da Bulgária e Romênia, que aos partidos estatais da Alemanha e Itália"*. Para explicar a complexa história austríaca destes anos, Stadler propôs uma interpretação *"triangular"*, afirmando que há uma luta pelo poder simultânea entre os nacionalsocialistas, por uma parte, a *"Heimwehr"* por outra, e o grupo de Dollfuss-Schuschnigg, enfim, por outra. Teria sido uma luta, pois, entre o fascismo (NSDAP), o semifascismo (*"Heimwehr"*) e um pseudofascismo (*"Frente Patriótico"*). Como temos visto na Hungria e na Romênia, não se tratava de um fato novo.

Outros especialistas assinalaram o caráter *"misto"* do fascismo austríaco, no qual coexistiram uma corrente antissemita e racista, típica da Europa Central e Oriental, e uma corrente de inspiração *"latina"* que punha o acento no corporativismo e no antimarxismo. Mosse, após distinguir entre estes dois grandes tipos de movimentos fascistas, diz que *"encontramos a Áustria com um pé em cada campo"*: o NSDAP no campo *"centro-europeu"*, e a *"Heimwehr"* no *"latino"*.

O último capítulo da história do fascismo austríaco escreveu-se no pós-guerra de 1945. Consumada a derrota alemã, à Áustria considerou-se *"país invadido"* pela Alemanha, e tratou-se-a como a *"país liberado"*. A repressão antifascista foi duríssima, mas dado que a pequena república não podia viver marginalizando eternamente os 700.000 austríacos que haviam pertencido ao NSDAP ou a suas milícias, logo teve que refrear-se. Ainda assim, em 1946 haviam sido *"depurados"* uns 150.000 funcionários, haviam-se instaurado impostos especiais para os *"antigos nazistas"*, os aliados mantinham encarcerados a 18.000 seres, e os governantes

austríacos a 31.000... pouco a pouco foram-se concedendo anistias, mas o perdão não alcançou nunca aos responsáveis ou líderes do nacionalsocialismo. Ainda hoje, um oficial austríaco, das Waffen-SS, por outra parte, o coronel Raeder, encontra-se encarcerado na Itália, ante a indiferença do governo austríaco.

SUÍÇA

Apesar de estar enclavada no mesmo coração da Europa, sendo limítrofe com as duas grandes potências fascistas, Alemanha e Itália, e também dos regimes pseudofascistas da Áustria de Dollfuss e a França de Pétain, a Suíça não viu desfazer-se seu peculiar regime político. A Suíça, desde sempre, tem sido pouco propícia aos movimentos revolucionários, e esta constante manteve-se no caso do fascismo.

Isto não quer dizer, no entanto, que não existissem movimentos fascistas. Houve-os, e muitos, embora geralmente pouco importantes, e apresentando características específicas, concretas, pelo qual alguns autores, como Nolte, preferem catalogar a estes grupos mais como semifascistas, ou pseudofascistas, que como fascistas plenos.

Duas situações de crise, a primeira em 1918, por motivo da grande agitação dos extremistas de esquerda, e a segunda, desde 1930, pela situação econômica internacional, foram os momentos de máximo desenvolvimento e importância dos grupos fascistizantes. Em 1918, a *"greve geral nacional"* das organizações operárias e camponesas de extrema esquerda, provocou o florescimento das organizações anticomunistas. As *"Ligues Nationales"*, e a *"Schweizer Heimatschutz"*, nas áreas francófonas e germanófonas, respectivamente, lutaram contra as intentonas revolucionárias, apoiando a polícia e o Exército. O comandante Sonderegger, que havia esmagado a rebelião em Zurique, foi um dos poucos dirigentes das forças anticomunistas que aparecerá na segunda fase, na primeira metade da década dos 30, com um papel destacado. A maior parte das organizações anticomunistas não era mais que isso,

simples e puramente anticomunistas, e empalideceram rapidamente assim que passou o *"perigo vermelho"*. Menção à parte merece a *"Guarda Cruzada"*, ou *"Kreuzwehr"*, com uma ideologia antissemita, e em contato com os círculos *"völkische"* e nacionalsocialistas alemães. O mesmo Hitler acudiu em 1923 a Berna para estabelecer contato com esta organização.

Na Suíça germânica, as correntes nacionalistas tinham uma inspiração nitidamente alemã. O pangermanismo, com elementos corporativistas e antissemitas, era a base ideológica da *"Kreuzwehr"*, e de pequenos círculos intelectuais, como *"Schweizer Ring"*, e o *"Volksbund für die Unabhängigkeit der Schweiz"*. Na Suíça francófona as influências eram francesas. Desde 1911 existia um *"Groupe franco-suisse de 'Action Française'"*, e em 1923 havia-se criado em Berna, o círculo *"Ordre et Tradition"*, inspirado em Maurras e Barrès. Em 1929, junto a outros grupos nacionalistas, haviam dado vida a uma *"Fédération Nationaliste Suisse"*. Outro foco de agitação foi o jornal *"Le Pilori"*, dirigido por Georges Oltramare, em Genebra. Este dramaturgo e jornalista havia-se destacado por seus ataques aos judeus, pelo que foi expulso de seu jornal, ante a pressão da potente comunidade judaica. Criou então, em 1923, *"Le Pilori"*, onde além de atacar os judeus, distinguiu-se por sua denúncia das corrupções políticas. Os jovens que se agruparam em torno a *"Le Pilori"*, assim como os que colaboravam na *"Nouvelle Revue Romande"*, uma veterana publicação nacionalista, deram lugar ao nascimento do *"Cercle d'Études Politiques Res Helvetica"*.

Todas estas correntes nacionalistas não tinham possibilidade alguma de progredir em um regime democrático profundamente estável e descentralizado. Só a crise econômica internacional, motivada pelo *"crash"* de 29, e o auge dos fascismos, especialmente a conquista do poder na Alemanha por Hitler, em 1933, deram nova vida às correntes nacionalistas suíças, inspiradas já nitidamente em modelos fascistas, e conformando o que se tem chamado o *"movimento frentista"*, pois as diversas organizações utilizaram com frequência o apelativo de *"frente"*.

Nos cantões alemães foi criado, em julho de 1930, a *"Neue Front"*, e em outubro, a *"Nationale Front"*. A primeira organização tinha como chefe um jovem de 29 anos, Tobler, e estava especialmente implantada nos meios estudantis. Contava com o apoio de Oehler, um intelectual antissemita que estava em contato com Hitler desde 1923. A *"Nationale Front"* tinha propostas muito mais radicais, e seus organizadores foram Von Wyl e Biedermann. O grupo, explicitamente nacional-socialista, tinha poucos militantes, quase todos estudantes, mas era classificado como muito perigoso, e assim, já em março de 1932, foi proibida a venda de seu órgão de imprensa, *"Der Eiserne Besen"*, no cantão de St. Gall. Absorveu boa parte dos elementos de outra organização criada em 1931, os *"Nationalsozialistische Eidgenossischen"* (*"Confederados nacional-socialistas"*), organizados por Th. Fischer a partir do *"Schweizer Ring"* (*"Anel Suíço"*) de que falamos, e que se consideravam simplesmente como o ramo local do grande movimento nacional-socialista germânico, tomando como camaradas de luta, não apenas o NSDAP alemão, mas todos os nacional-socialistas da Áustria, Sudetos, etc. A partir de novembro de 1932, o chefe da *"N.F."* é Zander, professor de ensino secundário, radical nacional-socialista que afasta ainda mais o grupo de qualquer pacto com as forças do sistema, absorve os restos do partido de Fischer, e consegue a fusão com a *"Neue Front"*, em março de 1933, fusão realizada em duas fases. Na primeira, cria-se o *"Kampfbund Neue und Nationale Front"*, como frente comum; em 13 de maio realiza-se a fusão total, com o nome de *"Nationale Front"* novamente. O grupo, em cujos comícios se ataca o liberalismo, o capitalismo, o judaísmo e a maçonaria, e as ideologias de esquerda, organizou milícias juvenis, com camisas cinzas e braçadeiras vermelhas, cujo grito de guerra era o tradicional dos guerreiros suíços, *"Heraus"*.

Na Suíça francófona, a principal organização fascista foi o *"Ordre Politique Nationale"*, criado em 1931 por Oltramare, a partir de *"Res Helvetica"*, e com *"Le Pilori"* por porta-voz. No ano seguinte, após absorver um pequeno grupo de ideologia que poderíamos definir de *"Poujadista" "avant la lettre"*, a *"Union de Defensa Économique"* deu lugar à *"Union Nationale"*, a qual adotou toda a *"liturgia"* típica dos

movimentos fascistas: camisa de uniforme, neste caso cinza, saludo braço em alto, estrutura paramilitar, *"culto ao chefe"*, etc. A *"Union Nationale"* chegou a contar com 12 deputados no parlamento cantonal de Genebra em seu momento de máxima expansão, e em aliança com outras forças políticas não marxistas, criou no cantão genebrino a *"Entente Nationale"*, logrando expulsar da municipalidade de Genebra o prefeito socialcomunista.

O *"Nationale Front"* e a *"Union Nationale"* eram os dois grupos mais representativos, mas não os únicos. Em 1933, época de máxima expansão do fenômeno "frentista", os periódicos suíços registravam a existência do *"Frente Confederado"*, surgido como protesto contra a lei Schultess, que consideravam implantar um socialismo de Estado; do grupo *"Neue Schweiz"* (*"Nova Suíça"*); dos já citados *"Ordre et Tradition"* e *"Guarda Patriótica Suíça"* (*"Schweizer Heimatwehr"*); da *"Union Popular"*, criada pelo famoso Sonderegger, após uma época de militância no *"Nationale Front"* que abandonou por não considerá-lo suficientemente antissemita; do *"Frente Popular"*, e da *"Federação Fascista Suíça"* criada por um ex-militante do grupo de Oltramare, o coronel Fonjallaz; finalmente, no cantão italiano do Ticino, atuava uma *"Lega Nazionale"*.

A maior parte desses grupos tinha uma implantação apenas regional, e em muitos deles os limites entre a extrema direita e o fascismo aparecem muito desfocados. Grupos como o de Fonjallaz, apesar de seu nome, eram mais forças de *"direita nacional"*, que fascistas, enquanto que o *"Nationale Front"*, com um nome muito mais *"modesto"*, inspirava-se diretamente no nacional-socialismo.

Globalmente considerados, os movimentos *"frentistas"* distinguiram-se por ser especificamente grupos da classe média (Noite conta que em vez de gritar *"Desperta Suíça!"*, gritavam *"Desperta classe média!"*), e por seus tons relativamente moderados, assim como pela ausência de todo imperialismo. Segundo Rallo, todas as características, que conformam o que ele denomina com uma expressão surpreendente, *"fascismo democrático"*, giro mediante o qual pretende expressar sua defesa das autonomias cantonais, e sua oposição ao estatismo, fazem que *"possa hoje*

ser considerado como fascismo, em virtude de sua fidelidade às tradições nacionais", de tolerância, autonomia etc. Noite, como já se disse, prefere catalogar esses grupos como semifascistas, ou pseudofascistas.

O fenômeno *"frentista"* foi efêmero. *"Em 1933 foi o grande acontecimento da Suíça"*, conta Nolte, mas sua importância decresceu rapidamente. Neste ano, o *"Nationale Front"* conseguiu um 30% dos votos no cantão de Schaffhausen, partindo de nada. Mas isto não voltou a repetir-se. Em 1934 já se detectavam sinais de cansaço na militância, e em 1936, da dúzia de organizações *"frentistas"*, haviam desaparecido várias, sem pena nem glória. A *"Union Nationale"*, de Oltramare, seguiu desempenhando um papel relativamente importante até 1937, mas, desde então, foi muito perseguida por medidas repressivas, que proibiram em uns cantões o uso da camisa cinza, em outros as manifestações, além de uma série de julgamentos e detenções. Em 1937, Oltramare e um dirigente do *"Nationale Front"*, Henne, formaram uma aliança, atuando a *"U.N."*, e o *"N.F."* coordenadamente; a primeira, só nas regiões francófonas, e a segunda, nas alemãs; a *"Lega Nazionale"* do Ticino aderiu.

"Mais soberanos que em qualquer outra parte, os partidos do 'sistema' (católicos, liberais, socialdemocratas) demonstraram na Suíça uma firmeza e uma solidez que em outros lugares pareciam perder, frente à onda de movimentos fascistas, que na realidade se prejudicavam mutuamente com a luta entre si", escreve Nolte. A esta coordenada ação antifascista de todas as forças políticas, somou-se uma ação repressiva, inclusive, terrorista. Em 1936 foi assassinado Wilhelm Gustloff, "*Landesgruppenführer"* do NSDAP na Suíça, cujo trabalho entre a população da colônia alemã havia sido intensíssimo, e que se estendera também à mesma população suíça de língua alemã. O assassino foi um judeu, e a única medida que tomou o governo foi: "*A proibição do N.S.D.A.P.!"* Em 1938, o "*N.F."* foi proibido e dissolvido, reorganizando-se como *"Nationale Bewegung der Schweiz"*. Esta radicalização da situação política originou a criação de pequenos grupos de ativistas nacional-socialistas que reivindicavam explicitamente a anexação ao Reich, como o *"Bund Schweizer Nationalsozialisten"*, enquanto que a

"Nationalsozialistische Bewegung der Schweiz" seria o principal centro de recrutamento para a SS, entre os suíços alemães.

Todos os grupos fascistizantes ou fascistas foram proibidos em 1940, devendo passar a trabalhar na clandestinidade, ou reorganizar-se com uma aparência mais *"democrática"*. Alguns dos dirigentes preferiram passar a colaborar com o Eixo, atravessando as fronteiras; Georges Oltramare pôs seu talento jornalístico a serviço de *"Radio Paris"*, quando a capital francesa foi ocupada pelos alemães, colaborando ativamente com os grupos fascistas franceses. Franz Burri, líder da *"N.S. Bewegung der Schweiz"* fez um chamamento a seus compatriotas para que lutassem junto à Alemanha contra o comunismo, alistando-se voluntários; várias centenas de jovens seguiram seus conselhos. O surpreendente, dada a escassa transcendência do fascismo suíço, foi a dureza da repressão. Não se admitiu aos políticos, soldados ou militantes fascistas, ou do Eixo, que quiseram refugiar-se na Suíça após 1945 (tinha-se admitido a todos os antifascistas que o haviam solicitado), expulsou-se a todos os membros da colônia alemã que haviam mostrado simpatizar com o Reich, condenou-se a três anos de prisão a Oltramare, a outros tantos a Fonjallaz, a 12 anos ao líder da *"Nationale Bewegung der Schweiz"* (que havia sido uma organização reconhecida legalmente), e a 20 anos a Burri. Em cambio, o assassino de Gustloff foi anistiado no mesmo ano de 1945.

O fascismo suíço em 1931-33 foi incapaz de destruir o sistema liberal suíço, fracassando assim como o havia feito a onda comunista de 1918-20. Sua existência, no entanto, ainda que não tenha sido decisiva, mostra até que ponto a Europa do entreguerras pode ser definida com razão como a *"época do fascismo"*.

CAPÍTULO V

OS FASCISMOS DA EUROPA OCIDENTAL

No amplo conjunto de países que incluímos na área da Europa Ocidental, há notáveis disparidades entre os diversos movimentos. Mas há uma série de características que unificam por cima de todas as diferenças.

Em primeiro lugar, e ao contrário dos fascismos da Europa Oriental, os movimentos fascistas foram minoritários, e nenhum chegou a estar tão perto do poder como os fascismos da Europa Oriental. Sua relação com as forças da extrema direita clássica são também distintas: os limites são mais imprecisos, e não existe um enfrentamento tão radical.

Em segundo lugar, a influência principal é a maurrasiano-mussoliniana, e isto é assim mesmo nos movimentos que se denominaram explicitamente nacional-socialistas, que se desenvolveram em países germânicos (Holanda e Flandres). O antissemitismo teve uma importância secundária e apareceu, não como elemento fundamental, mas por acréscimo.

HOLANDA

"Pode parecer surpreendente que nações tão apetecíveis, e tão afastadas de todo aventureirismo político como os Países Baixos, ou a Bélgica conhecessem movimentos fascistas infinitamente mais potentes que nações com uma vida política muito mais animada, como a França", escreve F. Duprat. Não é este o único fato surpreendente no fascismo holandês, pois, como sublinha Ernest Nolte, o fascismo holandês, *"não cresceu no terreno favorável de uma forte 'oposição nacional', mas encontrou desde o primeiro momento a decidida oposição dos partidos direitistas. O exemplo do N.S.B. (o principal grupo fascista holandês, N.d.A.) prova que as consequências da primeira guerra mundial, e a crise econômica não eram condições essenciais para a existência dos*

movimentos fascistas, mas só os fatores favoráveis para seu desenvolvimento". Na Holanda, nem a crise foi forte, nem existiu um sério *"perigo vermelho"* apesar do qual, o fascismo se desenvolveu, e chegou a parecer uma ameaça para o sistema democrático.

Ao estudar o fascismo holandês, os autores costumam limitar-se ao *"Movimento Nacional-Socialista"* (NSB) de Mussert; existe, no entanto, uma ampla lista de grupos de inspiração fascista, alguns deles fundados já no ano de 1923. Nesse ano, havia nascido a *"Associação para uma Política Conservadora"*, grupo de intelectuais inspirados no fascismo italiano, muito reduzido e, que como seu próprio nome indica, tinha uma interpretação reacionária do fascismo. Pelas mesmas datas, fundou-se a *"Liga dos Atualistas"*, dirigida por Haighton, cujo programa estava calcado do programa do PNF. O ano seguinte, formaram-se a *"Liga Patriótica"*, e a *"União Nacional"*, grupo este que seria a principal formação *"fascista de direita"*, segundo Duprat, na qual já se manifestou a tensão e a oposição entre os *"fascistas de direita"*, e os *"fascistas populistas"*.

O ano de 1927, Haighton voltou a passar ao primeiro plano graças à edição do semanário *"De Bezem"* (*"A vassoura"*), que se subtitulava como *"Fascistisch Weekblad voor Nederland"* (*"Semanário fascista para a Holanda"*). O título do jornal estava substituído por uma vassoura; curiosamente, um tema propagandístico similar seria utilizado pelas revistas belgas. Em torno de *"De Bezem"* agruparam-se bastantes militantes significativos, e assim, Sinclair de Rochemont foi seu redator-chefe, e Van Rappard criou, para assegurar sua difusão, a primeira *"Milícia"* fascista holandesa: *"Fascisten Bond De Bezem"*. Em 1928 surgiu a *"Liga Nacionalista"* de Van der MIlje a partir da qual, sempre segundo Duprat, se pode falar de uma superação do *"fascismo de direita"*, e que contava já com milícias uniformizadas.

Mas será o ano de 1931 o que marque a aparição de grupos realmente significativos. Anton Mussert, procedente de um grupo nacionalista-conservador-dinástico, e Van Geelkerken, nacionalista flamengo exilado na Holanda desde o fim da primeira guerra mundial, lançaram o *"National-*

Socialistische Beweging” (NSB), do qual nos ocuparemos em profundidade mais adiante. Surgiu, também, o *“National Socialistische Nederlandsche Arbeiders Partij”* (*“Partido Operário Nacional-Socialista Holandês”*, ou NSNAP) dirigido inicialmente por A. Smit, e na órbita de Haighton. O partido estava destinado a ter uma vida muito agitada, e diversas cisões. Constituiu-se imitando todos os rasgos do homônimo alemão, mas sem uma compreensão real da ideologia nacional-socialista alemã. Neste mesmo ano, por outra parte, a “*Liga Nacionalista”* de Van der Milje se desfez, dando lugar à aparição de três pequenos grupos.

As influências do movimento *“solidarista”* flamengo, que pregava a solidariedade de classes, por uma parte, e a solidariedade dos países neerlandeses (Holanda e Flandres) por outra, plasmou-se na criação, por Sinclair de Rochemont, em 1932, da *“Liga Nacional-Solidarista”*. As correntes *“fascistas de direita”*, ou melhor dito *“fascistizantes”* agruparam-se, neste ano, na *“Liga para a Salvação Nacional”*, organização que conseguiria, no curso do ano seguinte, introduzir um deputado *“fascistizante”* no parlamento. Absorveu boa parte dos restos da *“União Nacional”*, mas dissolveu-se ela mesma em 1935. Segundo Duprat, *“o fracasso do ‘fascismo de direita’ na Holanda origina-se pela incapacidade de escolher entre um nacional conservadorismo mais duro que o dos partidos de direita, e o fascismo, ideologia que desejavam os militantes, em geral, mas que rejeitavam os dirigentes”*. As correntes *“fascistas de esquerda”*, por sua parte, agruparam-se na *“Liga Geral de Fascistas Holandeses”* (criada também no curso do ano 32), dirigida por Baars, que pedia a instauração de um *“nederlandsche volksfascisme”* (fascismo popular holandês), contava com umas milícias (*“Fascisten Sturmafdeling”*), e uma publicação: *“De Fascist”*. Seus seguidores eram em boa medida estudantes. Durante algum tempo colaborou com Haighton, e em 1933 apresentou-se às eleições junto a outros grupos fascistizantes ou fascistas numa aliança chamada *“Corporatieve Concentratie”*, que só obteve um 0,5%. A *“Liga Geral”* de Baars dissolver-se-ia em 1934. Mas a bandeira do *“fascismo de esquerda”* continuaria em pé graças à *“Frente Negra”* (*“Zwart Front”*), criada por Arnold Meijer. Criticou ferozmente a Baars por sua aliança com a

“reacionária” “União Nacional”, e captou a maior parte de seus seguidores quando o grupo deste se dissolveu. Usava camisa negra, seus homens autointitulavam-se *“milicianos negros”*, e usou por emblema o *“fascio littorio”*. Foi um dos grupos participantes no Congresso de Montreux. Seu eco popular foi bastante escasso. Nas eleições legislativas de 1937 conseguiria chegar até 2% dos votos nas regiões católicas do sul do país, mas sobre o conjunto do território nacional, não representou mais que 0,2%.

No que respeita ao NSNAP, após a inicial *“entente”* entre Smit e Haighton, havia-se produzido uma cisão; o NSNAP-Smit subsistiria até 1934, enquanto que o NSNAP de Haighton manter-se-ia até 1935. Em 1933, além disso, criou-se, por parte de um tal Van Waterland, um denominado *“Partido Nacional-Socialista”* (NSP) aliado temporariamente a Baars, e que desapareceu rapidamente. Van Rappard, ex-colaborador de Haighton, e um dos fundadores do NSNAP, decidiu seguir adiante com o grupo, mas não conseguiu uma implantação popular digna de tal nome, como o demonstra o fato de que nas eleições gerais de 1937 só obtivesse 998 votos; tampouco soube Van Rappard fazer valer sua autoridade, e após estas eleições surgiu uma nova cisão, capitaneada por Kruyt, e que fez aparecer o NSNAP-Kruyt, oposto ao NSNAP-Rappard. Ambos os grupúsculos seriam proibidos pouco depois de começar a guerra, para reaparecer com a ocupação alemã.

A falta de um líder carismático importante, e as reduzidas dimensões, costumam produzir, em qualquer movimento revolucionário, uma constante aparição e desaparição de grupúsculos. A maior parte dos grupos até o momento citados não ultrapassou este nível. Só o NSB pôde romper este círculo vicioso e implantar-se seriamente no país, conformando um dos mais potentes movimentos fascistas da Europa Ocidental. Pese à denominação de *“nacional-socialista”* não deve pensar-se num grupo muito radical; segundo Michelle Rallo: *“Não obstante o nome, e as concessões exteriores ao hitlerismo, o NSB era um movimento nacionalista e monárquico, que se não era conservador era substancialmente moderado, e estava na realidade mais perto do fascismo*

italiano que do nacional-socialismo alemão; a denominação 'nacional-socialista' havia sido escolhida, verossimilmente, pelas origens germânicas do povo holandês". Francis Bertin remacha esta ideia ao escrever: *"As ideias de primazia racial, de valor do sangue, de 'lebensraum' não figuravam em absoluto na ideologia do NSB, o que será mais tarde reprochado a Mussert pelos dirigentes do Reich. Em seus princípios, o NSB declarava-se firmemente vinculado ao nacionalismo holandês, aos valores cristãos, ao solidarismo entre classes, e à regeneração moral, ideias que se assemelham ao 'Rex' valão, e ao 'Verdinaso' flamengo"*. Há que constatar que, no caso do NSNAP, ocorria algo parecido, segundo Duprat: *"Van Rappard, que havia sido estudante em Viena, e havia seguido as aulas de Spann, teórico do 'Standenstaat' professava um nacional-socialismo bastante afastado do modelo alemão, do qual se limitava a copiar a aparência exterior"*. O fascismo holandês, como vemos, foi, em geral, bastante moderado, coisa lógica num país sem grandes tensões internas, e pese ao uso de suásticas (como foi o caso das diversas ramas do NSNAP) e da denominação *"Nacional-Socialista"*, permaneceu basicamente inspirando-se na Itália.

O próprio Mussert provinha, como já se disse, dos meios nacionalistas conservadores; o NSB pôde ser catalogado durante bastante tempo entre os grupos *"fascistas de direita"*, o qual lhe valeu duras críticas por parte da *"Frente Negra"*. Mas ao contrário dos demais líderes fascistas holandeses, Mussert, homem basicamente honesto e trabalhador, não se preocupou tanto das pequenas conspirações, das alianças entre grupúsculos, e de andar roubando aqui e ali punhados de militantes a grupos afins, como de organizar e lançar seu próprio movimento, o qual, a partir de 1933, começou a destacar-se nitidamente dentro do campo fascista holandês, e de ser uma força política com peso próprio. Segundo Littlejohn, *"embora o NSB inspirasse-se claramente no modelo alemão, o povo holandês impressionou-se pelo patriotismo que desdobrava. Ao contrário do NSNAP, evitou usar a suástica como emblema"*. Esta adequada política permitiu-lhe explorar a situação favorável que, por diversos motivos, criou-se em 1933. O auge do fascismo em toda a Europa, e especialmente a conquista do poder por Hitler em janeiro, por uma parte; as

consequências da crise econômica, por outra; e finalmente, os sucessos do motim do navio de guerra *"Zeven Provincien"* são as causas que assinala Nolte, para explicar o *"salto adiante"* do NSB. A respeito do motim, diz este autor que produziu na opinião pública do país *"um espanto análogo ao que na Alemanha havia provocado a República dos conselhos, e na Itália a ocupação das fábricas"*.

Dos 1.000 militantes com que contava a fins de 1932, o NSB passou a 20.000 a fins de 1933. Entre as causas do sucesso há que citar também o ativismo desdobrado pelo partido, que desde 1932 havia criado umas milícias, *"Weer Afdelingen"* (ou WA) que haviam introduzido à política holandesa um *"estilo militar"* que antes lhe era totalmente alheio. As concentrações de WA, acompanhadas pela música do *"Horst Wessel Lied"* com letra holandesa (era o hino oficial: *"WA Marschlied"*) impressionaram fortemente a juventude holandesa, que recebia através do jornal *"Volk en Vaterland"* a *"interpretação fascista"* de um mundo tremendamente influenciado então pelo auge dos movimentos fascistas. As medidas repressivas do Estado liberal não se fizeram tardar. Em março do ano 34 proibiu-se aos funcionários civis e militares do Estado, aderirem ao NSB (o que custou seu emprego a Mussert, engenheiro civil e a Van Geelkerken), e em setembro proibiu-se o uso de uniformes paramilitares, o que supôs uma séria molestia para as milícias *"W.A."*. A razão de todas estas medidas estava no constante auge do NSB, que em janeiro desse ano criou sua própria organização sindical, e em junho sua frente estudantil. As posições do NSB radicalizaram-se, como consequência da repressão, e a nova revista ideológica do movimento, *"Niew Nederland"*, dirigida por Van Genechten aumentou seus ataques ao *"sistema"*. Alguns políticos destacados, como Hylkema, ex-ministro do governo do Partido Antirrevolucionário, incorporaram-se ao NSB. O citado Hylkema, havia escrito, em 1934, um livro doutrinal: *"Het Nederlandsche Fascisme"*.

Uns 50.000 afiliados tinha o movimento de Mussert em 1935, uma quantidade espetacular para a aprazível Holanda, onde predominava o típico *"partido de notáveis"*, e os socialdemocratas contavam com só 100.000 afiliados. Nas eleições municipais de 1935, o sucesso do NSB foi

clamoroso: um 8% dos votos, nas primeiras eleições às quais se apresentava o movimento. Um gigantesco comício chegou a concentrar 36.000 militantes NSB, e ao mesmo tempo Mussert conseguiu implantar fortemente o partido no Império holandês, sobretudo nas Índias Neerlandesas. Novas medidas repressivas foram arbitradas pelo governo, que proibiu ao NSB o uso da bandeira nacional, e dissolveu as milícias *"WA"*. O ascenso do NSB ficou, apesar de tudo, demonstrado, já que desde 1936 pôde lançar um diário próprio: *"Nationale Dagblad"*.

A partir de 1936, o movimento começa a perder importância, sendo, não obstante, o mais forte dos partidos minoritários, após os três partidos confessionais, e os socialdemocratas. Quais são as causas deste *"freada"* na ascensão que até então vinha registrando o NSB? Duprat cita quatro causas básicas: a aparição de elementos antissemitas e racistas, introduzidos por Van Tonningen, um dos novos ideólogos do partido; o afastamento dos membros e simpatizantes conservadores que até então o haviam apoiado; a formação de um frente comum dos partidos *"do Sistema"*; e o início de contatos com Hitler, por parte de Mussert.

Desde 1919, o país foi governado pelos partidos confessionais: o Partido Católico Romano, o Partido Calvinista Antirrevolucionário, e a União Cristã Histórica, apoiando-se em pequenas forças liberais, e em oposição aos socialdemocratas, principal partido da oposição. Alarmados pela experiência alemã, todos estes partidos formaram um bloco que Mussert não acertou a romper. Nolte escreve, a propósito do NSB que *"seus êxitos sem dúvida teriam sido maiores se houvesse logrado imiscuir-se no conflito entre os grandes partidos, e aguçá-lo. Mas não pôde aplicar esta receita que havia contribuído ao êxito do fascismo italiano, e do NSDAP alemão. Precavidos pelos acontecimentos da Alemanha, os partidos 'do Sistema' uniram-se para defender-se e foi precisamente o chefe do Partido Antirrevolucionário, fortemente direitista, o Doutor Colijn, quem, como primeiro ministro, fez-se o campeão desta aliança"*. Outro elemento *"do Sistema"*, as Igrejas cristãs, também aportaram sua ajuda para evitar o *"perigo fascista"*. *"Num país"* – escreve Bertin – *"onde os condicionamentos religiosos eram tão fortes que faziam*

que o poder fosse ocupado pelos diversos partidos confessionais, esta série de condenações das Igrejas cristãs afetou seriamente ao NSB". A Igreja Calvinista condenou a ideologia do NSB como *"incompatível com a fé cristã"*, enquanto que a Igreja católica condenava em termos precisos ao Movimento, e anunciava que não se dariam os sacramentos àqueles católicos que militassem no NSB. Os bispos das distintas confissões dirigiram múltiplas cartas pastorais a seus fiéis com o tema dos perigos que supunha o NSB para a civilização cristã. A ação conjunta das igrejas e dos partidos confessionais diminuiu notavelmente a influência do NSB. *"Colijn, além disso"* escreve Rallo *"constituiu um 'governo forte' que oferecia sólidas garantias antissocialistas, e que desta forma tirava votos ao NSB"*.

Ao introduzir o partido os temas antissemitas e racistas em sua propaganda, perdeu a simpatia dos elementos moderados, e os contatos pessoais entre Hitler e Mussert em 1936, dito seja de passagem, não chegaram a nenhum resultado concreto, unidos ao elemento anterior, fizeram perder ao NSB seu aspecto *"patriótico"* para dar uma aparência de movimento *"estrangeiro"*, *"alemão"*. O NSB, como quase todos os movimentos fascistas da Europa Ocidental, viu-se muito prejudicado pela *"política expansionista"* das potências fascistas, já que começaram a ser assinalados como *"aliados objetivos"* deste expansionismo, como *"quinta coluna"*, e como *"pseudopatriotas"*.

Este conjunto de elementos atuou muito sensivelmente sobre os resultados eleitorais obtidos pelo NSB nas eleições gerais de 1937 (só um 4,2% com quatro assentos na câmara baixa, e outros tantos na câmara alta). Resultados que, por acréscimo, desmoralizaram aos militantes e simpatizantes, de tal forma que em 1939 nas eleições municipais, celebradas em pleno ambiente de *"antifascismo"* e de pré-guerra, só se obteve o 3,9%. O NSB havia perdido quase 65.000 afiliados, reduzindo-se nessas datas a menos dos 30.000.

Uma boa mostra da importância que teve, para a perda de votos do NSB, a psicose *"quinta-colunista"*, foi que nos escassos dias que durou a campanha alemã na Holanda, a polícia deteve como *"sabotadores"* uns

10.000 militantes NSB, e muitos deles foram assassinados; Mussert pôde salvar-se graças a que se escondeu no campo; fatos análogos ocorreram na Flandres e na Valônia, como veremos no capítulo correspondente. A historiografia militar pôde evidenciar, no entanto, que não se produziram ações de sabotagem ou *"quinta-colunistas"* a cargo de nenhum membro do NSB que, ao contrário, cumpriram fielmente com suas obrigações militares. Tudo se deveu à incansável propaganda que vinha apresentando aos homens do NSB como traidores, propaganda tremendamente eficaz se se aplica sobre um partido cujo principal argumento ideológico é precisamente o nacionalismo e o patriotismo.

Somente a ocupação militar alemã supôs a *"crise"* do sistema liberal que o NSB necessitava para fazer-se com o poder. Ao fugirem as autoridades para a Inglaterra, ficou no país um *"vácuo de poder"*, que o NSB tentaria ocupar. Só o conseguiu parcial e relativamente, e isto é devido a várias causas. Os alemães não se mostravam partidários de conferir o papel predominante a um só partido, máxime se este, como era o caso do NSB, não ocultava seu profundo nacionalismo. Os alemães jogaram, pois, com vários elementos. Por uma parte apoiaram, durante algum tempo, os intentos de destacados políticos do antigo regime, *"entre eles o mesmo Dr. Colijn"* de criar um grande partido nacional e *"colaboracionista"*; e foi a *"Nederlandse Unie"*, ou *"União Holandesa"*, que estava chamada a desempenhar um papel análogo ao dos homens de Vichy na França. Praticamente todos os partidos políticos que seguiam existindo sob a Ocupação, nos primeiros meses, apoiaram à *"União Holandesa"* tentando criar uma força política que evitasse que os fascistas aproveitassem o *"vácuo de poder"* para fazer-se com ele. Também contou com o apoio do *"Colegiado de Secretários Gerais"*, espécie de governo autônomo formado por holandeses, apartidário em seus começos, que administrava o país sob a supervisão alemã. Em março de 1941, a *"União Holandesa"* chegou a contar com o milhão de afiliados, mas os alemães *"começaram a desconfiar desta força política, e a dissolveram em dezembro, pois puderam comprovar que não só se tratava de uma força 'fascista', mas que propriamente era o contrário, e que estava em*

condições de atuar como movimento de 'Resistência', mais que de 'Colaboração'".

Por outra parte, as autoridades alemãs tentaram enfrentar o NSB com partidos fascistas menores para – *"divide e vencerás"* – poder impor seus pontos de vista ao NSB. Apoiou-se à *"ala racista"* do NSB, conseguindo Van Tonningen ser nomeado *"Chefe suplente"* do partido, e criando, outro destacado dirigente radical, Feldmeijer, a rama holandesa da SS. Consequentemente com sua ideologia racista, estes homens não ocultavam seu desejo de incorporar à germânica Holanda ao *"Grande Reich Germânico"*. Mussert, em cambio, sempre defendeu a autonomia holandesa, sendo partidário de uma Europa que devia constituir-se a partir de três grandes federações: a germânica, com Alemanha, o Reino Unido, Escandinávia e Holanda e Flandres; a latina, com Espanha, Portugal, França e Itália; e a balcânica.

Os partidos fascistas menores tiveram um breve renascimento durante os primeiros meses da ocupação. A *"Frente Negra"* transformou-se em *"Frente Nacional"* e afastou-se de sua inspiração fascista italiana, sem aproximar-se por isso ao modelo alemão. Apoiou, como tal grupo, à *"Nederlandse Unie"* e opôs-se virulentamente ao NSB. Opôr-se-ia, mais tarde, à participação de voluntários holandeses para a *"Campanha contra o bolchevismo"*. Seus membros abandonaram o grupo em massa, e finalmente foi proibido pelas autoridades alemãs de ocupação, passando Meijer, com seu reduzido grupo de seguidores, a lutar na Resistência, enquanto que a maior parte de seus ex-seguidores foram-se integrando no grupo de Mussert. Outros grupos menores, como os *"nacional-solidaristas"*, e o *"Movimento Toelstra"* formado em 1941, por antigos esquerdistas, impressionados e atraídos pelo fascismo, passaram também ao NSB. Quanto às duas ramas do NSNAP, que haviam sido proibidas em 1940, e se reconstituíram assim que os alemães ocuparam o país, os seguidores de Kruyt colocaram-se, voluntariamente, junto ao NSB, enquanto que no caso de Van Rappard teve que mediar a dissolução oficial do partido, decretada pelos alemães, para que seus membros acabassem integrando-se no NSB. Em dezembro de 1941, após uma entrevista entre

Mussert e Hitler, o NSB foi reconhecido como o único partido político permitido na Holanda. Seus militantes tomaram os postos do *"Colegiado de Secretários Gerais"*.

Desde o início da ocupação alemã, o NSB havia aumentado sem cessar o número de afiliados. Na primavera de 1941 já contava com 80.000, apesar de que então ainda existia a *"Nederlandse Unie"*, apoiada de forma ostensiva pelas autoridades militares de ocupação, partidárias de uma ocupação militar de tipo clássico, sem *"aventuras revolucionárias"*. As *"W.A."*, reconstruídas, manifestavam-se constantemente pelas ruas holandesas, enquanto que o NSB multiplicava suas organizações especializadas. Prestou um firme apoio ao recrutamento de holandeses para as Waffen SS, primeiro para o regimento *"Westland"*, depois para a *"Legião Holandesa"*, e também para a formação de milícias de segurança que atuassem sobre o solo holandês: *"Landwacht"*, e *"Landstorm"*. Em dezembro de 1942 os alemães reconheceram a Mussert como *"Leider van het nederlandse Volk"* (*"Chefe do povo holandês"*); a presença das autoridades alemãs de ocupação, e sobretudo de um *"Reichskommissar"*, impediram que este título tivesse um conteúdo e um poder real, sendo pouco mais que um título honorífico.

A evolução da guerra não afetou ao conflito, que subsistiu sempre, entre a *"ala racista germânica"* de Tonningen e Feldmeijer, e a *"ala fascista holandesa"* de Mussert. Esta citada evolução militar ao que sim afetou foi ao número de voluntários holandeses que serviram nas tropas alemãs, que chegaria a ser de mais de 50.000 homens, servindo nas Waffen SS (*"Divisão Nordland"*), no NSKK, no Exército de Terra, a Marinha, a Aviação, o Serviço de Trabalho, a Organização Todt... inclusive nos ferrovias militares alemães. Quando em 1944 os aliados ocidentais desembarcados na Normandia alcançaram a Holanda, foi organizada, com base no citado *"Landstorm"*, uma nova divisão SS, que terá a particularidade de ser uma das poucas divisões de voluntários europeus das SS que não lutará contra os soviéticos, mas sim contra os aliados ocidentais, em seu solo natal.

A história do fascismo holandês acabou em 1945 com uma gigantesca fase de *"depuração"*. *"É possível"* – diz Littlejohn – *"que a grande magnitude do problema impulsionasse às autoridades à clemência. Sensatamente o governo compreendeu os perigos que se derivavam de ter uma boa parte da população do país excluída permanentemente da comunidade nacional"*. Se este parágrafo nos dá uma ideia aproximada da magnitude do problema, não entra, no entanto, a descrevê-lo, coisa que faz Duprat: *"A repressão legal foi particularmente dura; o simples fato de haver assinado a correspondência com o saludo do NSB 'Hou Zee' podia custar uma inculpação (...). A depuração foi massiva. Houve de 120 a 150.000 detenções na Holanda em maio de 1945, das quais em outubro do mesmo ano ficavam encarcerados 72.321 homens e 23.723 mulheres"*. Mussert e outros destacados dirigentes foram assassinados (introduziu-se especialmente a pena de morte, suprimida na Holanda em 1873), 127.000 holandeses perderam os direitos políticos, 60.000 foram privados de sua nacionalidade holandesa, o qual acarretava a confiscação de bens, e 35.000 sofreram condenações de prisão. A Holanda, que aportou às forças armadas alemãs o principal contingente de voluntários de toda a Europa Ocidental, e que foi uma das nações que mais *"colaboração"* prestaram à *"Nova Ordem"* purgou, com tão ampla repressão, o não haver apoiado mais à *"Resistência"*.

O fascismo holandês foi um dos principais da Europa Ocidental, apesar de que as condições do país, e suas tradições se prestavam muito pouco a isso. É um bom exemplo também da peculiar situação em que se encontraram os movimentos fascistas ao produzir-se a invasão alemã, pois as autoridades militares não estavam dispostas a entregar-lhes o poder do país ocupado, de um lado, e o próprio movimento fascista debatia-se entre seu nacionalismo de *"oposição ao ocupante"* e sua solidariedade ideológica *"apoio ao camarada"*. O caso holandês demonstrou que os alemães não tratavam tanto de expandir a ideologia nacional-socialista como de assegurar a primazia alemã, pelo qual, só apoiaram com reservas e vacilações ao NSB.

BÉLGICA

Embora haja vários países na Europa Ocidental com identidades culturais distintas, foi na Bélgica que a questão se tornou tão importante a ponto de impedir o surgimento de um *"fascismo belga"*; em vez disso, desenvolver-se-iam um *"fascismo flamengo"*, nas zonas de língua neerlandesa, e um *"fascismo valão"* nas regiões francófonas. Em ambos os casos, os movimentos fascistas terão um desenvolvimento e uma importância política dignos de nota.

O fascismo desenvolver-se-á na Flandres a partir da corrente nacionalista preexistente, a qual já vinha sendo muito sensível, desde muito tempo, às influências que chegavam da Alemanha. Os flamengos, povo de tronco germânico, preferiam formar-se na cultura alemã, para sublinhar ainda mais seu desejo de ruptura com os valores, de cultura francesa, dos valões. Na Valônia os movimentos fascistas e fascistizantes terão origem nas influências do pensamento maurrasiano, e desenvolver-se-ão em ambientes católicos e *"belgicistas"* (contrários ao separatismo flamengo, e partidários da *"Grande Bélgica"*). Enquanto que na Flandres o fascismo formou-se a partir da adaptação ao modelo fascista da ideologia nacionalista anterior, na Valônia surgiria um fascismo original e próprio: o movimento *"rexista"* de Léon Degrelle.

De forma distinta, os dois fascismos belgas terão sua origem na Primeira Guerra Mundial. Na Flandres, durante a guerra, o movimento nacionalista havia adotado duas posturas diversas. Na parte da Flandres ocupada pelos alemães, elementos *"colaboracionistas"* haviam criado um governo autônomo. Em caso de vitória alemã, este governo teria proclamado a independência do país. Uns flamengos permaneceram fiéis à Bélgica, se bem que, aproveitando a circunstância propícia da guerra, plantearam ao poder central uma série de reivindicações; este movimento, que se desenvolveu entre os soldados flamencos da frente, denominou-se *"Frontbewegung"*, e teve por líderes jovens estudantes que prestavam serviço como oficiais. Acabada a guerra, o movimento *"frentista"* continuará, primeiro como *"Vlaamsche Front"* (*"Frente Flamenco"*), e

depois como *"Frontpartij"* (*"Partido da Frente"*), obtendo uma pequena representação parlamentar, sendo deputados homens que ocupariam um lugar tão destacado no fascismo flamenco como Van Severen e De Clercq.

Na Valônia, o fascismo, ou melhor dito os grupos fascistizantes, surgirão nos ambientes dos ex-combatentes, nacionalistas, anti-separatistas, e também anticomunistas, que, como Mussolini na Itália, consideravam que à Bélgica *"se lhe havia roubado a vitória"*, e que se havia obtido pouco com a assinatura da Paz com a Alemanha. *"Os primeiros grupos uniformados que se orientaram com o exemplo de Mussolini vieram (...) dos círculos de combatentes valões. O que lhes interessava (...) era, sobretudo, uma política de mão dura com respeito à vencida Alemanha, à que a débil política dos 'partidos do Sistema' lhes parecia abrir possibilidades perigosas"*, nos aclara Nolte. Vejamos, com algum detalhe, a estes grupos.

"Action Nationale" foi uma organização criada por Pierre Nothomb, bom jornalista e orador, e exacerbado nacionalista que pedia a anexão de Luxemburgo, e do Limburgo alemão. O mesmo nome do grupo evidencia uma poderosa influência maurrasiana. Mostrou uma patente hostilidade para com o parlamento, e para com o marxismo, e suas simpatias por Maurras, Mussolini, e Corradini. A organização, criada em 1918, contou desde 1925 a 1932 com uma pequena organização juvenil, as *"Jeunesses Nationales"*. Como se pode imaginar as esquerdas belgas chamaram a Nothomb de *"líder fascista"*; na realidade, este político, basicamente conservador, aliou-se ao Partido Católico em várias ocasiões, sendo finalmente senador por este partido em 1936, o qual originou a dissolução de seu movimento.

"La Nation Belge" foi um grupo intelectual, criado igualmente em 1918, que desenvolveu a ideologia nacionalista belga. Muito influente entre a oficialidade, o grupo criticou duramente a democracia parlamentar, e ao contar com um periódico sua ação foi muito influente. A partir de 1934 o periódico *"Nation Belge"* aproximou-se ideologicamente de Degrelle e seu *"rexismo"*, sem chegar, apesar de tudo, a integrar-se plenamente.

A *"Légion Nationale"* viu a luz em 1922, sob a influência direta da *"marcha sobre Roma"*. Animada por grupos de ex-combatentes inimigos da política democrática, e admiradores de Maurras e Mussolini, a *"Legião"* foi o primeiro grupo político belga que contou com milícias uniformadas, com as quais deu a batalha nas ruas aos socialistas. Desde 1927 foi dirigida por Hoornaert, e opôs-se ao movimento *"rexista"* de Degrelle, *"por sua boa disposição perante as eleições"*, segundo Littlejohn. Em efeito, Degrelle sempre preconizou a via eleitoral, ao contrário de Hoornaert, um valoroso ex-combatente, apesar de que adotasse todo o estilo fascista, e de que assistisse ao Congresso Internacional Fascista de Montreux, continuou sendo um nacionalista extremista, monárquico dinástico, e germanófobo radical antes de tudo e por cima de tudo.

Anos mais tarde, criar-se-iam outros dois grupos intelectuais, *"Pour l'Autorité"*, grupo que pedia um poder executivo mais forte, e *"Réaction"*, que difundiu a ideologia corporativista. Menos importância teriam outros grupos, como o *"Faisceau Belge"*, a *"Ligue Nationale Corporative du Travail"*, de Sommerville, ou *"La Défense du Peuple"*, grupo este especificamente antissemita, e que, ao contrário dos anteriores, também se implantou na Flandres, como *"Volksverweering"*.

Todas essas agrupações políticas tentaram copiar elementos do fascismo, num momento em que este gozava de grande prestígio: *"Em cada país"* – escreve Léon Degrelle – *"milhares de europeus voltavam seus olhos para Mussolini, estudavam o fascismo, admiravam sua ordem, sua vistosidade, o impulso de suas importantes realizações políticas e sociais"*. Esta admiração costumava provir dos meios conservadores, já que a esquerda praticou desde o primeiro momento um violento antifascismo, e muitos destes conservadores, ainda admirando o fascismo, revelaram-se como péssimos imitadores; sem compreender os aspectos *"esquerdistas"* do fascismo, limitando-se à adoção do *"cenário"* exterior, tentaram fazer-se passar por fascistas, quando, na realidade *"pareciam-se muito mais a estreitas seitas chauvinistas que aos gigantescos movimentos*

de Mussolini ou Hitler”, como muito justamente diz Marco Tarchi sobre os grupos que acabamos de estudar.

Esta floração de grupos *“belgicistas”* valões tingidos de fascismo atuou muito negativamente sobre a ideia do fascismo que se fizeram os flamengos. *“O periódico principal dos nacionalistas flamengos, ‘De Schelde’ editado em Antuérpia, sentia pelo fascismo uma grande desconfiança. Na Bélgica, vinha a dizer, o fascismo está apoiado pelos militares e a alta burguesia, os elementos anti-flamengos do país, e dos quais é preciso guardar-se”*, segundo conta Jean Stengers. Era inevitável, no entanto, que estes nacionalistas separatistas se aproximassem do fascismo: *“Se estes nacionalistas flamengos se propunham objetivos que não podiam realizar-se dentro do marco do sistema parlamentar”* – argui Nolte – *“deviam tentá-lo por caminhos anti-parlamentares e isto significava na Europa do entreguerras, quase forçosamente, por caminhos fascistas”*.

Este giro dever-se-á, sobretudo, à ação de um homem: Joris Van Severen. Veterano dirigente do *“Frontbewegung”*, e deputado do *“Frontpartij”*, segundo Jos Dierickx, foi Van Severen quem influenciou mais diretamente na vida política flamenga. Muito influenciado por Charles Maurras, Georges Valois, e outros pensadores franceses, *“(...) cria na missão e na necessidade de uma elite nova, tinha uma confiança total nas minorias ativistas”*. Van Severen criou, em 1931, um novo grupo político de nacionalismo flamenco, o *“Verbond van Dietsche Nationaal-Solidaristen”* (*“Liga Nacional-Solidarista Neerlandesa”*), popularmente conhecido como *“Verdinaso”*, ou *“Dinaso”*. O programa do grupo pedia a *“solidariedade nacional”*, por cima das classes, e a formação de um grande país *“Dietsche”*, isto é, flamencoholandês. A data de nascimento do novo movimento já era mais propícia ao nascimento de um autêntico fascismo, já que a Bélgica se hallava imersa numa crise sociopolítica importante, motivada pela patente ineficácia das instituições democráticas, e por seu alto grau de corrupção, pela crise econômica internacional, e pelas tensões que suscitava a *“questão flamenca”*.

O *"Verdinaso"* não nasceu como movimento especificamente fascista, mas muito logo entrou de cheio nessa corrente política. O acentuado elitismo de Van Severen conduziu a uma postura radicalmente antidemocrática: *"a base ideológica do 'Verdinaso'"* – diz Carsten – *"era antidemocrática e autoritária, e atacou ferozmente aos nacionalistas tradicionais flamengos aos quais encaixotou no 'fétido lodo democrático'..."* Segundo Bertin, o *"Verdinaso"* queria ser, mais que um partido político moderno, uma *"ordem monástico-militar"*. Implantou-se solidamente entre os estudantes, na Flandres Ocidental, e o número de seus militantes foi relativamente escasso quantitativamente falando, se bem que de grande qualidade. *"Não se apresentou nunca às eleições parlamentares"* – comenta Littlejohn – *"de maneira que resulta difícil fazer um cálculo sobre o número de seguidores... 'Dinaso' era popular entre os estudantes e os intelectuais, e apaixonadamente antissemita e anticlerical"*. O *"Verdinaso"* sempre foi minoritário, mas influiria grandemente, *"fascistizando"* ao resto do nacionalismo flamenco.

O movimento de Severen transformou-se, segundo Stengers, na *"mais destacada organização fascista belga dos anos trinta"*. Organizou a seus homens totalmente segundo o modelo fascista " – diz Nolte – *"os membros da milícia 'Dinaso' levavam camisas verdes escuras, saudavam com o braço direito levantado, e o grito de 'Heil Dinaso'. Seções juvenis, femininas e sindicais arredondavam a organização"*. A personalidade de Van Severen jogava um papel carismático, análogo ao de Mussolini ou Hitler; era tanto o prestígio que se desprendia de sua figura, que quando decidiu mudar, em 1934, a orientação do partido, passando de pedir uma solução separatista, a lutar pela reunificação dos gloriosos *"Países Baixos"* do século XVI, incluindo nas *"Dezessete Províncias"* tradicionais as de língua francófona (Valônia, e o Luxemburgo), sem marginalizá-las nem menosprezá-las, praticamente não perdeu militantes *"o que demonstra que a atração estava em sua pessoa"*, como diz Stengers. Como consequência desta evolução, o movimento estendeu-se à Holanda, e à Valônia. Influenciou a ideologia do N.S.B. holandês, o qual, dito seja de passagem, criou uma rama flamenga de sua organização, ao igual que Van Severen havia organizado uma seção holandesa da sua. Não deixou

tampouco de ser uma ponte para o *"rexismo"* de origem nitidamente valã, em seus inícios fortemente anti-separatista, mas que logo adotou uma posição mais aberta e compreensiva para com o problema flamenco. Outro traço muito específico do *"Verdinaso"* foi seu antissemitismo, mais moderado que o do nacional-socialismo alemão, mas bastante extremado dadas as circunstâncias belgas. À admiração inicial por Mussolini, sucedeu um idêntico sentimento para com Hitler, ao qual, Van Severen, reconheceu como *"Führer de todos os germânicos"*. O movimento solidarista, não obstante, sempre se baseou mais na influência maurrasiana, e mussoliniana, que na ideologia de Hitler, e não duvidou em criticar alguns aspectos do III Reich. Como consequência de seu ativismo, e de sua *"perigosidade"*, o movimento deveu sofrer várias medidas restritivas; em julho de 1934 uma lei proibia e dissolvia as organizações de milícias, medida esta especificamente dirigida contra o *"Verdinaso"*, e em menor grau contra a *"Légion Nationale"*, as duas únicas organizações belgas que contavam com elas.

Dois anos mais tarde que o *"Verdinaso"* nasceu a *"Liga Nacional Flamenga"* (*"Vlaamsch National Verbond"*, ou VNV). Tratava-se de unir os diversos grupos, e associações nacionalistas flamengas que haviam aparecido após o esgotamento e dissolução do movimento *"Frentista"*, muitas delas de nível puramente local. Segundo alguns autores, do que se tratava era de fazer a competição ao disciplinado e ativo *"Verdinaso"*. Para Bertin, *"o VNV herdou a heterogeneidade do 'Frontpartij'. Staf De Clercq, apesar de seu título de 'Leider' ('Führer') não adotou jamais uma posição decidida, limitando-se a assegurar a unidade do movimento, dividido entre uma ala nacional-socialista, dirigida por Reimond Tollenaere, um jovem advogado que dirigia a propaganda do movimento, e a ala corporativista, dirigida pelo Dr. Hendrik Elias"*. Se inicialmente o grupo não foi explicitamente fascista, ao igual que lhe havia ocorrido ao *"Verdinaso"*, tomou progressiva e rapidamente todos os elementos típicos do fascismo: *"os uniformes, os saudações braço em alto, os gritos combativos"* – assinala Stengers – *"chegaram a fazer-se parte integrante do VNV"*. Mais duvidoso é o caráter fascista de Staf de Clercq, que se bem adotava algumas poses hitlerianas, carecia de dinamismo e do carisma de

Van Severen. O VNV elogiou a Hitler e a seu regime, sendo mais pró-alemão que o *"Verdinaso"*, e a vez menos antissemita, e menos anticlerical. Contou com uma milícia própria (*"Dietsche Militie"*) uniformada com camisas cinzas, e seu jornal *"Volk en Staat"*, substituiu ao antigo porta-voz do nacionalismo flamenco *"De Schelde"*, estando cheio de ataques à democracia, redigidos num *"tom indiscutivelmente fascista"*. Subsistiu, no entanto, no partido um certo número de elementos nacionalistas não fascistas, e inclusive pró-democráticos, de tal forma que em última instância o caráter plenamente fascista do movimento é indiscutível. O VNV obteve importantes resultados eleitorais, ao contrário do *"Verdinaso"*: 16 deputados em 1936; 17 em 1939. Isso supunha que nas províncias de língua neerlandesa contava com um apoio popular que oscilava entre o 13 e o 25% dos votos emitidos.

Em 1935 criar-se-ia outro grupo nacionalista, de inspiração nitidamente nacional-socialista, dirigido por Jef van der Wiele: *"De Vlag"*, *"a bandeira"*, cujo nome resultava das iniciais *"Deutsche-Vlämische Arbeitsgemeinschaft"*, ou *"Comunidade Germânico-Flamenga"*. Figurva como grupo de âmbito cultural, mas tinha um componente político inegável. Como consequência da ideologia racista de seus membros, estes aspiravam à integração do povo germânico flamenco, junto ao holandês, no Reich Germânico que devia encabeçar a Alemanha e constituir Hitler. Sua importância foi marginal até após a ocupação alemã.

Enquanto os movimentos políticos flamengos se fascistizavam em tão ampla medida, na Valônia os grupos fascistizados que analisávamos ao princípio, definhavam por falta de desenvolvimento. A conjuntura nacional, com a crise das instituições democráticas, a crise econômica etc., e a conjuntura internacional, com o auge dos fascismos em toda a Europa, deviam ter ocasionado, em todos estes grupos, de terem sido autenticamente fascistas, um grande desenvolvimento, mas não foi assim. O espaço político que estes grupos não acertavam a ocupar seria preenchido por um movimento de novo tipo, juvenil e ativista, que por um momento fez balançar-se o sistema liberal belga, e que foi sem a menor

dúvida, o fato político mais original da história belga neste século: o *"Rexismo"*.

Léon Degrelle, seu líder e fundador incontestável, vinha de uma família profundamente nacionalista e católica. Criado num colégio de jesuítas, o jovem Degrelle, como toda a juventude católica belga, sofreu a profunda influência do pensamento de Maurras, o *"Marx das direitas"*, como era chamado na época. Durante seus estudos universitários, passou a desempenhar um papel ativo nas Juventudes de Ação Católica belgas, onde se destacou por seu desejo de renovação, sua oratória e seu talento para agitação. Em 1931, o jovem Degrelle assumiu a editora da Ação Católica, a *"Christus Rex"*, mais conhecida simplesmente como *"Rex"*. Foi ali que o jovem dinâmico encontrou a oportunidade de canalizar suas energias. Ele rapidamente aumentou a tiragem dos jornais e panfletos da editora, redigindo-os num estilo mais jovial e agressivo, e abandonando temas estritamente religiosos ou morais em favor de questões políticas, sociais e ideológicas. Criou uma eficiente rede de distribuição, apoiada nos jovens católicos, que percorriam todo o país e recebiam uma comissão por cada exemplar vendido. Como o jornal se chamava *"Rex"*, essas equipes de jovens passaram a ser conhecidas como *"rexistas"*.

Em todos esses jornais foi criada uma ideologia própria, e foi nascendo um difuso movimento *"rexista"*, agrupado em torno da figura de Degrelle e da organização juvenil católica. Leo Moulin, que foi contemporâneo e inimigo do *"rexismo"*, escreve sobre essas origens que *"o rexismo não foi em suas origens um fascismo; era um movimento de jovens católicos, que se situavam na direita do plano político, uma espécie de 'poujadismo' avant la lettre, embora haja elementos que o separam e diferenciam deste movimento"*. A afirmação de Moulin apoia-se na base de que o programa degrelliano era a luta contra *"les pourris"* (os podres) e *"les partis"* (os partidos políticos), a defesa do *"pays réel"* contra o *"país legal"* dos políticos partidários. Como se vê, as ressonâncias maurrasianas estão claríssimas... E ao igual que ocorreu com o próprio Maurras, sua postura política lhe valeu um distanciamento em relação à hierarquia oficial católica e às forças políticas que tradicionalmente representavam os

católicos, fundamentalmente, o importante e poderoso Partido Católico. Este partido, que junto aos liberais e aos socialdemocratas era uma das forças políticas que dominavam o espaço político belga, foi o alvo das mais duras críticas degrellianas, dado seu alto nível de corrupção e a baixeza moral de seus líderes. Expulso de seu posto na Juventude Católica, seguiu mantendo em torno de si numerosos grupos juvenis, e afastando-se progressivamente da Igreja. *"O rexismo não foi sempre um fascismo"* – comenta Jean-Michel Etienne – *"A evolução extremamente rápida deste movimento que, nascido em 1935, morreu praticamente três anos depois, após ter feito tremer, enquanto isso, a democracia belga, permitiu-lhe passar do catolicismo mais intransigente a um fascismo muito ortodoxo"*.

Em maio de 1935, Degrelle lançou seu próprio partido, que levava o nome da editora que ele havia conduzido, arrancando-a da Juventude de Ação Católica: *"Rex"*. No dia 1º de maio, Degrelle realizou, no *"Cirque Royal"* de Bruxelas, seu primeiro grande comício. Desejoso de marcar sua ruptura total com o ambiente católico clássico, meses depois Degrelle deu um *"golpe"* no mais puro estilo *"squadrista"* ou SA. O *"Golpe de Courtrai"* ocorreu em novembro de 1935, quando, durante uma assembleia de organizações católicas, um punhado de *"rexistas"*, com Degrelle à frente, interveio violentamente, atacando duramente o principal dirigente católico, Segers, acusando-o de corrupção econômica. No dia seguinte a tais fatos, Degrelle lançava a *"Frente Popular do Rex"* e, no final do mês, o cardeal Van Roey exigia que os sacerdotes não colaborassem mais com as atividades *"rexistas"*. *"Até 1935"* – diz Bertin – *"subsiste em Degrelle a orientação confessional de seus escritos e suas ações"*. A partir desta data, as motivações de Degrelle são eminentemente políticas, e por esta rota caminha decidida e imperceptivelmente para o fascismo. Os emblemas do Rex eram, por um lado, a palavra *"Rex"* com uma cruz e uma coroa em cima, e por outro, uma vassoura. A vassoura significava a campanha de *"limpeza"* que *"Rex"* se propunha realizar na vida política. *"Degrelle atacou os políticos de todos os partidos com tal violência e desconsideração, por delitos financeiros supostos ou reais, que rapidamente cristalizou em torno de sua pessoa todo o despeito contra o sistema de partidos que se havia acumulado durante várias décadas e que,*

pelos efeitos da crise, naturalmente, havia aumentado", diz Nolte. Mas fora desse afã de *"limpar"* a vida política belga, a ideologia *"rexista"* permaneceu bastante ambígua. Segundo Carsten, o programa *"rexista"* não era particularmente radical; de fato era consideravelmente menos radical que os programas fascistas originais de outros países. *"A Bélgica não era propensa a extremismos de nenhum tipo"*; com isso quer dizer que posturas fortemente antissemitas, ferozmente antimarxistas e furibundamente antidemocráticas não cabiam na Bélgica, embora sim o programa de *"limpeza"* que Degrelle vinha propor. Littlejohn descreve a ideologia de *"Rex"* nestes termos: *"O partido seguia a linha Maurras-Mussolini ao defender um Estado 'corporativista' baseado nas comunidades de: primeiro, a família; em segundo, a ocupação; e em terceiro, a cultura e a nação. O 'Rex' detestava os financistas, os comunistas, os maçons e desprezava a burguesia por sua pusilanimidade e estreiteza de visão"*.

No início de 1936, tanto o Partido Católico quanto as Juventudes de Ação Católica deixaram bem claro publicamente que a ruptura com o *"Rex"* era total e que seus membros não deviam colaborar com o movimento de Degrelle. Um apelo que teve pouco efeito, já que a juventude católica continuava fiel ao seu líder, que conseguiu lançar seu próprio jornal: *"Le Pays Réel"*. Em maio aconteceu um dos episódios mais marcantes — talvez o mais marcante — da história contemporânea belga: a *"Frente Popular do Rex"*, que meses antes não existia, conseguiu nas eleições legislativas vinte e uma cadeiras na câmara baixa e oito na câmara alta. Isso significava que um em cada nove belgas (e um em cada seis valões) tinha votado em Degrelle, um político que mal passava dos trinta. Quais eram as razões para um sucesso tão estrondoso? Alguns destacaram a personalidade de Degrelle, que desempenhava no rexismo um papel ainda mais decisivo do que o de Hitler no nazismo. *"Rex"* e Degrelle eram uma coisa só, e o carisma que ele despertava se transformou diretamente em votos. Mas havia causas mais profundas: o movimento soube incutir na juventude um desejo radical de renovação. *"Num século em que cada um vive para si"*, dizia Degrelle, *"'Rex' ensinou a milhares de homens a viver não para si mesmos, mas por um grande ideal coletivo que os levará a*

todos os sacrifícios, a todas as humilhações, a todos os atos de heroísmo”. Diferente do Partido Católico, ele buscou se aproximar das massas trabalhadoras: *“o rexismo tinha, de fato, uma postura muito mais aberta em relação aos problemas sociais do que o partido católico do qual havia surgido”*, reconhece Etienne.

Uma explicação comum para o *“boom”* dos fascismos é a crise econômica e o desemprego. O sucesso eleitoral de Hitler em 1930, único fenômeno político da época comparável ao que aconteceu com o *“rexismo”* em 1936, costuma ser interpretado nesse sentido. Essa explicação típica, porém, não se aplica à Bélgica. Segundo Stengers, *“os doze meses que precederam as eleições de 1936 foram um período de nítida recuperação econômica. Não aumentaram as cifras de desemprego, nem o número de falências, predominando um sentimento de esperança em relação ao futuro”*. Em 1937, o ministro socialista Spaak reconheceu: *“Achei que bastaria lutar contra a crise econômica e superá-la aos poucos para frear essa propaganda desencadeada, temerária e perigosa, mas confesso francamente que me equivoquei, e hoje admito que um movimento como o rexismo não pode ser contido por uma simples melhora da situação econômica”*. Pelo contrário, a crise política era evidente no caso dos católicos e liberais, e latente entre os socialistas. Os escândalos denunciados por Degrelle contribuíram para agravá-la e colocar em xeque o próprio regime parlamentar.

Outra explicação típica é a de que o movimento *“rexista”* era uma arma dos setores mais reacionários do capitalismo. No caso do *“rexismo”*, todos os especialistas concordam em apontar o absurdo dessas acusações. Segundo Stengers, *“os sindicatos patronais não deram apoio algum”*. Etienne faz uma ponderação: *“o industrial belga vive numa sociedade perfeitamente ordenada, na qual Degrelle, longe de ser um salvador, é mais um estraga-prazeres. Assim, a ajuda que lhe pode ser concedida pelos magnatas da indústria e do comércio tinha mais o caráter de um ‘respaldo’ para o caso de as coisas irem mal para o regime parlamentar, do que de uma contribuição voluntária e entusiástica a um movimento cuja ideologia lhe fosse simpática”*. Na realidade, os fundos econômicos

vinham da própria propaganda. Degrelle era um dos poucos oradores europeus que cobrava entrada em seus comícios, e como estes eram sempre concorridíssimos, isso significava uma base financeira sólida. A imprensa e a propaganda escrita também geravam lucros, e, por fim, certo número de militantes com alguma fortuna pessoal bancava as despesas extras.

O sucesso eleitoral não transformou o *"Rex"* num partido *"do sistema"*. O próprio Degrelle não se candidatara ao Parlamento, e o grupo parlamentar *"rexista"* nunca foi o centro das atenções do movimento. No mês seguinte às eleições legislativas, começou uma Greve Geral dos mineiros. O *"Rex"* e o Partido Comunista Belga foram os únicos partidos que apoiaram a *"greve selvagem"*, já que os socialistas faziam parte do governo de coalizão católico-liberal-socialista que se formara após as eleições de maio. Os pequenos sindicatos *"rexistas"* (agrupados numa *"Confederação Rexista do Trabalho"*) assumiram as reivindicações, tentando aproveitar a oportunidade para absorver o máximo de base operária. As organizações juvenis e femininas da *"Frente Popular do Rex"* deram todo seu apoio aos filhos e às mulheres dos mineiros. Meses depois, organizou-se uma *"Marcha sobre Bruxelas"*, na qual participaram milhares de *"rexistas"*. Não foi uma tentativa de *"putsch"*, embora alguns militantes tenham oferecido a Degrelle a possibilidade de organizá-lo. Como disse Tarchi, *"as únicas armas admitidas por Degrelle foram as ideias"*. Em janeiro de 1937, a propaganda rexista atingiu seu auge: durante seis noites consecutivas, Degrelle lotou até o último canto do gigantesco Palácio dos Esportes de Bruxelas. Degrelle, que chegara a realizar doze comícios num único dia, reuniu nesses *"Six Jours du Rex"* o maior público já congregado na Bélgica.

Estavam ocorrendo, ao mesmo tempo, fatos que alterariam a marcha ascendente do *"Rex"*. Um acordo entre o *"Rex"* e o VNV fez com que muitos seguidores, fanáticos *"belgicistas"*, passassem a ver o movimento com desconfiança. As visitas à Itália, mas principalmente a realizada à Alemanha, onde Degrelle entrevistou-se com Hitler, começaram a dar margem ao surgimento do mito de Degrelle *"agente assalariado do*

estrangeiro”. Os elementos *“anti-rexistas”* não hesitaram em usar todas as armas contra o movimento. Apesar de o *“Rex”* jamais ter usado a violência e até mesmo carecer — ao contrário dos fascismos clássicos — de uma organização de milícias, recebeu a violência em sua própria carne. *“Diante dessa não-violência rexista”*, escreve Etienne, *“a violência dos ataques anti-rexistas surpreende: violência em palavras e escritos... e sobretudo violência em atos, que não recuava diante do atentado”*. Qualquer meio foi utilizado, desde afirmar na imprensa que Degrelle traía sua mulher até a falsificação de fotografias, que o mostravam no Congresso Nacional-Socialista de Nuremberg.

Degrelle decidiu forçar a situação, dar a batalha ao sistema parlamentar. Mas — *“e nisso ele se enganou”* — dentro das regras impostas pelo sistema. Fez renunciar o deputado *“rexista”* por Bruxelas e se candidatou na reeleição. Todos os partidos *“do sistema”* se uniram contra ele. Van Zeeland, chefe do governo, apresentou-se como único candidato oposto a Degrelle, com o apoio de católicos, liberais, socialistas e comunistas, e usando da mais baixa demagogia, atacou Degrelle como *“fascista sabotador”* a serviço de potências estrangeiras — um argumento de grande efeito quando usado contra um partido que faz do nacionalismo sua bandeira. As autoridades eclesiásticas católicas aproveitaram a ocasião para atacar de frente. O cardeal Van Roey, veterano *“anti-rexista”*, no dia anterior às eleições, declarou que *“os métodos e o programa do partido rexista constituem um perigo para o país e para a Igreja”* e proibiu os católicos de votarem na candidatura de Degrelle. Uma declaração como essa, num país basicamente católico, teve efeitos muito desfavoráveis. O único apoio recebido pelo *“Rex”* veio do VNV, que recomendou a seus eleitores que votassem em Degrelle e não apresentou candidato próprio. Degrelle sofreu uma *“derrota arrasadora, embora fundamentalmente honrosa”*, como reconhece Nolte, pois Degrelle obteve cerca de 70 mil votos. Dadas as circunstâncias, era um resultado muito bom, mas não cumpria o objetivo que Degrelle havia previsto.

Como consequência da derrota, o movimento desmoronou-se aceleradamente. Muitos seguidores desanimaram diante da atitude

enérgica dos partidos clássicos e do resto das forças *"do sistema"*, que ofuscavam as possibilidades revolucionárias a curto prazo. Outros romperam com o *"Rex"*, alegando a posição que havia adotado frente aos *"separatistas"* do VNV. Os antifascistas aproveitaram a crise para atacar a fundo. O lema *"Rex-Hitler"* apareceu em todas as regiões do país, lembrando automaticamente a todos os belgas os tristes dias da ocupação alemã durante a Primeira Guerra Mundial. Os comícios eram assaltados por elementos esquerdistas armados, que gritavam *"A Berlim!"*. Apesar dos quase 20% obtidos por Degrelle em Bruxelas, toda a imprensa esquerdista da Europa falava da *"primeira derrota do fascismo na Europa"*.

Além dessas causas externas, havia também causas internas para a crise do *"rexismo"*. O partido havia crescido meteoricamente, sem dar tempo material para organizar seus quadros. Faltava-lhe o apoio decidido e constante de grupos sociais próprios, já que havia conquistado sua clientela eleitoral arrancando-a dos Católicos. Ao contrário dos nacionalistas fascistas flamengos, que contavam com o apoio seguro da população flamenca, o *"Rex"* carecia de *"raízes"* tão sólidas. A militância, quase estritamente juvenil, podia ser uma grande vantagem ou um grande *"handicap"*. A crescente *"fascistização"* do movimento e o clima pré-bélico afastaram dele o eleitor moderado, mesmo que este estivesse convencido da decadência da democracia e dos perigos do marxismo. Embora os órgãos de imprensa *"rexistas"* tenham formulado diversas críticas ao III Reich, a ação unida de todos os partidos e da Igreja fez o *"rexismo"* aparecer como a *"quinta coluna"* estrangeira que ameaçava o país.

As eleições seguintes, municipais, realizadas em 1938, mostraram a decadência do *"Rex"*. Em Bruxelas, atingiu-se metade dos votos da eleição parcial de 1937: 10,9%. Nas legislativas de 1939, o percentual rexista caiu para 4,1%. O estouro da Segunda Guerra Mundial deu o golpe final no movimento. Muitos quadros e militantes foram convocados para o Exército. Outros *"rexistas"* foram detidos, acusados de *"quinta-colunismo"*, compartilhando esse destino com os fascistas flamengos mais

ativos. *“Degrelle, Van Severen, Staf de Clercq, Tollenaere e outras quatro mil pessoas sofreram esta ‘medida de precaução’”*, conta Bertin. Quando as tropas alemãs invadiram o país, os belgas entregaram-nos aos franceses, que os levaram para o sul. Alguns deles, Van Severen e seus colaboradores mais próximos, em particular, teriam um destino trágico. Sem julgamento ou processo formal, os soldados franceses que os custodiavam mataram, no que ficou conhecido como o *“massacre de Abbeville”*, Van Severen e dezenas de detidos belgas, entre eles o adjunto de Van Severen, Jan Ryckoort. Degrelle escapou milagrosamente do linchamento em várias ocasiões, para terminar sua odisseia num campo de concentração francês nos Pireneus mediterrâneos, de onde seria retirado pelas tropas alemãs.

As tropas alemãs também ocasionaram a *“crise”* do sistema político belga. Abriam-se novas possibilidades para o fascismo, pelo menos em teoria. Na prática, porém, ao permanecer o rei ao lado de seu povo e não se exilar, e por pronunciarem-se a favor da *“Colaboração”* destacados políticos belgas, essas possibilidades viram-se muito reduzidas. Como na Holanda, as funções administrativas foram atribuídas a um *“Colegiado de Secretários Gerais”*, e o poder superior de decisão permaneceu nas mãos das autoridades militares de ocupação, pouco favoráveis a dar responsabilidades aos partidos fascistas.

Na Flandres, essas forças políticas sofreram uma evolução decisiva. O *“Verdinaso”*, sem Van Severen e todo seu Estado-Maior, desintegrou-se. A maior parte dos militantes filiou-se ao VNV, um pequeno grupo remanescente alistou-se na Resistência nacionalista, e os elementos nitidamente nacional-socialistas, capitaneados por Jef François, o único líder destacado sobrevivente, passaram para o *“De Vlag”* e para as SS Germânicas Flamengas. Estas haviam sido estabelecidas simultaneamente na Holanda e nos países ocupados da Escandinávia, e agrupavam os extremistas favoráveis à incorporação ao Grande Reich Germânico. Embora desde 1941 o VNV tenha sido reconhecido como único partido político permitido na Flandres pelos alemães, atuaram ao mesmo tempo as SS Germânicas Flamengas e o *“De Vlag”* — com estatuto de grupo

cultural — opondo-se à linha oficial do VNV, que sempre defendeu a autonomia da Flandres.

O início da campanha da Rússia representou uma grande vantagem para os elementos moderados do nacionalismo flamenco, pois enquanto Reimond Tollenaere e seus seguidores morriam nos campos de batalha de Volkhov e Leningrado, os elementos liderados por Hendrik Elias assumiam o controle do VNV em 1942, após a morte de De Clercq. A política ambígua e *"attentiste"* de Elias fez com que o *"De Vlag"*, o movimento extremista de Van der Wiele, aglutinasse todos os nacionalistas radicais, favoráveis à colaboração até o fim como único meio de alcançar a independência. Em 1944, com o fim da ocupação alemã, o movimento de Elias estava materialmente desfeito.

Na Valônia, o movimento *"rexista"*, que tinha se tornado um grupo minoritário mas ainda mantinha suas próprias milícias (*"Formations de Combat"*), não foi bem visto pelos alemães, que não esqueciam seus antigos ataques ao III Reich. Os outros grupos fascistizantes que vimos antes praticamente haviam sumido. A *"Légion Nationale"* de Hoornaert, que era declaradamente anti-alemã, foi proibida pelos ocupantes, e parte de seus membros foi para a Resistência (uma surpreendente semelhança com o que aconteceu com a *"Frente Negra"* holandesa). A concorrência mais séria para o *"rexismo"* veio de um grupo que, em teoria, era apenas *"cultural"*: os *"Amigos do Grande Reich Alemão"* (AGRA), que defendiam a criação de um *"Estado valão racista"* federado ao III Reich. Alguns oportunistas ligados a esse grupo fundaram, em outubro de 1941, um *"Partido Nacional-Socialista Valão"*, rapidamente banido pelos alemães. A *"Comunidade Cultural Valã"* e o *"Movimento Nacional Popular Valão"*, compostos por ex-*"rexistas"* seduzidos pelo nazismo, também não chegaram a crescer de verdade. Quanto a Degrelle, ele se manteve na retaguarda em relação aos alemães até o início da campanha na Rússia. Foi então que mobilizou seu partido para criar uma *"Legião Valã"*, alistando-se ele mesmo como soldado comum.

No front oriental, tanto a *"Legião Flamenga"* quanto a *"Legião Valã"* tiveram uma atuação gloriosa. Transformadas depois em brigadas e,

mais tarde, em divisões das Waffen SS (*"Langemarck"* e *"Wallonien"*, respectivamente), representaram uma contribuição muito notável para o esforço de guerra do Eixo — em todo caso, muito maior do que a ajuda dada aos Aliados por uma pequena brigada de *"belgas livres"*... Além dessas SS belgas, houve voluntários no NSKK, na Marinha, na Organização Todt e em formações anti-Resistência: a *"Vlaamsche Wacht"*, na Flandres, e a *"Garde Wallonne"*, na Valônia. Degrelle recebeu, por sua brilhantíssima trajetória militar, as mais altas condecorações alemãs; o próprio Hitler, ao conceder-lhe a *"Ritterkreuz"*, dedicou-lhe uma frase que se tornaria célebre: *"Se eu tivesse tido um filho, teria desejado que fosse como você"*. No entanto, o poder sobre a parte valã da Bélgica nunca lhe foi concedido...

Após a *"liberação"* aliada, a repressão foi duríssima e sangrenta. Vários milhares de *"execuções sumárias"*, quase 100 mil detidos em toda a Bélgica acusados de *"colaboracionismo"*, mais de 87 mil processos (dos quais só resultaram em 10 mil absolvições), que levaram a 4 mil condenações à morte e 16 mil a longos anos de prisão. Os intelectuais e jornalistas, que em grande número haviam apoiado tanto o *"rexismo"* quanto os movimentos flamengos, foram alvo de uma *"atenção especial"*, assim como os ex-combatentes. Por outro lado, é preciso ressaltar que o principal impulsor dessa brutalidade foi o Partido Católico, já que o minúsculo Partido Comunista não pôde desempenhar um papel relevante. Littlejohn observa que *"No rigor ao julgar os 'colaboradores', a Bélgica só perde para a Noruega. Comparando com esta, a depuração da França foi branda. De cada 100 mil cidadãos franceses, 94 foram presos; de cada 100 mil belgas, 596 foram punidos pelo mesmo delito"* (a cifra mais alta, a norueguesa, foi 633 por cada cem mil). Uma lei especial foi decretada contra Degrelle, impedindo-o, na prática, de voltar jamais à sua pátria. Após escapar milagrosamente da morte no fim da guerra, o veterano líder fascista exilou-se na Espanha. Junto a Mosley, o líder fascista inglês — preso desde 1939 e contra quem nada se pôde provar — e a Pavelic, que conseguiu fugir, ele está entre os poucos líderes fascistas que sobreviveram ao massacre de 1945.

REINO UNIDO

"O fato de que os ingleses, solenes como porteiros de um 'Palace' e conservadores como motores de Rolls Royce, também se deixassem levar pelo fluido do fascismo europeu antes de 1940 mostra até que ponto o fenômeno correspondia a um estado de espírito generalizado", argumenta Léon Degrelle. A Grã-Bretanha, imersa em seu *"splendid isolation"* (esplêndido isolamento), havia sido, por exemplo, totalmente alheia às influências de um Maurras, um Barrès ou um Corradini, autores que influenciaram todo o pré-fascismo europeu e que, em contrapartida, nas ilhas britânicas eram praticamente desconhecidos.

A partir de 1918, o tradicional bipartidarismo britânico foi alterado pela entrada em cena, como partido de massas, do Partido Trabalhista, que logo superaria os liberais. Grandes greves e fortes conflitos sociais marcaram os anos de 1918 a 1920. Conservadores e liberais, assustados com os acontecimentos, formaram a aliança *"Unionista"*, que conseguiu vencer as eleições de 1919. Os conservadores, mesmo assim, não ficaram tranquilos com o rumo das coisas, e quando, na Itália, Mussolini e seus *"camisas negras"* varreram o socialismo, muitos acreditaram que aquele era o caminho a seguir. *"Depois da vitória de Mussolini na Itália"*, escreve Francis Carsten, *"fundaram-se na Grã-Bretanha grupos fascistas, como em outros países europeus. Eles existiram com diferentes nomes: 'British Fascists', a 'Fascist League', os 'British National Fascists', a 'Imperial Fascist League', mas todos foram pequenos grupos ligados à extrema-direita do Partido Conservador"*. Além dos citados por Carsten, houve cerca de dez outros grupos que se reivindicavam como fascistas britânicos. A que se devia essa inaudita *"floração"* de fascistas?... Ao fato de que, em 1923, os trabalhistas haviam vencido pela primeira vez uma eleição geral. Apesar da afirmação de Carsten e dos títulos que utilizavam, nenhum desses grupos era propriamente fascista, como reconhece J. R. Jones ao escrever que *"adotaram as saudações fascistas, os uniformes, as expressões e outros sinais exteriores, sem compreender de verdade suas ideias e teorias"*. O primeiro — e principal — desses partidos *"fascistizados"* surgiu no mesmo ano de 1923. Os *"British Fascists"*

usaram um nome curioso, uma mistura de inglês e italiano: *"British Fascisti"*; ainda mais surpreendente era que sua fundadora e líder fosse... uma mulher, a Srta. Rotha Lintorn-Orman. Segundo os historiadores mais destacados do fascismo, a trajetória do partido foi tão espetacular quanto efêmera, chegando a ter 100 mil filiados, mas dissolvendo-se praticamente assim que os conservadores retornaram ao poder, com o gabinete *"duro"* de Baldwin, em 1924. Então, os membros do *"fascismo britânico"* voltaram para o redil do Partido Conservador ou se dividiram em subgrupúsculos sem maior importância. Um antigo *"British Fascisti"* criou, em 1929, o mais notável — ainda que não o mais numeroso — desses partidos microscópicos: referimo-nos a Arnold Spencer Leese, fundador e líder da famosa *"Imperial Fascist League"*, que se destacava no cenário político inglês por seu antissemitismo virulento e visceral. Fundada em 1929, a organização, que mal chegou a trezentos associados, editava *"The Fascist"*.

Embora o *"fascismo conservador"* tenha logo se mostrado inviável na Grã-Bretanha, isso não quer dizer que o fascismo italiano e seu *"Duce"* não despertassem simpatias. Maurizio Cabona escreveu que *"a Itália que surgiu da Revolução Fascista fascinou muitos intelectuais anglo-saxões, que expressaram sua simpatia, em várias ocasiões, pelo movimento de Benito Mussolini"*. Alistair Hamilton, em seu ensaio sobre *"Os Intelectuais e o Fascismo"*, demonstrou a postura profascista de nomes como Rudyard Kipling, H. G. Wells, Hilaire Belloc, Ezra Pound, T. S. Eliot, Henry Williamson, Yeats, Shaw, Wyndham Lewis, Roy Campbell, A. K. Chesterton e D. H. Lawrence. Vale notar que a maioria não era inglesa: vinham dos *"Domínios"* do Império, da Irlanda, dos EUA ou eram até franceses naturalizados. A maioria desses intelectuais limitou-se a aprovar a política italiana de ordem e paz interna, e foi se distanciando do fascismo quando ele começou suas *"aventuras expansionistas"* na África, e ainda mais quando formalizou a aliança com a Alemanha nazista.

Essa atitude refletia um sentimento bastante comum entre os conservadores britânicos da época. O próprio Winston Churchill, em várias ocasiões, falou de forma muito elogiosa sobre o *"Duce"*. A famosa

descrição da Itália feita por um turista inglês — um país *"onde os trens chegavam na hora"*, já que as greves haviam sido suprimidas — revela exatamente o que eles *"apreciavam"* no fascismo italiano: uma nação tranquila e organizada, perfeita para passar boas férias.

Houve, no entanto, alguns ingleses que compreenderam a essência e a natureza revolucionária do fascismo, como James Strachey Barnes, radicado na Itália quase permanentemente, um dos fundadores e dirigentes do *"Centro Internacional de Estudos sobre o Fascismo"*, estabelecido em Lausanne, e autor, em 1928, de um livro importante: *"The Universal Aspects of Fascism"*, no qual defendia um fascismo internacional.

Sir Oswald Mosley. Com razão, Skidelsky pode escrever que *"o fascismo inglês foi uma criação pessoal de Sir Oswald Mosley"*. Por isso, vale a pena dar uma olhada na sua mais do que significativa trajetória política. Nascido em 1896 numa família da nobreza rural, formou-se na Academia Militar de Sandhurst. Foi um oficial destacado durante a Primeira Guerra Mundial e esteve entre os pioneiros do *"Royal Flying Corps"* (a futura RAF). Como militar, recebeu uma formação pouco apta para o *"politicagem"*, que sempre detestou, e uma grande capacidade para a ação e organização. Como aconteceu com grande parte dos fascistas europeus que haviam sido heróicos combatentes (de Hitler a Drieu, de Mussolini a Szálasi), a guerra marcou Mosley para sempre em suas concepções políticas. Doía-lhe especialmente que os políticos não cumprissem as grandes promessas feitas aos soldados das trincheiras, que, ao voltar para a pátria, se viram marginalizados e sem trabalho. *"Num sentido autêntico"*, observa Skidelsky, *"ele era o porta-voz de sua geração, a geração que se sentiu traída pela guerra"*. Desejando tirar seus camaradas de armas da situação em que se encontravam, Mosley lançou-se à vida política. Ele peregrinará por vários partidos — como veremos — não por capricho, mas porque não era o típico *"homem de partido"*. Em 1919 candidatou-se como *"conservador unionista"*, pois sua formação militar o impulsionava para uma força *"nacional"*. Rapidamente desiludiu-se com os conservadores e mudou-se para os Trabalhistas em 1924 (*"foi recebido como um herói"*, anota Skidelsky). Seu dinamismo,

sua eloquência e seu domínio da tribuna pública eram grandes trunfos. Seu *"nome corria de boca em boca como 'futuro primeiro-ministro'"*. Em 1929 passou a fazer parte do gabinete trabalhista, como ministro encarregado especialmente de resolver o problema do desemprego, urgente e angustiante, que afetava uma porcentagem muito alta da população britânica. Dentro do Partido Trabalhista, Mosley atuava numa de suas alas, semiautônoma, a mais esquerdista: o *"Independent Labour Party"*... Em 1930, Mosley renunciou ao cargo; motivo: a incapacidade manifesta dos trabalhistas, apesar de todo seu *"socialismo"* verbal, de enfrentar seriamente o problema do desemprego. Ele era partidário de soluções de tipo keynesiano, enquanto os trabalhistas permaneciam ligados a princípios ideológicos ultrapassados. Desiludido com o *"nacionalismo"* dos conservadores e o *"socialismo"* dos trabalhistas, passou algum tempo tentando formar um grupo parlamentar autônomo que o seguisse. Os deputados, como se pode supor, deram pouco eco aos seus apelos: permanecer num partido tradicional lhes garantia seu cargo bem remunerado. Finalmente, em março de 1931, após romper com os trabalhistas, criou seu *"New Party"*, que pretendia desbloquear a situação absurda criada no país, com 20% de desemprego, mas cujos políticos pareciam pensar em outras coisas. Skidelsky narra assim a situação: *"Chegou-se a um ponto de impasse político, porque nenhum dos lados conseguia uma vantagem decisiva sobre o outro. O governo trabalhista, minoritário desde 1929, não estava em condições de aprovar qualquer legislação socialista, mesmo que houvesse alguma para aprovar. Do mesmo modo, os governos conservadores majoritários mostravam-se pouco dispostos a aprovar qualquer legislação antissocialista, por medo das repercussões sociais"*. Já desiludido com conservadores e trabalhistas, sua já escassa fé na democracia parlamentar — alheia à sua formação militar e cujas baixezas conhecera durante seus períodos no Parlamento — viu-se totalmente confirmada por essa incapacidade manifesta de agir com eficácia.4O *"New Party"* ou *"Partido Novo"* formou-se como uma coalizão de dissidentes conservadores, trabalhistas e liberais. Seu objetivo principal: o problema do desemprego e sua solução. O *"New Party"* não significava uma ruptura com a democracia, nem pode ser classificado

como fascista (embora os comunistas ingleses e a Internacional Comunista o tenham definido como tal). O partido fracassaria por duas razões fundamentais. Por um lado, e como diz Hamilton, *"a desvantagem do 'New Party' era que ele só oferecia uma solução para lidar com a crise imediata"*. Isso fez com que, quando a atenção pública se deslocou, meses depois, do problema do desemprego para a crise financeira, o *"New Party"* perdesse interesse. Por outro lado, Mosley, ao contrário de Jacques Doriot, o destacado líder fascista proletário francês, ao sair do Partido Trabalhista não levou consigo — pois não era essa sua intenção — seções ou federações de seu antigo partido. Por isso, enquanto Doriot sempre teve um amplo apoio nas antigas federações comunistas de Saint-Denis, Mosley ficou sem nenhum corpo organizado de apoio, e o partido não se estendeu às massas.

Em abril de 1931, durante uma eleição suplementar, ocorreram fatos que inclinaram Mosley de forma decisiva para o fascismo. Com a divisão dos votos *"de esquerda"* entre o *"New Party"* (10%) e o Partido Trabalhista, os conservadores venceram a eleição. Os dirigentes trabalhistas estimularam então suas organizações de massa a atacarem Mosley, cuja *"traição"* teria permitido o triunfo da *"reação"*. Mosley e seus seguidores foram violentamente atacados, e a partir de então ele compreendeu até que ponto o chamado *"movimento operário"* não passava de uma massa de manobra de políticos socialistas — absolutamente ineficazes, por sinal —, movidos mais por utopias políticas e rancores do que por um desejo genuíno de justiça. Mosley ficou profundamente desiludido com a cegueira demonstrada pelos manifestantes. Um órgão de imprensa *"operário"* argumentava de forma maniqueísta: *"o que seja o mosleysmo na teoria está por ver; na prática, significa ajudar os conservadores a voltar ao poder"*. O homem que mais lutara pela solução do problema mais importante do proletariado britânico, o desemprego, via-se taxado de *"mercenário"* dos conservadores. A partir desses eventos, decidiu-se pela criação de uma milícia de autodefesa, que responderia às agressões. Após um gigantesco comício em Glasgow *"com cerca de 40 mil pessoas"*, que foi atacado por uns 400 agitadores de um suposto — e não é ironia — *"Comitê de Defesa da Liberdade de*

Expressão”, a pequena milícia foi uniformizada com camisas cinza, para poder ser facilmente identificada.

A vida do *“New Party”* esgotou-se nos últimos dias de 1931. Sobreviveram apenas as pequenas milícias de Mosley, base de sua futura organização: a *“British Union of Fascists”*, ou *“União Britânica de Fascistas”*. Em janeiro de 1932, ele viajou para o continente, com destino à Itália e à Alemanha. Queria estudar, no próprio terreno, o regime fascista italiano e o principal movimento fascista europeu, o NSDAP, às vésperas de sua conquista do poder. As impressões de Mosley foram excelentes. Aqueles regimes e movimentos representavam a alternativa à crise da democracia e tinham a solução para os problemas da época.

A *“B.U.F.”* nasceu em outubro de 1932. Alguns criticaram Mosley por usar o nome *“Fascista”*, pois isso automaticamente o afastava de muitas simpatias e o apresentava como uma imitação. Mosley, por sua personalidade e temperamento, era totalmente alheio a esse tipo de *“cálculo”* político. Como ele mesmo escreve: *“Éramos um movimento britânico caracterizado por um intenso patriotismo, mas na época do fascismo seria evidentemente estéril, e possivelmente desonesto, negar que éramos fascistas”*. Quanto ao caráter *“imitativo”*, nada mais falso. Flavio Lisi afirma que *“o fascismo inglês, apesar das aparências e do nome, não era uma imitação servil do fascismo italiano”*. Bertin desenvolve essa ideia mais amplamente, nos seguintes termos: *“Ao contrário dos ‘British Fascisti’, Mosley apresentava seu fascismo como resolutamente moderno, fundado essencialmente nas realidades econômicas, e que pretendia instaurar um Estado racional e moderno”*. A ideologia do movimento ficou plasmada num livro que surgiu simultaneamente à *“BUF”*: *“The Greater Britain”*. *“Era um fascismo muito realista e nada mitológico o que Mosley explicava nesse livro”*, observa Nolte. Ele continha uma crítica aguda à democracia e ao parlamentarismo, aos partidos, e apresentava uma política econômica moderna e eficaz, a única que poderia garantir a subsistência da Grã-Bretanha e de seu Império. Outro livro posterior desenvolveu a concepção fascista de Mosley: *“Fascism. One Hundred Questions Asked and Answered”*; nele também se revelava a peculiaridade

britânica do fascismo, de tal forma que Nolte afirma ter sido *"o movimento fascista que mais ênfase colocou no moderno e no racional"*.

Carsten escreve que *"somente durante a crise dos primeiros anos 30, que abalou tão profundamente a Grã-Bretanha, pôde surgir um grande movimento fascista, que não teve origem em nenhum dos grupúsculos fascistas anteriores"*. É mais que significativo que os grupos *"fascistizados"* anteriores não tenham sido a origem: mais uma prova de que não se tratava de movimentos autenticamente fascistas. Outro detalhe importante: a *"BUF"* surgiu como consequência da crise do sistema democrático, não para defender um de seus elementos, os conservadores, como haviam feito os grupos *"fascistizados"* a partir de 1923. J. R. Jones observa que *"Mosley não se reconheceu nunca como auxiliar dos Conservadores"* e reconhece que muitos *"Tories"* (conservadores, N.d.A.) interessaram-se pelos movimentos fascistas, especialmente no início, e alguns militares desempenharam um papel relativamente importante neles; mas a maioria dos militantes fascistas era de trabalhadores ou pertencia à classe média baixa. *"Os 'Tories' nunca aceitariam ver líderes proletários do East End londrino numa posição de destaque (...). Grande parte dos componentes das fileiras fascistas vinha da extrema-esquerda, alguns do comunismo, e a maioria do 'Independent Labour Party'"*. Enquanto a primeira parte do parágrafo refere-se aos grupos *"fascistizados"* surgidos a partir de 1923, formados pela burguesia urbana e aristocracia, a segunda parte refere-se propriamente à *"BUF"*. Mosley, dotado de uma importante dose de magnetismo pessoal, de carisma, conseguiu atrair antigos companheiros de militância no Partido Trabalhista Independente e, ao mesmo tempo, os poucos fascistas autênticos que haviam militado nos grupos *"fascistizados"*, como William Joyce, encarregado da propaganda do movimento. Esses homens, vindos de formações políticas extremistas, eram os únicos em que se podia contar para subverter a velha e arraigada tradição democrático-parlamentar; eram os únicos que, por terem militado fora do bipartidarismo enraizado, podiam aspirar a rompê-lo. Como diz Jones, *"ao movimento de Mosley, embora muitos se sentissem atraídos, só se alistaram os procedentes da Extrema-Esquerda (principalmente do*

‘Independent Labour Party’) e da Extrema-Direita (as antigas ligas fascistas)”.

O movimento desenvolveu-se, em seus primeiros anos, espetacularmente. Mosley, em seus discursos, afirmava que “Nosso povo está enojado do socialismo, que em nome do ‘progresso’ subordina os interesses de cada país aos seus próprios. Está enojado da reação conservadora que mantém as coisas como estavam. Hoje exige uma nova ideologia, um novo movimento espiritual, que una os princípios patrióticos com o progresso”. Como alternativa ao Parlamento, Mosley falava de um “Conselho Nacional das Corporações”, composto pelos diferentes estamentos vinculados à produção econômica e representantes do governo. Este “Conselho Nacional das Corporações” não seria eleito por sufrágio “liberal”. “Eu advogava”, escreve ele mesmo, “para que se substituíssem as circunscrições geográficas pelas profissionais; o voto segundo a residência pelo voto segundo a ocupação”. As ideias corporativas da “BUF” foram elaboradas pelo teórico do movimento, Alexander Raven.

Além do corporativismo, Mosley introduziu um novo elemento na vida política britânica: as milícias uniformizadas. Enquanto na Alemanha, por exemplo, todos os partidos tinham seus próprios “exércitos”, e no resto da Europa ocorria algo similar, inclusive entre a esquerda, que não hesitou em uniformizar e paramilitarizar suas juventudes e suas milícias, na Inglaterra isso era uma verdadeira novidade. A “Força de Defesa Fascista” atuava no mais puro estilo “*squadrista*” ou SA, repelindo qualquer agressão ou tentativa de perturbação nos comícios. Embora, como foi amplamente demonstrado por Mosley, eles apenas respondiam a agressões. Por sua eficácia e sua disciplina, foram alvo dos mais duros ataques e críticas, sendo apresentados como “provocadores” e “assassinos”. Os pacíficos britânicos acabariam vendo naquela formação uma personificação da violência, em consequência da imagem que dela ofereciam as empresas jornalísticas “em grande parte em mãos judias”, e isso desacreditou bastante a “BUF”, estando vários especialistas de acordo em que a “alteração dos métodos habituais” de fazer política na Inglaterra foi uma das causas de sua posterior decadência.

“Mosley e seus ‘camisas negras’ não foram em 1933-34 uma simples curiosidade. O número de partidários cresceu exponencialmente; Bernard Shaw predisse a Mosley uma vitória próxima”, diz Nolte. Um destacado político e jornalista, dirigente de uma cadeia jornalística, fanaticamente anti-comunista, e partidário da aliança com a Alemanha, Lord Rothermere, escreveu no “Daily Mail” um célebre artigo: “Viva os camisas negras britânicos!” em janeiro de 1934. No curso deste ano celebrou-se o mais importante comício de massas registrado jamais na Inglaterra em uma sala fechada: o gigantesco “Olympia” encheu-se até o último canto para ouvir a Mosley. Contudo, a partir do auge que supôs este comício, o movimento começou a decair. Quais eram as razões? Para começar, já no mesmo ano em que se fundou a “BUF”, a Grã-Bretanha começou a sair da crise econômica. A tensão econômica havia diminuído, e os políticos clássicos voltavam a representar tranquilamente seu papel. Os britânicos que, como assinala Nolte, “tinham um governo conservador com uma sólida maioria parlamentar, participavam plenamente da expansão econômica e dispunham do cinturão de segurança do Canal” que os isolava da Europa em crise, já não eram, objetivamente, favoráveis ao desenvolvimento e auge de um movimento revolucionário, e portanto tampouco da “BUF”.

Já se assinalou que o aparecimento do antissemitismo, e a muito positiva atitude que tomou ante a Alemanha de Hitler debilitaram, e muito, o movimento de Mosley. Embora a “BUF” não tivesse sido inicialmente antissemita (um boxeador judeu tinha sido o organizador das milícias), os fascistas puderam comprovar logo que os mais duros ataques provinham da Imprensa judaica, que a maior parte dos que tentavam sabotear seus comícios eram judeus. De um difuso sentimento antissemita, passou-se a incorporar este tema dentro da ideologia do Partido, exigindo-se que a comunidade judaica, posto que atuava como uma comunidade estrangeira, fosse tratada como tal.

Este acercamento ao modelo alemão de fascismo tornou-se mais evidente em 1935, quando o nome da “BUF” foi alongado para o de “British Union of Fascists and National-Socialist”. A “União de Fascistas e Nacionais-Socialistas britânicos”, mudou seu emblema, até então o “fascio

littorio”, por um raio inscrito em um círculo, que recordava inevitavelmente à “sigruna”, que utilizava por emblema a SS. Todas estas mudanças não eram “políticas” indiscutivelmente, e facilitavam elementos propagandísticos a seus inimigos, que começaram a falar de “agentes nazistas” e de “exterminadores de judeus” sem nenhuma base, mas Mosley jamais tinha sido um “político”, e era lógico que se deixasse levar por seu impulso mais que pelo frio e oportunista cálculo.

Nos “Domínios”, Mosley também contou com seguidores, a partir da formação do “Novo Partido”, incrementando-se ao criar a “BUF”. Na Austrália, em particular, sob a direção do coronel Enric Campbell, e na Nova Zelândia e África do Sul, com o nome de “Nova Guarda”, Mosley federou estes grupos, em 1934, na “British Union of Fascist within the New Empire Union”.

Na metrópole, o movimento perdeu seguidores rapidamente a partir de 1934. Quase desapareceu nas províncias. Só lhe restou um feudo, o bairro proletário do “East End” londrino, povoado por uma importante quantidade de judeus, e com nítido predomínio comunista. “No East End”, diz Carsten, “com sua considerável população judaica, os líderes fascistas eram todos proletários (...) Nas eleições para o Conselho do Condado de Londres de março de 1937, os fascistas obtiveram êxitos consideráveis no East End, conseguindo 23% dos votos de Bethnal Green North East, e 9% em Stepney”.

Como ocorre sempre nas épocas de crise de um movimento revolucionário, apareceram várias dissidências, a mais importante das quais foi a protagonizada por William Joyce, quem acusava a Mosley de ser “brando” em suas posturas antissemitas e criou a “British National Socialist League”, grupo que não alcançará a desenvolver-se notavelmente.

Só os meses prévios ao estouro da Segunda Guerra Mundial registraram um renascer da “BUF and NS”. Mosley lançou uma campanha antibelicosa, opondo-se às manobras dos que queriam levar a Grã-Bretanha à guerra contra as potências fascistas. No curso desta campanha, intitulada “Mosley Says Peace” (Mosley Diz Paz), o líder britânico bateu

todos os recordes europeus de audiência em um recinto fechado, congregando a dezenas de milhares de pessoas na gigantesca “Earls Court Exhibition Hall”, em julho de 1939… muito pouco antes de que a guerra estourasse utilizando o pretexto polonês (se se houvesse tratado de defender a Polônia, evidentemente também se teria declarado a guerra à URSS). Quase imediatamente, após o início do conflito, Mosley foi detido, e seu movimento dissolvido. “Em 1939”, resenha Bertin, “as autoridades inglesas detiveram a Oswald Mosley e a muitos milhares de membros de seus movimentos, em virtude do artigo B-18 da Lei de Urgência, a fim de impedir que a BUF servisse como quinta-coluna”. Que esta acusação de quintacolunismo era falsa e indigna já o demonstraram, e denunciaram o historiador A. J. P. Taylor, e Bernard Shaw, respectivamente. Respondia a um estado de opinião que a esquerda britânica havia difundido desde há tempo. Como assinala Jones, a “B.U.F.” e Mosley “na gíria e propaganda da guerra são descritos como uma quintacoluna italiana ou alemã, qualificação desde logo exagerada”.

Só um reduzido número de anglo-saxões puderam atuar a favor da “Nova Ordem”. O genial literato Ezra Pound “nascido norte-americano”, e James Strachey Barnes, o fizeram da Itália. Da Alemanha, atuaram William Joyce, que exerceu como locutor de rádio (o célebre “Lord Haw-Haw”), e John Amery, que já durante a guerra civil espanhola tinha atuado a favor dos “nacionais”, e que tentou criar, com escasso êxito, uma “Legião Britânica” para as SS. Ao final da guerra, Joyce – de origem norte-americana também – e Amery foram assassinados, assim como os poucos sobreviventes ingleses das SS. Ezra Pound foi internado em um “manicômio”, do qual só sairia anos mais tarde, embora jamais padecesse de doença mental alguma. A “suavidade” da repressão antifascista britânica está em relação direta com a escassa importância da “colaboração”, e ambas vêm justificadas porque já em 1939, os potenciais “colaboradores” tinham sido detidos e encarcerados...

As causas de por que não triunfou o fascismo na Grã-Bretanha são muito variadas, e muito importantes. Poucos países tinham um regime parlamentar tão antigo, e para muitos ingleses era consubstancial com o

país. O fechado bipartidarismo, que impedia o aparecimento de novas forças políticas, atuou no mesmo sentido. Há uma série completa, além disso, de causas complementárias: a ausência de um "perigo vermelho" sério, dada a debilidade do PC, a existência de um forte governo conservador, a recuperação da economia, o suposto caráter "imitativo" do movimento de Mosley, a ausência de reivindicações nacionais importantes, a acusação de "quintacolunismo", etc. Embora Carsten conclua que "faltaram fatores importantes que o fascismo houvesse podido explorar e o clima nacional e a estrutura política da Grã-Bretanha não favoreceram seu crescimento", Nolte tem toda a razão ao colocar-se esta dúvida: "A Inglaterra não passou pela prova de saber que grau de resistência tinham desenvolvido seus velhos partidos democráticos e parlamentares. Apesar de suas debilidades, o movimento de Mosley era suficientemente forte para que esta pergunta possa dizer-se de forma unívoca, fora de toda dúvida".

IRLANDA

É praticamente impossível encontrar um livro especializado na história do fascismo que registre a trajetória desse movimento político na Irlanda. Isso, apesar de, em tese, haver algumas condições favoráveis ao seu desenvolvimento. Sob domínio britânico há séculos, o ressurgimento cultural *"gaélico"* do final do século XIX havia dado origem a um nacionalismo separatista. Foram inúmeras as vezes em que os irlandeses pegaram em armas contra os ingleses. O número de mártires dessas revoltas e de sua repressão foi tão grande que, por um simples sentimento de solidariedade nacional, o separatismo acabou se espalhando por amplas camadas da população. Os principais defensores da ligação com o Reino Unido eram os descendentes dos colonos ingleses estabelecidos no território. Entre as organizações irlandesas, a mais notável era o Exército Republicano Irlandês — o IRA —, cuja sigla permanece até hoje em evidência.

Em dezembro de 1921, um tratado encerrou a presença britânica. A Irlanda tornou-se um *"Domínio"* integrante da Commonwealth. Mas o acordo implicava a separação do Ulster (a Irlanda do Norte) e não garantia uma independência plena. Logo em seguida, eclodiu uma verdadeira guerra civil entre os extremistas do IRA, fiéis a De Valera, e os moderados que haviam assinado o tratado com o Reino Unido — Griffith, Collins e Cosgrave, juntamente com seus apoiadores. Os moderados saíram vitoriosos, e De Valera passou a atuar dentro da legalidade constitucional (sem que o IRA, porém, deixasse de agir). Em 1932, De Valera foi eleito presidente do país e revogou as medidas antiterroristas que haviam sido decretadas contra o IRA. Este, por sua vez, lançou uma campanha de terror contra os *"traidores"* da *"Liga Gaélica"*, a principal força de oposição a De Valera e ao IRA — o que levou a Liga a buscar uma organização para sua autodefesa.

Essa organização seria encontrada numa instituição criada em 1931, a *"Army Comrades Association"*, uma associação de camaradas formada por ex-integrantes do exército irlandês. Em agosto de 1932, a organização abriu-se para civis e começou a assumir a tarefa de defender os comícios e eventos da *"Liga Gaélica"*, chegando a ter 100 mil filiados. Seu comando foi entregue ao general O'Duffy, veterano da Guerra da Independência e também dos serviços de polícia do Estado Livre Irlandês. Sob sua liderança, iniciou-se uma decidida *"fascistização"* da *"A.C.A."*, rebatizada como *"Guarda Nacional"*, e na qual não demorou para se introduzir a camisa azul como uniforme e a saudação de braço estendido. Um dos intelectuais — *"o professor Hogan"* — escrevia na época: *"Foi a crescente ameaça do IRA comunista que motivou o aparecimento dos camisas azuis, da mesma forma que a anarquia comunista na Itália deu origem ao aparecimento das camisas negras"*. É, como se vê, uma interpretação puramente anticomunista e reacionária do fascismo.

"A Guarda Nacional ainda não era um partido. Era uma organização de tipo original, disposta a defender 'os interesses nacionais e a cultura nacional', sem laços com 'os partidos, cujo tempo já passou'. Ela sozinha se sentia forte o bastante para iniciar a luta por uma Irlanda cristã e

anticomunista”, segundo Duprat. Não se tratava de um movimento plenamente fascista, sua principal aspiração era lutar contra De Valera — o “*Kerensky irlandês*”, como foi chamado. Com esse fim, preparou-se uma concentração massiva em Dublin para homenagear a memória dos fundadores do Estado Livre: Collins, Griffith e O’Higgins. O governo viu naquilo uma “*marcha sobre Dublin*” e tomou medidas rápidas para evitar a concentração, marcada para 13 de agosto (de 1933). O país foi posto sob lei marcial, criou-se uma polícia auxiliar recrutada entre antigos membros do IRA, equipada até com metralhadoras, procedeu-se a desarmar todos os “*camisas azuis*” possíveis, Dublin foi colocada em estado de sítio e, obviamente, a “*marcha*” foi proibida. Apesar dos 100 mil seguidores e do apoio no exército e na polícia, O’Duffy acabou cancelando a manifestação.

Não só o prestígio do general caiu muito, como o governo se permitiu o prazer de dissolver a “*Guarda Nacional*”. O’Duffy pensou então numa aliança com todas as forças anti-De Valera, e disso nasceu o “*Partido da Irlanda Unida (U.I.P.)*”, reunindo os “*camisas azuis*”, os seguidores de Cosgrave (“*Liga Gaélica*”) e o “*Partido do Centro*”, que representava os colonos ingleses. Num primeiro momento, pareceu que O’Duffy e seus seguidores tomavam o poder no novo movimento, cujo jornal lançava duros ataques ao liberalismo, e cujo programa, tornado público em novembro de 1933, pedia a instauração de um regime corporativo. Dois intelectuais, o já citado Hogan, e Tierney, desenvolveram as ideias corporativas do movimento. Este último escrevia: “*Estão muito enganados os que veem no fascismo italiano apenas uma ditadura brutal de um homem e um partido. É o produto das condições políticas italianas, mas transforma-se gradualmente num modelo de organização política e social, o qual se revelará apto para todos os países civilizados (...): o Estado Corporativo. No final, também nascerá o Estado Corporativo na Irlanda*”

Apesar de todas essas declarações, o “*UIP*” não era de forma alguma um partido fascista. Era Cosgrave, e não O’Duffy, quem de fato controlava o movimento, e Cosgrave era um decidido partidário do sistema liberal, do qual “*tinha a intenção de se servir dos Camisas Azuis o tempo que lhe fossem necessários, e não mais*”, assinalava Duprat. As próprias

concepções corporativas inspiravam-se mais nas Encíclicas papais do que no Fascismo italiano. O já citado Tierney acabou condenando a experiência italiana por "*estatista em excesso*". Essas contradições internas provocaram a debilidade do partido, que obteve resultados muito baixos nas eleições locais de 1934. Os "*camisas azuis*" separaram-se de seus aliados por seu apoio às reivindicações dos pequenos camponeses irlandeses e pelas declarações fortemente anti-inglesas de O'Duffy, que não excluíam a possibilidade de uma guerra contra o Reino Unido. Os conservadores da "*Liga Gaélica*", que haviam assinado o tratado com a Grã-Bretanha, e os ingleses do "*Partido do Centro*" livraram-se de O'Duffy, a quem seguiu uma parte de seus "*camisas azuis*", após o protesto e a demissão de alguns destacados membros do "*UIP*" por causa daquelas declarações (entre eles, Hogan).

Com o setor de "*camisas azuis*" que o seguiu (outro setor permaneceu no "*UIP*" até 1936), O'Duffy fundou, no final de 1934, o "*Partido Nacional Corporativo*", cujas opiniões antibritânicas e republicanas se aproximavam das dos radicais do nacionalismo irlandês. O novo movimento teve um sucesso muito reduzido, e pelo que mais chegaria a se destacar seria pela formação, com seus "*camisas azuis*" e por ocasião da guerra civil espanhola, de uma "*Bandera Irlandesa del Tercio*", com 600 homens, que combateu no Jarama. Em junho de 1937, de volta à Irlanda, o general O'Duffy abandonou a política, e o movimento dos "*camisas azuis*" dissolveu-se. Segundo Duprat, "*o fracasso dos camisas azuis foi causado pela personalidade de seu chefe e pelas circunstâncias em que o movimento se desenvolveu. O general O'Duffy, excelente soldado e bom organizador, carecia totalmente de senso político*". Isso se revelou ao cancelar a "*marcha sobre Dublin*" e em sua aliança com os conservadores.

Quanto às circunstâncias às quais Duprat faz referência, são fundamentalmente a pacificação da vida política irlandesa e o rumo impresso à sua política por De Valera. O "*perigo vermelho*" desapareceu em meados dos anos 30, pois o IRA, dividido em várias ramificações, perdeu toda a sua importância na Irlanda (embora não no Ulster), e, uma

vez no poder, De Valera mostrou-se um reformista, e não um revolucionário.

Na Irlanda, mais do que um movimento fascista, houve um semifascismo, que deu o que falar de 1933 a 1936, e de origem conservadora, embora tenha chegado a se enfrentar diretamente com os partidos conservadores. Enquanto em outros pontos da Europa, os nacionalismos separatistas haviam se inclinado decididamente para o fascismo (especialmente se era este que lhes assegurava a independência), na Irlanda, uma vez conseguida esta sem essa ajuda, o nacionalismo separatista do IRA não abandonou seu velho caráter "*esquerdista*". Tivesse o fascismo irlandês se formado a partir dessas forças, muito possivelmente sua história teria sido outra.

FRANÇA

Existiu um fascismo francês? Esta é uma pergunta que se fazem vários especialistas destacados, e alguns deles concluem que não. E, no entanto, parece quase impossível pensar que, num país como a França, o fascismo não encontrasse eco.

A França, que através da obra de Maurrás e Barrès, os pais do nacionalismo, de Gobineau, o profeta do racismo, de Drumont, o criador do antissemitismo moderno, de Sorel, Le Bon etc., havia dado origem a quase todas as ideias que confluiriam no fascismo, desenvolveu durante os anos 1919-45 apenas movimentos fascistas minoritários, e até diminutos, que alcançaram uma importância política em seu próprio país muito menor do que a que teve o NSB, no seu, por exemplo.

O movimento da "*Action Française*", que teria uma imensa transcendência intelectual e cuja influência superaria em muito as fronteiras francesas, nascera em pleno "*affaire Dreyfus*" no final do século XIX. Dirigido por um grupo de destacados intelectuais — Maurras, Bainville, Daudet e outros —, por suas fileiras passaram intelectuais tão diversos quanto Proust, Gide, Montherlant, Bernanos, Malraux, Maritain e

Brasillach. O eixo do movimento era o jornal de idêntico nome, até que, em 1909, criou-se uma organização política para agrupar o movimento de opinião: a "*Liga de Ação Francesa*". A "*Liga*" era a forma típica de agrupamento das forças da extrema-direita francesa, desde que Déroulède fundara a "*Liga dos Patriotas*", razão pela qual, com a palavra "*ligas*", costuma-se denominar o conjunto dos movimentos de extrema-direita franceses.

A ideologia desenvolvida pela "*A.F.*" é conhecida: nacionalismo integral, monarquia descentralizada e tradicional, ordem social corporativa, antissemitismo e germanofobia. A crítica feita por Maurras ao sistema liberal e sua rejeição do marxismo eram totais. Chamaram-no de "*o Marx das direitas*" pela amplitude e profundidade de suas teorias. Pierre Sidos escreveu que "*Maurras encontra-se na origem da vasta involução de ideias que se produz, contra a desafortunada síntese de cosmopolitismo e democratismo, na Europa e no mundo, na primeira metade do século XX*", e Mohler nos assinala o porquê de uma influência tão decisiva: "*A doutrina de Maurras fascinou em seu tempo, principalmente a juventude acadêmica, ao oferecer um sistema completo e coerentemente montado, que tinha pronta uma resposta precisa para cada questão*".

A opinião da "*Ação Francesa*" a respeito do fascismo variou com o tempo. Quando se produziu a "*Marcha sobre Roma*", lia-se nas páginas de seu jornal que o fascismo "*é também um partido, como os precedentes, viciado pelo espírito revolucionário*", pelas ideias de 1789. Anos mais tarde, ao escrever seu célebre livro "*Minhas Ideias Políticas*", Maurras formularia um conceito mais favorável: o fascismo era "*um socialismo liberado da democracia, um sindicalismo aliviado das amarras com as quais a luta de classes havia submetido o trabalho italiano. Uma vontade metódica e feliz de unir num 'fascio' todos os fatores humanos da produção nacional: patrões, empregados, técnicos e operários. Um partido disposto a abordar, a tratar, a resolver a questão operária, deixando de lado as quimeras, de unir os sindicatos em corporações, de incorporar o proletariado às atividades hereditárias e tradicionais da*

Pátria". Um de seus lugartenientes, Léon Daudet, expressava-se, já no mesmo ano de 1922, nestes termos: "*O que me agrada no fascismo italiano é que está regulado como uma grande festa, como uma diversão superior que tende à salvação e à elevação de um grande povo*".

Quanto à opinião dos que representariam o fascismo francês sobre Maurras e a "*A.F.*", as opiniões eram ambivalentes, pois, se reconheciam seu papel na formação de sua ideologia, censuravam-lhe não ter ido adiante. Assim, Brasillach escrevia: "*Tivemos a sorte de encontrar, em nossa juventude, esse olhar de olhos cinzentos de Maurras, esse pensamento justo e duro, e essa paixão ardente por seu país e pela Juventude de seu país...*" mas Valois podia acusá-lo porque "*As gentes da 'A.F.' foram conduzidas por Maurras a absorver ideias pela leitura e a repeti-las pela palavra, mas não foram formadas para compreender o real, para analisar e descobrir o sentido dos movimentos, para tomar o comando e agir*". Rebatet descrevia por que ela havia deixado de ser sugestiva nestes termos: "*A Monarquia de Maurras, cujas virtudes passadas admirávamos, pertencia há muito tempo à metafísica, e Roma, o fascismo, era, ao contrário, uma tentação palpável*"; e, para finalizar, Drieu la Rochelle escrevia: "*Eu notava que a 'A.F.', que havia pressentido o verbo popular do fascismo no pré-guerra, o havia esquecido desde então*", para transformar-se no período entreguerras numa formação inteiramente reacionária, tanto por seu recrutamento quanto por seus métodos de ação e por sua incapacidade de atuar ativamente na política. Não surpreende, pois, que, como escreve Rallo, "*com a afirmação do fascismo na Itália, primeiro, e do nacional-socialismo na Alemanha depois, a 'A.F.' sofreu uma profunda hemorragia*", e seus militantes mais ativos foram se incorporando ou às "*ligas*" ultradireitistas, ou aos movimentos fascistas.

Ao terminar a guerra mundial, durante os anos 1918-20, sob a influência direta da revolução soviética, realizaram-se na França amplos movimentos grevistas e revolucionários. Para atuar contra eles surgiram várias "*ligas*". Em 1917, a "*Liga Cívica*", e, em 1919, a "*Liga de Oficiais da Reserva*". Passada a onda revolucionária, ambas as organizações

decaíram rapidamente. Com a vitória da esquerda (triunfo da "*Frente das Esquerdas*") em 1923, voltaram a renascer as organizações de extrema-direita, e, em 1924, surgia a "*Liga Republicana Nacional*", enquanto a já veterana "*Liga dos Patriotas*" criava uma ramificação juvenil, as "*Jeunesses Patriotes*" (Juventudes Patrióticas), que, dois anos mais tarde, declarar-se-iam independentes, dirigidas por Pierre Taittinger, e que eram "*anticomunistas, mas não muito mais*", nas palavras de Warner. Como sempre ocorria, passado o "*perigo vermelho*", essas organizações tendiam a desaparecer, e apenas a "*Juventude Patriótica*", que chegou a contar com 90 mil membros, manteve-se até os anos 30.

Nenhum desses grupos era fascista, e suas referências ao fascismo, mesmo num plano mimético, também não eram importantes. Até 1925, não surgiria na França um movimento especificamente fascista, voltado a captar os veteranos de guerra, grupo social que, em toda a Europa, havia composto o grupo inicial de seguidores do fascismo. Esse grupo surgiu da "*A.F.*" — Mohler falava do "*cisma*" de 1925 no nacionalismo francês — e tinha como nome "*Faisceau des combattants et des producteurs*" (Fascio dos Combatentes e Produtores), sendo seu principal dirigente Georges Valois, antigo anarcossindicalista que havia militado por muito tempo no grupo de Maurras e criara, anteriormente, um denominado "*Círculo Proudhon*", no qual se produzia "*uma surpreendente mistura de ideias nacionalistas e socialistas*", diz Schneider, "*o que viria a ser a característica política original do fascismo*". Esse veterano nacionalista de esquerda começou a censurar Maurras, desde 1923, pela incapacidade da "*A.F.*". Após voltar de uma viagem à Itália, onde foi recebido pelo "*Duce*", decidiu criar o "*Faisceau*", pois "*retornou a Paris convencido de que a única fórmula válida de luta nacionalista era o fascismo*", segundo Rallo. Buscou o apoio financeiro de François Coty, importante industrial perfumista, graças ao qual pôde lançar o jornal "*Nouveau Siècle*". Pouco depois, apareceu um livro-programa: "*Le fascisme*", no qual se podia ler: "*O nacionalismo e o fascismo apareceram até aqui como dois movimentos quase sempre opostos (...) A oposição do nacionalismo e do socialismo pareceu irreconciliável no seio do regime democrático (...) A operação salvadora do fascismo é anular o caráter irreconciliável dessa oposição:*

o fascismo incorpora num só movimento nacional e social, no plano da vida nacional e social, o nacionalismo e o socialismo”

Pretendia assegurar-se o apoio dos antigos combatentes, para copiar a “*receita*” italiana; mas o eco que encontrou foi escasso. Embora conseguisse “*unir homens vindos de horizontes políticos muito diversos, com antigos militantes da Ação Francesa, da extrema-direita, e dissidentes do comunismo, da extrema-esquerda*”, segundo Yves Guchet, a massa dos ex-combatentes permaneceu alheia ao movimento, mostrando-se mais propensa às “*ligas*” de ex-combatentes de extrema-direita. Apesar da imitação do modelo italiano, com o nome “*Faisceau*”, a introdução de camisas — “*neste caso, azuis*” — e a saudação romana, não há dúvida sobre as origens autenticamente francesas de sua ideologia, que era, para dizer com as palavras de Weber, “*uma tentativa de unir Joana d’Arc com a Comuna de Paris, ou seja, unir as tradições heroicas da direita e da esquerda*”.

O sucesso inicial do “*Faisceau*” fez parte integrante do desenvolvimento das “*ligas*” que mantinham uma agitação constante contra a “*Frente das Esquerdas*” no poder em 1924-26. O retorno ao poder de Poincaré e a “*União Nacional*” frearam de maneira decisiva o progresso do “*Faisceau*”, assim como o das “*Juventudes Patrióticas*”, escreve Dioudonnat. Diante da nova circunstância política, Valois respondeu inclinando seu movimento cada vez mais para a esquerda, o que provocou o fim do apoio financeiro de Coty e o afastamento do chefe da “*ala direita*” do partido, Bucard, assim como uma pequena e efêmera cisão (o “*Partido Fascista Revolucionário*” de Lamour). Chegou a criticar o regime italiano, acusando-o de reacionário, e acabou dissolvendo o movimento em 1928. Georges Valois seguiu evoluindo para o sindicalismo revolucionário, pregando o “*Estado Sindical*”, e se afastaria definitivamente do fascismo. Terminou seus dias num campo de concentração alemão como prisioneiro de guerra.

Mais sucesso em mobilizar ex-combatentes obteria a organização chamada “*Croix de Feu*” (Cruz de Fogo). Fundada em 1927 (dois anos depois do “*Faisceau*” e com as direitas no poder), essa “*liga*” de ex-

combatentes diferenciava-se das demais por seu elitismo inicial: para pertencer a ela, era preciso ter ganhado alguma condecoração em combate, uma "*croix de feu*". Foi patrocinada em seus inícios também por Coty, mas só começou a atuar na política a partir de 1929, quando se colocou à sua frente o coronel De la Rocque. Este ampliou a base da organização, admitindo primeiro todos os que tivessem servido mais de seis meses nas trincheiras e, depois (já em 1932), simples civis, enquadrando-os na seção "*Volontaires Nationales*" (Voluntários Nacionais), e criando-se seções juvenis e femininas. A organização estruturou-se de forma inteiramente militar, realizava grandes concentrações que, para a esquerda, pareciam autênticos treinamentos para um golpe de Estado, uma "*marcha sobre Paris*". Seus vários centenas de milhares de seguidores eram uma força de primeira grandeza que apoiou as candidaturas de direita em 1932 — ganharam, no entanto, as esquerdas — e que, em seu conjunto, apresentavam um aspecto similar ao de um movimento fascista, razão pela qual muitos o classificaram então como tal. De la Rocque, por sua parte, sempre o negou rotundamente, e Weber escreve que "*O movimento de De la Rocque distava muito de ser fascista*", opinião que é corroborada por Nolte: "*A 'Croix de Feu' não alcançava esse 'mínimo fascista' que deve ser comum a todas as organizações fascistas, apesar das grandes diferenças possíveis*". Sua verdadeira natureza era a de um movimento de ex-combatentes antiesquerdistas, que aspiravam à "*ordem*" e à defesa da Pátria e de seu Império contra inimigos exteriores.

O deslocamento das direitas do poder em 1933 motivou a inevitável floração de organizações antimarxistas. Coty apadrinhou outra formação, criada em 1933, a "*Solidarité Française*" (Solidariedade Francesa), primeira "*liga*" que buscou deliberadamente adotar traços exteriores mimeticamente fascistas e pregou um violento antissemitismo. Segundo Macheffer, "*nesse movimento o fascismo residia nas aparências, (...) o movimento expressava sua rudimentar ideologia, de inspiração bonapartista, sob alguns oropéis fascistas*". Mais importância teria a formação, por parte de Bucard, ex-dirigente do "*Faisceau*". Valoroso combatente na primeira guerra mundial, Bucard sentiu-se rapidamente tentado pelo fascismo. Nas palavras de Dioudonnat, "*tentou prolongar o*

espírito do fascismo de ex-combatente" que havia existido no "*Faisceau*". Procurou apresentar-se como *ortodoxamente fascista*. "*Nosso francismo é para a França o que o fascismo é para a Itália*", dizia Bucard, que pregava um ativismo a todo custo: "*protestar*", dizia, "*não é nada, falar é pouco, agir é tudo*". O "*Francisme*" correspondia muito bem aos modelos internacionais do fascismo. "*Com o francismo nos encontramos*", diz Macheffer, "*na presença do único verdadeiro fascismo francês, ativo, mas sem tropas*". Foi sempre, de fato, muito minoritário, por mais que suas milícias, uniformizadas com camisas azuis, se destacassem por seu ativismo. Bucard evitava sistematicamente qualquer "*mistura*" com a direita, mesmo que fosse antiparlamentar. Foi um dos mais destacados participantes no Congresso Internacional Fascista de Montreux.

Na esquerda francesa, produziram-se, também no curso do ano de 1933, dois fatos que é preciso anotar pela influência que terão no fascismo francês posteriormente. Um deputado chamado Bergery lançou uma iniciativa unitária antissocialista, o *"Front Commun"* (Frente Comum), que conseguiu a adesão de pequenos grupos políticos e algumas personalidades destacadas. O aparecimento posterior da *"Frente Popular"* da esquerda deixou quase sem seguidores o deputado radical-socialista. Outro deputado, este socialista, Déat, sob a influência direta dos postulados ideológicos do belga Henri de Man (autor do livro *"Mais Além do Marxismo"*) criou a corrente *"neossocialista"* que pedia um socialismo nacional, que, com base numa aliança entre o proletariado e as classes médias, levasse a cabo uma *"revolução construtiva"* sem inclinar-se pela *"ditadura do proletariado"*. Déat foi excluído da SFIO (Seção Francesa da Internacional Operária, nome da organização socialista francesa) e criou o *"Partido Socialista Francês"*, sobre o qual se verteu a *"acusação"* — como não! — de fascismo. Na realidade, Déat não havia abandonado suas convicções democráticas e ocuparia um ministério em 1936. Tanto Bergery quanto Déat evoluirão, posteriormente — como veremos —, para o fascismo.

Outra força a se levar em conta no estudo do fascismo francês da primeira metade dos anos 30 são os intelectuais. Como em toda a Europa,

na França também se produzia uma crise das ideologias clássicas, e o mundo intelectual estava em ebulição. Ao conjunto de correntes intelectuais *"reformadoras"* chamou-se *"os não conformistas dos anos 30"*, dentro das quais se podem distinguir até três ramos: a ala *"direita"* seria formada pelo grupo denominado *"Jeune Droite"* (Jovem Direita), capitaneado por Thierry Maulnier, o autor de *"Mais Além do Nacionalismo"*; a ala *"centrista"* personificava-se na *"Ordre Nouveau"* (Ordem Nova) e tinha como principal expoente Robert Aron; finalmente, a ala *"esquerda"* agrupava-se em torno de *"Esprit"* (Espírito), de Mounier, o pai do *"personalismo"*. Entre os *"não conformistas"* abundavam os discípulos de Maurras, e alguns passaram a militar depois na *"Solidarité Française"*, nos *"Croix de Feu"* e no *"P.P.F."* de Doriot, do qual falaremos adiante. Não pode ser catalogado como movimento intelectual fascista em seu conjunto, embora a esquerda francesa não pensasse assim; Hamilton escreve: *"Os não conformistas dos anos 30 exigiam a 'ruptura com o regime estabelecido'. Para a esquerda francesa, todos eram fascistas"*.

Junto a esses *"não conformistas"* ideologicamente para-fascistas em boa medida, houve um grupo de intelectuais especificamente fascistas. *"Em nenhum outro país o fascismo era, em tão grande medida, assunto também dos intelectuais"*, diz Nolte. Em torno da redação do jornal *"Je suis partout"* (Eu Estou em Toda Parte) criou-se uma corrente fascista de origem maurrasiana, que terá por principais expoentes Brasillach e Rebatet. Atuando de forma independente, estavam Drieu la Rochelle e Céline. Apesar das diferenças de estilo e temática de todos esses autores, uma ideia comum subjaz em sua obra: o fascismo de renovação, o fascismo é a poesia da juventude posta em pé de guerra. Para Brasillach, o fascismo é *"imenso e vermelho"* em sua mais nobre manifestação, os Congressos do NSDAP em Munique. Drieu la Rochelle dizia que o fascismo era *"viver mais depressa"*. Renovação, poesia e juventude são as chaves para interpretar o fascismo para essa *"geração fascista"* da intelectualidade francesa… Céline, autor dos tremendos *"panfletos"* antissemitas *"Escola de Cadáveres"*, *"Bagatelas para um Massacre"*. Brasillach, crítico literário, autor de obras sobre Corneille e sobre o

cinema. Drieu la Rochelle, o jovem marcado pela guerra das trincheiras, autor de novelas autobiográficas e ensaios políticos, um dos quais o tornará famoso, *"Socialismo Fascista"* (editado em 1934), são os autores imprescindíveis para conhecer um estado de espírito que se estendeu por uma grande parte da jovem intelectualidade francesa durante os primeiros anos 30.

Sobre este conjunto de movimentos políticos e ideológicos atuará de forma marcante um fato: a grande manifestação nacionalista do dia 6 de fevereiro de 1934, convocada em protesto pelo "*affaire Stavisky*". Este famoso "*affaire*" da política francesa explodiu quando se descobriu a grande quantidade de fraudes cometidas pelo judeu Stavisky, que havia desfrutado da mais completa impunidade graças ao apoio de parlamentares e governantes do partido Radical-Socialista então no poder. As "ligas" convocaram uma manifestação para o dia 6 de fevereiro, à qual o "partido francista" não quis se unir oficialmente por causa do caráter "direitista" das organizações envolvidas, embora seus militantes tenham participado. A manifestação transformou-se rapidamente em motim, e os manifestantes quiseram assaltar o parlamento; a polícia reagiu com firmeza e houve dezenas de mortos e centenas de feridos e detidos. Os manifestantes tornaram-se donos da rua por momentos, sem que houvesse força capaz de dominar aquelas massas humanas. Mas as "ligas" não haviam previsto de modo algum essa situação revolucionária, e não estavam dispostas a "assaltar o Poder". Quando comunicaram a situação a Maurras, este apenas soube dizer que não gostava de ver o povo perder o autocontrole. Os demais chefes das "ligas" tampouco tinham nada melhor a dizer. A manifestação foi se apagando e se dissolvendo. Rapidamente a esquerda acusou os organizadores de "conspiração fascista" contra a República, por haverem pretendido organizar a "marcha sobre Paris". Ideia totalmente falsa, tanto no que se refere à conspiração como ao seu caráter fascista. "A recente investigação", escreve Warner, não comprovou a acusação de que o motim de 6 de fevereiro de 1934 fora uma conspiração "fascista ou de outra ordem" para derrubar a República. Foi antes uma explosão particularmente violenta do latente anti-parlamentarismo da classe média parisiense, provocado por uma sucessão de governos impotentes, e por um

escândalo financeiro especialmente desmoralizante: o Caso Stavisky, no qual estavam envolvidos membros do Partido Radical governante. A refutação da "conspiração fascista" fica completada por Machefer ao escrever que "em nenhum momento o fascismo esteve ausente em tanto que grupo, em 6 de fevereiro, e as demais 'ligas' se referiam mais à herança monárquica ou cesaropapista". O "francismo", enfraquecido pela cisão antissemita liderada por Henry Coston, pouco poderia ter se desenvolvido, dada a escassez numérica de seus efetivos. Não tinha entidade suficiente para ser um partido do conservadorismo liberal, e menos ainda para as esquerdas. Na realidade, "quando as esquerdas francesas lutavam por um novo Frente de Unidade Antifascista não pensavam nos 'francistas' nem na *Solidarité Française*, mas nas grandes uniões de ex-combatentes, diante de tudo na *Croix de Feu*"... diz Nolte. Precisamente, nesse mesmo ano de 1934, a principal organização de ex-combatentes, a "*Confédération Nationale des Anciens Combattants*", havia se pronunciado contra o marxismo, a luta de classes e o liberalismo econômico, mas isso não a transformava, nem ao movimento de La Rocque, em fascistas.

Os fatos de 6 de fevereiro tiveram duas consequências principais. Por um lado, o gabinete radical de Daladier caiu, sendo substituído pelo direitista Gastón Doumergue, "o que bastou para acalmar muitos dirigentes e membros das 'ligas'". Por outro lado, a esquerda convocou, de forma unitária, em resposta à "conspiração fascista" de 6 de fevereiro, uma grande manifestação para o dia 9, no curso da qual nasceria de fato a "Frente Popular", que haveria de vencer nas eleições de 1936. "Não só 6 de fevereiro contribuiria para demonstrar a impotência da direita", como diz Macheffer, mas também, a longo prazo e como resposta ao "perigo fascista", daria lugar à Frente Popular. No entanto, a data converteu-se, para o fascismo francês, numa festa mítica, em símbolo do nascimento na França de um nacionalismo social e revolucionário, como movimento de massas. "Só os revolucionários", escrevia Brasillach, "compreenderam o sentido dos mitos, e das cerimônias (... o dia 6) foi uma instintiva e magnífica revolta, uma noite de sacrifício, que permanecerá na lembrança, com sua dor, seu vento frio, suas pálidas figuras correndo, seus grupos

humanos, sua esperança invencível numa Revolução Nacional, o verdadeiro nascimento do nacionalismo social em nosso país". Pouco importa se, mais tarde, tudo tenha sido explorado pela direita e pela esquerda. Tudo isso não impedirá que tenha sido o que foi. Drieu La Rochelle se expressava em termos semelhantes: "Nesse mesmo mês, nos dias 6 e 9, posso dizer que conheci todos os homens que, em Paris, merecem tal nome, e são dignos de amizade. Comunistas, patriotas... não é o mesmo, mas estão próximos uns dos outros. Em certo momento, por volta das 10 horas, no dia 6, na *Rue Royale*, cantavam-se ao mesmo tempo 'A Marselhesa' e 'A Internacional'. Eu teria desejado que esse momento durasse para sempre".

A extrema-direita tentou, após aqueles acontecimentos, constituir uma *"Frente Nacional"*. *"Bucard, em abril de 1934 — anota Macheffer — recusou aderir à Frente Nacional, que apresentou, justamente, como uma união de direitas"*. Os acontecimentos do dia 6 não influenciaram no sentido de *"fascistizar"* as *"ligas"*, nem muito menos. O coronel La Rocque, cuja participação tinha sido muito pouco heroica no dia 6, escreveu como livro programático do movimento que capitaneava *"Service Public"* (Serviço Público), no qual, *"segundo Macheffer, 'retornava às ideias tradicionais da direita'"*. Um destacado dirigente esquerdista da época, Pierre Cot, constatava que *"Mussolini ficaria surpreso se lhe dissessem que tinha discípulo o coronel La Rocque"*. *No verão de 1935, a "Croix de Feu" atingia o auge de sua força, mas, em vez de pensar num assalto ao poder — dada a potência do movimento e sua estrutura paramilitar — limitava-se a adiar tal ação "para as calendas gregas". Depois viria o triunfo da Frente Popular, o que demonstrava claramente a inequívoca derrota de La Rocque, a dissolução da "Croix de Feu" e a descomposição do movimento.*

Antes que tal triunfo esquerdista se produzca, surgiu na França o que se tem chamado de "fascismo verde": o movimento camponês francês fascistizou-se amplamente, e isso se concretizou com a formação, em 1935, da "Front Paysan" (Frente Camponesa), dirigida pelos irmãos Dorgères. Será o primeiro grupo fascista francês a contar com uma ampla

base social de trabalhadores. Contou com milícias "uniformizadas com camisas verdes" e com organizações de juventude; sua ideologia concretizava-se no programa da "Defense Paysanne" (Defesa Camponesa). Um ano e meio depois, o movimento tinha-se debilitado muito e perdera quase toda a sua importância. "A causa principal do fracasso desse fascismo camponês", julga Macheffer, "reside na estreiteza de sua base socioeconômica: um mundo de pequenos e médios camponeses, em decadência, num país em industrialização. Esse 'racismo' camponês não podia conduzir à tomada do poder senão em conjunção com as forças urbanas do fascismo, pouco desenvolvidas, por outra parte". Sem poder apoiar-se no débil "fascismo urbano", a "Front Paysan" buscou o apoio da "Croix de Feu", que se revelou igualmente débil, devido à inábil direção política desse movimento.

Uma das primeiras medidas que tomou a "Frente Popular" no poder, desde meados de 1936, foi dissolver as "organizações fascistas": a "Liga de Ação Francesa", as "Juventudes Patrióticas", a "Solidariedade Francesa", a "Croix de Feu" e o "Partido Francista". Algumas delas reorganizaram-se rapidamente, com um novo nome, e assim, no mesmo ano de 36, o movimento de De La Rocque transformou-se em "Partido Social Francês", o de Taittinger (as "Juventudes Patrióticas") em "Partido Republicano Nacional Social"; em 1938, reorganizaram-se os "francistas" como "Partido Unitário Francês". Nenhuma dessas forças políticas chegará a alcançar o desenvolvimento que tiveram antes do triunfo da Frente Popular; o próprio triunfo desta, à qual não haviam sabido se opor, as desacreditava.

Em contrapartida, teve um desenvolvimento espetacular uma força política nova, o "Partido Popular Francês" (P.P.F.), criado e dirigido por Jacques Doriot, que viu a luz no verão de 1936. Jacques Doriot, operário filho de operário, veterano da Grande Guerra, onde se destacara por sua bravura, foi, desde as grandes lutas sociais de 1918-20, um ativo dirigente esquerdista. Primeiro, nas Juventudes Socialistas; depois, após a "cisão de Tours", no recém-criado Partido Comunista. Foi um dos principais dirigentes das Juventudes Comunistas Francesas e trabalhou para a

Internacional Comunista — trabalho que o levou até a própria China. Doriot, o metalúrgico do bairro proletário parisiense de Saint-Denis, conseguiu também ser eleito prefeito da municipalidade de Saint-Denis e transformou seu município num verdadeiro modelo, pelas obras de assistência social que nele introduziu. Saint-Denis foi, para sempre, o feudo pessoal de Doriot.

No curso de seus anos de militância comunista, Doriot chegou a convencer-se de que Moscou utilizava a Internacional Comunista como sua "quinta-coluna" nos demais países, e que a utilizaria não tanto para expandir a revolução proletária, mas para servir aos interesses nacionais da Rússia Soviética. Sempre manteve uma posição de independência frente aos "homens de Moscou", o que lhe valeu ser posto de lado. A partir dos acontecimentos de fevereiro de 1934, exigiu a formação de um "Frente Popular Antifascista" com os socialistas. Na época, a política oficial de Moscou era criticar os socialistas como "social-fascistas", e essa ruptura da disciplina do partido valeu a Doriot o afastamento de seus cargos diretivos e, a partir daí, a ruptura definitiva com o marxismo. Ironicamente, pouco depois de sua expulsão do P.C., a direção da Internacional Comunista mudou de tática e começou a preconizar a política de "frentes populares antifascistas" que, apenas semanas antes, custara a Doriot o anátema e a expulsão.

"*Dentre a galeria de dirigentes das 'ligas' e fascistas franceses, emerge a potente personalidade de Jacques Doriot*", escreve Macheffer; e Nolte, por sua parte, assinala que "*É muito característico que dos poucos 'führers' autênticos do fascismo francês — Jacques Doriot, o mais destacado deles — não procediam do círculo dos renegados impacientes da 'Action Française', mas da dura disciplina do Partido Comunista Francês*". Rallo escreve que "*Seguindo na prática o mesmo caminho que Mussolini, Doriot passou do marxismo ao fascismo*". Todos os autores, como vemos, estão de acordo em assinalar Doriot como a personalidade política mais destacada e mais representativa do fascismo francês. Só ele gozava da capacidade carismática para converter-se num chefe de massas, e só ele possuía o dinamismo e a energia necessários para isso. Allardyce

sublinha como *"Doriot soube aportar a personificação ideal do chefe, a encarnação viva do 'milagre de Saint-Denis': dos operários reconciliados com a Nação, das esquerdas reconciliadas com as direitas, dos homens do 9 de fevereiro reconciliados com os do 6 de fevereiro"*.

Quanto ao P.P.F., Rallo diz que: *"O novo partido era, em substância, do mais puro estilo fascista, uma tentativa de superar os velhos esquemas de direita e esquerda, para dar finalmente ao povo um instrumento totalitário de renovação nacional"*. Pela primeira vez, o fascismo francês encontrou um inegável apoio popular. *"Por certo tempo"*, escreve Nolte, *"Doriot teve êxitos consideráveis: suas concentrações de massas no 'Velódromo de Inverno' estavam repletas, e ao novo partido aderiu um certo número de intelectuais de relevo"*. De fato, o P.P.F. foi uma importante organização de massas, que, em outubro de 1936, já reunia mais de cem mil seguidores e, em março de 1937, no seu auge, contou com quase cento e trinta mil militantes. O jornal do partido, *"L'Émancipation"*, tirava de 130 a 200 mil exemplares, e outros 100 mil tirava sua revista *"Liberté"*. Em agudo contraste com as *"ligas"*, o P.P.F. tinha uma proporção de trabalhadores entre 60 e 75%, e a idade média era muito jovem: 34 anos. Muitos dos filiados eram antigos comunistas, que se misturavam com os elementos fascistas provenientes das *"ligas"*. No conjunto de intelectuais que deram seu apoio a Doriot refletia-se uma composição similar: Paul Marion, Victor Arrighi e Paul Guitard vinham do P.C., e Claude Jeantet e Jean-Marie Aimot, da *"Action Française"*. Mas havia mais: Drieu la Rochelle, Claude Popelin, Bertrand de Jouvenel, Georges Suarez, Alfred Fabre-Luce, Ramon Fernández, todos eles destacados intelectuais do momento, uniram-se ao P.P.F., enquanto Alexis Carrel, Paul Chack, Jean Fontenoy, Abel Bonnard e Robert Brasillach expressaram sua simpatia e apoio sem aderir.

Diante das eleições gerais de 1937, o P.P.F. propôs a formação de uma *"Frente da Liberdade contra o Comunismo"*, à qual aderiram a *"Action Française"*, a *"Front Paysan"*, a *"Federação Republicana"* e os restos das *"ligas"*. O P.S.F. de La Rocque manteve-se à margem da aliança, a qual fracassou em seus objetivos eleitorais. Em 1938, o movimento de

Doriot apoiou a política de apaziguamento que se havia levado a cabo em Munique. Por essas duas atitudes políticas, o partido começará a desagregar-se. Para muitos franceses, a Alemanha era sempre, e acima de tudo, o inimigo eterno ao qual deviam se enfrentar, e qualquer política de apaziguamento frente à Alemanha era uma *"traição"*. Outros censuravam a Doriot sua aliança com as direitas na *"Frente da Liberdade"*, e *"este foi o caso de Drieu la Rochelle, por exemplo"*, afirmando que o partido caía no puro e simples anticomunismo. O P.P.F. debilitou-se notavelmente e, nos meses anteriores ao estouro da guerra contra a Alemanha, passou a pregar também uma política de *"mão dura"* com a Alemanha.

Alguns autores contestam a Doriot e ao P.P.F. seu caráter fascista. Por nossa parte, subscreveríamos quase sem inconveniente o seguinte longo parágrafo, devido à "*dupla*" Plumejane-Lasierra, que apresenta o P.P.F. como plenitude do fascismo francês: *"O P.P.F. é o único partido fascista autêntico que a França produziu. Até junho de 1936, a ideia fascista não se havia manifestado senão de maneira abstrata e incompleta. Liga impura, o fascismo de Valois permaneceu prisioneiro de suas origens sorelianas e maurrasianas, assim como do modelo italiano. Não falemos da derrisória 'Solidarité Française'. A ideia fascista efetuava um progresso incontestável com o 'Francisme', mas esse processo foi unilateral: se o fascismo de Bucard chegou pouco a pouco a libertar-se do espírito de 'ex-combatente' e do mussolinismo que foram componentes de origem, se conseguiu alcançar certo rigor, permaneceu, no entanto, esquelético, abstrato, desprovido de toda realidade política. Momento privilegiado no desenvolvimento da ideia, o 'Francisme' representa o estágio em que essa ideia atinge seu máximo de coerência, mas, ao mesmo tempo, seu máximo de irrealidade. O fascismo literário de 'Je suis partout' representa outro avatar da ideia fascista no curso de seu desenvolvimento. Aqui, o fascismo perde todo seu caráter de aridez abstrata e expressa-se liricamente. Parece por isso mais real, e o é, de certa maneira, esteticamente. Terá deixado o céu da ideologia pura para descer à terra? Não exatamente, porque os literatos de 'Je suis partout' não dão ao fascismo mais que sua expressão sensível, sentimental, poética. Expressão particular, parcial… Com a criação do P.P.F., a ideia*

materializa-se, porque o P.P.F. é um verdadeiro partido político que soube encontrar massas e militantes, dos quais estavam completamente, ou quase, 'desprovidos os fascismos anteriores'". O afastamento dos nacionalistas — por causa da política para com a Alemanha — e o dos anticapitalistas — pela política de aliança com a extrema-direita antimarxista — restarão forças ao P.P.F., que iniciou um processo de decadência do qual só sairá com a nova situação política criada pela ocupação alemã.

O mesmo ano em que surgiu o P.P.F., foi fundado um grupo clandestino, o *"Comité Secret d'Action Révolutionnaire"* (Comitê Secreto de Ação Revolucionária), conhecido por suas siglas, C.S.A.R., e ainda mais por seu *"apelido", "La Cagoule"* ("*a capucha*"). Formavam-no ex-membros da A.F. e dos *"Croix de Feu"* que consideravam que seus chefes eram demasiado tímidos frente ao comunismo e à Frente Popular. *"La Cagoule"* era uma reação de autodefesa estrita, pois, após o triunfo da *"Frente Popular"*, a *"ameaça comunista"* tornara-se palpável e real; muitos temiam uma iminente revolução. Nesse estado de espírito generalizado, surgiu o C.S.A.R., que alistou sobretudo militares e que estava estruturado de forma inteiramente militar. Seu dirigente era Eugène Deloncle, e ele e outros dirigentes não ocultavam suas simpatias pela Itália e pelo fascismo mussoliniano. Os *"cagoulards"* deram o que falar de si com a realização de vários atentados no ano seguinte, incautando a polícia grandes quantidades de armas. Entre a lista de indivíduos para *"executar"*, junto aos políticos de esquerda, encontraram-se os nomes de Taittinger, De la Rocque e Doriot. Os *"cagoulards"* não eram necessariamente fascistas, mas apenas indivíduos decididos a opor-se ao comunismo. A maior parte dos dirigentes foi encarcerada e só seria libertada quando, ao estourar a guerra contra a Alemanha, se lhes ofereceu a possibilidade — já que a maior parte deles eram oficiais — de redimir-se batendo-se no campo de batalha.

O C.S.A.R., se tivesse que ser enquadrado no fascismo francês, sê-lo-ia no *"fascismo de direita"*. Mas, na França, o *"fascismo de esquerda"* revelou-se como mais importante. Após Doriot, o ex-dirigente da

Internacional Comunista convertido ao fascismo, Bergery encaminhou-se também por esse caminho. Depois de realizar uma viagem pela Itália, o ex-deputado radical-socialista autodefiniu-se como um *"fascista de esquerda"* e deu tal ideologia ao seu pequeno *"Front Commun"*. Quanto ao *"neossocialista"* Déat, sem chegar a apresentar-se como fascista, postulou uma política de pacifismo frente às potências fascistas. Seu famoso *"Morrer por Dantzig? Não!"* contrastava violentamente com o ardente militarismo e belicismo dos fascistas franceses, que, levados por seu nacionalismo e, de certo modo, pela germanofobia que impregnava todo o nacionalismo francês, pediam a guerra contra a Alemanha nacional-socialista. Foi tal o zelo que demonstraram nesse sentido que, diferentemente do que ocorreu em outros países da Europa Ocidental, os movimentos fascistas não foram proibidos ao estourar a guerra, salvo o *"Partido Unitário Francês"* (*"francistas"*). O P.P.F. seguiu existindo, e *"Je suis partout"* continuou editando-se, mas sua força política, já muito reduzida, viu-se ainda mais debilitada pelo maciço chamamento às fileiras de dirigentes, redatores e militantes de base. Antes de 1940, o fascismo francês não havia sido capaz de destruir o sistema liberal, o qual resistira à situação econômica e às tensões políticas sem entrar em crise. A crise viria acompanhando os *"panzers"* alemães — não só crise das instituições, mas uma verdadeira crise ideológica para os franceses, para os quais seu mundo desabara com a *"blitzkrieg"*.

"A derrota", diz Dioudonnat, *"transformou as mentalidades: o tangível desmoronamento, visível, da força francesa, incitou a população a suspeitar de seus dirigentes, a não confiar no regime político, a duvidar dos valores estabelecidos e de seu modo de vida (...) Vencida por seus inimigos e traída por seus aliados (os ingleses bombardearam a frota francesa estacionada em Mers el-Kébir, o que afetou muito a população), perdendo a fé democrática e individualista, a França parecia disposta a deixar-se convencer por aqueles que, desde anos atrás, ainda que sem chegar a imaginar a amplitude da queda, lhe repetiam que declinava inexoravelmente. Desde seu ponto de vista, a derrota não apresentava o caráter de inesperado que teve a crise de 1929. O período da ocupação era a continuação lógica dos anos 30",* e por esse motivo *"a maior parte*

dos fascistas dos anos 40 são os mesmos da década anterior". Os principais beneficiários dessa crise não seriam os débeis movimentos fascistas, mas as forças conservadoras *"tradicionalistas"*. Diante da França, por obra da derrota — que rompia anos de tradição demo-parlamentar —, abria-se a possibilidade de iniciar uma Revolução Nacional, que pusesse fim à decadência trazida pelo liberalismo e pelo marxismo. Seria uma possibilidade frustrada, pois o regime que surgiu do Armistício germano-francês não captou, nem por um instante, a grandeza de sua missão histórica.

O governo da III República Francesa, incapaz de fazer frente às tropas alemãs, chama para que se fizesse cargo da direção do país a um dos poucos homens que podiam unir a todos os franceses, o marechal Pétain, o herói da resistência de Verdun, o moderno salvador da França. O velho marechal foi o que solicitou aos alemães a assinatura de um armistício e o fim das hostilidades. As tropas alemãs ocuparam o norte da França e a faixa costeira, pela necessidade de continuar a guerra contra a Grã-Bretanha; o resto do país, sem tropas de ocupação, ficou sob a autoridade do governo de Pétain, que se estabeleceu na pequena cidade de Vichy; o Império foi respeitado, e não se impôs ao novo regime continuar a guerra ao lado da Alemanha, apesar de que os ingleses levaram a cabo atos violentos contra a soberania francesa.

"O marechal Pétain", escreve Rallo, *"reunia todos os caracteres de 'grande chefe', mas a 'escola' de que provinha era muito distinta da que provinham Mussolini ou Hitler (...) militar ao velho estilo, maurrasiano, conservador, tradicionalista e moderado"*. Não era a figura idônea para pôr-se à frente de um Estado fascista e revolucionário. Pétain limitou-se a substituir a República Francesa pelo que chamou *"État Français"* (Estado Francês) e a trocar a trilogia *"liberdade, igualdade, fraternidade"* pela de *"trabalho, família, Pátria"*; durante os primeiros meses do novo regime, falou-se insistentemente de que ia realizar-se a *"revolução nacional"* e, em virtude disso, contou com o apoio das forças fascistas francesas, que logo teriam ocasião de decepcionar-se. De fato, o poder de Pétain nascia da lei de plenos poderes, que foi votada massivamente em julho de 1940

pela câmara legislativa: a câmara legislativa que resultara eleita nas eleições de 1936, que deram o triunfo à Frente Popular! Situação quase única na história, a de uns deputados esquerdistas votando a lei que consagrava o surgimento de um Estado que queria ser corporativista, e ao qual a esquerda acusou muito logo de fascismo… Depois da guerra, com a mais absoluta falsificação dos fatos, quis-se ver a origem do *"Estado fascista de Vichy"* numa *"conspiração fascista"*. *"Sugeriu-se"*, anota Douglas Johnson, *"que Pétain e seus associados mantinham desde antigo contato com os alemães, assim como que nunca tinham tido vontade de ganhar a guerra, e que preferiram render-se antes que entregar o poder a um governo esquerdista, mas o mais provável é que fossem muito pessimistas quanto ao resultado final da contenda"*. Trata-se de uma das mais grosseiras, e evidentes, falsificações históricas dos últimos tempos, que esquece que foi um governo esquerdista o que entregou o poder a Pétain, que esquece igualmente que, naquelas datas, os comunistas atuavam ativamente como *"quinta-coluna"* a favor da Alemanha NS, aliada da Rússia Soviética, até tal ponto que o próprio governo esquerdista havia devido proceder a dissolver e perseguir o P.C.F. A realidade é muito distinta: se a câmara parlamentar da Frente Popular votou os plenos poderes para Pétain, foi por causa da tremenda crise que supôs para todos os franceses a esmagadora derrota que lhes infligiu a Alemanha hitleriana. O regime de Vichy não foi o resultado de uma *"conspiração fascista"*; foi reconhecido por todas as potências estrangeiras, incluída a URSS e os EUA, e contou com o apoio inicial de quase todos os franceses, pois *"ninguém pôs em dúvida"*, como diz Johnson, *"— os franceses consideraram, por uma esmagadora maioria, que o armistício era, afinal, uma solução necessária"*.

Warner é da opinião de que *"houve indubitavelmente amplos elementos de fascismo em muito do que Vichy disse e fez"*. Essa afirmação deve ser matizada. Pode ser que houvesse fascismo no que Vichy *"disse"*, mas nunca no que *"fez"*. Nem Pétain nem a maior parte de seus colaboradores tiveram jamais qualquer simpatia pelo fascismo. Para eles, tratava-se de criar uma França capaz de ser admitida no *"Nova Ordem"* imposto pelas potências fascistas, Alemanha e Itália. Havia que realizar

uma *“atualização”* das instituições francesas, *“fascistizá-las”*, mas isso se realizava sem fé, por puro oportunismo político. O regime de Pétain suprimiu os partidos, mas não chegou a montar um partido único. Tentou criar uma ampla milícia que lhe servisse de apoio, e assim surgiu a *“Legião de Veteranos e Voluntários para a Revolução Nacional”*, muito mais similar a um movimento como a *“Croix de Feu”* que a uma organização paramilitar fascista. Introduziu-se legislação antissemita, mas não se aplicou praticamente. O *“Estado corporativo”* a implantar por Vichy revelou-se como outra fraude; *“Toda a legislação corporativista”*, constata Warner, *“supostamente destinada a suavizar os excessos do capitalismo e a abolir a luta de classes era, na verdade, apenas aparente”*.

Só o prestígio pessoal de Pétain pode explicar o apoio inicial dos fascistas franceses ao regime de Vichy. Quando a *“verdadeira essência do ‘Estado Francês’”* descobriu-se, as forças fascistas, que não podiam atuar na Zona Livre, dada a proibição dos partidos políticos, concentraram-se em Paris para denunciar o *“pseudofascismo de Vichy”*: *“o fascismo francês, concentrado na capital, em torno de Doriot e Déat, odiava mais as forças do ‘antigo conservadorismo’ de Vichy que o ‘general do rádio’ (De Gaulle, N. do A.) ou os lutadores da resistência”*.

Quais eram, então, as forças que apoiavam Vichy? Segundo Johnson, *“cabe distinguir em Vichy duas amplas frentes: uma filosófica e outra oportunista. O principal inspirador da primeira era Maurras; o principal expoente da segunda era Laval”*. Pétain fazia-se respeitar e apoiar por ambas as frentes. Maurras deu todo seu apoio moral ao *“Estado francês”*, no qual pensou que poderiam materializar-se suas aspirações políticas. Apoio que prosseguiu, diferentemente dos fascistas, até o último momento, e apoio que se fazia extensivo também à velada política antialemã de Vichy, também diferentemente dos fascistas. Laval era mais *“proalemão”* que Pétain, não por convicção ideológica, mas por oportunismo político: acreditava que era a hora histórica da Alemanha, e que essa era a *“carta a jogar”*. Pétain não deixou de opor-se a Laval, político veterano *“do sistema”*, que em outros momentos de sua história havia militado na esquerda e tentara aproximar a França da Rússia Soviética desde seu posto

ministerial. Em seu cargo de primeiro-ministro, seria sucedido por Darlan, outro oportunista, que, se não hesitava em entrevistar-se com Hitler em 1942, quando a Argélia, onde se encontrava, fosse ocupada pelos anglo-americanos, esteve a ponto de pôr-se à frente do *"movimento de libertação nacional francês"*, desbancando De Gaulle, o que não chegou a suceder por sua morte em atentado. A política de Vichy não era inspirada por uma ideologia fascista; sua atitude favorável à *"Colaboração"* baseava-se num fato consumado, a ocupação militar alemã; a palavra *"attentisme"* (especismo) é a que melhor definiu a ambígua posição de Pétain e seu regime, que, se oficialmente falavam de colaboração com a Alemanha e o Eixo, interiormente auto-organizavam-se de forma pseudofascista, mas de fato ajudavam os Aliados, ao sabotar em tudo o possível o esforço de guerra alemão. *"Os que logo estariam na ponta da política de Colaboração, os Doriot, os Déat, iam mais longe. Esperavam de Vichy uma verdadeira Revolução, que instaurasse um regime fascista ou nacional-socialista. Logo se verão decepcionados"*, diz Philippe Masson. Trotsky, que chegou a conhecer o regime de Vichy, definiu-o acertadamente não como fascista, mas como bonapartista. E, por sua parte, o veterano fascista francês Maurice Bardèche escreveu que *"pode-se dizer que, por seus métodos, seus homens e suas tendências, Vichy esteve em oposição a tudo o que chamamos fascismo"*.

Ao assinar-se o armistício com a Alemanha, começaram a recompor-se os partidos fascistas franceses, quase inexistentes pela dispersão de seus quadros por causa da guerra. Com o início do regime de Vichy, o grande tema político foi a constituição do *"Partido Único"* que deveria estruturar-se, se efetivamente tratava-se de criar um regime fascista. *"A batalha travada em torno do famoso projeto de 'Partido Único' foi o grande assunto dos inícios do regime de Vichy. Todos os políticos que se moviam por Vichy, todos os parlamentares inquietos por serem deslocados pela 'nova ordem', todos os 'chefes supremos' dos antigos grupos ativistas atuaram em torno ao centro de decisão que devia dar nascimento ao Partido encarregado de reunir a todos os adeptos da revolução nacional"*, diz Duprat. Um projeto de Bergery foi desfeito, e as leais afirmações de

Doriot, que se apresentava como um *"homem do Marechal"*, foram postas de lado. Vichy seria algo muito distinto do que ambos desejavam.

Doriot consagrou-se à tarefa de relançar seu partido rapidamente na Zona Ocupada, enquanto na Zona Livre de Vichy camuflava sua organização como *"Amigos de L'Émancipation"* (órgão oficial do P.P.F.). Os alemães não se sentiam inclinados a dar-lhe qualquer tratamento de favor devido a sua anterior política belicista contra a Alemanha, e em Vichy despertavam muitas suspeitas a obra do *"antigo comunista"*. Mas no fascismo parisiense apareceram inumeráveis organizações de reduzidas proporções, que oscilavam ideologicamente entre Vichy e o fascismo, levadas às vezes pelo oportunismo e outras pelo contágio da época de auge e esplendor máximo do fascismo; nenhuma dessas organizações ultrapassava o nível de grupúsculo: *"Partido Francês Nacional-Coletivista"*, *"Jovem Frente"*, *"Guardas Franceses"*, *"Partido Nacional-Socialista Francês"*, *"Frente Franco"*… Só uma dessas formações políticas estava chamada a desempenhar um papel político de relativa importância: o *"Movimento Social Revolucionário"* do antigo líder *"cagoulard"* Eugène Deloncle.

A única competência para Doriot viria do *"neossocialista"* Déat. O antigo militante e deputado socialista, ex-adherente do *"Comitê de Vigilância dos Intelectuais Antifascistas"*, que não havia chegado a romper com o sistema liberal no pré-guerra, viu-se comovido pela derrota da França, e foi só isso o que o levou ao fascismo: *"Foi a ocupação alemã que fez dele um fascista"*, afirma Macheffer. Segundo alguns autores, Déat atuou, conscientemente ou não, como peça de Laval, inimigo da atividade de Doriot, ao criar o *"Rassemblement National Populaire"*. Em todo caso, está fora de dúvida que o R.N.P. tirou possibilidades de desenvolvimento ao P.P.F. e transformou-se na principal força *"colaboracionista"* da Zona Livre, absorvendo o M.S.R. por algum tempo. O R.N.P. atacou sempre duramente a política *"attentiste"* de Vichy.

O *"Partido Francista"*, reorganizado com seu primitivo nome na Zona Ocupada, não soube sair de seu estado minoritário. Bucard apresentou-se como firme partidário da *"Colaboração"*, inclusive da superação do

"nacionalismo francês pelo socialismo europeu", mas, como sempre sucedeu com seu movimento, continuou sendo uma minoria. Junto a ele surgiram outras forças minoritárias, muitas vezes com vocação unitária, como o *"Grupo Colaboração"*, os *"Jovens da Nova Europa"*, os *"Jovens do Marechal"*, o *"Comitê Antibolchevique"*, o *"Partido Francês"*, a *"União Francesa"*, a *"Liga Francesa"*… nas nacionalidades periféricas também surgiram grupos que pretenderam aproveitar a situação criada para seus fins políticos, e os nacionalistas bretões, em especial, adotaram um aspecto de partido fascista, apoiando os alemães, na confiança de que estes concederiam no futuro a independência. Mais interesse que todos os grupos *"colaboracionistas"*, mais ou menos fascistizados, tinham os grandes órgãos de imprensa parisiense, desde os quais jornalistas e escritores fascistas ou filofascistas defendiam as teses da *"Nova Ordem Europeia"*: Georges Suarez, em *"Aujourd'hui"*, Brasillach e Rebatet, em *"Je suis partout"*, P. A. Cousteau, em *"Paris-Soir"*, Henri Lebre, em *"Le Cri du Peuple"*, Jean Luchaire, em *"Les Nouveaux Temps"*, Alphonse de Châteaubriant, em *"La Gerbe"*, Stéphane Lauzanne, em *"Le Matin"*…

O estouro da guerra contra a URSS foi o único motivo que chegou a unir, ainda que efemeramente, os partidos e grupos do *"fascismo parisiense"*. Representantes de todos os partidos políticos citados criaram o Comitê que deu vida à *"Legião de Voluntários Franceses contra o Bolchevismo"*, que, durante os anos da campanha da Rússia, bater-se-ia no leste, ombro a ombro, com os alemães. Só Doriot foi, entre os chefes políticos, combater na Rússia. Ao contrário, os que ficaram na França demonstraram maior interesse pela intriga. O *"cagoulard"* Deloncle, após tentar assassinar Déat para apoderar-se do controle do R.N.P., separou-se dessa organização com alguns de seus seguidores para recriar o M.S.R. Evidentemente, Deloncle era, antes de tudo, um conspirador nato, pois mais tarde pôs-se em contato com os círculos conservadores da *"Resistência"* alemã, o que lhe valeria ser executado pelos alemães… Graças ao crescente prestígio de Doriot, o P.P.F. lançou-se sem rodeios ao que se chamou *"a marcha para o poder"*. Déat, para evitá-lo, reuniu todas as forças *"colaboracionistas"* da Zona Ocupada na *"Frente Revolucionária Nacional"*, que contou com o apoio de vários grupúsculos

e órgãos de expressão, e também dos *"francistas"* e do M.S.R. de Deloncle, e só deixou de fora a Doriot. Enquanto tão lamentáveis enfrentamentos enfraqueciam as forças *"colaboracionistas"*, a situação militar evoluiu favoravelmente para os Aliados. Só sob essa pressão chegou-se a um acordo unitário, por exemplo, para formar uma pequena força que se enfrentou aos invasores na Tunísia francesa, junto às tropas ítalo-alemãs, a *"Falange Africana"*. Após a invasão do Norte da África francesa, os alemães ocuparam a Zona Livre, com o que aumentou, ainda mais, a confusão política. Na Zona Livre, os elementos mais radicais e defensores sinceros da *"Revolução Nacional"* haviam-se agrupado na formação de elite da *"Legião de Veteranos e Voluntários"*, o denominado *"Serviço de Ordem Legionário"* (S.O.L.), capitaneado por Darnand. Esses eram os únicos elementos que se pode catalogar de fascistas em todo o regime de Vichy. Desde janeiro de 1943, passaram a denominar-se *"Milícia Francesa"* e, posteriormente, estenderam-se à antiga Zona Ocupada (para então, toda a França já estava ocupada pelos alemães), absorvendo de fato as diversas milícias dos partidos colaboracionistas. No mesmo ano em que se criou a *"Milícia Francesa"*, alistou-se uma brigada de voluntários franceses para as *Waffen-SS*, que, reforçada posteriormente pelos elementos da *"Legião de Voluntários"*, assim como por voluntários franceses que haviam servido em outros ramos das forças armadas alemãs (do N.S.K.K. à Marinha), deu lugar à *"Divisão Carlos Magno"*, que haveria de bater-se na batalha de Berlim, na derradeira defesa do bunker de Adolf Hitler…

Só em 1944 os elementos *"ultras"* do colaboracionismo fizeram parte do gabinete de Pétain: Déat, como ministro do Trabalho, Darnand, como responsável pela segurança interna. Pouco depois, Pétain deixava de considerar-se chefe de um Estado e convertia-se em prisioneiro alemão, enquanto as forças anglo-americanas ocupavam a França após desembarcar na Normandia e na Provença. Um governo no exílio foi constituído na Alemanha, em Sigmaringen: ali, e naquelas circunstâncias, conseguiu-se uma união efetiva das forças *"colaboracionistas"*. Tarde demais.

Na França, à *"Libertação"* acompanhou uma tremenda matança de elementos fascistas e colaboracionistas (não eram a mesma coisa, embora pudessem coincidir). As cenas do mais puro selvageriam estiveram na ordem do dia nas ruas da França. O número de assassinatos, sem julgamento nem formação de causa, estima-se em uns 100 mil. E a isso há que acrescentar a repressão *"oficial"*: eram tantos os prisioneiros acusados que não bastaram os campos abertos pelos alemães e houve que abrir novos; criaram-se Tribunais Especiais que se distinguiram por sua dureza. Em 1946, o ministro da Justiça, Teitgen, não hesitava em declarar que Robespierre e Danton ficavam ao nível de amadores, tendo em conta a *"depuração"* a que se estava submetendo a França. Laval pagou com a vida sua política de *"attentisme"*, enquanto Pétain foi deportado de por vida para a ilha de Yeu. Maurras, também condenado à cadeia perpétua, apesar de que por sua virulenta germanofobia jamais havia colaborado, nem sequer moralmente, com os alemães, morreria anos depois de morte natural; *"foi algo mais que uma casualidade que sua morte se diferenciasse tanto da morte dos dirigentes fascistas"*, diz Nolte. Doriot morreu nos últimos dias da guerra, ao ser metralhado seu veículo. Bucard e Darnand foram fuzilados. Déat conseguiu esconder-se na Itália, onde morreria anos depois. Quanto à intelectualidade fascista francesa, sua sorte também foi variada: Drieu la Rochelle suicidou-se para evitar ser vítima de seus inimigos; Brasillach, Chack, Suarez e Jean Harold Paquis foram fuzilados; Luchaire, Cousteau e Rebatet foram indultados da última pena… Em janeiro de 1947, ainda havia 20 mil encarcerados, e, em 1954, ainda se produziram *"execuções"* de elementos *"colaboracionistas"*.

Existiu ou não o fascismo francês? Após a análise histórica que realizamos, inclinamo-nos a aceitar a conclusão de Nolte de que *"Seria errôneo dizer que na França não houve propriamente fascismo algum. No Estado nacional mais velho e mais sensível da Europa também o houve; seus começos foram os mais precoces, sua plenitude, a mais matizada e multidirecional, sua decadência, mais longa que qualquer outra"*. O fascismo francês foi débil e esteve constantemente dividido, sem conseguir chegar a fazer-se com uma base social sólida. Por ser a França um dos países mais favorecidos pela Primeira Guerra Mundial, falharam

reivindicações nacionalistas capazes de atrair as massas. A crise econômica não alcançou as cotas da Alemanha, e a crise social não chegou aos limites da Itália. O sistema liberal, com uma ampla tradição, resistiu. As esquerdas, após as experiências da Itália e da Alemanha, acharam um método eficaz de defender-se do fascismo com a Frente Popular. Os fascistas franceses não se transformaram em movimento de massas porque o grupo social que lhes deveria ter sido mais favorável, a classe média, permaneceu, globalmente, à margem. *"O Partido Radical"*, diz Macheffer, *"expressão histórica das classes médias, evitou, por seu hábil jogo, a ruptura da opinião em dois blocos antagônicos (...). Os dirigentes radicais puderam, no seio de coalizões de esquerdas, evitar o isolamento, decisivo no surgimento do fascismo, das classes médias, entre o grande capitalismo e a classe operária"*. O fascismo foi também incapaz de fazer-se com um espaço político próprio e não pôde deslocar, até tarde demais, as *"ligas"*, e especialmente a *"Croix de Feu"*. Por outra parte, apesar das mudanças habituais de governo e das crises inerentes ao sistema liberal, o país foi governado sempre por maiorias parlamentares, seja de direita (*"Bloco Nacional"* e *"União Nacional"*), seja de esquerda (*"Frente das Esquerdas"*, *"Bloco de Esquerdas"*, *"Frente Popular"*), e esse *"bipartidarismo"* resultou tão eficaz quanto o inglês na hora de impedir o aparecimento de novas forças políticas. O sistema liberal francês tinha, inclusive, alternativas próprias face à crise. *"Quando a necessidade de autoridade fez-se mais clara, quando aumentava o perigo de guerra, foi a um chefe radical ao que lhe correspondeu encarnar o autoritarismo republicano, à maneira de Clemenceau, na mais pura tradição jacobina. Daladier desempenhou o papel de 'homem forte' que convinha às estruturas sociais e políticas da França"*, diz Macheffer.

Incapazes de influir efetivamente na III República, os fascistas franceses tampouco jogaram um papel destacado no *"Estado francês"*, apesar de que o resto das forças políticas houvesse sido posto pelos alemães fora da lei; como constata Duprat, *"os partidos colaboracionistas foram incapazes de influir na política francesa, e jogaram um papel particularmente modesto, um dos mais humildes, em toda a Europa ocupada pelos alemães"*.

Na França, houve, no entanto, uma efetiva *"fascistização"* da vida política durante os anos 30 e 40. Plumejane e Lasierra, após demonstrar como as *"ligas"* e os pequenos movimentos fascistas só se desenvolviam nas épocas de crise, para desaparecer depois sob a acusação de *"fascismo"*, constatam como a direita francesa usou amplamente da *"acusação"* de fascismo para atacar as esquerdas francesas. Em resumo — dizem — na França sempre se foi fascista para alguém. Metade da França acusava a outra de fascista. Brasillach falava, em *"Je suis partout"*, de que na França se havia expandido um amplio *"espírito fascista"*: *"os traços desse 'espírito fascista'"* — comenta Dioudonnat — *"descobrem-se nas construções doutrinárias mais diversas. Os anos 30 são uns anos de pulular ideológico. Os fascistas franceses, aceitem ou não essa denominação, constroem cada um seu próprio fascismo, buscando justificativas no arsenal de referências que constitui o patrimônio de cada uma das tendências das quais têm nascido. Nesse sentido, há tantas variedades de fascismo como famílias ideológicas, grupos e subgrupúsculos há na França: fascistas dissidentes do comunismo (Doriot), fascistas socialistas (Déat), fascistas radicais de inspiração jacobina (Bergery), fascistas pacifistas, de centro-esquerda, e defensores da Sociedade das Nações (Drieu la Rochelle), fascistas conservadores moderados, fascistas nacionalistas republicanos, fascistas monárquicos…*

O fascismo dos anos 30 não podia encarnar-se num só movimento. Se o de Doriot, que reúne gente de todos os campos, está totalmente impregnado do *"espírito fascista"*, outros grupos, sobretudo de direita (as *"ligas"*, *"Action Française"*, *"Jeunesses Patriotes"*, *"Solidarité Française"*, e, em menor medida, *"Croix de Feu"*, e menos ainda partidos de direita moderada), mas também de centro e de esquerda (uma facção do neossocialismo em 1933, Bergery, mais tarde, com seu *"frontisme"*), são também mais ou menos afetados pelo contágio. De fato, se na França houve uma *"fascistização da direita"*, como o mostra desde o fascismo maurrasiano de *"Je suis partout"*, o fascismo insurrecional e clandestino da *"Cagoule"*, também houve uma efetiva *"fascistização da esquerda"*, e o papel chave que jogam na história do fascismo francês o ex-comunista Doriot e o ex-socialista Déat é o melhor exemplo.

O fascismo francês não teve uma importância em relação à sua *"pré-história"*. O país de Maurras e Barrès, de Drumont e Gobineau, de Sorel e Le Bon não viu desenvolver-se um movimento fascista poderoso. *"Ninguém é profeta em sua terra"*, como assegura o velho refrão castelhano? Talvez… Mas isso não tira interesse a seu estudo, pois, como diz Nolte, *"os grupos franceses tiveram raízes próprias (…) e além disso reavivaram a imagem do fascismo mediante um caráter e um espírito peculiar: graças à obra de Brasillach, Drieu la Rochelle…"*

PORTUGAL

Para a esquerda, Portugal foi um Estado fascista até o derrocamento de Caetano, na *"Revolução dos Cravos"* do 25 de Abril. A realidade é muito distinta. Nem sob Salazar, nem sob seu sucessor Caetano existiu um regime fascista no país lusitano. A história do autêntico fascismo português é outra e, em geral, é pouco conhecida.

Como em quase toda a Europa, o pensamento maurrasiano havia encontrado um amplo eco em Portugal, acentuado ainda pelo fato de que Portugal bebia, cultural e ideologicamente, das fontes francesas, em todas as suas manifestações culturais e políticas. Em 1914, nasceria uma corrente política inspirada em *"o Marx das direitas"*, nacionalista, tradicionalista e monárquica, mas também antiliberal, corporativista e descentralizadora. O nome com que se definiria essa nova ideologia é já indicativo do grau de influência maurrasiano: *"integralismo"*. Isso não quer dizer que fosse uma pura imitação, pois, como diz Martins, *"o Integralismo lusitano adquiriu uma importância vital e uma dialética própria, ainda que maurrasiana"*. O Integralismo difundiu-se durante as duas décadas seguintes, influenciando profundamente a juventude universitária portuguesa e a oficialidade jovem. Se o integralismo como tal jamais ocupou o poder — *"era mais um grupo de pressão ideológico que um partido em seu seio"* —, formaram-se nele tanto os homens que haveriam de se destacar no Regime salazarista quanto no fascismo

português. As primeiras publicações integralistas editaram-se em 1914, e um ano depois, os jovens integralistas davam suas primeiras conferências pelo país. Seus militantes rondavam em geral os vinte e cinco anos e logo ficaram famosos por seus métodos, que não fugiam à violência verbal ou física. Os conservadores clássicos horrorizavam-se ante suas ideias e diziam deles que eram *"os jacobinos da direita"*. Martins escreve que *"o vigor de suas negativas, a força dos ataques ao 'demo-liberalismo' e seus postulados lógicos (individualismo, soberania popular) e seus supostos corolários (coletivismo) foram os mais notáveis de sua época"*. Não se tratou de uma simples adaptação dos textos franceses; os integralistas souberam encontrar raízes próprias em Portugal e tiveram ideólogos próprios de grande valor. Ploncard d'Assac assinala *"que o Integralismo teve em António Sardinha a seu mestre mais atendido"*.

Devia, desgraçadamente, morrer muito jovem, aos trinta e sete anos, em 1925. Toda sua obra tendeu a apresentar a monarquia como realização integral das aspirações do nacionalismo. Pode-se dizer que teve, a respeito do nacionalismo português, a posição e o papel de Maurras no nacionalismo francês:

Os Integralistas não se limitaram a uma atividade puramente ideológica. Apoiaram todas as tentativas antirrepublicanas. Quando, em 1917, o então presidente da República, Sidónio Pais, proclamou uma *"ditadura nacional"*, os Integralistas, em geral, uniram-se a seu regime, tentando orientá-lo em direção corporativo-autoritária. Sidónio Pais foi um político *"que esteve muito perto de converter-se num guia carismático"*, segundo Martins, por sua grande capacidade oratória e para comunicar-se com as massas. Nesse sentido, foi mais *"fascista"* que depois Salazar, que jamais teve tais qualidades, tão típicas de um líder fascista. Há que sublinhar também, como faz Martins, que *"o experimento corporativista desenvolvido por Sidónio Pais, com o conselho e cooperação integralistas, precedeu ao fascista na Itália e ao do general Primo de Rivera na Espanha"*. Em 1918, Sidónio Pais foi assassinado, e o país voltou à normalidade constitucional. O movimento Integralista começou a sofrer cisões e manteve uma dupla luta: por um lado, contra o regime

republicano e, por outro, contra os que defendiam uma monarquia liberal. Quando, em 1926, os militares sublevaram-se e deram um golpe de Estado, dirigidos pelo marechal Gomes da Costa, os Integralistas prestaram apoio à nova experiência.

Desde princípios do século XX, Portugal havia vivido num estado de instabilidade política constante. Até 1926, a história portuguesa é, segundo Nolte, *"uma cadeia interminável de derrocamentos de governos e de presidentes, de assassinatos políticos, de levantes populares e de golpes militares"*. Por isso, a *"marcha sobre Lisboa"* do Exército contou com o apoio quase unânime de toda a oficialidade, superando seus enfrentamentos internos entre monárquicos e republicanos. O golpe militar era um golpe *"contra os políticos"*, a cuja corrupção e ineficácia se lançava a culpa dos males do país. A nova *"ditadura nacional"* não conseguiu estabilizar a situação portuguesa. Para começar, mal pôde arrumar a situação financeira do Estado, o problema mais grave do país, e, se acaso, piorou. Além disso, não tardou em romper-se a inicial unanimidade dos que haviam apoiado o *"putsch"* militar. Todos os partidos minoritários (desde o conservador até o socialista) haviam-no saudado como uma forma de romper o domínio que sobre a máquina eleitoral tinha o Partido Democrático, que *"ganhava"* por métodos mais que duvidosos todas as eleições. Os líderes desses partidos foram, apesar disso, deportados, embora não se proibissem os partidos. Os sindicatos e as organizações de extrema-esquerda foram perseguidas. Setores militares descontentes com o rumo que tomava a *"ditadura nacional"* amotinaram-se no Porto, em 1927, com o apoio da esquerda, sendo duramente reprimidos. Outros levantes violentos produziram-se em 1928 e 1931, e houve uma série de golpes de Estado e intrigas que foram descobertos e frustrados, ou que não prosperaram.

Para solucionar a grave crise financeira do país, os militares chamaram ao ministério das Finanças um professor universitário, António de Oliveira Salazar. Não procedia ele dos meios integralistas, pois durante sua vida universitária havia estado vinculado ao *"Centro Acadêmico da Democracia Cristã"*, onde, por certo, também se infiltrou a influência

maurrasiana. Oliveira Salazar pôs saneou eficazmente a economia do país e, graças a isso, foi-se fazendo cada vez com mais influência e poder no governo. Chamado ao ministério em 1928, ao cabo de quatro anos, ergueu-se à presidência do governo. Martins descreve assim o processo:

"Entre 1928 e 1930, o Doutor Salazar pôde estabelecer-se não só como técnico, mas também como guia político. Por volta de 1930, já tinha maior poder político que ninguém, ainda que seguisse sendo nominalmente apenas ministro das Finanças até 1932, em que subiu ao cargo de Presidente do Conselho de Ministros". O ano 1930 é uma data chave no surgimento do *"salazarismo"*. Até então, a *"ditadura nacional"* havia-se debatido entre instaurar um regime presidencialista ou voltar à normalidade constitucional após a *"pacificação dos espíritos"*. Nesse ano, Salazar definiu, em dois importantes discursos, o que devia ser o *"Estado Novo"*, o Novo Estado, que superaria essas duas alternativas, para instaurar um Estado Corporativo. Para apoiar a nova orientação que se queria dar à *"ditadura nacional"*, criou-se um movimento (*"União Nacional"*) que pretendia aglutinar os partidos da *"Ditadura Nacional"*. Este lançou-se a uma campanha política para impor a alternativa de Salazar aos demais setores que apoiavam a ditadura, campanha coroada pelo êxito, pois, em 1932, Salazar ocupava, como vimos, a presidência do Governo.

Começou então a construção do *"Estado Corporativo"*. O ambiente geral da Europa, com o tremendo impulso dos fenômenos fascistas, havia desbancado aqueles que propugnavam um gradual regresso ao *"Regime liberal"*, então em crise nos quatro cantos do velho continente. Se durante a *"Ditadura Nacional"* esta já havia recebido em alguma ocasião o qualificativo de fascista, com a subida de Salazar ao poder, essa *"acusação"* repetir-se-á insistentemente, e praticamente todas as forças políticas *"do sistema"*, desde os liberais até à extrema-esquerda, verão em Portugal um novo *"regime fascista"*.

Salazar fez aprovar, em 1933, uma nova Constituição, que foi anunciada como *"a primeira constituição corporativa do mundo"*. Uma série de leis fundamentais (como o *"Estatuto Nacional do Trabalho"*,

ditado em 1933) completaram o esquema do regime corporativo. Só na Itália fascista se fazia um uso tão amplo da terminologia corporativa. Mas as comparações com a Itália são enganadoras. Salazar inspirava-se no corporativismo católico, não no fascista, e em seu corporativismo *"havia um compromisso parcial com as forças demo-liberais"*, segundo Martins. Uma das duas câmaras estabelecidas elegia-se por sufrágio eleitoral geográfico, não corporativo. A oposição podia apresentar-se nas eleições e expressar suas opiniões na imprensa. Para Salazar, profundamente católico, o Estado totalitário era *"anticristão"* e *"pagão"*. *"O que distingue o regime de Salazar dos regimes fascistas não é só as instituições e seu espírito; é a personalidade mesma de Salazar, que não é comparável à de outros ditadores europeus (…) estava nas antípodas de qualquer forma de wagnerismo, de toda manifestação de romantismo de aventuras coletivas e de grandeza"*, escreve Paul Sérant. Nolte é mais sucinto, mas tem igual opinião: *"Ninguém podia estar mais longe que Salazar do tipo de chefe fascista"*. Igual identidade de critérios existe entre ambos historiadores ao analisar a *"União Nacional"*, que se transformou em partido estatal quando Salazar ocupou a presidência do governo. Segundo Sérant, *"A União Nacional Portuguesa, criada em 1930, não era comparável ao que foram o Partido Fascista na Itália e o Partido Nacional-Socialista na Alemanha"*. E Nolte opina que a *"União Nacional"*, por sua forma e funcionamento, *"correspondia totalmente aos partidos governamentais da Romênia e da Bulgária, que não tinham vida própria, e nem sequer uma dinâmica específica"*. Ao fascismo, Salazar agradecia a energia com que havia *"varrido"* a agitação esquerdista, mas acusava-o precisamente de *"imitar"* demasiado a esquerda, de ser, na realidade, uma nova esquerda. Salazar *"criticava o liberalismo e o marxismo em termos muito parecidos aos das teorias fascistas de toda a Europa"*, escreve Nolte, *"mas faltava-lhe a tendência anticonservadora que é tão característica de todo fascismo"*.

Qual havia sido a atuação, desde 1926, dos integralistas? Apoiaram calorosamente a ditadura nacional e trataram de convencer os militares, ainda indecisos na maneira de utilizar o poder que acabavam de ocupar, a não cair no *"demo-liberalismo"*. A partir dos discursos programáticos de

Salazar em 1930, respaldaram sua linha política. O Integralismo passou a dividir-se em quatro grandes correntes, que foram catalogadas por Martins. Em primeiro lugar, a *"velha guardia"*, ancorada em posições pré-fascistas, monárquica à maneira maurrasiana, que conservou sempre independência crítica. Em segundo lugar, os integralistas que adotaram uma posição favorável e aberta para os fascismos europeus, mas sem romper com o integralismo. Depois, os *"nacional-sindicalistas"*, a corrente integralista que se transformou na encarnação do fascismo lusitano. E, finalmente, os que se passaram ao serviço do salazarismo, proporcionando-lhe a maior parte de seus quadros dirigentes políticos e administrativos.

A evolução do integralismo — *"ideologia pré-fascista"* — ao fascismo pleno concretiza-se no movimento *"Nacional-Sindicalista"* português. Apesar da instauração do regime pseudofascista de Salazar em 1932, *"as ondas da época fascista alcançaram também Portugal, e isso não deixou de ter seus efeitos. Em dezembro de 1932, os periódicos de Portugal anunciaram a criação de um partido fascista, que se chamou 'Sindicalismo Nacional' e que foi dirigido pelo Doutor Rolão Preto"*, escreve Nolte. O novo movimento provinha quase integralmente dos ambientes integralistas, e alguns de seus chefes eram da *"velha guardia"* do movimento, precisamente aqueles que mais se haviam distinguido sempre por aproximar os ideais integralistas das camadas populares. Rolão Preto era amigo pessoal de Salazar, e seu propósito inicial não era atacar o regime, do qual esperavam que se desenvolvesse progressivamente. Queriam ser a organização de massas e a milícia armada do regime. O movimento uniformizou-se com camisas azuis e lançou o jornal *"A Revolução"*, além de 17 boletins e revistas distintas. Logo chegou a contar com 50 mil aderentes.

"Durante os anos 20, já se haviam criado várias organizações de milícias de inspiração integralista", como parte do processo de *"fascistização"* dos integralistas mais jovens, diz Martins. Os *"camisas azuis"* supunham a culminação dessa tendência. Opinavam que, se devia criar-se um Estado Corporativo moderno, deviam estruturar-se os elementos necessários para isso, e, para começar, um partido político digno

de tal nome, que lhe aportasse o apoio popular, *"já que a União Nacional não se havia desenvolvido como nada parecido a um partido totalitário"*, sempre segundo Martins. Se a *"ditadura nacional"* e o mesmo salazarismo haviam podido simplesmente ignorar e dar por inexistentes os anteriores brotos fascistizantes, esse não podia ser o caso do *"Nacional-Sindicalismo"*, que logo adquiriu grande importância. O governo não podia permanecer alheio à sua agitação. *"O objetivo do novo partido"*, escreve Nolte, *"era evidentemente ganhar o proletariado, que era contido mais que tranquilizado pela ditadura. Podia-se vê-lo como uma tropa auxiliar do regime, mas também como inimigo potencial. Para o governo, este segundo ponto de vista predominou. O movimento foi esmagado"*. Começou-se a exercer pressão sobre seus dirigentes; depois, restringiu-se sua propaganda. Em junho de 1934, Rolão Preto foi deportado. Em agosto, o *"Nacional-Sindicalismo"* foi oficialmente dissolvido. A diferença radical entre o *"ethos"* de Salazar e o do fascismo ficou de manifesto quando, após a dissolução, manifestou: *"Queriam viver uma vida intensa, frenética. Este não é meu fim. Eu o que quero é normalizar a nação"*. Por sua parte, o presidente da República, general Carmona, alegou que o movimento dos *"camisas azuis"* era desnecessário, pois ele mesmo era *"admirador de Mussolini"* e o governo participava *"na maioria de seus ideais"*. Inevitavelmente recorda ao primeiro chanceler da época *"presidencialista"* (ou *"bonapartista"* para outros) da República de Weimar, Brüning, que, ao proibir e dissolver a SA, a SS e a Juventude Hitleriana, dizia cinicamente que eram inúteis, pois o novo governo compartilhava seus fins.

Os *"nacional-sindicalistas"* não se resignaram. Os rumores de uma conspiração antissalazarista dos *"nacional-sindicalistas"* estenderam-se rapidamente. E, de fato, em setembro de 1935, tentou-se um golpe de Estado, com o apoio de alguns oficiais jovens e de setores operários. Mas o *"putsch"* foi abortado em questão de horas. O movimento descompôs-se. Os mais moderados pensaram que só cabia colaborar com o regime para tentar reformá-lo desde dentro. Rolão Preto, à cabeça dos radicais, não se resignou jamais e militou sempre na oposição a Salazar. Havia sofrido uma tremenda decepção daquele homem no qual confiou para implantar um

autêntico fascismo em Portugal, e que, na hora da verdade, o combateu e o esmagou.

Mas o regime de Salazar não pôde deixar de sentir o influxo de uma Europa plena de regimes e movimentos fascistas ou fascistizantes. O regime *"fascistizou-se"* em maior medida a partir do *"putsch"* de 1935, precisamente para tentar absorver o *"potencial fascista"* do povo português e evitar assim a repetição de um novo movimento de *"camisas azuis"*. Nessa fascistização, Martins distingue dois elementos propulsores: a *"influência fascista desde fora"*, isto é, a imitação e a influência do que ocorria em toda a Europa, por uma parte, e a *"influência fascista desde baixo"*, isto é, a presença de uma atitude profascista na população, que o regime tratou de assimilar para tirar-lhe periculosidade.

Em 1936, procedeu-se a criar, desde cima, o que Rolão Preto tratou de criar desde baixo: uma *"milícia"* à disposição do regime; dessa forma, evitava-se que tal milícia atuasse nunca contra o regime. A *"Legião Portuguesa"* nasceu com a motivação oficial de enquadrar os voluntários portugueses que lutavam nas tropas *"nacionais"* durante a guerra civil espanhola — uns 20 mil homens, a quem o regime de Salazar, amigo desde o primeiro momento da Espanha *"nacional"*, apoiava amplamente. No entanto, a *"Legião"* logo ampliou seu marco e suas funções e não se dissolveu ao acabar o conflito espanhol, subsistindo até o 25 de Abril e sua *"Revolução dos Cravos"*. Criou-se também uma organização estatal juvenil de afiliação obrigatória, a *"Mocidade Portuguesa"*; a *"Legião"* e a *"Mocidade"* utilizaram camisas de cor verde, a saudação romana e a organização paramilitar. O regime criou-as como *"mal menor"*, já que, como diz Martins, a *"Legião"* existia *"de facto"* antes de que se a reconhecesse legalmente, e a *"Mocidade"*, por sua parte, estabelecida por decreto-lei, baseou-se, no entanto, em anteriores e espontâneas organizações de estudantes nacionalistas.

A *"fascistização"* do salazarismo não responde só a uma situação lusitana. É um dos melhores exemplos do que ocorreu em toda a Europa: a fascistização de regimes conservadores com fins que eram, objetivamente, e se permite o jogo de palavras, antifascistas. Ao estudar estes regimes

"fascistizados", por relação aos regimes fascistas, Nolte escreve: *"Em outros lugares, os regimes imperantes adquiriam uma aparência fascista, mas sua origem não era outra coisa que as ditaduras conservadoras ou democracias autoritárias. Assim ocorreu em Portugal, onde as formações da 'Juventude Portuguesa' e da 'Legião' marchavam pelas ruas com idêntico uniforme e a mesma falta de oposição que as 'Juventudes Hitlerianas' na Alemanha, ou a 'Milícia Fascista' na Itália. Mas esse aspecto exterior não podia ocultar o fato de que o Partido Único, a 'União Nacional', fosse um elemento secundário, que o exército seguisse sendo a mais firme base do regime e que o presidente Salazar aparecesse enraizado em estratos diferentes e mais antigos que Mussolini ou Hitler"*. Noutra de suas obras mais destacadas, Nolte mantém idêntica opinião e julga que, no caso do regime salazarista, a partir de 1936, *"tratava-se só de uma assimilação externa aos Estados fascistas, enquanto todas as manifestações de Salazar não deixavam lugar a dúvidas de que ele repudiava o totalitarismo, inclusive em sua forma fascista italiana"*.

A *"União Nacional"* não tinha nem as vontades nem as possibilidades de mobilizar as massas. A *"Legião"* parecia-se muito pouco com a SA alemã, e inclusive a *"Mocidade"* era mais moderada que o *"Frente de Juventudes"* espanhol. Renzo de Felice assinalou que *"os regimes autoritários e conservadores clássicos têm buscado sempre desmobilizar as massas e excluí-las da participação política. Ao contrário, o fascismo tem criado sempre entre as massas a sensação de estarem mobilizadas permanentemente, de ter uma relação direta com o Chefe, porque ele é capaz de ser intérprete de suas aspirações, de participar e contribuir não na restauração de uma ordem social da qual conheciam suas limitações e sua inadequação histórica, mas numa revolução da qual nasceria uma nova ordem"*. Dentro dessa tipologia, o caso do salazarismo incluiu-se claramente no primeiro grupo. Robert Aron estabeleceu uma classificação similar e distingue entre os regimes de partido único, que possuem uma *"weltanschauung"*, uma legitimidade revolucionária, e aqueles que não possuem tal visão global e própria do mundo, que não têm partido único, embora o aparentem, e não têm nem legitimidade revolucionária, nem tampouco eleitoral, e se baseiam na despolitização das massas. O

salazarismo, como o franquismo, o petainismo e tantos outros regimes fascistizados, incluem-se na segunda categoria.

O fascismo português nasceu das fontes mesmas do Integralismo. Avaliou equivocadamente a verdadeira natureza do regime de Salazar, e isso o conduziu à fácil desarticulação desde o poder, um poder que aprendeu a lição e reagiu *"fascistizando"* sua aparência exterior. Se o enfrentamento entre os fascistas e os conservadores radicais não foi em Portugal tão violento e dramático como o fosse na Hungria ou na Romênia, não por isso foi menos real.

CAPÍTULO VI

O FASCISMO NA UNIÃO SOVIÉTICA

Por razões óbvias, o fascismo não pôde desenvolver-se na União Soviética no período que estudamos (1919-45). Mas isso não significa que o fascismo não tivesse um certo peso na história dos povos da URSS.

"Na Rússia", diz Nolte, *"haviam-se dado as raízes de um possível fascismo especialmente forte"*. Refere-se aos grupos pré-fascistas que surgiram após a tentativa de revolução esquerdista de 1905. Vários desses grupos eram puramente de extrema-direita, outros inteiramente ativistas (como as famosas *"Centúrias Negras"* que se destacaram no curso de numerosos *"pogroms"*). Só o grupo denominado *"União do Povo Russo"* pode ser designado como o germe de um fascismo russo, pois tanto era antissemita e anticomunista quanto anticapitalista e antiliberal, e exigia melhorias sociais para o campesinato e os operários. Entre 1905 e 1908, a *"União do Povo Russo"* foi ativa e importante, começando a decair a partir dessa data. Durante os sucessos revolucionários de 1917, não teria nenhuma participação.

Após a revolução bolchevique e a derrota dos *"exércitos brancos"*, muitos milhares de exilados russos estenderam-se por todo o mundo. A muitos animava um rancor gigantesco contra os bolcheviques, mas muitos outros lançavam também a culpa aos velhos partidos. Era natural que, nesses ambientes de exilados, influísse o exemplo do fascismo, então triunfante em toda a Europa. O fascismo russo nasceu entre os exilados e pugnou por penetrar no interior da URSS, empreendimento muito difícil, dadas as características da ditadura stalinista.

Em 1931, criou-se, na Manchúria, um *"Partido Fascista Russo"*, dirigido por Rodzaevski. Pouco depois, nascia entre os exilados nos Estados Unidos outro partido fascista; ambos fundiram-se em 1934 no *"Partido Fascista Pan-Russo"* e desenvolveram, desde a Manchúria, um ativo trabalho de infiltração de propaganda na União Soviética.

Na Europa, os círculos de exilados foram igualmente ativos. Em 1930, foi criada a "*União de Solidaristas Russos (NTS)*" cuja ideologia não era fascista, mas sim parafascista, distinguindo-se por não professar o totalitarismo político. A NTS compreendeu que deveria apoiar-se nos meios políticos alemães anticomunistas se quisesse destruir o poder soviético. As pequenas organizações de exilados, por si só, não bastavam para derrubar o stalinismo, e tornava-se inevitável uma ação militar estrangeira. Quando Hitler foi nomeado chanceler, muitos exilados acreditaram que ele seria o homem que destruiria o poder soviético. De fato, elementos russos exilados que haviam militado na "*UPR*" haviam tido certa importância no surgimento do nacionalsocialismo em Munique, "*transmitindo a experiência de seu breve apogeu, e seu longo fracasso, ao incipiente nacionalsocialismo*", como assinala Rogger, e mostrando aos alemães as estreitas conexões entre judaísmo e bolchevismo. Desde 1934, o "*Partido Fascista Pan Russo*" estabeleceu contatos com as novas autoridades alemãs. Em maio deste ano, a revista "*Fachist*", editada pelo partido, dizia que a política adequada a seguir era transformar a guerra da URSS com um país estrangeiro, em guerra civil, e pregava o "*derrotismo revolucionário*", como haviam feito os bolcheviques na Primeira Guerra Mundial: da derrota surgiria a revolução que libertaria os povos russos do marxismo. Criou-se também um "*Partido Nacionalsocialista Russo*" (RNSD), que propunha uma política similar, dirigido por Swetosaroff e fundado em abril de 1933 em Berlim.

Entre as nacionalidades europeias da URSS, os ucranianos eram os mais inclinados para o nacionalismo. Para eles, o regime soviético era tão opressor quanto o czarista, pois não lhes concedia o direito à autodeterminação, mas não confiavam nos "*fascistas pan russos*" que tampouco respeitariam sua identidade nacional. O nacionalismo ucraniano, por outro lado, inclinava-se muito para a Alemanha, e sabia que só o conflito entre Berlim e Moscou poderia permitir o renascimento de uma Ucrânia livre. Desta forma, os meios nacionalistas ucranianos, sobretudo a "*Organização Nacionalista Ucraniana*" (OUN), tanto os exilados pela Europa, como os das minorias ucranianas da Polônia (Galícia), e Tchecoslováquia (Rutênia subcarpática), sentiram-se tentados pelo

fascismo. Bertin afirma que se deu "uma evolução ideológica da maior parte das organizações ucranianas para posições próximas ao fascismo ou ao nacionalsocialismo, mas com ambiguidades". Com efeito, o componente básico continuava sendo o nacionalismo; os elementos racistas, ou corporativistas se acrescentavam dada a confiança em que a liberação viria graças às potências fascistas. Quando a política da Alemanha nacionalsocialista não responder às esperanças, produzir-se-á um relativo abandono dessas posições fascistizantes. Em 1938, Hitler não quis opor-se aos húngaros pela questão da Rutênia; os rutenos, que haviam solicitado o protetorado alemão, foram invadidos pelos húngaros após a desmembração da Tchecoslováquia, sem a oposição da Alemanha; em 1939, após a ocupação alemã da Polônia, se bem que a população galiciana recebeu um tratamento de favor, não lhe foi concedida a autonomia. Em 1941, finalmente, quando a URSS é invadida pelos alemães, encontrarão na Ucrânia a ativa colaboração da população, e a ajuda de formações armadas de nacionalistas; mas o nacionalismo ucraniano estava dividido, e setores rivais proclamaram dois governos autônomos, um em Lemberg, e outro em Kiev. Os alemães, eufóricos por suas vitórias, não mostraram demasiado interesse pelo nacionalismo ucraniano e aproveitando a divisão, dissolveram os dois governos, e proibiram a ação de grupos nacionalistas ucranianos. Uma profunda decepção estendeu-se entre os meios nacionalistas ucranianos. Surgiu um exército guerrilheiro que lutou ao mesmo tempo contra alemães e soviéticos (UPA: Exército Insurgente Ucraniano). A Ucrânia foi, apesar de tudo, a região mais "*colaboracionista*" da URSS, e os alemães recrutaram ali numerosas forças armadas auxiliares; depois, em 1943, a SS criou uma "*Divisão Galícia*", e, o Exército um denominado "*Exército de Liberação Ucraniano*".

No resto da União Soviética europeia, os alemães tampouco se mostraram, inicialmente, muito favoráveis às experiências "*colaboracionistas*", que se estenderam mais pelo interesse dos próprios russos que pelo dos alemães. Como suporte político de algumas das formações auxiliares armadas criadas por russos, organizaram-se pequenos grupos nacionalistas e antimarxistas. A NTS aproveitou, por sua vez, a

oportunidade para atuar no interior da URSS, e entre as massas de prisioneiros. Um membro do "*Partido Fascista Pan Russo*" levou adiante uma das mais destacadas operações "*colaboracionistas*": Kaminski, que criou na região de Lokot uma província autônoma por ele administrada, e uma brigada de combate. A política de "*derrotismo revolucionário*" estava sendo levada à prática, apesar da oposição alemã, pois os hierarcas do III Reich pareciam mais interessados pela conquista do "lebensraum", que pela liberação da URSS do comunismo.

O movimento "*colaboracionista*" russo superou as mesmas esperanças dos pequenos partidos fascistas russos, e escapou-lhes das mãos. A principal concretização deste "*colaboracionismo*", o "*Exército Russo de Libertação*", do general Vlasov, mal teve laços orgânicos com esses partidos fascistas. Os grandes documentos ideológicos deste movimento de libertação russo, o "*Manifesto de Smolensko*" em 1942, e o "*Manifesto de Praga*" em 1944, não revelam uma ideologia fascista. Há, sim, elementos fascistas, mas junto a elementos pan-eslavistas, e inclusive liberalizadores. A principal influência vinha do NTS, detectava-se a inspiração de alguns socialistas antibolcheviques; a revolução de 1917, por exemplo, não era julgada negativamente, embora sim o regime stalinista. O fascismo, em conclusão, não desempenhou um papel predominante nem no russo, nem no ucraniano. Havia, sim, uma simpatia mais ou menos profunda pelo fascismo, mas as circunstâncias do nascimento dos fascismos e a destes movimentos eram muito distintas. Isolada totalmente do resto do mundo após a Revolução Vermelha, no terreno ideológico, a doutrina fascista não havia podido penetrar e desenvolver-se a partir dos citados movimentos pré-fascistas. Muitos soviéticos duvidaram em chamar-se a si mesmos "*fascistas*", mas isto é enganoso. A propaganda soviética acusava de fascista a todo inimigo de Stalin, mas jamais precisou o que era o fascismo em realidade; nestas condições, muitos antistalinistas aceitavam o qualificativo de "*fascistas*" apenas para marcar sua oposição a Stalin.

Nolte assinalou como a "*fascistização*" do stalinismo tem sido, curiosamente, uma das principais causas que impediram o desenvolvimento do fascismo na URSS. "Desde que na União Soviética

voltavam a ser honradas as tradições nacionais russas, já não surtia efeito contrapor a ideia nacional ao internacionalismo; o opor a autoridade à dissolução revolucionária tinha pouco sentido desde que em Moscou residia um 'Voschay', um chefe..." Foram vários os fascistas europeus (entre eles o espanhol Ramiro Ledesma), que definiram o estado stalinista como "revolução nacional russa alheia por completo ao espírito autêntico do marxismo". Em todo caso, Stalin soube levantar a bandeira da "*grande guerra patriótica*", frente aos exércitos alemães, mais interessados na ocupação militar clássica, com tintas inclusive coloniais, que em servir de veículos de expansão para a ideologia fascista. Stalin soube utilizar o patriotismo, introduzindo um hino nacional que substituiu a "*Internacional*", excitou o militarismo (concedendo ao exército de novo o uso de sinais honoríficos) e até se ganhou o apoio da Igreja Ortodoxa. Não é de estranhar que se produzisse, ao final da guerra, um fato surpreendente para quem não conheça esta faceta do stalinismo: o chefe do "*partido fascista pan russo*" voltou voluntariamente à URSS; Rodzaevski escreveu a Stalin dizendo-lhe que ele personificava o que eles haviam entendido que devia ser o fascismo russo. Stalin mostrou sua verdadeira face de novo: mandou deter o chefe fascista russo, encarcerá-lo e assassiná-lo. O dirigente do Kremlin não duvidou em tomar emprestados métodos do fascismo para fazer-se com o apoio do povo russo; mas jamais seria um fascista. Junto ao dirigente fascista seriam assassinados muitos milhares de soldados russos, ucranianos, cossacos, caucasianos e turquestaneses, que haviam lutado integrados nas forças armadas alemãs. Centenas de milhares de homens, acusados de "*fascistas*", que haviam crido que só com a ajuda alemã seria derrubável o regime tirânico imposto à Rússia por Stalin.

CAPÍTULO VII

O FASCISMO NA AMÉRICA

Ao estudar o fascismo na América devemos distinguir nitidamente entre a América do Norte e a América Latina.

Nos Estados Unidos, deram-se numerosos surtos de fascistização. Mas, em seu conjunto, o país permaneceu alheio à agitação "*fascista*". A rejeição e o desinteresse dos americanos pelas ideologias (quem pode assinalar a diferença ideológica entre os republicanos e os democratas?), sua rejeição da disciplina partidária, e o sólido bipartidarismo, impediram que o "*contágio fascista*" progredisse. Independentemente disto, há inclusive uma "*fascistização*" da política governamental, como demonstra o "*New Deal*", similar à política econômica fascista.

Em seu conjunto, os grupos fascistizados norte-americanos foram francamente reacionários, e estavam impregnados desta devoção que sente a sociedade americana pela Bíblia, chegando-se ao caso de que grupos que afirmavam simpatizar com o nacionalsocialismo extraíam sua inspiração dessa obra judia.

O caso da América Latina é distinto. À parte de uns grupos que se pode classificar de fascistas: os "*integralistas*" e os "*nacistas*", o "*contágio fascista*" no subcontinente materializou-se em duas posturas: os pseudofascismos, de origem conservador, e escasso desenvolvimento, e os parafascismos, movimentos e regimes populistas, mais exatamente cesaristas-populistas, cujos exemplos seriam Vargas, dentro do período que estudamos, e já ao final dele, Perón.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Pela primeira vez vamos estudar um fascismo extraeuropeu. Tentamos demonstrar que nem mesmo os Estados Unidos, bastião da democracia, salvou-se do "*contágio fascista*". Um amplo espectro de movimentos

fascistas, fascistizantes e parafascistas (antissemitas, racistas, anticomunistas, nacionalistas) agitou este país, antes do estouro da guerra contra o Eixo. Neste pequeno estudo veremos, por uma parte, uma série de personagens que poderiam ter capitaneado um movimento de tipo fascista, e por outra, um amplo conjunto de movimentos, aos quais se costumava acusar de ser "*fascistas*", em muitos casos com bastante "*generosidade*".

A tradição do nacionalismo norte-americano não é em absoluto comparável à ampla e sólida tradição da qual na Europa gozaram os movimentos fascistas. Só algumas pequenas organizações antimaçônicas e chauvinistas atuaram durante a segunda metade do XIX. Outra corrente pré-fascista se detecta nos movimentos populistas e pré-poujadistas, nascidos entre a população branca pobre, muito impregnados de racismo e antissemitismo. Por sua parte, a Ku Klux Klan, havia surgido para fazer frente à agitação dos negros libertados, manejados por elementos "*nordistas*". Em 1869, o chefe da Klan, general Bedford, considerou finalizada sua labor e dissolveu a organização, embora alguns grupos subsistiram até 1872. Só em 1915 voltou a ressurgir a Klan, por mão do coronel Simmons, mas legalizada como organização. As atividades da Klan se desenvolviam contra os negros, mas também contra os judeus, os esquerdistas e os católicos romanos. A importância do grupo seguiu crescendo, seu ativismo de rua aumentou, sua propaganda se incrementou... A partir de 1922, a Klan participava nas eleições, conseguiram o controle de dezenas de condados, inclusive de Estados, como o Texas. Mais que de um partido clássico, à europeia, tratava-se de um "*lobby*", um grupo de pressão, modalidade política tipicamente americana. No dia 7 de agosto de 1925, a Klan leva a cabo uma grande demonstração de força em Washington: 40.000 "Klansmen" desfilam militarmente. No entanto, já haviam aparecido numerosas cisões no seio da KKK. Muitos militantes haviam passado a outras organizações políticas, à vez que as medidas legais de repressão se multiplicavam. De 1925 a 1928, a Klan perdeu importância aceleradamente. A partir de 1935, esta decadência se freia, e se relança o grupo, embora em estreita relação com os demais movimentos fascistizantes, como os "*Silver Shirts*", "*White Shirts*", ou o "*Bund*" germano-americano.

Singular importância teve a agitação antissemita desenvolvida por Henry Ford que, através do periódico "*Dearborn Independent*", lançou numerosas campanhas anti-hebreias, e é autor de um livro básico: "*O Judeu Internacional*", aparecido nos anos 20. Esta obra foi elogiosamente comentada pelo mesmo Rosenberg, enquanto Hitler, em 1923, dizia a um "*reporter*" americano que Ford era *"o dirigente do movimento fascista americano"*. No entanto, Ford, um homem só, sem um movimento de massas organizado que o seguisse, pouco podia fazer, e foi freado pelas pressões judias. Pois bem, o que conseguiu foi que o antissemitismo, que até então só havia tido uma importância marginal, se popularizasse, e se estendesse, chegando a ser uma séria corrente de opinião. Pouco forte, apesar de tudo, para vencer ao todo poderoso *"lobby"* hebreu dos EUA, o qual se permitiu inclusive, em 1933, declarar uma guerra privada à Alemanha NS.

Antes da ascensão de Hitler ao poder na Alemanha, não se detectam tendências fascistas ou fascistizantes de importância. Só a grande crise econômica de 29, que transformou profundamente o capitalismo e fez temer o avanço do comunismo, permitiu dar ao "*fascismo americano*" certas possibilidades, configurar-se como alternativa.

Um dos potenciais líderes foi Huey Pierce Long, da Luisiana. Homem com um indubitável carisma, Governador do Estado desde 1928, e senador desde 1930, levou adiante uma dura luta contra os capitalistas locais, o que lhe valeu uma grande popularidade, assim como seu programa de obras públicas e de alfabetização. Foi assinalado como "o que mais se aproxima de um líder fascista nacional", pelo ideólogo fascista americano Lawrence Dennis. Se bem apoiou inicialmente a Roosevelt, apartou-se dele por considerá-lo reacionário. Criou uma organização política própria, com o fim de conseguir a redistribuição da riqueza através da reforma fiscal. Long buscou o apoio dos elementos da 'direita nacional', e o obteve em boa medida. Lançou a ideia do "*Terceiro Partido*", frente ao bipartidarismo tradicional... Mas em setembro de 1935, e em muito estranhas circunstâncias, Long foi assassinado.

Figura de menor importância foi Francis E. Townsend. Com seus projetos sobre o relançamento da economia saltou à popularidade. Desenhou um quadro de reformas para sair da crise, e através dos "*Clubes Townsend*" criou sua própria organização política. Finalmente, certos escândalos deitaram a pique sua prometedora carreira política (algumas pesquisas lhe adjudicavam até um 10% dos votos cara às eleições presidenciais). Antes havia tratado de acercar-se a Long, sem chegar a formar, antes de sua morte, uma organização comum.

Mais importância e transcendência teve o sacerdote católico Padre Charles E. Coughlin. Através de emissões de rádio, nas quais difundia a doutrina social da Igreja, criticando o "*comunismo ateu*" e a incapacidade dos governantes para "sair da crise", ganhou grande popularidade, chegando a contar com 35 milhões de ouvintes. Em 1934 criou a "*União Nacional pela Justiça Social*", que retomava todos os temas do Populismo em sua crítica ao capitalismo. O principal tema do partido era a crise econômica, para buscar-lhe uma saída sem cair no comunismo. Coughlin também se acercou a Long, sem aceitar inicialmente a ideia de criar um "*Terceiro Partido*". Animado pelos êxitos obtidos em alguns pontos do país, como Ohio e Pensilvânia, Coughlin, que entretanto havia reorganizado seu grupo como "*Partido da União*", apresentou seu próprio candidato às eleições presidenciais de 1936. Como era de esperar, sem contar com o apoio dos seguidores de Townsend, nem dos do difunto Long, e frente ao poder dos dois grandes partidos clássicos, os resultados foram desconsoladores.

Rebatizou sua organização como "*Frente Cristã*" e, apesar de que oficialmente continuou pensando numa reforma da democracia e numa oposição ao fascismo, entrou numa via de decidida fascistização, como mostra o apoio prestado aos "*nacionais*" espanhóis durante a guerra civil de 1936, a progressiva adoção de temas antissemitas, e a formação de grupos paramilitares. Conforme Roosevelt encaminhava o país para a guerra, o movimento de Coughlin fez causa comum com toda a "*oposição nacional*" apoiando o comitê "*America First*". Finalmente, este sacerdote

católico adotou as ideias do citado intelectual fascista L. Dennis, e aliou-se a La Follette, antigo "*nacional-progressista*".

A guerra, no entanto, estourou. E Coughlin viu-se condenado ao ostracismo. Pela primeira vez um líder nacionalista mobilizava amplas massas planteando ao mesmo tempo uma alternativa social em absoluto reacionária, ao contrário, socialmente avançada. Sua ideologia não pode considerar-se como plenamente fascista, mas a partir de suas origens populistas, caminhava progressivamente nessa direção.

Long e Coughlin, e em menor medida Townsend, sacudiram o bipartidarismo dos EUA. Podiam ter aberto uma via ao fascismo, pois eles estavam em pleno processo de fascistização ideológica.

Uma fascistização que se entende a partir da profunda crise sociopolítica motivada pelo "crash" de 29.

Vinculados de uma maneira ou outra, em maior ou menor medida, ao movimento de Coughlin, houve uma série de organizações: "*União dos Cruzados Cristãos*", implantada no Sul, "*Vindicador Americano*", grupo fascistizante, e oposto ao belicismo de Roosevelt, "*Partido Nacionalista Americano*", grupo antissemita...

Com eles entramos a fundo já no fenômeno que se tem dado em chamar os movimentos "*shirts*" (camisas). Foi um conjunto de pequenos grupos, que à imagem dos fascistas europeus, destacou-se pelo uso das camisas de uniforme. Estas organizações, muitas vezes francamente reacionárias, estavam implantadas apenas a nível local, e foram incapazes de unir-se. Um especialista americano calculou, para o período de 1933-38, que existiam 82 destes movimentos. Para 1939, outro autor anotava até 120 organizações "*shirts*". Muitas não tinham mais que umas dezenas de afiliados. Em grande parte nutriam-se da KKK, então em plena crise interna, e a partir da qual surgiram organizações inteiras, como a "*Legião Negra*", ou a "*Frente Branca*". A ideologia era, globalmente, muito simples e rudimentar: racismo vulgar, nacionalismo de matiz chauvinista, rejeição do belicismo antifascista de Roosevelt, antissemitismo. Apesar de

sua extremada dispersão supunham várias dezenas de milhares de militantes, e ainda mais de simpatizantes e leitores de sua propaganda.

Uma das primeiras organizações foi a dos "*Camisas Azuis*", do reverendo Cox, e formada por operários desempregados de Pittsburgh. Por sua vez, os "*Camisas Caqui*" surgiram a partir dos veteranos da I Guerra Mundial, agrupados para reivindicar seu bônus de desmobilização. Seu chefe, o general Waters, chegou a parangonar-se com Hitler e Mussolini, assinalando que eles eram veteranos de guerra, e dirigiram movimentos formados por ex-combatentes...

A estes precursores seguiram outros grupos. Os "*Camisas Prateadas*", de W.D. Pelley, foram criados em janeiro de 1933. Desde o primeiro momento sublinharam suas afinidades com o fascismo e o nacionalsocialismo. E Pelley foi logo designado pelo antifascismo americano como "O homem mais perigoso da América". Conseguiu contar com 15.000 afiliados, e com tropas paramilitares ("*Rangers Prateados*"). Mas o grupo logo derivou para a extrema direita pura e simples. Extrema direita que nos Estados Unidos aparece sempre vinculada ao mais radical integrismo religioso, pregando-se suas organizações como "*cristãs*"; e constituindo uma forma de extremismo religioso que perdura ainda hoje nos EUA.

O grupo, com uma intensa atividade e uma moderna propaganda, seguiu crescendo, de tal forma que ao estourar a guerra entre os EUA e a Alemanha, Pelley foi designado como "o arquiquisling" da América.

O integrismo radical cristão difundiu-se através de uma plêiade de organizações, que também são integradas no movimento "*shirt*". Os "*Defensores da Fé Cristã*", do Reverendo Winrod, antissemitas, foram uma das organizações mais destacadas. Winrod colaborou com o "*Der Stürmer*" de Streicher e viajou à Alemanha NS. Igualmente se opôs ao belicismo rooseveltiano. Secundavam sua labor grupos menores como "*Defensores Cristãos Americanos*", "*Liga de Proteção Cristã*", "*Patriota Cristão Militante*", "*Mobilizador Cristão*", ou "*Partido Cristão*"... Mais importantes foram os "*Veteranos de Guerra Protestantes*", grupo de veteranos de guerra, e a "*Cruzada Nacionalista Cristã*", do Reverendo

G.L.K. Smith, colaborador em seu dia de Long, e de Coughlin, e mais tarde do comitê "*America First*".

Não faltaram grupos que tomaram o nome de "*fascistas*" como o "*Partido Fascista Nacional*", formado em 1928, a partir de ex-membros da KKK, e que contou com esquadras de "*Camisas Negras*". Mais minoritário foi o "*Partido Fascista Americano*". E existiu um "*Partido Nacional Socialista Americano*", dirigido por Stahrenberg.

A nomenclatura de "*gentios*" aparece nos grupos "*shirts*" mais radicalmente antissemitas: "*Frente Gentílica*", "*Liga de Proteção Gentílica Americana*", "*Partido dos Trabalhadores Gentios*", "*Movimento da Juventude Gentílica Americana*", etc. O nacionalismo norte-americano era o tema central de outros grupos, como "*Vigilantes Pró-Americanos*", "*Patriotas Americanos*", "*Legião Leal da América*", "*Legião Patriótica da América*", "*Defensores Americanos*", "*Partido da Ação Nacionalista Americana*", "*Partido Ultra Americano*"... foram alguns destes grupos.

Outra corrente foi decididamente conservadora, voltada para a defesa da "*livre empresa*" e da "*igualdade de oportunidades*". Por exemplo o "*Movimento de Crédito Social Americano*" (também conhecido como "*Camisas Verdes*"), "*Sentinels of the Republic*", "*Escritório de Pesquisa Patriótica*". Entre elas havia movimentos de ação, e também centros de documentação e propaganda, como o "*Edmonson Economics Services*", que difundia informação sobre os "*lobbys*" judeus. São grupos mobilizados em grande medida pela oposição à política de intervencionismo econômico estatal de Roosevelt, denunciada por eles como "*bolchevizante*". Em alguns grupos manifesta-se mais nitidamente este caráter conservador, como nos "*Cruzados pela Liberdade Econômica*", chamados também "*Cruzados Camisas Brancas*". Esta ideologia econômica reacionária que defendia o liberalismo econômico e atacava os monopólios e as macroempresas, e a intervenção estatal, por muito que se disfarçasse com "*Camisas Verdes*" ou "*Camisas Brancas*", não pode fazer-se passar por fascismo.

Menção à parte merece, no conjunto de movimentos "*shirts*", o "*Partido Progressista Nacional da América*", o único de origens

esquerdistas, fundado pelo governador de Wisconsin, Philip La Follette, em um mitin que Ladislas Farago descreve como de tipo plenamente fascista. La Follette havia conhecido, sobre o terreno, a Alemanha NS, e a julgava muito positivamente.

O Partido, tanto a nível de organização, como na ideologia, expressava uma forte tendência fascista, conseguindo 8 cadeiras na Câmara dos Representantes, e no Senado em 1938. La Follette colaborou com o Comitê "*America First*", e aproximou-se do ideólogo Dennis. Estes dois, junto com Coughlin, lançaram então o "*Partido America First*", com um programa fascistizante e antissemita, pouco antes do ataque japonês a Pearl Harbor.

Finalmente, há que citar o "*Deutsches-Amerikas Bund*", grupo nacionalsocialista, fortemente implantado entre a minoria alemã dos EUA. O "*Bund*" estava dirigido por Fritz Kuhn, e se bem aspirava apenas a contar com afiliados de origem alemã imigrados, ao serem estes cidadãos americanos legalmente, o "*Bund*" pode ser considerado um partido americano. Uniformizado de maneira paramilitar, o "*Bund*" escapará em grande parte das taras ideológicas típicas nos grupos americanos. O grupo foi fundado em 1936, e durou até 1939, data em que foi proibido. Mas já antes, em 1937, as autoridades do Reich desmentiram oficialmente às autoridades americanas sua vinculação com o "*Bund*".

Toda esta amplia galeria de figuras e grupos nos fala de uma efetiva fascistização na vida política americana. Mostra a capacidade expansiva do fenômeno fascista. Mas, em rigor, o fascismo americano foi muito pouco importante. A razão está na mesma configuração ideológica dos EUA. No número de "*Nouvelle École*", de outono de 1975, Robert de Herte e Hans Nigra escreviam: "*O marxismo clássico não se estabeleceu jamais mais que de maneira marginal nos Estados Unidos. E não porque os americanos lhe encontrem erros doutrinais, mas pela incapacidade que têm para assimilar qualquer doutrina. E o que atua em um sentido, atua também em outro.*"

"*Há o mesmo risco de ver um dia uma América 'fascista', que de ver uma América 'comunista'. Para a maior parte dos americanos, o*

comunismo e o fascismo têm a mesma inspiração ideológica". Os autores acrescentam mais adiante: "*Na extrema direita, como na extrema esquerda americana, as ideias brilham por sua ausência*". Outro traço ideológico impede a formação de um fascismo eficaz nos Estados Unidos: a rejeição do "*ianque*" à ideia de autoridade: "*Acrescentada à rejeição da autoridade, a repugnância frente às ideologias conduz à impotência das organizações para desenvolver-se a nível nacional. Milhares de partidos, agrupamentos e organizações nascem e desaparecem no espaço de poucos meses*".

A maior parte dos "*fascistizantes*" americanos provinham da direita, salvo certas notáveis exceções. Segundo os autores citados, "*O exame do fascismo americano, fenômeno tão marginal como o comunismo 'stricto sensu' mostra que não tem de fascismo mais que o extremismo verbal e o gosto pelas camisas de cor*". A presença constante de sacerdotes: Coughlin, Winrod, G. L. K. Smith, Cox, lógica, tendo em conta a atitude da sociedade americana para com a religião, tingiu os movimentos fascistizantes de um curioso aspecto religioso, buscando-se, inclusive, a inspiração no Antigo Testamento, e denunciando os judeus como "*o Anticristo*". Esta referência constante à Bíblia, tão típica dos EUA, seria impossível de encontrar nos fascismos europeus.

Estes grupos não souberam articular uma ação política coerente, nem, por suposto, unir-se em um só partido. Só a criação do comitê "*America First*", dirigido contra a política de belicismo antifascista de Roosevelt, foi um êxito popular, pois respondia aos desejos massivos do país de não entrar na guerra. O comitê, dirigido pelo célebre aviador Lindbergh, mobilizou uma grande corrente de opinião, mas o ataque japonês a Pearl Harbor afundou sua labor.

Só ficam por sublinhar dois dados. O primeiro, é a atitude favorável para com o fascismo de alguns dos principais valores artísticos e intelectuais americanos, como Lovecraft e sobretudo Ezra Pound. O segundo, é o processo que em 1942 foi montado para condenar os principais dirigentes dos grupos fascistizantes: Pelley, Winrod, Edmonson, etc., sofreram diversas condenas, acusados de "*traição*" ao país, dada sua

ideologia política... Um brilhante exemplo de respeito às liberdades democráticas.

Apesar de que o fascismo americano não é em absoluto sugestivo, e não aporta nada novo, demonstra que nem o "*sancta sanctorum*" da democracia, o primeiro país que realizou a Revolução Liberal, viu-se livre do "*contágio fascista*".

AMÉRICA LATINA

A palavra "*fascismo*" aparece quase cotidianamente associada à expressão América Latina nos órgãos de comunicação de massas. Se havemos de crer aos teóricos marxistas, a América do Sul de nossos dias é, após a Europa de 1919-45, a segunda grande região mundial que caiu "*sob as garras*" do fascismo. Pelo marco cronológico ao qual se prende este estudo, não vamos a estudar, por exemplo, o Chile de Pinochet. Mas devemos deixar muito claro que na América hispana o fascismo jamais desempenhou esse papel decisivo que alguns lhe conferem.

Diz Hugo Neira, em sua obra "*Cesarismo Populista*", que na "*América Latina os partidos de massas, os partidos dominantes, no sentido dado a esta noção por Duverger, não pertencem a nenhuma das formas políticas habituais na Europa. Se encontramos partidos tradicionais – liberais, conservadores – estes estão longe de ser os mais importantes, sem que por isso o sejam os partidos socialistas e comunistas*".

Isto é exatamente o que ocorre também com os fascismos. Só têm uma importância marginal. As tradições, os hábitos, os ritmos políticos sul-americanos, como os dos EUA, são muito distintos aos da Europa. O fascismo foi um fenômeno especificamente europeu, e se influiu na América foi só superficialmente; muito talvez, mas só superficialmente. Sem alterar no radical a peculiar vida política autóctone.

Pois bem, dado que para a esquerda o termo "*fascista*" não é um conceito com conteúdo ideológico "*histórico*", mas uma arma arremessável no combate político, em virtude do desprestígio que o acompanha, esta se empenha em descobrir fascistas um pouco por todas as partes.

David Viñas, em seu pequeno livro "*O que é o fascismo na América Latina?*" é um exemplo claro do que dizemos. Este autor tratou de explicar por que se pode falar de fascismos no caso latino-americano. Segundo ele, não deve duvidar-se de que hoje em dia Chile, Argentina ou Brasil são fascismos, se bem "*convém manejarse com uma especial sutileza frente aos modelos clássicos de fascismo na hora de aplicá-los explicativamente ao Brasil, Chile ou Argentina, em particular quando se trata da Alemanha de Hitler e a Itália de Mussolini, inclusive respeito a outras variantes fascistas como o corporativismo português, o falangismo e o nacional-integrismo de Franco, ou a 'revolução nacional' da França de Pétain*". Viñas demonstra assim seus "*amplos*" conhecimentos sobre fascismo ao incluir em um mesmo conjunto a Hitler e a Pétain, a Mussolini e a Franco... mas além disso reconhece que, em rigor, pouco assemelha estes regimes sul-americanos com a Alemanha NS, por exemplo. Para justificar-se, Viñas desenvolve então sua tese do "*neofascismo dependente*".

Analisemo-la por partes; Viñas afirma que: "*o processo mecanicista de aplicação das categorias europeias de fascismo, mediante o deslocamento de uma óptica de um país central (isto é, do grupo de países 'imperialistas' e desenvolvidos europeos. N.d.A.), a um periférico (país colonial ou subdesenvolvido, N.d.A.) pôs de manifesto sua rigidez quando sobre os anos da Segunda Guerra Mundial se caracterizou figuras como Vargas ou Perón de fascistas. E ao varguismo e ao peronismo como fascismos*". Nem Perón nem Vargas foram fascistas, de acordo. Ainda que os neofascistas europeus tenham demonstrado sempre grande simpatia pela figura e a obra de Perón. Nem um nem outro enquadram-se plenamente nos traços do fascismo europeu. E Viñas, dado o apoio de que ambos gozaram em seus respectivos países pelas massas populares, já que não foram as ditaduras militares reacionárias clássicas, procura aumentar as

diferenças, para que não se deite a pique a manida ideia do fascismo como movimento antipopular. E no entanto, tampouco enquadram com os esquemas do fascismo personagens como Pinochet, Banzer, Videla ou Stroessner, e ainda assim Viñas insiste em catalogá-los como fascistas. Ciente da impossibilidade de fazê-lo, Viñas recorre à ardil de catalogá-los como neofascistas. Não se trata de um renascer do fascismo clássico, mas de um novo tipo de fascismo. Com idêntico rigor científico poderíamos dizer que Mao, Fidel Castro, etc., são neofascistas. Basta criar um modelo "*neofascista*" apropriado. Na realidade, do que se trata, por parte de Viñas, é de colocar a qualquer ditadura o qualificativo de "*fascista*", para que se desacredite ela e desacredite ao fascismo.

Viñas diz que "*o peculiar fascismo dos generais brasileiros, argentinos ou chilenos depois de 1964*", deve ser designado como "*neofascismo dependente*". Por suposto, refere-se à dependência de uma potência imperialista exterior, da qual estes citados generais são "*peões*". Dificilmente é possível imaginar uma aberração maior. Se há uma característica clara nos fascismos, essa é seu nacionalismo visceral. Aos movimentos fascistas lhes repugna até tal ponto, inclusive, a aparência de uma direção estrangeira ou internacional, que mesmo os tímidos tentativos de criar uma "*Internacional Fascista*" europeia, em meados dos anos 30, falharam estrepitosamente. A ideia de dependência exterior exclui, por definição, a de fascismo.

Feitas estas precisões, devemos passar ao estudo da influência do fascismo na América do Sul, até 1945. Cabe distinguir duas facetas: os pseudofascismos, movimentos miméticos, minoritários e muitas vezes reacionários. E os parafascismos. Estes vinculam-se, sobretudo, aos movimentos populistas sul-americanos, chegando até os limites do caudilhismo e da ditadura militar. Sua personificação mais exata são os cesarismos populistas de que fala Neira. Em todo caso, há que sublinhar que se trata de correntes políticas de origem autóctone. Nem o populismo, nem a ditadura chegam da Europa, mas já estão presentes na história americana do século XIX.

Os pseudofascismos, os imitadores, não formam quase partidos importantes. São personalidades isoladas, muitas vezes, do âmbito intelectual e universitário. Viñas sublinha, desta vez com razão, que "*são capelas, seitas ou ateneus, jamais movimentos*", caráter este que os afasta dos fascismos autênticos. Seduzidos pela espetacularidade do fascismo italiano, baseando-se na escola maurrasiana, e motivados por um anticomunismo intransigente, representam também um elemento reativo "*tradicionalista*" ante a industrialização, a urbanização acelerada, a imigração massiva... Viñas designa esta "*variedade fascista*", como "*senhorial, aristocratizante*". Na realidade trata-se de reacionarismo recoberto de uma disfarce mais ou menos fascista.

Na Argentina, o pseudofascismo aparece em torno de Lugones, autor de "*A Pátria Forte*" com netas ressonâncias de Nietzsche, Barrès... Seu objetivo imediato era o de combater o presidente Yrigoyen, do Partido Radical. Os grupos de extrema direita, que haviam começado a organizar-se com a Greve Geral de 1919 "*Semana Trágica*", primeiro sob a advocação de pensadores franceses, como Maurras, e depois já influídos pelo exemplo de Mussolini, reforçaram suas ações; um grupo explicitamente maurrasiano organizou-se em torno ao periódico "*A Nova República*", de 1928 a 1931, com figuras destacadas como os irmãos Irazusta e De Lafarre.

Outro fator a ter em conta é a germanofilia de um amplo setor da oficialidade, derivada da presença de instrutores alemães. Um dos militares mais germanófilos seria precisamente, o general Uriburu, quem dirigiu o golpe de Estado que derrubou Yrigoyen em 1930. Viñas, "*como não*", qualifica a Uriburu como "o primeiro ditador argentino explicitamente fascista". Não era tal. O que começava era a "*Era Militar*" da Argentina contemporânea. Antes, no entanto, havia havido já casos de ditadura militar, que vinham produzindo-se quase desde a fundação do país.

Entre os colaboradores de Uriburu os havia que não duvidavam em manifestar sua simpatia pelo general Primo de Rivera e ainda pelo Mussolini conservador, moderado e respeitoso da legalidade, dos

primeiros anos de governo do fascismo. A revista "*Critério*" nacionalista, e que publicou artigos favoráveis a Hitler e a Mussolini, assim como artigos de Maeztu, Papini, etc., apoiava a Uriburu. Mas a verdadeira ideologia destes grupos não era o fascismo, mas o integrismo católico. Os Cursos de Cultura Católica "*nos quais se ensinava o pensamento de Belloc, Donoso Cortés, Maurras, entre outros*" foram sua principal forma de ação política. O diretor destes cursos, César E. Pico é autor de um folheto: "*Carta a Jacques Maritain sobre a colaboração de católicos com movimentos de tipo fascista*". No seio mesmo da Igreja, desde posturas igualmente integristas, destaca a ação do padre Meinville, furibundo antissemita e teocrata convencido.

Não se trata, pois, de um autêntico fascismo, mas sim de que os integristas católicos aspiram a modernizar sua figura com a adoção de fórmulas fascistas. Compartilham com o fascismo não crenças ou origens, mas inimigos. E dado que o fascismo tem derrotado estrepitosamente a estes, eles aspiram a conseguir algo análogo mediante a adoção de elementos miméticos. "*Um vento de cruzada soprava, efetivamente, sobre o catolicismo argentino*", diz Alain Rouquié, em seu artigo "*Argentina: intervenções militares e revolução nacional*" aparecido em "*História 16*". "*Encarnava-se nos grupos, clubes, ou revistas cujas metas eram a instauração da ordem cristã (...) Sonhava-se com a Revolução Nacional, que criaria uma sociedade de ordens e poria fim à perversão da democracia e do liberalismo*". Mais adiante, o citado autor acrescenta: "*Os grupos e revistas movidos por semelhante credo eram numerosos. Sua eclosão coincidia com o apogeu dos fascismos e das origens autoritárias ou conservadoras da Europa (...). Plagiando a Primo de Rivera, ou a Mussolini, inspirando-se em José Antonio ou imitando a Salazar, quantos na Argentina investem contra as ideias liberais, poucas vezes podem dissociar a unidade nacional ou a ordem social da tradição católica*". Rouquié deja meridianamente claro, que se trata de movimentos integristas, nos quais o fascismo é só uma espécie de verniz. Esta atitude dos católicos argentinos reflete-se no escritor católico M. Gálvez, no capítulo "*As possibilidades do fascismo na Argentina*" de seu livro "*Este povo precisa...*" (Buenos Aires, 1934).

A guerra civil espanhola uniu, ainda mais, aos nacionalistas integristas católicos da Argentina. A revista "*Sol y Luna*" (de J.C. Goyeneche) atuava de elo de união entre estes e os escritores mais tentados pelas "*experiências autoritárias europeas*". Havia também pequenos grupos fascistizantes: o "*Movimento Restauração*", de A. Villegas, a "*Aliança da Juventude Nacionalista*", "*Liga Patriótica*", e inclusive existiu uma "*União Nacional Fascista*", em Córdoba. No Exército, o chamado "*Círculo Militar*" difundia ideias análogas, graças à obra do escritor Bruno Genta.

Em 1943 houve um novo golpe de Estado, apoiado pelos meios nacionalistas-integristas. Em prêmio a este apoio – mais que prático ou político tratava-se de um apoio ideológico –, os militares deram a destacados integristas postos de responsabilidade. O famoso escritor antissemita Martínez Zubiría (conhecido como Hugo Wast), foi nomeado ministro da Instrução; Genta, reitor de Universidade.

A contrarrevolução católica buscava apoiar-se nos militares e a imprensa de esquerda falava de uma "*ditadura clerical militar fascista*". Na realidade, como bem diz Rouquié: "*Os militares confiavam à extrema direita católica o aparelho ideológico do Estado, mas não a orientação da política governamental*".

No novo gabinete de 1943, o coronel Juan Domingo Perón ocupava o cargo de Secretário de Estado para o Trabalho e Previdência. Se bem suas simpatias se decantavam pelo Eixo, não era muito amigo dos nacionalistas reacionários. De fato, Perón acabará enfrentando-se com os integristas que haviam desenvolvido uma versão reacionária do fascismo. A influência da retórica falangista, entronizada pelo franquismo, fez-se patente. Sob seu governo, os temas "*religiosos*" passavam a um segundo plano, sendo substituídos na propaganda por temas "*nacionais*". A abertura para as massas comportou o afastamento dos reacionários puros e simples. Respeito a sua posição ante o Eixo, já dissemos que Perón, como a maior parte dos militares argentinos, eram favoráveis a ele. Muitos deles desejavam seu triunfo ainda que não fossem "*nazistas*" ou "*fascistas*", pois contavam com a aliança alemã para deslocar o Brasil e os EUA. Mas este

país, precisamente, obrigou por meio de pressões econômicas a declarar a guerra quase para o final do conflito.

Foi uma declaração de guerra sem maiores consequências. No entanto, ao finalizar o conflito, foram centenas os refugiados que estabeleceram-se na Argentina. Logo a lenda do Perón "*nazi-fascista*" ocuparia as primeiras páginas dos periódicos.

Se os nacionalistas integristas não chegaram a ser um fascismo, no caso do peronismo tampouco se trata de um fascismo, mas sim de um parafascismo incluído nos cesarismos populistas.

Circunstâncias muito similares concorrem no caso brasileiro. "*Na década dos trinta, o conservadorismo brasileiro assumiu um novo aspecto, ofensivo e militante, nacionalista e fascista*", escreve Costa Pinto em "*Nacionalismo e Militarismo*", empregando com muita ligeireza o termo fascista.

No Brasil, a extrema direita derivou para formas fascistoides, concretizando-se no movimento "*integralista*". Esta denominação não deriva da palavra "*integrismo*", mas da noção do "*nacionalismo integral*", de Maurras. A partir dela, em Portugal, havia nascido a corrente política pré-fascista conhecida como "*integralismo*". Daqui tomaram sua inspiração os brasileiros. Tudo isto não tira para que a ideologia fosse, em boa parte, catalogável como integrista. A influência maurrasiana, por sua vez, teve seu principal porta-voz no intelectual Jackson de Figueiredo (1891-1928) que desenvolveu uma ideologia decalcada do maurrasianismo através do periódico "*A Ordem*", e do "*Centro D. Vital*".

O movimento e a ideologia "*integralistas*" foram estruturados pelo talentoso Plínio Salgado. Esta era católica, nacionalista, derivada dos planteamentos de Alberto Torres em "*Fontes da vida do Brasil*" (editado em 1915). Os traços fascistas eram exteriores: uso de camisas, neste caso verdes, estandartes, saudações; ou táticos: o ativismo e a organização paramilitar os diferenciavam nitidamente do conservadorismo clássico, apacível ou moderado. Costa Pinto descreve (com alguns erros) este quadro do "*fascismo brasileiro*": "*O conservadorismo fascista, ofensivo,*

heroico e militante, ia contra o voto e a representação; era corporativista, era messiânico, e sonhava com a hegemonia imperialista do Brasil na América Latina, sua bandeira mística, tradicionalista, nacionalista era Deus, Pátria e Família. E para que não faltasse nada do agressivo e primário, até racista chegou a ser". Mais adiante, Costa reconhece, implicitamente, que em essência tratava-se só de conservadorismo, pois bem, "*agregando novos elementos doutrinários, políticos e táticos (...) Os traços básicos, as constantes, permanecem*". Não faltaram, no entanto, "*camisas verdes*" de autêntico ideal revolucionário, e na realidade o movimento não era uma simples "*partida da porra*" ao serviço das oligarquias; nem muito menos. Mas subjazia uma base conservadora, embora não burguês-capitalista, que tratava de adotar os traços exteriores do fascismo, movimentos modernos, populares, intentando pela simples aquisição de elementos externos obter resultados análogos aos fascismos europeus. Por isso, como também diz Costa, "*O fascismo integralista brasileiro, como vanguarda conservadora, fracassou rotundamente*".

O Partido Integralista foi dissolvido e liquidado após o fracasso de uma tentativa de golpe de Estado contra Getúlio Vargas, o qual se achava no poder desde 1930. Em 1935 reprimiu com dureza uma tentativa de golpe de estado comunista, e em 1937 reprimiu aos "*integralistas*" com igual dureza. Em meados dos anos 30, criou, inspirando-se no modelo de Salazar, um "*Estado Novo*" de corte corporativista, automaticamente denunciado pelas esquerdas como "*regime fascista*". A ideologia de Vargas fica refletida neste parágrafo: *"O individualismo excessivo que caracterizou o século passado necessitava encontrar limite e corretivo na preocupação predominante do interesse social. Não há, nesta atitude, nenhum indicio de hostilidade ao capital que, ao contrário, necessitava ser atraído, amparado e garantido, pelo poder público. Mas a melhor maneira de garantí-lo, precisamente, é transformar o proletariado em uma força orgânica de cooperação com o Estado, e não deixar que, pelo abandono da lei, se entregue à ação dissolvente de elementos perturbadores, privados de sentimento de Pátria e Família*".

Esta ideologia não estava, na realidade, muito longe da dos "*camisas verdes*" do "*integralismo*". Alguns entre eles valoravam muito positivamente em Vargas o nacionalismo, o desenvolvimentismo no plano econômico, assim como o eco popular que encontrava o Presidente. Para eles, estava-se realizando um "*integralismo sem camisa verde*", e do mesmo modo que muitos "*integralistas*" portugueses se uniram ao regime de Salazar, eles se uniram a Getúlio Vargas. O regime "*getulista*", era ao mesmo tempo um Estado autoritário e aberto às massas, procurando conseguir a incorporação das camadas sociais aparecidas desde os princípios do desenvolvimento urbano e do auge econômico, à sociedade brasileira. Por outra parte, era um Estado nacional decidido a estimular a industrialização, a dirigir a economia, e a criar um autêntico mercado nacional a base de fomentar a interdependência entre as regiões brasileiras. Era difícil, pois, que os "*integralistas*" tivessem ouvintes entre as massas, pois o que vinham propor parecia-se, e bastante, ao que oferecia o governo de Getúlio Vargas.

O caso do Chile é muito sugestivo pois ali se deu o principal movimento nacionalsocialista da América Latina. A figura de Jorge González von Marees, fundador e líder, é a chave do movimento. "*Consideramos que o fascismo – dizia González em suas ideias fundamentais – não é só um movimento italiano, mas mundial... significa o triunfo da Grande Política, ou seja, da política dirigida pelos poucos homens superiores de cada geração, sobre a mediocridade que constitui a característica do liberalismo; significa também o predomínio do sangue e da raça sobre o materialismo econômico e o internacionalismo*".

A explicação da importância do Nacional Socialismo no Chile talvez esteja em que este é um dos países mais "*europeus*" da América do Sul. Uma grande parte da população é de origem europeia, e os partidos e organizações políticas respondem, mais que em nenhum outro lugar, aos modelos europeus. Ao Chile denominava-se a "*Prússia da América do Sul*" pelo grande número de imigrantes alemães ali existentes.

O "*Movimento Revolucionário Nacional Socialista do Chile*" foi criado no dia 12 de outubro de 1933, por González; seus órgãos de

expressão foram "*Rayo Rojo*" e "*Acción Chilena*". O movimento contava com uma espécie de "*S.A.*", as chamadas "*Tropas Nacionalsocialistas de Assalto*" (T.N.A.), uma organização juvenil, a J.N.S., um grupo universitário, o G.N.U., e uma organização política dividida em quatro ramos: Preparação, Províncias, Propaganda e Administração. Seus esquadristas, uniformizados, impuseram-se logo em diversos âmbitos, singularmente nos recintos universitários de Santiago e Valparaíso.

Dois anos depois da organização do Partido, González formulou um Plano de Ação, que supunha a concretização das aspirações do Partido. Javier Nicolás, em um artigo aparecido em "*CEDADE*" o resume assim: "*... no orden político pede-se o estabelecimento de um governo nacional forte, desvinculado e alheio aos partidos e à politicagem. À sua vez, pede a estruturação corporativa da sociedade e a agremiação das forças do trabalho, sob a direção do Estado,... reestruturação total da administração,... realização imediata de um plano de descentralização... vigorização do poder municipal*". Uma série de medidas financeiras tenderiam a reduzir os impostos e a sanear a economia; solicitava-se uma proteção especial à agricultura, privilegiando a pequena propriedade. Outras medidas tendiam a proteger a família, estimular a natalidade da população branca, modernizar o ensino, fomentar o esporte e a educação artística. Em 1936, isto é, no ano seguinte à formulação do "*Plano de Ação*", o movimento apresentou-se às eleições. Não se pode dizer que o resultado fosse mau: 30.000 votos, e 3 cadeiras de deputado. Era a primeira vez que concorriam a eleições, e a intensa polarização da vida política chilena naqueles anos dava muito valor àquelas três cadeiras. O perigo "*nacista*" – assim se lhes chamava no Chile – era "*sério*", diziam os democratas. "*Seus adeptos atacavam ao governo da direita, e batiam-se ao mesmo tempo, em lutas de rua com os comunistas e socialistas*", escreve Francisco Frías, em sua "*História do Chile*". O Partido Socialista julgou necessário criar milícias uniformizadas paramilitares, para enfrentar-se a eles. Entre os responsáveis por aquelas milícias estava Allende.

A ideologia dos "*nacistas*" não estava demasiado elaborada nem desenvolvida: "*Se nos queres compreender – escrevia González – concentra teu espírito e teu coração, nas imagens mais puras, e os sentimentos mais nobres de que sejas capaz, e dá-lhes logo um nome: 'Nacismo'*". Este parágrafo revela o caráter voluntarista, mais que concreto, da ideologia, e sua incapacidade para defini-la e resumi-la com segurança. Em vez disso, recorre-se a uma "*mitificação*". Mais que inspirar-se nos escritos de Hitler, Rosenberg, Darré ou Feder, as definições de González estão impregnadas dos temas do populismo sul-americano, que também influiu no Chile. Apesar disto, encontramo-nos em um dos poucos casos em que podemos falar de um movimento sul-americano catalogável como fascista.

O M.R.N.S. desenvolveu desde o princípio um radical ativismo de rua. De 1933 a 1936 teve 6 caídos, 14 feridos a bala, 63 feridos por arma branca, e centenas de lesionados e contundidos. Este ativismo desembocou na tentativa de golpe de Estado. A organização do "*putsch*" aparece confusa, e algo misteriosa. "*Inexplicavelmente – escreve E. Cádenas, em 'A ofensiva neofascista' –, na segunda-feira, 5 de setembro de 1938, um grupo de jovens, toscamente armados, penetravam na torre da Caja del Seguro Obligatorio. Paralelamente, outro comando de 30 rapazes ocupavam, armados, a Casa Central da Universidade do Chile"*. A explicação mais estendida deste fato "*inexplicável*" é que os "*golpistas estavam de acordo com militares anticomunistas que deviam secundar o 'putsch'*". Este apoio militar não chegou, e os carabineiros chilenos com a só perda de um agente, ocuparam o edifício do Seguro, e o da Universidade. Dos 64 membros dos dois "*comandos*" do M.R.N.S., 63 foram brutal e friamente assassinados. O único sobrevivente narrou como a matança sobreveio quando os "*nacistas*" haviam-se rendido e entregado suas armas. Naquela aventura de violento desenlace acabou a história do grupo de González von Marees. Seu fim foi análogo, como se vê, ao do "*Integralismo*" de Plínio Salgado.

A organização foi dissolvida e González encarcerado. A ampla comunidade de origem germânica, estabelecida no país desde meados do

XIX, foi vítima de medidas discriminatórias. A "*Auslandsorganisation*" do N.S.D.A.P. foi proibida. Enfurecidos pela matança, os "*nacistas*" prestaram seu apoio à única candidatura que podia derrubar o governo "*assassino*": a candidatura da Frente Popular. Anote-se como também nas esquerdas o grau de afinidade do Chile com a Europa é maior; Espanha, França e Chile foram os três únicos países onde se impôs a Frente Popular. O candidato da esquerda, Aguirre Cerda, saiu vitorioso só por 4.000 votos de diferença. Cabe pensar, pois, que o voto dos "*nacistas*" foi decisivo para seu triunfo.

Na clandestinidade reconstituiu-se uma "*Vanguarda Popular Nacional Socialista*", que já não chegou a alcançar importância e sofreu sucessivas cisões. Outros "*nacistas*" passaram ao M.U.N. (Movimento de Unidade Nacional). Finalmente, há que citar, para fechar o capítulo chileno, que a juventude do Partido Conservador, influída pelas experiências espanholas, criou a "*Falange*". Apesar do nome, estava mais inspirada por Gil Robles que por José Antonio, e quando o fascismo foi derrotado militarmente sobre a Europa, a "*Falange*" perdeu aceleradamente seus elementos miméticos fascistoides, para criar finalmente o Partido Democrata Cristão.

No resto da América Latina, tanto as correntes parafascistas como as pseudofascistas tiveram ainda menos importância. Não faltava algum grupo minúsculo que se proclamasse "*fascista*" ou utilizasse camisas de uma ou outra cor, mas sua importância foi sempre marginal.

Pelo que respeita aos fenômenos pseudofascistas, houve brotos por todo o subcontinente. No Uruguai detectam-se grupos de intelectuais reunidos em torno a Gabriel Terra, que apoiam o "*golpe*" militar autoritário de 1933. Um deles, Irureta Goyena, adotou as fórmulas elaboradas por um nacionalista conservador italiano passado ao fascismo, A. Rocco. Na Bolívia também se trata de um grupo de intelectuais como Alcides Arguedas (autor do livro "*Povo doente*", com prólogo de Ramiro de Maeztu), os redatores de "*La Calle*" ou o grupo "*Falange Socialista Boliviana*" (fundada em 1937). Mantinham relações com os instrutores alemães do Exército. Opõem-se mais tarde ao "*Movimento Nacional*

Revolucionário" de Paz Estenssoro, criado em 1941, "*em um clima 'anti-imperialista' – diz J.P. Faye – que encerra então seu significado, o mesmo que na Argentina, simpatias pró-hitlerianas*".

No México, o pseudofascismo aparece vinculado ao radical integrismo religioso, e em oposição à "*revolução mexicana*". O movimento dos "*Cristeros*" (significativo nome) encontrará sua continuação com os "*sinarquistas*". Estes exigiam a volta à "*tradição católica*", a "*ordem cristã*", e inclusive manifestavam sua simpatia pelo Eixo, por causa de seu anticomunismo. Na Venezuela, Vallenilla Lanz escreveria o livro "*Cesarismo democrático*" elogiando a Mussolini, e descrevendo ao velho ditador venezuelano Juan Vicente Gómez, como um verdadeiro fascista. Na Colômbia, finalmente, há influências espanholas: "*O periódico 'El Siglo' concentrou este momento fascistoide*", escreve Viñas, "*tanto através de Augusto Ramírez Moreno, fundador da Falange, como de seu diretor, Laureano Gómez ('A Espanha, marchando para frente como defensora solitária da cultura cristã, assumiu a vanguardia das nações ocidentais'), ou de Alvarez Gómez Hurtado, até culminar nas violências verbais e as agressões de rua do general Amadeo Rodríguez*".

Estes pseudofascismos, "*fascismos aristocratizantes*" – segundo Viñas –, não encontraram eco algum. Foram receptivos especialmente das influências italianas e francesas, para acabar inspirando-se sobretudo nas ditaduras de Primo de Rivera e de Franco, assim como nas de Salazar e Pétain. "*Os sobreviventes deste 'senhorial' fascismo*", – escreve Viñas –, "*ao não lograr o mais mínimo apoio popular, aproximaram-se ao 'machadato' de Cuba até 1933, ao general Ubico, da Guatemala, entre 1931 e 1944, ou a Anastasio Somoza, na Nicarágua*". Figuras que, na realidade, dado o débil desenvolvimento de seus países, prolongavam, com débeis "*modernizações*", o modelo clássico de ditador latino-americano do XIX. Nos países de maior desenvolvimento "*continua dizendo Viñas*", "*terminaram cavalgando em ancas sobre os movimentos populistas em seus começos – sobretudo nos casos de Vargas e Perón –, dada sua escassez de quadros dirigentes. E foram destinados aos postos universitários ou à diplomacia. Mas, à medida que o equilíbrio*

bonapartista do varguismo ou do peronismo foi-se rompendo, os antigos fascistas-nacionalistas-aristocratizantes foram-se indo, passando-se agressivamente à oposição". Deixando de lado as florezas da linguagem de Viñas ("*fascismo senhorial*", "*fascistas-nacionalistas-aristocratizantes*") descreve muito bem como este pseudofascismo se dissolvia, falto de futuro, e como se opôs às experiências parafascistas quando estas tinham um signo revolucionário, como no caso dos cesarismos populistas sul-americanos.

Estes cesarismos populistas são, segundo Neira, "*uma família política nitidamente diferenciada das outras famílias políticas tradicionais; o socialismo de inspiração europeia, e do recente castrismo, e à qual nós preferimos chamar populismos, antes que nacionalismo e fascismo*". Tem havido estudiosos, como Gino Germani, que muito documentadamente demonstraram as afinidades entre peronismo e fascismo, por exemplo: o carisma do chefe, o apoio plebiscitário das massas, o orgulho nacional, etc... "*Os que põem o acento no caráter fascista do populismo constatam a frequência de certos temas no vocabulário populista: ordem, sacrifício, disciplina, hierarquia, unidade nacional*", escreve Neira. Ante o fato evidente de que estes "*fascismos*" gozavam de um amplio apoio popular ("*Os Estados populistas*", escreve, assim mesmo, Neira, "*tem logrado mobilizar atrás deles as mais vastas audiências do continente*"), certos autores propuseram diversas novas denominações para este "*Fascismo*": "*fascismo de esquerda*", "*nacional-fascismo*", "*colonial-fascismo*"...

Não cremos, no entanto, que se possa falar dos cesarismos populistas como de fenômenos fascistas, mas sim como fenômenos parafascistas, que inclusive têm uma coincidência cronológica com o fascismo. De novo havemos de recorrer a um parágrafo de Neira: "*Notamos, em primeiro lugar, as significativas datas de nascimento: estas forças políticas emergem quase todas na mesma época: em torno de 1930. No Brasil, onde Getúlio Vargas imporá o 'Estado Novo'; no Peru, onde os exilados do APRA (Ação Popular Revolucionária Americana), cujos itinerários se estendem da Alemanha nazista à Rússia soviética, das capitais europeias ao México agrário, decidem regressar e participar nas eleições de 1931; a*

onda populista alcança o Equador, com a ascensão ao poder de J. M. Velasco Ibarra (1934). Um pouco mais tarde, em 1936-37, a Bolívia manifestará seus primeiros sintomas populistas...” Na Bolívia, o MNR (Movimento Nacional Revolucionário) nasce como movimento de ex-combatentes (outra analogia com os fascismos europeus) entre os oficiais e jovens soldados da tropa que têm lutado na perdida “*guerra do Chaco*”, onde tomaram “*consciência nacionalista*”. Na Colômbia aglomera-se o populismo em torno a Gaitán, quem sonha com uma Colômbia livre do “*regime dos políticos*”, oposto ao “*país real*” (linguagem de netas ressonâncias maurrasianas). Estes cesarismos populistas conquistarão o poder em alguns casos (a Argentina de Perón e o Brasil de Vargas), tiveram uma participação parcial nele (o MNR na Bolívia), ou estiveram na oposição (Peru). Subsistiram à queda dos fascismos europeus.

Se em todos eles podemos detectar influências fascistas, em último termo, como no caso dos pseudofascismos, encontramos também uma origem autóctone: “*Sua forma de lealdade, de relações com o chefe, lembram por sua ‘verticalidade’, e por seu caráter irracionalista, aos fascismos europeus. Na realidade lembram, mais ainda, as formas vizinhas, no tempo e no espaço, da tradição americana: a lealdade para com os caudilhos do XIX, tão próxima*”, escreve, muito justamente, o tantas vezes citado Neira.

O nacionalismo político, o anti-imperialismo, o afã pelo desenvolvimento da economia nacional, de um Vargas ou um Perón, adotou traços do fascismo, ao igual que os grupos reacionários, e inclusive integristas, adotaram outros traços fascistas. Em ambos os casos, não se trata de um fascismo pleno, mas de processos de fascistização parciais. Denominamos pseudofascistas aos elementos conservadores porque estes quiseram fazer notar suas presumíveis vinculações com o fascismo, quiseram fazer-se passar por fascistas. E denominamos parafascismos aos movimentos revolucionários porque compartilhavam com o fascismo características básicas, se bem respondiam a um âmbito sociopolítico, cultural e histórico, distinto, diferenciado do europeu, pelo qual não enquadravam plenamente com o fascismo, fenômeno europeu. No caso do

peronismo, e do varguismo, talvez caberia falar, com mais exatidão, de filofascismos, em vez de simples parafascismos. Quanto a movimentos fascistas a seco, quase não podemos falar deles, sendo os que mais se aproximaram os "*nacistas*" de González von Marees, e os "*integralistas*" de Plínio Salgado.

Falta-nos sublinhar, para acabar, a influência das experiências espanholas no conjunto de países estudados. A ditadura de Primo de Rivera encontrou um amplio eco nos grupos conservadores. Durante a guerra civil espanhola os "*nacionais*" encontraram um amplio apoio na América do Sul. Já no dia 8 de novembro de 1936, Guatemala e El Salvador reconheciam diplomaticamente aos "*nacionais*". Hugh Thomas escreve em sua história da guerra civil: "*Todos os países latino-americanos se sentiram afetados. Havía surgido um forte movimento a favor dos nacionalistas no Brasil e no Quebec, onde, ao igual que na Espanha, existiam organizações fascistas nos ambientes católicos. O governo do Chile era intensamente pró-nacionalista*". Mais tarde, durante o primeiro período do franquismo, quando se falava de ir "*Pelo Império para Deus*", a Falange Tradicionalista das JONS criou uma organização para os espanhóis estabelecidos na América do Sul: a Falange Exterior. Como no caso da "*Auslandsorganisation*" do NSDAP respeito ao nacionalsocialismo, esta organização serviu também para difundir as ideias falangistas entre os autóctonos. Um livro de 1943 a assinalava como "*arma secreta do III Reich*" ("*Falange, Axis Secret Army in the Americas*", de Allen Chase). De fato, não teve tanta influência. A derrota dos fascistas europeus e com ela a desfascistização acelerada do franquismo, supôs o fim dos sonhos imperiais, e as Falanges Exteriores foram-se eclipsando, deixando um leve sedimento "*joseantoniano*" na linguagem política, uma herança através de um certo número de organizações, que utilizaram o nome de "*Falange*", e a adoção de algumas ideias de inspiração nacionalsindicalista em correntes populistas, nacionalistas e anticomunistas.

CAPÍTULO VIII

O FASCISMO NA ÁSIA

A nosso entender, o fascismo foi um fenômeno europeu. Fora das fronteiras europeias, inclusive na União Soviética e as duas Américas, com sua cultura de inspiração europeia, e altos percentuais de elementos europeus racialmente, o vigor e a presença de movimentos fascistas é muito menor que na Europa, além de que há sérios problemas na hora de ver se trata-se de "*autênticos*" fascismos. Na Ásia, o fascismo terá uma importância ainda menor, salvo nas exceções que confirmam a regra (Japão, fundamentalmente). A Ásia encontrava-se então quase inteiramente em uma dependência colonial respeito à Europa, e as diferenças de todo tipo (desde as raciais às socioeconômicas) faziam impossível que um fenômeno como o fascismo se desenvolvesse na Ásia. Outra coisa é que, durante a guerra mundial, alguns elementos nacionalistas de países asiáticos contassem com apoiar-se no Eixo para conseguir suas aspirações frente às potências Aliadas, Inglaterra, França e depois os EUA. Nem o Xá do Irã, deposto de seu trono após a invasão de seu país por uma postura pró-alemã, nem o Mufti de Jerusalém, líder do pan-islamismo antissionista, nem Bose, chefe dos nacionalistas hindus radicais, eram fascistas. Não podiam sê-lo. Mas acreditavam que uma aliança com o Eixo podia servir a seus fins.

TURQUIA

A cavalo entre Europa, Ásia e África, o Império Turco foi um dos grandes derrotados da Primeira Guerra Mundial. De ser um gigantesco império multiracial estendido por três continentes, a Turquia passaria a ter as dimensões geográficas que ainda hoje possui. No âmbito cultural, também é a Turquia ponte entre Europa e Ásia. É o povo asiático em mais estreito contato com a cultura ocidental. Quando o Império turco começou

a entrar em crise, foram muitos os turcos que pensaram que se devia à estrutura medieval, feudal, do Império. Havia que ocidentalizar o Império se queria subsistir. Foram os "*Jovens Turcos*", e a associação "*União e Progresso*", criados a princípios do século, quem pregaram a reforma ocidentalizante, e um agressivo nacionalismo "*pan-turânio*" que agrupasse sob um único Estado Turco também aos "*turânios*" (turcos) submetidos à Rússia Czarista. A agitação destes grupos fez-se célebre, mas na prática não puderam impor seu programa. Só anos mais tarde seria levado a cabo por uma figura de indubitáveis proporções históricas: Mustafa Kemal.

Súdito turco, de estirpe macedônia, formado em diversas academias militares, dirigiu antes da Primeira Guerra Mundial uma sociedade secreta de militares opostos ao absolutismo do Sultão: a associação "*Pátria*", e esteve em contato com os "*Jovens Turcos*" e a "*União e Progresso*", embora suas relações fossem tensas. Mustafa Kemal teve uma participação importante na Primeira Guerra Mundial lutando em várias frentes. Quando chegou a hora da firma do tratado de Paz com as potências vencedoras, Mustafa Kemal opôs-se a qualquer atitude capitulante. O sultão estava disposto a transigir e a colocar a Turquia na órbita inglesa. Mustafa Kemal, apoiando-se nos soldados desmobilizados, opôs-se a esta política. Convocou vários congressos e fez-se nomear presidente de uma espécie de governo provisório. O sultão açulou contra ele os sentimentos islâmicos, já que Mustafa Kemal propunha-se laicizar o país, mas o valor desta postura fez-se nulo quando o sultão aceitou o Tratado de Sèvres, que confirmava a desmembração do Império Turco, e punha em perigo o mesmo solo nacional turco na Ásia Menor. A comoção nacional que produziu o Tratado de Sèvres salvou a Kemal, quem lançou-se a amplas operações para manter em pé a maior parte do Estado turco: impôs-se aos armênios, derrotou aos rebeldes curdos, expulsou aos franceses de Bozant, e aos italianos de Konya. Finalmente, impôs-se aos gregos expulsando-os de Esmirna, e esmagando os sonhos "*pan-helenistas*" de Venizelos. Seus compatriotas chamavam-lhe "*O Ghazi*", o vitorioso. Frente a seu tremendo prestígio, a desacreditada figura do sultão, refugiado em sua corte de Istambul, não pôde resistir.

Mustafa Kemal, "*O Ghazi*", fez depor, em 1922, o Sultão. Havía dirigido toda sua agitação desde Ankara, no coração da Ásia Menor, centro geográfico do país. Para estabelecer símiles diríamos que Esmirna, "*tomada pelos gregos*", foi "*a Fiume dos turcos*", e Ankara, como o "*Milão*" ou o "*Munique*" dos fascismos da Itália e Alemanha. Este tipo de comparações foram habituais na época dos fascismos. À conquista do poder por Kemal também denominou-se "*a marcha sobre Istambul*". E sobre um terreno de fatos puros, há indubitáveis analogias com alguns fascismos europeos. Analogias formais, já que não ideológicas. Os objetivos que se propunha Kemal eram similares aos das revoluções nacionais liberais que haviam se registrado na Europa no XIX: queria modernizar o país; transformar um regime teocrático, que fazia da Turquia a "*espada do Islã*", em um regime moderno, eficaz, e à maneira ocidental. Nolte definiu a ditadura que instaurou Kemal de "*progressista e modernizante*" e, em efeito, assim foi. Mas a época de entreguerras era a época do fascismo e o mesmo processo de renovação turco o revela. Em 1923, Kemal instaurou a República, da qual foi Presidente. Nomeou a Ismet Inönü chefe de governo. Renunciou aos sonhos "*pan-turânios*" dos "*Jovens Turcos*", e consagrou-se à tarefa de formar um Estado forte e homogêneo. Laicizou totalmente o Estado, adotou o direito civil ocidental, impôs o estilo ocidental, inclusive nas roupas, e o alfabeto latino. Os ideais de "*liberdade, igualdade e fraternidade*" eram oficialmente proclamados, mas, e este era o sinal dos tempos, nada disto se pôde fazer sem recorrer a métodos antiliberais. Kemal teve poderes ditatoriais, não duvidou em condenar à morte e executou aos opositores mais destacados, estabeleceu um partido único estatal (primeiro chamado Partido Popular Turco, depois Partido Republicano do Povo), e desenvolveu uma política economicamente abertamente intervencionista (em absoluto baseada no "*laissez-faire*") impulsionando as obras públicas e a industrialização.

Em poucos anos reconstruiu a Turquia, e a partir da grande crise que supôs o fim do Império, e a queda do Sultão, criou uma Nova Turquia. Sua grande obra política lhe supôs a admiração de muitos europeus. Seus métodos análogos, em boa medida, aos utilizados pelos regimes fascistas, valeram-lhe a manifesta simpatia de alguns líderes fascistas, incluído

Hitler. Em 1934, o espanhol Giménez Caballero escrevia: "*Os retratos de Kemal enchem as ruas, as escolas, os edifícios públicos, como na Itália os de Mussolini. 'O Ghazi' é forte, viril, sugestivo, como Mussolini, como Hitler. 'O Ghazi' é a alma da Nova Turquia. Sua República nasce ao som francês de 'Liberdade, Igualdade, Fraternidade', mas seu espelho está na Itália, na Autoridade e na Hierarquia. 'O Ghazi' é o 'Duce turco'*". Mas Kemal não aspirava a construir um Estado Fascista, mas a criar um Estado Liberal moderno, o que, em efeito, fez-se progressivamente, e por sobre a similaridade de métodos e formas, paragonáveis com o fascismo, no movimento de Kemal há uma motivação muito distinta, e raízes diversas. Para que o movimento de Kemal houvesse podido ser autênticamente fascista, deveria ter nascido em uma Turquia arruinada não pelo feudalismo teocrático, mas pelo sistema liberal, pelo capitalismo, e pela agitação marxista.

Mustafa Kemal era, quanto a tipo humano, similar a Hitler ou Mussolini. Não lhe faltava nem o carisma, nem sua capacidade de agitação de massas, mas sua figura está mais em paralelo com os ditadores militares empenhados não em uma política reacionária, mas no desenvolvimento econômico e a modernização. Tem recebido por parte do povo turco o sobrenome de "*Atatürk*", pai dos Turcos, e sua figura é a do herói nacional criador da Turquia moderna. Ainda que o fascismo possa ser também "*desenvolvimentista*" e "*modernizador*" se nasce em uma estrutura social atrasada e em uma economia subdesenvolvida, não cabe dúvida de que também é algo mais, algo distinto e específico. E ainda que o "*kemalismo*" tenha analogias com o fascismo, há que afirmar que é outra coisa.

Kemal Atatürk morreu em 1938. Sua ideologia seguiu inspirando a política turca, e seus sucessores, durante a segunda guerra mundial, mantiveram uma atitude de neutralidade, colocando-se no bando dos vencedores para o final do conflito.

ORIENTE MÉDIO

As regiões árabes do Oriente Médio sacudiram o jugo turco ao final da primeira guerra mundial, mas só para cair sob o Protetorado da Inglaterra e França. A primeira exerceu-o sobre Iraque, Jordânia, Palestina e Egito. A França sobre Síria e Líbano. Os dois grandes estados independentes da zona, o da Arábia Saudita e o do Irã, estavam também na longa série de países vinculados aos imperialismos ocidentais.

Em nenhum destes países podia surgir, de fato, o fascismo. Formavam parte de outro mundo cultural, tinham uma base étnica muito distinta, e seus problemas políticos e sociais eram diferentes dos europeus. Mas podia dar-se e deu-se um amplio número de movimentos nacionalistas, antibritânicos e antifranceses, que saudassem nos regimes fascistas da Itália e Alemanha a seus potenciais aliados contra os países que exerciam o controle da zona.

Houve uma série de pequenos partidos que se proclamaram abertamente fascistas. Em 1932, e no Egito, um advogado, Hussein, criou um "*Partido Nacional Socialista Egípcio*", uniformizado com camisas verdes, e que militou contra a presença inglesa no país. Embora tenha tido uma certa implantação nos meios juvenis, jamais se desenvolveu notavelmente. Durante a guerra atuou em atividades de espionagem a favor do Eixo. E na pós-guerra, Hussein passou a criar um movimento "*socialista árabe*". Mais tardiamente, em 1937 em concreto, um professor, de nome Saade, criou o "*Partido Popular Sírio*". Pregava uma ideologia "*pan-síria*" que reivindicava a união do Líbano, Síria, Jordânia e Palestina e usava um símbolo inspirado na Cruz Suástica: na realidade era uma Cruz Suástica formada pelas pétalas de uma rosa. Utilizava camisas de uniforme, e também a saudação braço em alto. Embora o partido fosse oficialmente laico, a verdade é que a maior parte de seus membros, e sobretudo de seus quadros, procedia das minorias cristãs. No Líbano, finalmente, surgiu um terceiro partido que por sua aparência externa recordava fielmente ao fascismo europeo. Pouco depois do PPS, no mesmo ano, criou-se a "*Falange Libanesa*" ou "*Kataeb*". A inspiração já não

vinha do modelo alemão, mas procedia da "*Falange Espanhola Tradicionalista*", partido único do nascente regime franquista. Antes da "*Unificação*" de 1937 decretada por Franco, a "*Falange Espanhola*" não havia alcançado grande eco internacional; mas com a Espanha em todos os jornais, todos os dias, pelas peripécias de nossa guerra civil, o "*modelo espanhol*" converteu-se em exportável, e a comunidade cristã maronita do Líbano encontrou o modelo "*nacional-catolicista*" que propunha a "*F.E.T.*", mais assimilável que o nacionalsocialismo alemão que havia tentado copiar Hussein e Saade. Tanto o PPS como a "*Kataeb*" têm seguido intervindo na pós-guerra mundial nos acontecimentos do Oriente Médio, e em especial os "*falangistas*" têm-se feito famosos por seu enfrentamento com os palestinos esquerdistas. Saade, no entanto, foi fuzilado em 1949. Apesar de toda a aparência fascista, há poucas dúvidas de que na realidade não se tratava de partidos fascistas. Se os seguidores de Hussein derivaram para um "*socialismo árabe*" após a guerra mundial, acomodando-se às novas circunstâncias políticas, a "*Falange*" derivou para um modelo direitista mais clássico, menos fascistizado, embora os fatos recentes do Líbano tenham voltado a introduzir elementos fascistas em sua posição política. Eram forças políticas que se acomodaram circunstancialmente a métodos fascistas, mas as ideologias subjacentes não são especificamente fascistas; por uma parte, no caso das "*camisas verdes*" de Hussein, tratava-se de uma manifestação de pan-islamismo; por outra, no caso dos "*falangistas*", era uma reação de defesa da identidade dos minoritários cristãos maronitas. O PPS de Saade aproxima-se mais de motivações fascistas, mas sua ideologia é basicamente um nacionalismo.

Há que estudar também o caso daqueles que se aliaram junto ao Eixo para conseguir seus fins nacionalistas. A figura mais assinalada sem dúvida, o Grande Mufti de Jerusalém, Amin al-Husseini. Este antigo oficial do exército turco começou a sentir germanofilia durante a Primeira Guerra Mundial. Apreciou muito ao nacionalsocialismo por seu importante componente antissemita, já que os judeus e o sionismo eram o principal problema de seu povo, o palestino. Foi um constante lutador pela Independência de seu povo, mas também aspirava a criar uma grande nação que compreendesse a Síria, Líbano e Jordânia, além da Palestina.

Seus contatos com a Alemanha começaram bastante cedo, e tomaram especial desenvolvimento em quanto começou a guerra entre a Alemanha e a Grã-Bretanha e França. Exilado da Palestina e do Líbano, refugiou-se no Iraque e ali animou a revolta antibritânica dos oficiais da sociedade secreta do "*Marco Dourado*", que destituiu ao rei pró-inglês e conferiu o poder ao pró-alemão Rashid Ali al-Gaylani. Quando os ingleses invadiram o Iraque, refugiou-se na Corte do Xá da Pérsia, e quando o Irã, pouco depois, foi igualmente invadido pelas tropas anglo-russas, ao negar-se o Xá a que os ingleses mandassem reforços à Rússia através de seu território, exilou-se na Alemanha, colaborando intensamente com os alemães no recrutamento de unidades muçulmanas.

Mas o Grande Mufti de Jerusalém não era um fascista. Era um fervoroso pan-islamista, um campeão da causa árabe e do antissionismo, que quis apoiar-se no Eixo para a consecução de seus fins. No caso do Mufti, nem sequer uma "*fascistização*" exterior, e inclusive quando passava revista às tropas muçulmanas do Exército Alemão (voluntários bósnios, da URSS e da África do Norte), com o braço levantado, este gesto tinha mais aparência de ser uma imposição de benção que uma saudação braço em alto. Tampouco eram fascistas al-Gaylani e o Xá do Irã; aliados potenciais do Eixo, mais que reais, poderiam ter chegado a imitar, no caso de não haverem sido derrotados pelos aliados, o fascismo, mas nenhum de seus povos estava maduro socialmente, nem tinha a tradição cultural necessária para que aparecesse um autêntico fascismo. Seus nacionalismos podem ser definidos como filofascismos e inclusive parafascismos, mas não como fascistas plenos.

ÍNDIA

Na peça chave do Império inglês, a Índia, deu-se outra manifestação do fenômeno que já temos visto no Oriente Médio: por uma parte, a aparição de um grupo político fascistizado em sua aparência exterior, e por

outra a aproximação para com os regimes fascistas de alguns elementos chaves do nacionalismo independentista.

A "*Organização para o Serviço da Nação*" (cujas siglas eram RSSS) foi criada em 1925 pelo professor Hedgewar; sua finalidade era educativa, assistencial e social; em princípio, seu caráter era apartidário. Mas foi recebendo progressivamente o "*contágio*" fascista, que atuou sobre sua ideologia básica, um hinduísmo radical, inimigo acérrimo dos muçulmanos separatistas, e da presença inglesa. "*A RSSS – escreve François Massa – combatia pela criação de uma Nação Militante, unitária e centralizada, e logo adotou um aspecto abertamente fascista (Suástica – embora a verdade é que esta era um velho símbolo hindu –, uniforme, saudação fascista). Esta aparência é aumentada pela ação pessoal do professor Golwalkar, que sucedeu a Hedgewar em 1940 à frente da RSSS, que ele transformou em organização paramilitar extremadamente coerente e disciplinada, e que atuou na clandestinidade particularmente rigorosa*". A RSSS não conseguiu romper o predomínio que sobre o movimento nacionalista hindu tinha o "*Partido do Congresso*", ampla formação unitária na qual militaram sempre os principais líderes independentistas. Dadas as grandes dimensões da Índia, mal pode dizer-se que superasse o nível de seita. Como já temos visto que sucedeu com os grupos fascistas miméticos do Oriente Médio, a derrota dos fascismos europeus não supôs a desaparecimento da RSSS, já que sua posição era basicamente nacionalista radical. Foi especialmente ativa durante o período da Independência, enfrentando-se duramente com os separatistas muçulmanos. Finalmente passou a primeiro plano da atualidade mundial em janeiro de 1948 por um fato famoso: o assassinato de Gandhi, o apóstolo da "*não-violência*", realizado por elementos da RSSS e uma seita de fanáticos hinduístas, a "*Hindu Mahasabha*".

Mais famoso que a RSSS era um jovem e radical líder independentista, Subhas Chandra Bose, que iniciou sua carreira política como dirigente de juventudes do Partido do Congresso, e logo revelou-se como um líder indiscutível da ala esquerda do nacionalismo hindu. Partidário da Independência Total, enfrentou-se duramente com as teses de

Gandhi, de Nehru e de Patel, os dirigentes moderados e partidários de um acordo com a Inglaterra. Criou, no seio do Partido do Congresso, a tendência organizada chamada "*Forward Bloc*", e conseguiu o apoio para suas teses das pequenas forças ultra-marxistas, como o "*Partido Socialista Revolucionário*", e o "*Partido Comunista da Índia*". Bose parecia inclinar-se a conseguir a independência com o apoio de Moscou. Mas o estouro da guerra entre o Reino Unido e o III Reich fez-lhe mudar de opinião: "*para ele tratou-se de uma revelação*", comenta Massa, "*a libertação de seu país passava por um acordo com as Potências Fascistas. Por outra parte, era consciente de que sua ideologia socializante (mais que marxista ortodoxa) era perfeitamente compatível com o fascismo*". Bose fugiu para a Alemanha e ali buscou o apoio das autoridades alemãs, e fórmulas de colaboração. Foi o principal impulsor da criação da "*Legião Índia Livre*", recrutada entre prisioneiros de guerra hindus na Alemanha e Itália. Mas foi quando o Japão entrou em guerra que as possibilidades de Bose cresceram rapidamente. Marchou para Singapura em um submarino alemão, e ali pôs-se a organizar um Exército Nacional Indiano que apoiasse aos japoneses em sua luta para a Índia. Várias divisões foram criadas, mas os sonhos de Bose vieram abaixo quando o alto comando nipônico mudou a direção do ataque, orientando-se para a Austrália (batalha do Mar de Coral), e Havaí (batalha de Midway). Bose morreu em agosto de 1945, quando acudia a entrevistar-se com um general japonês, em um acidente de aviação.

Embora seu grupo, o "*Forward Bloc*", fosse dissolvido em 1940 pelas autoridades coloniais inglesas como "*organização fascista*", nem o "*F.B.*", nem o mesmo Chandra Bose podem ser definidos como fascistas, por razões análogas às que vimos já no capítulo do Oriente Médio. Não se pode negar, desde logo, a posição netamente favorável ao fascismo que adotou Bose, e que, dado seu prestígio pessoal, poderiam ter feito dele um grande líder fascista hindu se a guerra se houvesse decidido em outro sentido. "*Em política*", lê-se no livro conjunto de Peter Calvocoressi e Guy Wint sobre a segunda guerra mundial, "*Bose encontrou a forma nazista de Estado completamente afim a sua própria concepção. O domínio do Partido nazista, e o papel autorizado do partido a partir de um pequeno grupo de dirigentes lhe parecia que ofereciam um modelo de governo a*

seguir na Índia. Disciplina era, antes de tudo, o que necessitava a Índia para superar seus problemas de divisão de castas e comunidades, e para tratar seu grave problema econômico: a pobreza".

CHINA

Também na distante e gigantesca China sentiu-se a influência do fascismo, que se concretizou no movimento das "camisas azuis" (oficialmente chamado "Sociedade das Camisas Azuis"). Muito pouco conhecido na Europa, por causa de sua distância, foi "apagado" de quase todos os livros de história por uma razão bem significativa: seu principal inspirador foi Chiang Kai-shek, o dirigente chinês da luta contra o Japão e, portanto, contra o Eixo, um dos "grandes" entre as Potências Aliadas.

Em 1911, um médico e político, Sun Yat-sen, à frente de um partido nacionalista, de ideologia liberal e partidário da ocidentalização do país, havia derrubado o Império Chinês e proclamado a República. O "Kuomintang", como assim se chamava o partido, tornou-se a principal força política chinesa, até ser derrubado por Mao Tsé-tung, detentor do monopólio do poder estatal, anos depois do fim da Segunda Guerra Mundial. Um dos principais colaboradores e discípulos de Sun Yat-sen foi o general Chiang Kai-shek; ele foi o principal responsável pela eliminação da ala esquerda do Kuomintang, em 1927.

O eco do fascismo chegou à China, país mais favorável ao seu desenvolvimento do que outros da Ásia por várias razões: já se havia realizado — embora de forma muito limitada — a revolução liberal, sem a qual é quase impensável o surgimento do fascismo, e, portanto, podia-se constatar a ineficácia do sistema liberal; a China, diferentemente dos casos estudados anteriormente, não era uma colônia, mas um Estado independente; existia um certo "perigo vermelho", pois o PC chinês era, de longe, a mais importante força comunista de toda a Ásia. Os principais introdutores da ideologia fascista possivelmente foram os conselheiros militares alemães. O chefe da missão militar enviada pela República de

Weimar para assessorar e instruir o exército chinês era ninguém menos que o coronel Kriebel, um dos envolvidos no “putsch” de Munique em 1923, que havia sido preso junto com Hitler em Landsberg. Exercem uma influência notável no Exército chinês, que chegou a copiar inclusive a uniformização alemã, e é curioso constatar, por exemplo, a grande semelhança entre a cobertura de cabeça adotada pelas tropas chinesas e a boina das SA nacional-socialistas. Repete-se aqui o caso da Bolívia, onde a presença de instrutores militares no Exército influenciou de modo significativo a formação do “parafascismo de esquerda” do “MNR” e do “pseudofascismo de direita” da “Falange boliviana”.

Não se conhece a data exata de fundação da “Sociedade das Camisas Azuis”. Na realidade, quase todos os dados de sua história são desconhecidos. Até um artigo recente (Lloyd E. Eastman: “Fascism in Kuomintang China: the blue shirts”, número de janeiro-março de 1972 da “China Quarterly”) não há evidência do papel-chave que teve em seu desenvolvimento Chiang Kai-shek.

Os principais focos das “Camisas Azuis” estiveram em Cantão e Xangai. Afirmava-se que o movimento contou com centenas de milhares de seguidores, número duvidoso; em todo caso, é preciso levar em conta que a população chinesa soma centenas de milhões de pessoas. Seu programa exigia um governo nacional forte, a abolição dos tratados que prejudicavam a China, a luta contra a corrupção, o desenvolvimento econômico do país, a reforma militar e a educação obrigatória. Atuava já antes da ascensão de Hitler ao poder, e afirma-se que vários de seus seguidores viajaram à Europa, sobretudo à Itália, para estudar o fascismo no próprio terreno, pois, apesar da presença da missão militar de Kriebel, a influência do “modelo alemão” não era a única, nem talvez a mais importante: o fascismo italiano então atraía mais fortemente a atenção. Muitos de seus simpatizantes eram militares, mas também membros das camadas intelectuais. No seio do próprio “Kuomintang” estavam bem “infiltrados”. A publicação das “camisas azuis”, chamada “She hui hsin wen”, escrevia que “o fascismo é o único instrumento de auto-salvação das nações que se encontram à beira da destruição (...) Salvou a Itália e a

Alemanha (...) portanto, não resta outro caminho senão imitar o espírito fascista de luta violenta dos italianos e dos alemães". A fé no sistema liberal como remédio para os males do país havia desaparecido, e Chiang Kai-shek, discípulo de Sun Yat-sen, o futuro "grande" das potências aliadas contra o fascismo, dizia então: "Pode o fascismo salvar a China?", perguntando a um grupo de "camisas azuis", para responder a si mesmo: "Sim, o fascismo é o que a China mais necessita".

Naturalmente, Chiang Kai-shek desmentia todos esses extremismos diante dos ocidentais e dos EUA, aliados da China contra o Japão, mas seu pensamento era autenticamente antiliberal: "Nas últimas décadas, embriagamo-nos em vão com a democracia e a liberdade de pensamento", dizia a dirigentes das "camisas azuis", e continuava assim: "A parte mais importante do fascismo é a confiança absoluta em um líder sabiamente capaz. A menos que a nação confie completamente em um só homem, não poderá ser reconstruída. Portanto, o líder será naturalmente uma grande personalidade dotada de espírito revolucionário, a fim de servir de modelo a todos os membros do partido. Além disso, cada membro deve sacrificar tudo, agir diretamente para o líder e o grupo, e indiretamente para a sociedade, a nação e a revolução. Desde o dia em que nos unimos a este grupo revolucionário, entregamos completamente nossos direitos, nossa vida, nossa liberdade e nossa felicidade ao grupo, e nos comprometemos com o líder... assim, pela primeira vez, poderemos nos chamar verdadeiramente fascistas". Essas declarações explosivas foram formuladas em setembro de 1933.

A "Sociedade das Camisas Azuis", estruturada como sociedade secreta, foi perdendo importância à medida que Chiang Kai-shek ia conquistando cada vez mais poder e prestígio e pôde buscar outras fórmulas políticas que o conduzissem à chefia do Estado, o que conseguiu finalmente em 1943.

O "Kuomintang" de Sun Yat-sen, que aspirava à implantação universal dos direitos democráticos, desapareceu com sua morte em 1925. Nos anos 30, tornar-se-ia "um partido de autoritarismo nacionalista", segundo Calvocoressi e Wint. De ser um partido formado a partir de

sociedades secretas, transformou-se em um grande movimento de massas, como um partido que defendia os interesses chineses contra os estrangeiros. Contava com elementos pró-ocidentais, entre os círculos mercantis das cidades comerciais, mas de fato atuava como partido único ditatorial (afirmando que o fazia apenas por necessidades transitórias); em seu seio, muitos simpatizavam com as potências fascistas, e sua força vinha, sobretudo, de seu exército, o exército do "Kuomintang", que derrubou o imperador e combateu os revolucionários comunistas, para depois enfrentar as tropas japonesas, por ocasião da guerra da Manchúria (que começou em 1931). Nesse conflito militar foi onde se forjou o grande prestígio pessoal de Chiang Kai-shek. Ele se propôs a dirigir o país, mas não de forma direta, e sim indireta, utilizando uma modalidade política típica da tradição chinesa: as sociedades secretas. Chiang controlou várias dessas sociedades e as submeteu todas à sua pessoa, influenciando decisivamente dessa forma o governo do país. Seu grande inimigo foi o comunismo, contra o qual caminhou sempre uma parte muito importante de seu exército, mesmo nos piores momentos da guerra contra o Japão. Dentro desse quadro, era natural que Chiang Kai-shek se sentisse tentado por uma experiência de tipo "fascista", mas, como político hábil e manobrista, não se definiu oficial e publicamente como tal, e sim recorreu, como vimos, à utilização da sociedade secreta das "camisas azuis" como uma carta a mais a ser jogada hipoteticamente se surgisse a possibilidade de chegar ao poder e, a partir daí, utilizar métodos fascistas. Isso não convertia, obviamente, Chiang Kai-shek em um autêntico fascista. Outro de seus empenhos políticos foi o "Movimento para uma nova vida", lançado em 1934, que propunha o retorno às tradições chinesas, ao confucionismo, e uma rejeição dos modos de vida ocidentalizados das cidades.

Chiang Kai-shek capitaneou as operações militares contra os japoneses após a retomada das hostilidades em 1937, mas colheu sérias derrotas. Na Manchúria, os japoneses criaram um novo estado, o "*Império de Manchukuo*", no qual correspondia o poder teoricamente ao imperador Pu-yi, mas que de fato era dirigido pelos militares nipônicos. Em Nanquim, capital do governo chinês, uma vez a cidade foi ocupada pelos

japoneses, criaram um novo governo chinês, dirigido por um político que havia se destacado na "*ala esquerda*" do "*Kuomintang*" e que havia desempenhado por alguns anos a vice-presidência da "*República do Kuomintang*", Wang Jingwei. Seu governo foi uma cópia do "*Kuomintang*", mas com muito menor corrupção, e aliou-se (como Manchukuo) ao Pacto Tripartite; tratava-se pois, de um nacionalismo autoritarista e anticomunista, aliado às teses pan-asiáticas dos japoneses que, em conjunto, parecia-se muito mais ao fascismo que o regime de Manchukuo, por exemplo, sem chegar a sê-lo, por suposto.

Chiang Kai-shek, uma vez conseguiu o apoio formal a sua causa dos ingleses e norte-americanos, ocultou ou moderou suas veleidades "*fascistizantes*", seguindo combatendo ferozmente, isso sim, aos comunistas de Mao. Não deixa de ser uma profunda ironia da história que na Europa a guerra começasse pela desculpa da defesa, por parte das potências liberais, do regime fascistizante da Polônia, e que de igual maneira no Oriente a guerra começasse pela posição a favor da China, da China antiliberal e antimarxista de Chiang Kai-shek, dos EUA. A semi-secreta história do "*Fascismo chinês*", que na realidade não o é tal, revela-nos o intento por parte de um político e militar ambicioso, e algo maquiavélico, de utilizar uma via fascista de acesso ao poder se chegasse o caso, via que em definitiva não chegou a empregar, mas também a extensão quase universal da ideia de que a democracia liberal estava já periclitada, e no caminho de sua superação passava pelas ideias de volta às tradições nacionais, de autoritarismo, e de política nacionalista.

JAPÃO

De todos os países asiáticos, é no Japão onde unicamente se pode falar de uma incidência real do fascismo. Paradoxalmente, no país mais afastado, geograficamente falando, da Europa. Mas era o único efetivamente "*europeizado*", isto é, onde o regime liberal, o parlamento, os partidos, funcionavam desde havia anos, e onde o capitalismo era uma

realidade palpável. A estrutura sociopolítica era distinta da Turquia semi-feudal sobre a qual ascendeu Kemal, da vida tribal do Oriente Médio; a diferença da Índia, o Japão não se encontrava em situação colonial, antes bem, todo o contrário. Só em um país tão efetivamente ocidentalizado podia desenvolver-se o fascismo até formar um movimento de importância.

Ao mesmo tempo, os postulados do fascismo enlaçavam com facilidade com as tradições japonesas mais arraigadas: o espírito do "*bushidō*", da época dos "*daimyō*" e dos "*samurais*" era análogo ao que na Europa buscavam os italianos em seus "*condottieri*", e os alemães na "*Ordem Teutônica*", e em cuja ética aspiram inspirar-se. Não sem algo de razão se definiu ao Japão, em alguma ocasião, como a "*Prússia do Oriente*". Junto à europeização sociopolítica havia, pois, uma base ideológica tradicional própria e genuína.

O fascismo japonês oferece particularidades próprias importantes. Enraizado na tradição nacional, fortemente impregnado de tradicionalismo, ativista e violento, inspirava-se em uma espécie de monarquismo místico; a "*restauração Shōwa*", isto é, a devolução dos poderes reais ao Imperador, era seu objetivo supremo. Graças a esta restauração, o Japão livrar-se-ia do regime liberal capitalista, e o Imperador voltaria a dirigir uma política cheia de glória que recordará as mais douradas épocas do Império do Sol Nascente. O Japão, dirigido por seu Imperador, e equipado com um poderoso exército, levaria a cabo uma ideologia pan-asiática, libertando a todo o Oriente das potências coloniais. Não é de estranhar que esta ideologia fascista encontrasse amplio eco entre os jovens oficiais, e que se infiltrasse profundamente no Exército: era o Japão guerreiro e místico guiado por um Imperador divino o que se pretendia reconstruir. Mas tudo isto não significa que o fascismo japonês fosse de essência reacionária, nada mais longe da realidade. No Japão uniram-se aos movimentos fascistas sólidas porções do movimento operário e importantes dirigentes esquerdistas, e suas posições sociais chegaram a um grau de radicalização que tem feito dizer a algum comentarista ou historiador que aquilo era puro comunismo.

O estudo do fascismo no Japão revela-se, por outra parte, extraordinariamente complicado. A causa fundamental é a proliferação de grupos fascistas, parafascistas ou fascistizantes. Resulta muito difícil seguir a evolução de tantos grupos distintos, e poder estudá-los a todos com o suficiente detenimento como para poder discernir se trata de um grupo autenticamente fascista, se é um grupo de extrema direita, mais ou menos fascistizado, se é um grupo tradicionalista, ou se é um grupo socialista nacional... Umas cifras darão melhor ideia do problema. Tomando como data cumbre do fascismo japonês a de 1936, os especialistas têm catalogado, previamente a esta data, até 235 grupos, associações e partidos "*nacionalistas*" (desde a extrema direita ao "*fascismo de esquerda*"), e depois de 1936 chegaram a existir até 750. Dentre os mais importantes, 19 existiam já em 1930, 42 em 1931, e 58 no ano seguinte. Ao produzir-se a derrota do Japão, e apesar de que desde 1942 só se havia permitido existir a estes grupos como sociedades culturais, os grupos "*ultras*" totalizavam a cifra de 300... alguns não tinham senão um só membro. Hanji Kinoshita, para poder estudar tão ampla quantidade de grupos, procedeu a agrupá-los em duas correntes básicas: por uma parte, a "*extrema direita idealista*", que ele descreve como ultranacionalista, reacionária e mística. Por outra, a corrente "*nacionalsocialista*", que define como partidária da modernização do país, e socialmente progressista. Se bem existe em algum ponto posições comuns, e às vezes faltam limites claros entre ambas as tendências, Kinoshita também sublinha a diferença, e os enfrentamentos entre estas duas correntes. O mesmo autor elaborou uma lista dos principais grupos, agrupando-os por tendências. A corrente "*extremista de direita idealista*" tem sua origem no grupo "*Gen'yōsha*" (fundado em 1881), e na "*Associação do Dragão Negro*" (1901). Dentro do marco cronológico ao qual se limita nosso estudo, estão: a "*Associação da Essência Nacional do Grande Japão*" (1919), o "*Corpo Antibolchevique*" (1922), o "*Kokuhon-sha*" (1924), o "*Corpo de Justiça do Japão*" (1925), a "*Associação de Trabalhadores do Yamato*" (1928), o grupo armado "*Sociedade dos Patriotas*" (1928), o célebre "*Corpo da Fraternidade de Sangue*", também grupo armado, dirigido por Inoue (1932), o "*Partido da Produção do*

Grande Japão” (1932), outro grupo armado, o “*Corpo de Soldados Divinos*” (1932), o “*Partido da Juventude do Grande Japão*” (1936), a “*Sociedade da Liga da Ásia Oriental*” (1939), a “*Confederação Monárquica*” (1939), e a “*Associação do Oriente*” (1940). As datas situadas entre parênteses correspondem ao ano de fundação. Dentro da corrente “*nacionalsocialista*”, Kinoshita situa a “*Associação da Fundação Nacional*” (1924), o “*Partido Socialista Radical*” (1929), o “*Partido Nacionalista Japonês*” (1932), a “*Liga Popular do Novo Japão*” (1932), o “*Kōdōkai*” (1933), o “*Partido Nacionalsocialista do Grande Japão*” (1934), a “*Liga de Ação Política Pronacional*” (1934), o “*Partido da Renovação Japonesa*” (1937), e o “*Partido do Grande Japão*” (1940).

A característica fundamental que unia tão longa lista de grupos era sua atitude mística ante a figura do Imperador, personificação da nação, de suas tradições, e de seu espírito. “*Todos estes grupos*”, escreve Kinoshita, “*manifestavam um zelo fanático pela manutenção da autoridade imperial (tennōsei) e é por isto que ao fascismo no Japão chamou-se-lhe muitas vezes ‘fascismo tennōsei’, isto é, fascismo de princípio imperial. Esta devoção não repousava em nenhuma análise crítica do poder, a diferença do fascismo italiano, cuja ideologia inicial foi republicana, e do nazismo alemão, que se opunha a toda restauração imperial. De tal rejeição a pensar-se independentemente da autoridade reconhecida e por relação a ela, resultava que o fascismo japonês não podia nem pretendia constituir uma oposição*”. Esta atitude ante o Imperador, absolutamente japonesa em sua origem e motivações, revelar-se-ia como a autêntica debilidade do fascismo japonês: quando os fascistas, por meio de um “*putsch*”, estiverem à beira da conquista do poder, a atitude oposta a sua ação do Imperador bastará para fazer-lhes desistir...

Convém agora dar uma olhada geral à política japonesa. Dois grandes partidos, o “*Seiyūkai*”, conservador, e o “*Minseitō*”, liberal, monopolizavam a vida política. Mas na realidade não eram mais que os porta-vozes, as fachadas, dos gigantescos “*trusts*” industriais e comerciais que dirigiam a vida política do país. Estes “*zaibatsu*” (assim se lhes chamava no país) “*colonizavam*” as estruturas do Estado em benefício

próprio e exclusivo. Os "*zaibatsu*" serão um dos objetivos de ataque prediletos dos fascistas japoneses, aos quais se atacou com tal vigor que superou em rigor à postura comunista. A esquerda japonesa, que começou a desenvolver-se a princípios do século, com a industrialização, foi eclipsada pelos grupos nacionalistas e quase desarticulada.

A corrente extremista de direita tinha sua origem, como se viu mais acima, no "*Gen'yōsha*", que se havia criado para favorecer a expansão japonesa na Coreia. Seu programa de "*Honrar ao imperador, amar à Pátria e defender ao povo*" será imitado largamente anos depois. A "*Sociedade do Dragão Negro*" sairá diretamente da "*Gen'yōsha*", e um de seus dirigentes, Uchida, levará a cabo um dos intentos de fascistização da extrema direita japonesa. Após estes dois grupos iniciais, nascerão uma plêiade de movimentos menos importantes, todos eles pregadores do "*verdadeiro nacionalismo*", e radicalmente opostos aos movimentos democratizantes que haviam se estendido pelo país após o fim da Primeira Guerra Mundial, além de ser, por suposto, ferozes antimarxistas. A inspiração de quase todos estes grupos vinha da tradição japonesa; os antigos cavaleiros errantes, os "*kyokaku*", eram postos como modelos a seguir. Em 1925, pela primeira vez um destes grupos evidenciou uma forte fascistização: o "*Corpo de Justiça do Japão*", dirigido por Sakai, quem "*pretendia superar as tradições dos kyokaku e imitar ao grande líder político europeo (Mussolini, N. Do A.). Fez levar camisas negras a seus partidários e estudou profundamente o socialismo*", segundo Kinoshita. Apesar desta aproximação ao modelo europeu, os pontos fundamentais de "*fidelidade ao imperador e amor à pátria*" continuavam sendo a base do movimento. O grupo logrou certa implantação nos meios operários, mas não pôde sobreviver à morte de seu chefe. Em resumo, teve uma importância secundária. Muita mais teve o "*Kokuhonsha*" que se formou em 1924, em torno à revista "*Kokuhon*", editada desde 1922 por Hiranuma. Provinha também do comum tronco "*Gen'yōsha*", mas era de inspiração espiritualista, e violentamente antimarxista. Hiranuma pregava "*o verdadeiro nacionalismo*", segundo dizia ele mesmo, e foi um político destacado, sendo ministro do Interior até 1924, e algo depois vice-presidente do Conselho Imperial. "*Hiranuma era considerado no exterior*

como a figura mais destacada do fascismo japonês", diz Kinoshita, mas na realidade Hiranuma não foi jamais fascista em sentido autêntico. Sua fama devia-se a seu importante posto político, e também a que seu movimento chegou a contar com 200.000 seguidores.

A corrente "*nacionalsocialista*", segundo a definição de Kinoshita, teve como primeira e efêmera manifestação o grupo "*Rōsōkai*" surgido em 1918, com gentes vindas da esquerda e da direita do espectro político. Mas o verdadeiro criador desta tendência foi um intelectual, Ikki Kita, autor de um famoso livro: "*Plano de reorganização do Japão*", no qual expressava uma ideologia "*exacerbadamente socialista e nacional*", segundo diz José M. Rodríguez em um artigo publicado em "*História 16*". O programa que propunha Ikki Kita pedia a supressão da Constituição, a proibição das fortunas de mais de um milhão de "*ienes*", a expropriação das fazendas que superassem em valor aos cem mil "*ienes*", para redistribuí-las, a nacionalização da Banca, os ferrocarris e companhias de navegação, das minas e das companhias de seguros. O livro também exigia que passassem ao Estado as propriedades dos "*zaibatsu*" a partir do momento em que estes "*trusts*" tivessem certas dimensões. Por outra parte, era violentamente antimarxista e pregava a expansão japonesa para a Sibéria, enfrentando-se ao comunismo. Ikki Kita criou no mesmo ano 1919 o "*Yūzonsha*", com o fim de plasmar seu programa em um grupo político concreto.

Dois fatos chaves virão acelerar o surgimento de um forte fascismo japonês, forte não por estar agrupado em um único e sólido movimento, mas sim pelo grande número de organizações implicadas nele, e pelo significativo fato da massiva fascistização da extrema direita e, ao mesmo tempo, da esquerda japonesa. O primeiro será a crise econômica de 29. O Japão, que vivia por e de suas relações comerciais, sentiu com especial crueza a crise, aumentando a animadversão frente aos "*zaibatsu*" que encontravam a forma de medrar na situação, enquanto o povo japonês pagava as consequências da crise. O segundo foi o chamado "*incidente da Manchúria*", que seria a origem de uma grande onda de nacionalismo e de militarismo que se estenderia por todo o país. "*O incidente da Manchúria*

– diz Kinoshita – pela imensa onda nacionalista que levantou na população japonesa, conjugando-se com o descontento criado pela crise econômica, lançou realmente o verdadeiro fascismo no país do Sol Nascente, onde viu-se às organizações socialistas inclinarem-se uma após outra para posições cada vez mais chauvinistas, e perder assim até um terço de seus membros em benefício das organizações de tendência nacionalsocialista".

Durante a primeira metade dos anos 30, os grupos fascistas ou fascistizantes floresceram rápida e abundantemente. Uchida, do qual já tínhamos falado mais acima, da "*Associação do Dragão Negro*", compreendeu que havia chegado o momento da modernização do programa, e da mudança de sua aparência exterior, amoldando-o a formas fascistas. Criou, dentro desta linha, o "*Partido da Produção do Grande Japão*", acercando-se a forças operárias (especialmente, ao Sindicato do Metal e da Indústria Química de Osaka, e outros menores), e combatendo ao mesmo tempo, com virulência, ao marxismo. Após uma certa repressão policial, com a morte de Uchida em 1937, o partido languideceu. Hiranuma, em troca, começou a jurar e rejurar que ele não era fascista. Para não ser acusado de tal não duvidou, inclusive, em dissolver seu potente movimento, e em prêmio a esta atitude receberia anos mais tarde a Presidência do Conselho Imperial.

Mas a situação a quem mais favoreceu foi, evidentemente, à corrente "*nacionalsocialista*". O crescimento da dupla agitação, social (crise econômica) e nacional (Manchúria), a fez desenvolver-se aceleradamente. Foram muitos os nacionalistas que compreenderam que existia uma necessidade imperiosa de unir ao proletariado à vida da nação, de buscar a síntese de nacionalismo e socialismo, rejeitando simultaneamente o capitalismo e o comunismo. "*A um programa assim – diz Kinoshita –, pode-se dar, sem abuso, os nomes modernos de nacionalismo e socialismo*". Na consecução desta síntese participarão elementos provenientes dos dois movimentos. Desde uma posição inicialmente nacionalista atuava Ikki Kita e seus seguidores. Alguns deles, capitaneados por Okawa, escindir-se-iam em 1931 para dar lugar ao "*Jimmukai*",

denominado assim porque aspirava à construção de um Japão como o do Imperador Jimmu. "*O grupo contou rapidamente com 30.000 aderentes que se reclamavam seguidores das ideias de Mussolini e Hitler*", segundo Kinoshita, e estava especialmente infiltrado nos ambientes militares. Por sua ativa participação no primeiro intento de "*putsch*" levado a cabo pelos fascistas japoneses, no dia 15 de maio de 1932, Okawa foi detido, e seu movimento dissolvido.

Desde uma posição inicialmente socialista produziu-se, ao mesmo tempo, um processo de confluência. O principal inspirador deste processo foi Takahata, ex-militante comunista, que criou em 1919 o grupo "*Kyōrinkyōmei*", onde começaram a desenvolver-se estas teses. Takahata, junto a Ikki Kita, é um dos mais valiosos intelectuais do fascismo japonês, autor de obras como "*Críticas do Marxismo*", "*Manual do Nacionalsocialismo*", e "*Marxismo e Nacionalismo*". Takahata ocupa um lugar capital no fascismo japonês, como inspirador de diversas organizações que "*tendiam à fusão em uma corrente única nacionalsocialista de elementos de direita e esquerda, pelo que pode dizer-se que a partir delas existe, no Japão, o fascismo moderno propriamente dito*", diz Kinoshita.

Coetaneamente, surgiram vários grupos armados. A "*Sociedade dos Patriotas*", fundada anos atrás, fez-se famosa a nível internacional em 1930 pelo assassinato do primeiro-ministro, Hamaguchi. Em 1932 nasceram, vinculados à corrente de "*extrema direita idealista*", o "*Corpo de Soldados Divinos*" e a "*Fraternidade de Sangue*", e na corrente "*nacionalsocialista*", o grupo "*Defesa dos Fundamentos do Estado*", que logo se fariam famosos.

Em 1932 produziu-se o primeiro intento unitário, com a criação da "*Associação Geral de Luta Comum dos Patriotas Japoneses*", na qual participaram as três grandes correntes nacionalistas: os descendentes do "*Gen'yōsha*", os inspirados no "*Yūzonsha*" de Ikki Kita, e os seguidores de Takahata, assim como outros grupos menores de esquerda e direita (até totalizar 70 organizações). Com a aportação de membros de todos os grupos, criou-se uma milícia global, encaixada pelos fanáticos terroristas

do “*Corpo da Fraternidade de Sangue*”. O intento unitário duraria apenas um ano.

O incidente da Manchúria havia ocasionado a ascensão do Exército na sociedade nipônica, e já não abandonaria este protagonismo até o fim da Segunda Guerra Mundial. Nos primeiros anos da década dos 30 nascia uma após outra as sociedades secretas militares nacionalistas (“*Kōzakurakai*”, “*Sakurakai*”, “*Metsurinkai*”), nutridas pela jovem oficialidade. Estes oficiais, provenientes do campesinato em sua maior parte, haviam sido e eram extremadamente sensíveis aos ideais nacionalistas e sociais dos movimentos fascistas e fascistizantes, aos quais prestavam um importante apoio. A ocupação da Manchúria favorecia o desenvolvimento das tendências fascistas no seio do Exército e, ainda mais, às doutrinas que pregavam o intervencionismo militar no seio da sociedade japonesa: “*Tratava-se*”, diz François Solchaga, “*de substituir com uma forma de ditadura militar aberta aos problemas sociais, ao regime parlamentar. Esta tentação desenvolveu-se especialmente na Manchúria, onde o exército atuava com autonomia, desenvolvendo sua própria política, sua administração, e burlando-se abertamente das diretrizes formuladas por Tóquio*”.

Um processo similar de fascistização ocorreu na esquerda japonesa. Um ex-líder socialista, Akamatsu, criou em 1932 o *“Partido Nacionalista Japonês”*, violentamente anticapitalista e pan-asiático. Desde sua fundação, ele atraiu muitos elementos vindos do Partido Socialista e do Partido de Obreros y Campesinos, e da Federação dos Sindicatos Operários Nacionais. Do Partido Comunista Japonês e do Partido Operário e Campesino nascerá, também em 1932, a *“Liga Operária de Vanguarda”*, liderada por Nakamura, e que passará a se integrar ao *“Partido Nacionalsocialista Japonês”* alguns meses mais tarde. Mas, como já era habitual entre os grupos fascistas e fascistizantes japoneses, o novo partido também foi vítima de cisões e abandonos. Akamatsu deixou o partido um ano depois, e uma importante cisão, a *“Liga Nacional do Novo Japão”*, fez uma séria concorrência.” De todo este bullicio estéril viu-se nascer, no

entanto, em 1932, a *“Kakkashakaishagi Gakumei (Academia Nacionalsocialista)”* de Ishikawa, à qual Takahata prestará todo seu apoio.

Também se inclinou para posições moderadamente fascistizantes a poderosa *“União Agrária”*, que agrupava os pequenos campesinos ávidos por terras, necessitados de uma reforma agrária, inimigos dos *“zulbatsu”*.

Em 1932 existia, pois, uma ampla fascistização da extrema direita nacionalista, dos ambientes militares e agrários, e haviam sido criados vários movimentos fascistas a partir da esquerda, uma esquerda que abandonava progressivamente seus postulados marxistas para se voltar para o nacionalismo. Mas não havia uma direção unificada, uma direção global. Por isso não é de extraordinário o grande número de tentativas de golpe de Estado que se sucedem entre 1932 e 1936, e o fracasso de todas elas. No fim, esta série de _”..., o que conseguirá será que o regime liberal caia, mas não será o fascismo o que o substituirá e sim um regime militarista conservador.”

As dificuldades das classes médias, a pobreza dos campesinos, uniu numa mesma frente as pequenas sociedades secretas de jovens oficiais, amplas organizações camponesas, e importantes setores proletários “*nacionalizados”* após o *"incidente da Manchúria"*. Unidos contra os “*zulbatsu”* e a agitação marxista, pediam a restauração do Poder Imperial, na confiança de que com esta protetora e paternal autoridade desapareceriam as dificuldades e injustiças que o sistema liberal capitalista gerava. Este estado de espírito era o que impulsionava os autores dos assassinatos, no curso das eleições de 1932, de Inukai, Primeiro Ministro do partido “*Winselto”*, e de Takuma Dan, do “*Zulbatsu Mitsui”*, cometidos por membros do “*Corpo da Fraternidade de Sangue”*. O terror se estendeu rapidamente entre os partidos “*do Sistema”*. Um golpe de estado estourou em 15 de maio, mas foi esmagado, e não bastou para subverter a ordem estabelecida. O “*Jimmu Kai”* tinha sido o grupo fascista mais envolvido, pois prestara forte apoio aos oficiais implicados. Okawa, seu líder, foi condenado a 15 anos de cadeia. O governo resistiu bem a este primeiro golpe, e quase se pode dizer que resultou fortalecido.

A este primeiro *"putsch"* seguiu-se uma intensa agitação nos meios nacionalistas. Enquanto em junho o *"Partido Nacionalista"* e o *"Jimmukai"* lançavam uma nova iniciativa unitária (o *"Comitê de União na Luta contra o Afundamento do Japão"*), apoiados por muitos grupos menores, e oferecendo a alternativa política dos fascistas e fascistizantes ao programa do novo governo formado após o *"putsch"*, nasciam novos grupos ativistas, como o *"Corpo dos Soldados Divinos"*. Embora enquadrável em princípio na chamada *"extrema direita idealista"* da classificação de Kinoshita, o *"Corpo"* exigia a modernização completa do Japão, atacava o liberalismo e o marxismo, criticava os *"zulbatsu"*, denunciava os políticos corruptos, e pedia a expansão japonesa. Pôs-se a organizar um novo golpe de Estado, descoberto e abortado no mês de julho de 1933. Tinha o mesmo objetivo do *"putsch"* de maio de 1932, a saber, entregar o poder ao Exército, e expulsar os políticos *"do sistema"*. Os planos de desenvolvimento do *"putsch""*previam o assalto à residência do Primeiro Ministro, às sedes dos dois grandes partidos e ao *"Clube Industrial Japonês"*.

Diante da patente incapacidade dos ambientes civis afins ao fascismo para desenvolver uma ação política eficaz, por sua extrema divisão, produto não de diferenças ideológicas, mas de nuances táticas ou rancores pessoais, o centro de gravidade do fascismo japonês transferiu-se da Sociedade Civil para o Exército, onde sempre havia encontrado grande eco entre a jovem oficialidade de extração camponesa. A este respeito, o que ocorreu com a *"Academia Nacionalsocialista"*, de que falamos, é bem significativo. Em março de 1934, diante da dissolução do *"Partido Nacionalsocialista Japonês"*, os dirigentes da *"Academia"* decidiram organizar um novo partido: o *"Partido Nacionalista do Grande Japão"*. *"De todas as organizações fascistas da época"* opina Kinoshita "era a que tinha as ideias mais claras (...) tinha um programa político coerente (...) Em dezembro de 1934 organizou um 'Conselho de Sindicatos Operários Japoneses' assegurando-se assim uma ampla base popular." No entanto, a partir de abril de 1935 começaram a ocorrer cisões, a crise interna e, finalmente, a dissolução do Partido.

Diante da patente incapacidade dos ambientes civis afins ao fascismo para desenvolver uma ação política eficaz, por sua extrema divisão, produto não de diferenças ideológicas, mas de nuances táticas ou rancores pessoais, o centro de gravidade do fascismo japonês transferiu-se da Sociedade Civil para o Exército, onde sempre havia encontrado grande eco entre a jovem oficialidade de extração camponesa. A este respeito, o que ocorreu com a *"Academia Nacionalsocialista"*, de que falamos, é bem significativo. Em março de 1934, diante da dissolução do *"Partido Nacionalsocialista Japonês"*, os dirigentes da *"Academia"* decidiram organizar um novo partido: o *"Partido Nacionalista do Grande Japão"*. *"De todas as organizações fascistas da época"* opina Kinoshita *"era a que tinha as ideias mais claras (...) tinha um programa político coerente (...) Em dezembro de 1934 organizou um 'Conselho de Sindicatos Operários Japoneses' assegurando-se assim uma ampla base popular."* No entanto, a partir de abril de 1935 começaram a ocorrer cisões, a crise interna e, finalmente, a dissolução do Partido.

O primeiro sinal evidente da fascistização geral do Exército foi um livro editado pelo Ministério da Guerra em 1934: *"Os princípios da defesa nacional e algumas proposições para reforçá-la"*, no qual se argumentava que só num país em que reinasse a justiça social existiam as condições objetivas para uma efetiva defesa nacional. *"Este papel"* comenta Kinoshita *"produziu a consternação no gabinete, nos 'zubatsu' e nos políticos."* Os partidos e os industriais o receberam com justificado medo, enquanto todos os meios fascistas do país saudavam abertamente a publicação. Mas nem todos os militares pensavam de acordo com este livro. Sua redação se devia aos membros da tendência *"Kodo-ha"*, a escola da Via Imperial." Para a *"Kodo-ha"* o Exército deveria ser o herdeiro direto da tradição Samurai", e como tal, temíveis no combate, desinteressados, protetores dos pobres; sonhavam com a restauração da *"época Nara"*, uma Idade de Ouro da história japonesa. Desejava que o Japão adquirisse um papel predominante na Ásia. Mas estes *"tradicionalistas"* eram ao mesmo tempo abertamente socializantes, e não suportavam a pobreza do povo japonês explorado pelos *"zubatsu"*. Sua bíblia era o livro de Ikki Kita, (o "Plano de reorganização do Japão") e

tinha profundos laços com os grupos civis fascistas, e sobretudo com as sociedades secretas.

Existia outra tendência no seio do Exército, a *"Tosei-ha"* ou *"escola do Domínio"*, muito mais moderada. Pedia também que o Exército suplantasse os políticos na direção do país, mas tinha objetivos muito distintos. Não pensava em enfrentar o comunismo e a URSS, numa guerra pela Sibéria, mas aspirava a uma expansão para o Sul. Socialmente era muito conservadora, e politicamente não aspirava a um partido único revolucionário, mas à progressiva confluência de todos os grupos políticos em um só. Tratava-se, pois, de uma ruptura com o parlamentarismo, mas não com o capitalismo. A *"Tosei-ha"* desenvolveu-se especialmente nos ambientes da Marinha Imperial e entre a oficialidade suprema do Exército, enquanto a *"Kodo-ha"* era predominante entre a oficialidade do Exército de Terra em seus escalões inferiores.

Só um mês mais tarde da publicação do livro *"Princípios da Defesa Nacional"*, os oficiais da *"Kodo-ha"* tentaram um novo *"putsch"* (novembro de 1934), que fracassou desta vez pela denúncia de elementos da *"Tósei-ha"*. A partir deste momento, a oposição entre os fascistas da *"Kodo-ha"*, e os conservadores da *"Tosei-ha"* se tornará violenta e sanguinária.

Após o *"putsch"* de 15 de maio de 1932, a *"Tosei-ha"* começou a ganhar posições, sem que a *"Kodo-ha"* deixasse de apresentar batalha. Para a filosofia política da *"Tosei-ha"* o golpe de Estado era condenável e nunca tentou nenhum para conseguir seus fins. Uma opinião radicalmente oposta tinham seus oponentes, mas os sucessivos golpes de Estado que prepararam não lhes deram o poder e, indiretamente, favoreceram seus inimigos, já que o regime liberal, que se debateu sob seus golpes sem chegar a ser destruído, considerou a *"Tosei-ha"* como um *"mal menor"*, que foi, em definitiva, quem acabou se apoderando do poder. A esta solução final contribuiria, e não pouco, a posição pessoal do Imperador, figura mítica para os membros da *"Kodo-ha"*, sem cujo assentimento nada podia ser feito. *"Os fascistas japoneses"* — escreve Solchaga — *"esforçaram-se em preparar vários golpes de força para liquidar o*

regime parlamentar. O 15 de maio de 1932, o 10 de julho de 1933, e o 20 de novembro de 1934 desenvolveram-se tentativas de golpe de Estado, tentativas vãs desde o seu início, por outra parte, porque o símbolo imperial era tão forte (para os fascistas japoneses, N.d.A.), que era impossível admitir um regime sem a aprovação do Imperador. Este já havia depositado seu favor, não nos parlamentares, como se tem acreditado durante muito tempo, mas nos elementos mais moderados 'digamos melhor os mais reacionários conservadores' do movimento ultranacionalista."

A oposição entre *"Kodo"* e *"Tosei"* teve uma de suas mais violentas manifestações no assassinato, por parte do tenente-coronel *"kodo"* Aizawa, do general *"tosei"* Nagata, em julho de 1935. Meses mais tarde, em fevereiro de 1936, produziu-se o enfrentamento frontal definitivo. Lançou-se um novo *"putsch"* que inicialmente esteve acompanhado pelo sucesso, já que se alcançaram os objetivos previstos. Mas a oposição de uma parte da Guarnição de Tóquio, e a atitude do Imperador, que instou os rebeldes a se entregarem, significaram o fim da tentativa. Uma parte dos oficiais implicados suicidou-se. *"Num rápido julgamento que seguiu aos fatos, foram condenados à morte, e posteriormente fuzilados, treze oficiais 'kodo'. Quatro teóricos civis da tendência 'kodo', entre eles o célebre Ikki Kita, foram igualmente fuzilados. Produziu-se uma ampla depuração do Exército. De dez generais comandantes de Corpo de Exército, um total de sete foram removidos de seu cargo por sua simpatia pelos ideais 'kodo'; um certo número de oficiais foi expulso do Exército. O 'Tosei-ha' se tornou dono indiscutível da situação no Exército, capitaneado pelo general Hideki Tojo, seu líder principal. Na vida política civil, Hiranuma, o mais próximo aos ideais 'tosei', recebeu finalmente o cargo de presidente do Conselho Imperial, que esperava depois de tantos anos. Além disso"* — diz Kinoshita — *"o governo aproveitou a desorganização dos elementos radicais no seio do Exército para tentar reduzir a eventual ameaça que elementos semelhantes podiam apresentar no âmbito civil e começou a exercer uma forte pressão sobre todos os elementos fascistizantes."*

Como consequência do fracassado golpe de Estado *"Kodo"*, os membros da *"Tosei-ha"* haviam se apoderado do poder. O pânico dos *"zulbatsu"* e dos políticos parlamentares aos fascistas radicais era tal que preferiam a militarização do país a cargo de Tojo, única forma viável de acabar realmente com a agitação radical. O programa de governo de Tojo pedia, em seu ponto quarto, *"a reconquista das associações patrióticas, e a estabilização da atividade nacional"*. Tratava-se de *"impedir a agitação dos ultranacionalistas e novos ataques destes ao Estado, agora em mãos da Tosei-ha"*, diz Solchaga, quem assinala como, para isto, se tentou *"agrupar todas as associações nacionalistas sob a direção conservadora da 'Liga Nacionalista' ('Kokumin Domei') que controlaria Tojo em pessoa."* Os grupos mais moderados se submeteram a estas pressões e foram se integrando ao partido de Tojo. Mas os movimentos radicais continuaram sua vida autônoma. Um coronel do Exército, Hashimoto, foi expulso do serviço pelas opiniões radicais vertidas em seu livro *"Programa de estabelecimento de uma estrutura nacional japonesa para a instauração do Grande Japão"*. Kinoshita diz que *"após esta desgraça (sua expulsão, N. d.A.), o coronel se engenhou para implantar em todo o país um movimento fascista radical"* o chamado *"Partido da Juventude do Grande Japão"*. Como resposta aos intentos de absorção de Tojo, levaram-se a cabo diversas operações unitárias. No comitê *"Jikyo"* integraram-se vários líderes significativos de movimentos fascistas, e ele atuou como órgão de ligação. A partir dele criou-se uma federação (em fevereiro de 1937), chamada *"Seikaku"*, *"espécie de frente comum dos partidos dos membros de 'Jikyo' favoráveis à ação parlamentar, e que tendia à instauração de um partido fascista unificado"*, diz Kinoshita. Até então, o fascismo japonês havia estado ausente da vida parlamentar, por duas causas: sua profunda aversão ao jogo parlamentar, e a grande atomização dos diversos grupos. Nas eleições de 1936, por exemplo, os conservadores da *"Kokumin Domei"* haviam alcançado 11 cadeiras, e os fascistas só haviam conseguido duas (do *"Partido Nacional Socialista"*), enquanto o partido liberal *"Minseita"* alcançava 205 cadeiras. Em 1937, enquanto a *"Kokumin Domei"* manteve suas cadeiras, os nacionalistas

quadruplicaram sua presença, com 8 cadeiras e outros pequenos grupos fascistas alcançaram representação parlamentar.

A aliança *"Seikaku"* transformou-se numa formação política unificada, *"Partido de Renovação do Japão"*, separando-se então da aliança dois dos principais integrantes: o *"Partido da Juventude do Grande Japão"*, e o *"Partido da Produção do Grande Japão"*, não obstante o que, *"a nova formação que compreendia uma organização juvenil, federava a pouco menos da metade dos grupos fascistizantes japoneses"*, escreve Kinoshita.

O início da guerra contra a China, em 1937, significou a definitiva militarização do Estado. A situação bélica afetou seriamente os grupos fascistas, pois levados por seus sentimentos militaristas e imperialistas lançaram-se a apoiar a política para com a China e, em definitiva, o regime. Criou-se, para fazer frente à agitação de esquerda, inimiga da guerra, o *"Conselho de luta contra a frente popular"*. A principal preocupação das organizações fascistas era que *"não se apunhalasse pelas costas"* o esforço dos soldados.

Neste ano, uma figura política importante entrará em cena, dominando todo o jogo político japonês, até sua morte em 1941, o príncipe Konoye. Para captar todo o *"potencial fascista"* do Japão e colocá-lo a seu serviço, lançou um novo grupo: o *"Movimento em favor da nova estrutura"*, que absorveu uma certa quantidade de pequenos grupos. Em 1940, apesar disto, os grupos mais importantes seguiam ativos, e esperançados pelas notícias que chegavam da Europa, onde as vitórias sorriam ainda à Alemanha Nacionalsocialista. *"As vitórias da Alemanha nazista"* escreve Kinoshita *"vieram, em 1940, a dar ânimos aos fascistas japoneses para propor ao conjunto de seus compatriotas o exemplo de Hitler."* Não esqueçamos que o Japão era formalmente aliado da Alemanha e Itália. Konoye e a *"tosei-ha"* decidiram que, diante da guerra que se vislumbrava, era o momento de proceder à eliminação dos partidos. Criou-se, como germe do futuro partido unificado, a *"Associação de assistência ao Poder Imperial"*. O Partido socialista foi dissolvido em junho de 1940, e dois meses mais tarde o conservador e o liberal. Os restantes, no fim do

ano. Para poder subsistir como organizações os grupos fascistas e fascistizantes deveram abandonar as atividades políticas, e contentar-se com ser grupos de *"atividades culturais"*. Tojo intentou agrupá-los num só, para exercer um controle mais efetivo, mas até o ano de 1942 continuaram subsistindo os grupos mais importantes. A oposição às medidas de Tojo significou uma forte repressão policial. Mas a guerra, que a partir de 1941 se estendeu com o conflito contra os Estados Unidos e o Reino Unido, foi, no fim das contas, a principal causa da decadência dos movimentos fascistas: *"a mobilização militar comportou"* diz Kinoshita *"o afastamento maciço dos jovens, o que privou os grupos fascistas de seus elementos mais dinâmicos e se opôs ao seu desenvolvimento."*

O regime de Tojo foi um fracasso completo. Hiranuma, o veterano líder da extrema direita fascistizante, contribuiu para dar um aspecto *"fascista"* ao regime, graças a que a *"Associação de ajuda ao Poder Imperial"* caiu sob sua influência, e se transformou "numa organização burocrática

que lembrava muito a dos 'partidos únicos' do fascismo europeo." Mas esta semelhança era somente exterior, pois a *"Associação"*, rebatizada como *"Partido Nacional"*, segundo Solchaga, *"não jogou verdadeiramente nenhum papel"*, e se mostrou incapaz da mais mínima energia criadora, mas jamais levada à prática. Os ideais *"pan-asiáticos"* foram esquecidos. Se bem que os *"zubatsu"* se opunham à guerra, porque isto lhes privaria das matérias-primas, uma vez que esta estourou, viram as vantagens da exploração, em seu próprio benefício, de todo o espaço asiático ocupado pelas tropas japonesas, e se aliou à *"Tosei-ha"* o sentimento *"pan-asiático"* foi substituído por uma realidade *"pan-nipônica"* que, pela exploração que comportava, afastou as populações asiáticas da colaboração com o Japão. Finalmente, o regime de Tojo aceitou a rendição incondicional do Japão. Precisamente, este fato significou a última aparição importante de ativistas da tendência *"Kodo-ha"*: um grupo de oficiais pretendeu impedir a rendição apoderando-se do poder, empreendimento que fracassou.

Os ocupantes norte-americanos respeitaram a pessoa do imperador (uma mostra mais que significativa do papel simbólico que sua figura supunha para o povo japonês), mas no chamado *"Processo de Tóquio"* julgaram e condenaram todos os altos mandos japoneses, os colaboradores de Tojo, e os sobreviventes do fascismo japonês (as figuras notáveis, subentende-se). Os feroces inimigos de outrora resultaram vítimas de uma mesma repressão.

O fascismo japonês teve um grande defeito: sua incapacidade de se organizar num sólido e único movimento; e uma grande debilidade: sua atitude ante o Imperador, que comportava a impossibilidade de uma ação revolucionária eficaz, já que o veto do Imperador supunha, para os *"superimperialistas"* que eram os fascistas japoneses, uma barreira impossível de superar. Ainda assim, é um fascismo extraordinariamente interessante. Diz Solchaga que, *"O fascismo japonês nasceu da confluência de um movimento de protesta social protagonizado pelas classes populares, e de uma ação surgida em ambientes militares e estudantis, puramente nacionalista num princípio, mas que foi tomando um componente social por osmose com a luta popular."* O fascismo japonês, enquanto realidade distinta da simples extrema direita, inclusive a fascistizada, destacou-se por ser um fascismo *"de esquerda"*, radical. Solchaga diz que, *"não se trata simplesmente de reivindicações sociais tão avançadas como as dos partidos de esquerda, mas mais bem da incorporação de uma parte importante das formações de esquerda, e extrema esquerda à ação dos partidos fascistas. E não somente dos partidos, mas também dos sindicatos de esquerda, e das massas operárias controladas por eles"*.

Muito possivelmente, a história da guerra na Ásia ter-se-ia escrito de forma muito distinta se a *"Kodo-ha"* tivesse se imposto à tendência *"Tosei-ha"* nas datas-chave de fevereiro de 1936. Em vez de se orientar para o Pacífico e Austrália, a direção do impulso japonês teria sido contra a União Soviética e o Comunismo. Teria podido a URSS resistir ao ataque combinado da Alemanha e do Japão? A derrota política do fascismo

japonês foi, sem dúvida, um dos elementos importantes na hora de provocar a derrota militar das potências fascistas.